



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1762

Segunda-feira - 15 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	209	Ouro Verde.....	284
Alto Bela Vista.....	5	Garuva.....	210	Paial.....	285
Anchieta.....	6	Gaspar.....	212	Palhoça.....	286
Antônio Carlos.....	7	Governador Celso Ramos.....	214	Papanduva.....	358
Arroio Trinta.....	8	Grão Pará.....	222	Paulo Lopes.....	362
Balneário Rincão.....	9	Guaraciaba.....	223	Penha.....	363
Bela Vista do Toldo.....	10	Guaramirim.....	224	Petrolândia.....	364
Benedito Novo.....	62	Guarujá do Sul.....	225	Pinheiro Preto.....	365
Biguaçu.....	63	Herval d'Oeste.....	226	Pomerode.....	367
Blumenau.....	68	Ibiam.....	229	Porto União.....	375
Bom Jesus do Oeste.....	76	Ilhota.....	230	Presidente Nereu.....	377
Bom Retiro.....	77	Imarui.....	231	Rio do Sul.....	405
Braço do Trombudo.....	78	Imbituba.....	238	Santa Cecília.....	430
Brusque.....	83	Indaial.....	239	Santa Terezinha do Progresso.....	431
Caçador.....	88	Iomerê.....	241	Santiago do Sul.....	432
Campo Alegre.....	121	Ipumirim.....	244	São Bento do Sul.....	434
Campos Novos.....	123	Irineópolis.....	245	São Domingos.....	438
Canoinhas.....	129	Itá.....	250	São José.....	439
Capinzal.....	134	Itapiranga.....	252	São Lourenço do Oeste.....	440
Catanduvas.....	147	Itapoá.....	253	São Miguel do Oeste.....	441
Caxambu do Sul.....	150	Joaçaba.....	255	Schroeder.....	442
Chapadão do Lageado.....	153	Lages.....	258	Serra Alta.....	450
Cocal do Sul.....	155	Lauro Muller.....	262	Sul Brasil.....	452
Concórdia.....	156	Lebon Regis.....	263	Timbé do Sul.....	456
Coronel Martins.....	169	Leoberto Leal.....	264	Timbó.....	457
Correia Pinto.....	170	Luzerna.....	269	Trombudo Central.....	458
Corupá.....	183	Maracajá.....	270	Turvo.....	460
Curitibanos.....	186	Maravilha.....	271	União do Oeste.....	461
Dionísio Cerqueira.....	187	Massaranduba.....	272	Vidal Ramos.....	473
Eral Velho.....	188	Meleiro.....	273	Videira.....	474
Faxinal dos Guedes.....	195	Morro da Fumaça.....	274	Vitor Meireles.....	477
Forquilha.....	199	Navegantes.....	275	Xanxerê.....	483
Fraiburgo.....	200	Nova Trento.....	278	Xavantina.....	485
Frei Rogério.....	206	Orleans.....	282	Xaxim.....	486

Associações

AMOSC.....	487
------------	-----

Consórcios

ARIS.....	488
CIGA.....	489
CIMCATARINA.....	489
CIS/AMARP.....	490
CIS/AMUREL.....	490
CIRSURES.....	491

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2015

DECRETO Nº 065/2015 -DE 02 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2014.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações DiretasR\$ 60.000,00

TOTAL
..... R\$ 60.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 066/2015

DECRETO Nº 066/2015 – DE 03 DE JUNHO DE 2015

“ACRESCENTA MEMBRO AO CONSELHO DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 51 da Lei Complementar nº 058/2009 de 09 de junho de 2009, combinado com o Decreto n. 072/2009, de 22 de julho de 2009 e Lei nº 2.352, de 15 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentado membro ao Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal:

I – Titulares:

- JAMES FRANCISCO BEAL;

Art. 2º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce - SC, 03 de junho de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067/2015

DECRETO Nº 067/2015 – DE 11 DE JUNHO DE 2015

“REAJUSTA O VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE –SC”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n. 090/2014 de 04 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado em 5,78% (cinco vírgula setenta e oito por cento) o valor do auxílio alimentação destinado aos servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Água Doce.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, o valor do vale alimentação passa a ser de R\$ 8,08 (oito reais e oito centavos) por dia útil de trabalho, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de junho de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 004/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 004/2015, destinado ao credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços na área de psiquiatria, para atuação no CAPS Microrregional Luiz Vieceli de Água Doce.

Data e local para credenciamento: a partir de 15/06/2015, no

Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Água Doce, na Praça João Macagnan, 322, em dias úteis, no horário das 13h00 às 19h00.

Obtenção do Edital: www.aguadoce.sc.gov.br

Informações: (49) 3524-0000 / 3524-0122

Água Doce, SC, 12 de junho de 2015

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

LEI COMPLEMENTAR Nº 097/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 097/2015 – DE 03 DE JUNHO DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. O Anexo I da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009 passa a vigorar a seguinte alteração, mantendo-se os demais dispositivos já em vigor não modificados por esta lei:

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

GRUPO I – SERVIÇOS OPERACIONAIS

Cargo /CE	Código Nível	Total de vagas	Carga horária Semanal
Auxiliar de Defesa Civil	CE – 09	05	40 horas

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 191/2015

PORTARIA Nº 191/2015 de 11 de junho de 2015

“DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para FABIANE COSER, inscrita no CPF sob o nº 060.605.839-70, a partir de 11/06/2015 para exercer o cargo de Professor de Educação Física - 40 horas, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 11 de junho de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 192/2015

PORTARIA Nº 192/2015 – DE 12 DE JUNHO DE 2015

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal do Município Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, Microônibus placa MKW 4956, Microônibus placa MKV 7606, Microônibus placa MID 7108, Microônibus placa MIS 1247 e Ônibus placa MLF 3047, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão a disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, no dia 13 de junho de 2015 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior e centro da cidade para a Comunidade de Nova Vicenza, Município de Água Doce – SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 193/2015

PORTARIA Nº 193/2015 de 12 de junho de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária LORELEI VALCARENGHI GANDINI, inscrita sob CPF nº 014.454.509-84, funcionária efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 15/06/2015 a 29/06/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de junho de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 42/2015

PREGÃO PRESENCIAL 32/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 42/2015, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2015”, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, destinado a contratação de seguro para veículos pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, o qual será processado e julgado no dia 25 de junho de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 12 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 668 DE 11 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CESTA DE FLORES PARA CADA MUNÍCIPE FALECIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder 01 Cesta de Flores para cada óbito ocorrido com munícipes, destinado a homenagem póstuma.

Parágrafo Único – Será fixada nas cestas a seguinte mensagem: "HOMENAGEM POSTUMA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA".

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias do orçamento do município.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 11 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 669 DE 11 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE ORNAMENTOS USADOS EM FUNERAIS, FLORES OU COROAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores propôs e o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Ficam concedidos ornamentos usados em funerais, flores ou coroas, em nome do Poder Legislativo Municipal para serem utilizados em cerimônias fúnebres de políticos locais (prefeitos e ex-prefeitos, vereadores e ex-vereadores) bem como para servidores e ex-servidores do Poder Legislativo Municipal, e ainda familiares destes.

Art. 2º O valor do ornamento concedido terá valor de até R\$ 100,00 (cem reais) sendo este valor reajustado anualmente do mesmo índice da revisão anual dos servidores públicos.

Art. 3º As despesas previstas por esta lei serão suportadas pelo orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 11 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 010-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 010/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa que realize oficinas de dança urbana e capoeira destinada às crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo SCFV, do município de Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 30/06/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 12 de junho de 2015.

Rozane Maria Provin - Gestora FMAS

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 098/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 098/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 052/2015 - Pregão Presencial nº 032/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: OLIVEIRA CULTIVO E COMÉRCIO DE GRAMAS LTDA ME; Objeto: Contratação de empresa para prestação parcelada de serviços e mão de obra, com fornecimento de material, para nivelamento do solo e plantio de grama esmeralda em leivas, para uso na reorganização dos pátios das escolas da rede municipal de ensino e no ajardinamento de ruas a serem revitalizadas do Município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais). Prazo: 12 de junho de 2015 a 12 de junho de 2016.

Antônio Carlos, 15 de junho de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 097/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 097/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 049/2015 - Pregão Presencial nº 029/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: JOSE CARLOS DA SILVA 04642645969; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução parcelada dos serviços de borracharia nos veículos da frota da prefeitura do Município de Antônio Carlos S/C.; Valor: R\$ 22.840,00 (Vinte e Dois mil e Oitocentos e Quarenta Reais). Prazo: 12 de junho de 2015 a 12 de junho de 2016.

Antônio Carlos, 15 de junho de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 336/2015

PORTARIA Nº 336/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, TAMYRIS TELMA NAU, em caráter temporário, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H, a partir de 15 de junho de 2015 a 18 de dezembro de 2015, em substituição a FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN, ACT, Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de junho de 2015.

PORTARIA N 337/2015

PORTARIA Nº 337/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, FRANCIELLE SCHUTZ, em caráter temporário, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 30H, a partir de 15 de junho de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no CEIM Coração de Jesus, pela demanda de alunos matriculados.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de junho de 2015.

PORTARIA N 338/2015

PORTARIA Nº 338/2015.

Concede Licença a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, a servidora FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H e 30H, a partir de 12 de junho de 2015 a 25 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de junho de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1701

DECRETO Nº 1701, de 12 de junho de 2015.

Regulamenta os artigos 176, 177 e 178 – Diárias, da Lei Complementar nº 1713/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 100 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - O servidor efetivo, temporário e comissionado que a serviço do Município, Fundos e Autarquias pernoitar fora da sede em caráter eventual ou transitório, fará jus a diárias recebidas antecipadamente, para cobrir as despesas de estadia, alimentação e locomoção no local de destino, observada a seguinte forma de indenização:

I – para os deslocamentos ocorridos para a Capital Federal (Brasília), o correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor do menor vencimento do Quadro de Cargos e Salários, estipulado em lei específica;

II – para os deslocamentos ocorridos para a Capital do Estado e para as demais localidades de outros Estados, o correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do menor vencimento do Quadro de Cargos e Salários, estipulado em lei específica;

III – para os deslocamentos ocorridos para as demais cidades do Estado, o correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor do menor vencimento do Quadro de Cargos e Salários, estipulado em lei específica;

§1º As passagens e meios de transporte para o local de destino serão antecipadamente fornecidas pela Administração Municipal.

§2º A vantagem de que trata este artigo:

I – não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;

II – não se incorpora à remuneração do servidor;

III – não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao IPREARROIO/INSS.

§3º O servidor que receber a diária sem realizar o efetivo afastamento da sede fica obrigado a restituí-la integralmente no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, e sendo apurada má-fé é devido processo disciplinar, responderá pelas punições cabíveis.

§4º Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no §3º.

§5º O pernoite deverá ser comprovado através da apresentação de nota fiscal, devidamente emitida pelo estabelecimento.

Art. 2º - Ao servidor não é devida diária quando por força de seu cargo lhe é exigido habitual deslocamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de junho de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 12 de junho de 2015.

Nelson Campagnin
Diretor Departamento de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0013/2015

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAR O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES VILSON PEDRO KLEINUBING E MÓDULO ESPORTIVO ALBANO GEMELI DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 29/06/2015

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 29/06/2015

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br e do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta- SC, 12/06/2015

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 039/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 25/06/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de 02 (duas) motocicletas para atender as necessidades do Agrupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC, com fim específico a serem empregadas no serviço de policiamento ostensivo e fiscalização de trânsito na cidade, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na Planilha Orçamentária e Termo de Referencia.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 12 de Junho de 2015.

Gisele Ferreira

Pregoeira

EXTRATO DE ADITIVO - MARIA ALBERTINA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 086/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 086/PMBR/2014, que prevê o termino em 02/06/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/06/2015 até 02/06/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 02/06/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Sr.ª Maria Albertina Gislon.

EXTRATO DE ADITIVO - WILLIAN BIFF

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 087/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 087/PMBR/2014, que prevê o termino em 02/06/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/06/2015 até 02/06/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 02/06/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Willian Biff Brigido.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 078/PMBR/2015; RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de forma parcelada, de recuperação de pavimentação com revestimento a base de blocos de concreto (lajotas, paver e paralelepípedos de pedra), com reaproveitamento das peças usadas, incluindo o realinhamento de meio fio em ruas e avenidas do Município de Balneário Rincão – SC. Processo de Licitação-Modalidade: Tomada de Preços Nº. 032/PMBR/2015. No valor global de R\$ 147.000,00 (Cento e quarenta e sete mil reais). VIGENCIA: 12 (Meses); ASSINATURA: 08/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon.

CONTRATO Nº. 079/PMBR/2015; FLORICULTURA MORRO ESTE-VÃO LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de produtos, mudas de flores e demais materiais necessários para jardinagem e paisagismo nos Centros de Educação Infantil, Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e Canteiros de Ruas do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 034/PMBR/2015. No valor global de R\$ 8.207,80 (Oito mil duzentos e sete reais e oitenta centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 08/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Bernardo da Silva.

CONTRATO Nº. 080/PMBR/2015; REINO VEGETAL LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de produtos, mudas de flores e demais materiais necessários para jardinagem e paisagismo nos Centros de Educação Infantil, Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e Canteiros de Ruas do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 034/PMBR/2015. No valor global de R\$ 16.245,50 (Dezesseis mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 08/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Tatiana Pavei da Silva.

CONTRATO Nº. 081/PMBR/2015; SILVA COMERCIO DE GRAMAS E JARDINAGEM LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de produtos, mudas de flores e demais materiais necessários para jardinagem e paisagismo nos Centros de Educação Infantil, Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e Canteiros de Ruas do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 034/PMBR/2015. No valor global R\$ 24.549,00 (Vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e nove reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 08/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Enio Marco da Silva.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 253

DECRETO N.º 253/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
27-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0865	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL GERAL	20.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0857	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL GERAL	20.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 11 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 254

DECRETO N.º 254/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

“AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTANTAR O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam autorizados a representar o Município de Bela Vista do Toldo, no 8º Jogos Abertos da Terceira Idade – JASTI, que será realizado no município de Criciúma – SC, no período de 16 a 21 de maio de 2015, os atletas abaixo nominados:

I – Atletas modalidade Truco:

a) Roberto Rank

b) Inoel Base

Art. 2º. Fica autorizado o Fundo Municipal de Assistência Social, a custear as seguintes despesas aos atletas:

I – Hospedagem, 03 (três) pernoites, no valor de até R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais),

II – Alimentação, 03 (três) vezes ao dia, no valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais);
III – Despesas com alimentos perecíveis, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais);
IV – Despesas emergenciais, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais).
Parágrafo Único: O transporte dos representantes será através de veículo RENAULT CLIO AUT 10H3P pertencente à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do Fundo Municipal de Assistência Social, dotação 3.3.90.00.00.00.00.0700.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 255

DECRETO N.º 255/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL ÁREA DE TERRAS COM 1.183,44 M², SITUADA NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO – SC DE PROPRIEDADE DE JAQUELINE TYSZKA E JOÃO PEDRO TYSZKA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a área de terra com 1.183,44 m² (mil cento e oitenta e três metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), situado no Município de Bela Vista do Toldo – SC, parte integrante da matrícula nº 29.623 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, de propriedade de Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka, assim representada:

I – 1.183,44 m² (mil cento e oitenta e três metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), parte de uma área maior de 27.160,00 m² (vinte e sete mil, cento e sessenta metros quadrados), situado no Município de Bela Vista do Toldo, conforme Matrícula nº 29.623, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.591,026 m e E 553.274,331 m, situado no limite com Rua Univaldo Borges Vieira e com Terras de Jaqueline Tyszka e Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 149º01'36" e 101,18 m até o vértice P01, de coordenadas N 7.093.504,274 m e E 553.326,402 m; deste, segue confrontando com Herdeiros de Joaquim Ângelo Pereira; com o seguinte azimute e distância: 208º49'35" e 12,00 m até o vértice P02, de coordenadas N 7.093.492,656 m e E 553.320,008 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 329º27'52" e 113,49 m até o vértice P03, de coordenadas N 7.093.590,406 m e E 553.262,347 m; deste, segue confrontando com Rua Univaldo Borges Vieira; com o seguinte azimute e distância: 87º02'18" e 12,00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.591,026 m e E 553.274,331 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas

estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310m e E 677.878,515m, e estação código 94024, de Imbituba, com coordenadas N 6.874.555,729m e E 730.029,462m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Parágrafo Único: A área declarada de utilidade pública está identificada de acordo com os Anexos - Memorial Descritivo e Planta Georreferenciada de Imóvel Urbano, elaborado por Marlon João Czerniak - Engenheiro Florestal CREA – 082166-2 SC.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública constante do art. 1º, deste Decreto, fundamenta-se no Decreto-lei nº 3.365/41, artigo 5º, alínea “i” – a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 20 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 257

DECRETO N.º 257/2015, DE 29 DE MAIO DE 2015.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA FORMA QUE MENCIONA”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO no dia 05 (cinco) de junho (sexta-feira) do ano corrente, dedicado as festividades de CORPUS CHRISTI, não havendo expediente nas repartições públicas municipais.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Parágrafo único: Os servidores que exercerem suas atividades no dia declarado “ponto facultativo”, terão direito à folga correspondente ao período trabalhado.

Art. 3º. As atividades da Administração Pública Municipal retornarão ao seu horário normal de expediente, no dia 08 de junho as 08h00min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 258

DECRETO N.º 258/2015, DE 29 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
09-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	11.000,00
TOTAL GERAL	11.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
10-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	11.000,00
TOTAL GERAL	11.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 259

DECRETO N.º 259/2015, DE 29 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
60-10.305.0008-2.031	2.031	Ações de Vigilância em Saúde - VIGEP	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0822	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL GERAL	4.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
59-10.305.0008-2.031	2.031	Ações de Vigilância em Saúde - VIGEP	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0822	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL GERAL	4.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 260

DECRETO N.º 260/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.097/2015, de 12 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
06-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
77-12.365.0005-2.014	2.014	Construção, Ampliação e Reformas de CEIs	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0740	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 261

DECRETO N.º 261/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.100/2015, de 12 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 574.981,30 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
83-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de ruas e estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	574.981,30
TOTAL GERAL	574.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 574.981,30 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	439.465,25
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
106-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0723	Aplicações Diretas	135.516,05
TOTAL GERAL	574.981,30		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE DISPENSA 001-PREF

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015.

FORNECEDOR: ELEOTERIO GILMAR KRAUSS

CPF: 692.202.149-72

OBJETO: locação é Piso inferior de uma edificação em alvenaria, com 55,00 m² (Cinquenta e cinco metros quadrados), de área construída, situada na Rua Leopoldo Koch, 149, no Município de Bela Vista do Toldo/SC

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso X, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 15 de Junho de 2.015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.094

LEI Nº 1.094/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA REGULAMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social.

Art. 2º. Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o FMAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações Governamentais e não-Governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios no setor;

VI - produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - outras receitas que venham ser legalmente instituídas;

§ 1º. Os recursos previstos no inciso I serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS.

§ 2º. Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

CAPÍTULO III DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 5º. Os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS destinam-se ao:

I - cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial do município;

II - cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial do Município, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

III - atendimento, em conjunto com o Município, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - aprimoramento da gestão de serviços, programas, projetos

e benefícios de assistência social, por meio do "Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS", para a utilização no âmbito do Município, conforme legislação específica;

V - apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família pelo Município, por meio do "Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD Bolsa Família", conforme legislação específica;

VI - atendimento das despesas de operacionalização que visem implementar ações de assistência social;

VII - custeio das despesas dos Conselheiros Municipais de Assistência Social em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social;

§ 1º. Os recursos de que tratam os incisos I, IV e V serão transferidos, de forma regular e automática, diretamente do FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social do Município, independente de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, observados os critérios aprovados pelo CNAS, à vista de avaliações técnicas periódicas, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

§ 2º. Os recursos de que trata o inciso I também poderão ser utilizados pelos entes federados:

a) para pagamento de profissionais que integrem equipes de referência, nos termos do art. 6º-E da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

b) para capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos de assistência social;

§ 3º. Os recursos de que trata o inciso IV e V devem ser utilizados conforme cadernos de orientação do Índice de Gestão Descentralizada do IGD-Programa Bolsa Família, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS;

CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS

Art. 6º. São condições para transferência de recursos do FNAS aos Municípios:

I - a instituição e o funcionamento de Conselho Municipal de Assistência Social;

II - a instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, devidamente constituído como unidade orçamentária;

III - a elaboração de Plano Municipal de Assistência Social;

IV - a comprovação orçamentária de recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social;

Parágrafo Único: O planejamento das atividades a serem desenvolvidas com recursos do FNAS integrará o Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e aprovado pelo CMAS.

Art. 7º. Os recursos transferidos do FNAS ao Município serão aplicados segundo prioridades estabelecidas em Planos de Assistência Social, aprovados por seus respectivos conselhos, observada, no caso de transferência a fundos municipais, a compatibilização com o plano estadual e o respeito ao princípio da equidade.

Art. 8º. O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, poderá ser realizado por meio de blocos de financiamento.

Parágrafo Único: Consideram-se blocos de financiamento o conjunto de serviços, programas e projetos, devidamente tipificados e agrupados, e sua gestão, na forma definida em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º. A prestação de contas da utilização de recursos federais de que tratam os incisos I, IV e V do art. 4º, repassados para o Fundo de Assistência Social do Município, será realizada por meio de declaração anual dos entes recebedores ao ente transferidor, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo conselho de assistência social, que comprovará a execução das ações.

§ 1º. Para fins de prestação de contas dos recursos federais de que trata inciso I do art. 4º, considera-se relatório de gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos transferidos, declaradas pelos entes federados em instrumento informatizado específico, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

§ 2º. A prestação de contas, na forma do caput, será submetida à aprovação do FMAS e posteriormente encaminhada ao FNAS.

Art. 10. A utilização e prestação de contas de recursos federais recebidos pelo fundo de assistência social do Município, de que tratam os incisos IV e V do art. 4º, observará o disposto em legislação específica.

Art. 11. Os recursos de que trata o inciso I do art. 4º poderão ser repassados pelos Fundos Municipais para entidades e organizações que compõem a rede socioassistencial, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, e a legislação aplicável.

Art. 12. Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO VI DO CONTROLE SOCIAL

Art. 13. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no Fundo Municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - decidir sobre a regularidade do Plano de Ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras

constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o Plano de Ação está em conformidade com o "Plano Municipal de Assistência Social", aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o Plano de Ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno;

XII - aprovar o Regimento Interno do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos em resolução.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as Leis em contrário em especial as Leis Municipais nºs 033/1997, de 28 de julho de 1997 e Lei Municipal nº 772/2011 de 27 de abril de 2011.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.095

LEI Nº 1.095/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I**DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

Art. 1º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Bela Vista do Toldo, órgão colegiado e deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Assistência Social é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º. As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

§ 2º. As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º. O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

CAPÍTULO II**DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO**

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I – elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno, que é o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento em consonância com a Lei de Criação do Conselho;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir

a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com o órgão gestor, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de Assistência Social, de acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) e a de Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito municipal e efetiva participação dos segmentos de representação do Conselho;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social, em âmbito municipal, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social;

X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII – inscrever, normatizar e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social do município;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVII - publicar no Diário Oficial Municipal todas as suas deliberações.

Art. 4º. Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) o Plano Municipal de Assistência Social;

b) o Plano de Ação;

c) a proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);

e) o plano de aplicação do Fundo Municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das Entidades e Organizações de Assistência Social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução do plano de trabalho;
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS).**V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.**

Parágrafo Único: Além dos documentos elencados nos incisos I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO****Seção I****Da Composição**

Art. 5º. O Conselho de Assistência Social será composto por 50% (cinquenta por cento) de representantes do Poder Público Municipal e 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil e entidades não governamentais, em igual número de suplentes, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, com o/a presidente eleito/a, entre os seus membros, em reunião plenária com pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) membro.

§ 1º. Quando houver vacância no cargo de presidente poderá o/a vice-presidente, assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 2º. Os pedidos de renúncia de conselheiros deverão ser encaminhados por escrito para o Presidente do Conselho.

§ 3º. Em se tratando de renúncia do Presidente do Conselho, esta deverá ser formalizada por escrito e encaminhada ao seu substituto legal no prazo de três dias, para que possibilite a convocação de Reunião Extraordinária na forma regimental, e realize nova eleição para o preenchimento do cargo e termino do mandato em curso, observando, da mesma forma, o âmbito da representatividade (Governamental ou Não Governamental), que preside o CMAS naquele biênio.

§ 4º. Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

Art. 6º. Comporão o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, representantes dos órgãos governamentais, titulares e respectivos suplentes, dos setores que desenvolvem ações ligadas as políticas sociais e econômicas, como:

- I – 01 Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II – 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III – 01 Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- IV – 01 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- V – 01 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Parágrafo Único. Os representantes governamentais serão

indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública.

Art. 7º. Os órgãos não-governamentais serão representados pelos seguintes:

I – 03 Representantes dos usuários da Assistência Social;

II – 01 Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social;

III – 01 Representante de Entidades de Trabalhadores.

Art. 8º. A nomeação dos membros da sociedade civil se dará por indicação dos usuários e das entidades e organizações do município. Deve-se, ainda, observar:

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações;

II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Parágrafo Único: Os Conselheiros serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e empossados pelo titular da pasta da política de Assistência Social em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade em sua representação.

Art. 9º. Os/as conselheiros/as não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social, sendo seu exercício prioritário, devendo quaisquer ausências serem justificadas.

Art. 10. Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 11. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º. As entidades e organizações de Assistência Social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

§ 2º. As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos; § 3º. Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 12. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 13. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Seção II Do Funcionamento

Art. 14. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 15. Os Conselhos têm autonomia de se auto convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 16. Os Conselhos de Assistência Social deverão ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, devendo ser habilitada em serviço social e inscrita no conselho profissional.

§ 1º. A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

§ 2º. A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para prestar apoio técnico-logístico.

Art. 17. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- II - de Financiamento e Orçamento;
- III - de Políticas;
- IV - de Divulgação e Comunicação.

Art. 18. Recomenda-se que, no início de cada nova gestão, seja realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os

conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 19. Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo Governo Federal.

Art. 20. O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a sobreposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do Conselho, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção de uma política pública efetiva.

Seção III Do Desempenho

Art. 21. Para o bom desempenho do Conselho, é fundamental que os conselheiros:

I - sejam assíduos às reuniões;

II - participem ativamente das atividades do Conselho;

III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;

IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;

V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social;

VI - mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as especificidades de cada região do País;

VII - colaborem com o Conselho no exercício do controle social;

VIII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

IX - desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;

X - estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social;

XI - aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;

XII - mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de Assistência Social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;

XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços sócio assistenciais;

XIV - mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social;

XV - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

Seção IV Da Organização

Art. 22. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

compor-se-á dos seguintes órgãos:

I – da Assembleia Geral;

II – da Mesa Diretora;

III – das Comissões;

IV – da Secretaria Executiva.

§ 1º. A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º. A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 24. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários quando da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 25. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 26. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido à Assembleia Geral, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo Único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as Leis em contrário em especial a Lei Municipal nº 0152/1999, de 23 de dezembro de 1999.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.096

LEI Nº 1.096/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 899/2012 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado o “caput” do artigo 1º da Lei Municipal nº 899/2012 de 19 de dezembro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica denominada a Unidade Básica de Saúde da Localidade de Imbuia como: Hilário Schiessl.

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 899 de 19 de dezembro de 2012 permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.097

LEI Nº 1.097/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
06-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
77-12.365.0005-2.014	2.014	Construção, Ampliação e Reformas de CEIs	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0740	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.098

LEI Nº 1.098/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E PARCELAR DÍVIDA JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL - INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a proceder o pagamento de parcelamento da dívida do Fundo Municipal de Saúde, cadastrado no CNPJ sob nº 10.324.957/0001-47, com a Receita Federal do Brasil, competências do débito compreendida entre 13/2010 a 13/2012, perfazendo o montante total de R\$ 76.590,21 (setenta e seis mil, quinhentos e noventa reais e vinte e um centavos).

§ 1º. O valor descrito no caput do artigo anterior será atualizado monetariamente, à época de sua quitação.

§ 2º. O município poderá ser beneficiado com a redução de multas se optar pelo pagamento à vista ou parcelado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação.

Art. 2º. O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei referem-se às divergências de valores de GFIP apurados pela Receita Federal do Brasil sob inscrição nº 48.029.027-0, referente aos meses 13/2010 a 13/2012.

Art. 3º. Os valores apurados descritos no caput do artigo 2º poderão ser objeto de Processo Administrativo Disciplinar, e se, for o caso de Ação Judicial de Regresso contra quem tiver dado causa, tudo a ser apurado pela Procuradoria do Município, observada a garantia do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º. O valor das contribuições devidas segundo o relatório de divergências apurado pela Receita Federal, descritos no caput do artigo 2º poderão ser objeto de questionamento junto à Receita Federal do Brasil, em regular processo administrativo, ou judicial.

Art. 5º. O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignara nos orçamentos anuais e dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.099

LEI Nº 1.099/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 69 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 004/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. O artigo 69 e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

Do Adicional Por Tempo de Serviço

Art. 69. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de serviço público efetivo, ininterruptos, em cargo de provimento efetivo na Administração Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica do Município de Bela Vista do Toldo, incidente sobre o vencimento base do servidor.

Parágrafo Único: O servidor fará jus ao adicional a partir do mês que completar o quinquênio, em cargo efetivo, mediante requerimento por escrito endereçado ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou Presidente da Câmara de Vereadores e despacho deste ao Setor de Recursos Humanos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.100

LEI Nº 1.100/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 574.981,30 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
83-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de ruas e estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	574.981,30
TOTAL GERAL	574.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 574.981,30 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	439.465,25
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
106-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0723	Aplicações Diretas	135.516,05
TOTAL GERAL	574.981,30		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 1.101

LEI Nº 1.101/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E SERVIDORES PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INDIRETA, FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Os agentes políticos, públicos e servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional que se deslocarem temporariamente do Município, dentro ou fora do Estado, farão jus à percepção de diárias e, quando for o caso, à respectiva passagem. Parágrafo Único. O deslocamento a que se refere o caput será considerado quando do estrito desempenho de suas atribuições e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

Art. 2º. Os colaboradores eventuais, partícipes de termo de cooperação ou instrumento equivalente, e os conselheiros, formalmente nomeados e não pertencentes aos quadros de pessoal das carreiras do Município, receberão diárias correspondentes ao valor estabelecido no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único: É vedado o pagamento de diárias, pelos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo Municipal, aos funcionários ou representantes de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

Art. 3º. Os contratados em caráter temporário e os servidores cedidos por órgãos e entidades da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, receberão diárias estabelecidas no Anexo I, correspondente ao do cargo dos servidores que estiverem substituindo ou nomeado.

Art. 4º. Observados os princípios da moralidade e o interesse do serviço público, o pagamento de diárias e/ou a requisição de passagens só

poderão ser concedidos mediante prévia autorização da autoridade competente, prefeito, vice prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 5º. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do trabalho, destinando-se a indenizar os agentes políticos, públicos, e os servidores públicos municipais das despesas com alimentação e hospedagem, ou proporcionais a partir de 08h00min (oito horas de afastamento).

§ 1º. As diárias serão calculadas integrais por período de 24h00min (vinte e quatro horas) contados a partir do momento da partida, até o efetivo retorno, fato gerador do direito.

§ 2º. Quando o afastamento ocorrer por um período de 15h00min (quinze horas) a 23h00min (vinte e três horas) será computado como 2/3 (dois terços) de diária.

§ 3º. Quando o afastamento ocorrer por um período de 12h00min (doze horas) a 15h00min (quinze horas) será computado como 1/2 (meia) diária.

§ 4º. Quando o afastamento ocorrer por um período de 8h00min (oito horas) a 12h00min (doze horas) será computado como 1/3 (um terço) de diária.

Art. 6º. O pagamento de diárias será efetuado através de cheques ou ordem bancária, obedecendo-se à tabela de diárias que constitui o Anexo I desta Lei.

Art. 7º. O ato de concessão de diárias constará da ordem de serviço e especificará claramente o objetivo da viagem, sendo executado em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I - a primeira via ficará anexo ao processo de pagamento;

II - a segunda via será entregue ao agente político e/ou servidor público municipal.

Art. 8º. Os agentes políticos e os servidores que receberem diárias ficarão obrigados a fazer a Prestação de Contas da Viagem no prazo de 03 (três) dias do seu retorno à sede, na qual deverá constar:

I – relatório de viagem, aprovado pelo superior imediato do servidor beneficiário;

II – comprovante do embarque aéreo ou terrestre, quando se tratar de meio de transporte comercial, terrestre ou aéreo;

III – cópia de certificado, diploma ou atestado no caso de participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos e outros eventos similares.

Parágrafo Único: Se o meio de transporte utilizado for de propriedade do Município ou locado, no Relatório de Viagem deverá constar o número da placa e a quilometragem inicial e final.

Art. 9º. Os agentes políticos ou servidores públicos municipais que não prestarem contas no prazo estabelecido nesta Lei terão descontados em folha de pagamento o valor das diárias recebidas.

Parágrafo Único. O Setor de Tesouraria encaminhará ao Setor de Recursos Humanos as pendências relativas à não prestação de contas das diárias para serem debitadas na folha de pagamento do beneficiário.

Art. 10. O ato de concessão de diárias constará da ordem de serviço e especificará claramente o objetivo da viagem, sendo executado em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I – a primeira via ficará anexo ao processo de pagamento;

II – a segunda via será entregue ao agente político e/ou servidor público municipal.

Art. 11. Para atendimento de pagamento de diárias deverão ser emitidos empenhos ordinários, permitindo-se, porém em caráter excepcional, a emissão de empenhos estimativos destinados às diárias que não puderem se sujeitar ao processo normal de pagamento.

§ 1º. Em casos excepcionais, para atender demandas emergenciais, com as devidas justificativas e havendo concordância do agente político e do servidor, a formalização do processo de empenho e pagamento da diária poderá ser efetuada durante ou após a viagem e terá natureza de reembolso.

§ 2º. O empenho que ocorrer imediatamente após retorno da viagem.

Art. 12. Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, os agentes políticos e/ou servidores farão jus às diárias correspondentes ao período em excesso, sendo formalizado novo processo para concessão e pagamento de diárias, ao qual será juntada uma cópia do relatório de viagem.

Art. 13. O processo de despesa referente à concessão e pagamento das diárias deverá conter:

I – ordem de serviço;

II – nota de empenho ordinário ou estimativo quando for o caso;

III – liquidações de empenho;

IV - ordem de pagamento;

V – comprovante de depósito bancário;

VI – prestação de contas da viagem, composta dos documentos relacionados na presente Lei.

Art. 14. O agente político e o servidor que receber diárias e, por qualquer motivo, não se afastar de sua sede ou retornar antes da data prevista, deverá restituir juntamente com a Prestação de Contas da Viagem, o valor correspondente às diárias não utilizadas, revertendo o respectivo crédito à dotação orçamentária.

§ 1º. A devolução será considerada como Receita do Município quando se efetivar após o encerramento do exercício financeiro em que se realizou o pagamento.

§ 2º. O ordenador de despesas, em face da não prestação de contas ou não devolução do valor das diárias não utilizadas na forma e prazo estabelecido, determinará o desconto na folha de pagamento.

Art. 15. É vedado conceder diárias com o objetivo de remunerar outros encargos ou serviços.

Art. 16. É vedado conceder gratificação pela prestação de serviço extraordinário ao servidor e/ou agente político que perceber diária.

Art. 17. A autoridade e o ordenador da despesa que conceder ou arbitrar diárias em desacordo com esta Lei, responderá solidariamente com o servidor pela reposição imediata da importância indevidamente paga, que será descontada na folha de pagamento.

Art. 18. Ao agente político e/ou servidor que não prestar contas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis do seu retorno fica vedado à concessão de nova diária e/ou passagem.

Art. 19. O servidor que for exonerado ou demitido, com pendência de prestação de contas de diárias, terá o valor das respectivas diárias descontado na última folha de pagamento ou no processo de pagamento de verbas rescisórias.

Parágrafo Único. Para cumprimento do disposto no caput o setor de Recursos Humanos deverá solicitar declaração do setor financeiro quanto à existência de pendência na prestação de contas, no qual deverá ser informado o valor do débito e este informará ao setor de recursos humanos para que proceda ao desconto, na folha de pagamento do servidor beneficiário, do valor correspondente às diárias não utilizadas ou sem a respectiva prestação de contas no prazo disposto nesta Lei.

Art. 20. A Prestação de Contas será submetida aos setores financeiros (tesouraria e contabilidade) competentes onde ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externos.

Art. 21. Quando se tratar de viagem ao exterior, aplicar-se-á aos agentes políticos, públicos e servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional, o regime de adiantamento previsto na Lei Municipal nº 933/2013, mediante empenho prévio das despesas.

§ 1º. Quando aplicado o regime de adiantamento para viagens ao exterior, poderão se incluir neste, todos os gastos relativos efetivados no território nacional e no(s) país(es) destino da viagem e não observar-se-á limite de valores.

§ 2º. A prestação de contas se dará nas formas da Lei Municipal nº 933/2013, e serão admitidos todos os gastos relativos, sem limite de valor, ou classificação como de pequeno valor ou de pronto pagamento.

Art. 22. Os valores constantes da Tabela do Anexo I poderão ser corrigidos via Decreto Municipal, anualmente, segundo os índices inflacionários oficiais aplicando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial as Leis Municipais nºs. 006/1997 de 06 de janeiro de 1997, 375/2004 de 17 de novembro de 2004, 618/2008 de 17 de novembro de 2008 e 814/2011 de 25 de novembro de 2011.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS VALORES DE DIÁRIAS

QUANTIDADE	1	1/2	1/3	2/3
Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores	R\$ 598,27	R\$ 299,13	R\$ 199,42	R\$ 398,85
Vice Prefeito, Secretários, Assessores, Contador, Advogado, Vereadores	R\$ 398,84	R\$ 199,42	R\$ 132,94	R\$ 265,89
Demais Comissionados	R\$ 227,67	R\$ 113,83	R\$ 75,89	R\$ 151,78
Demais Servidores Efetivos, Conselheiros Tutelares e Conselheiros	R\$ 210,00	R\$ 105,00	R\$ 70,00	R\$ 140,00

--	--	--	--

LEI MUNICIPAL Nº 1.102

LEI Nº 1.102/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA CONFORMIDADE DO ARTIGO Nº 144, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, ESTADO DE SANTA CATARINA. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. A presente Lei Municipal estabelece o Plano Municipal de Educação, com duração de 10 anos (dez anos).

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade, organizado pela Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Educação, de acordo com o Decreto nº 233/2014 e Decreto 235/2015, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação em conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Educação.

Art. 3º. O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade do que dispõe o artigo nº 166 da Constituição Estadual, bem como o artigo nº 144 da Lei Orgânica do Município de Bela Vista do Toldo, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de Santa Catarina, como também a Lei Orgânica do município.

Art. 4º. O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com suas respectivas metas e estratégias, conforme documento anexo.

Art. 5º. Compete ao Conselho Municipal de Educação e/ou Comissão organizada pela Secretaria Municipal de Educação realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BELA VISTA DO TOLDO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MAIO

2015

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção. Paulo Freire

COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ivani Gonçalves de Lima Kuchler

Suplente: Ivanilda Liller

II - REPRESENTANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Titular: Adriana Maria de Souza

Suplente: Rosana Cavaleiro

III - REPRESENTANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Titular: Marilda de Souza Krull

Suplente: Jucélia Aparecida Wolff

IV - REPRESENTANTES DO ENSINO MÉDIO ESTADUAL:

Titular: Marlon José Karvat

Suplente: Sandro Mielke

V - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

Titular: Cleison Schiessl

Suplente: Marta Sabrina da Silva

VI - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ana Maria Lopes Vieira

Suplente: Elenita Karvat Sabatke

VII - REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Titular: Neuza Fátima Viott Braga

Suplente: Sônia dos Anjos Ferreira

VIII - REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Siomara Isabel Stelzner Damaso da Silveira
Suplente: Elcio Vieira Magalhães

IX - REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Titular: Roberta Tischler Mielke
Suplente: Janete Munhoz Stelzner

X - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Alessandro Décio Damaso

XI - REPRESENTANTES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Silvana Dambroski
Suplente: Simone Aparecida Lessak Magalhães

XII - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Rosane Marko G. do Rosário
Suplente: Kelly Alves David

XIII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO:

Titular: Santilha Carvalho de Lima
Suplente: Raquel Tischler

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO	08
2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	08
2.1.1 Aspectos Geográficos	10
2.1.2 Aspectos Demográficos	10
2.1.3 Aspectos Sócio-econômicos	12
2.1.4 Tipo de Habitação	13
2.1.5 Estrutura Sanitária	14
2.1.6 Rede de Água	15
2.1.7 Tratamento de Água	16
2.1.8 Rede de Esgoto e Destino do Lixo	16
2.1.9 Sistema de Saúde	17
2.1.9.1 Taxa de natalidade	18
2.1.10 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	19
2.1.11 Estrutura Educacional	20
3 RELEVÂNCIA DO PLANO DE EDUCAÇÃO	28
4 NÍVEIS DE ENSINO	30
4.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	30
4.2 ENSINO FUNDAMENTAL	34
4.3 ENSINO MÉDIO	37
4.4 ENSINO SUPERIOR	42
5 MODALIDADES DE ENSINO	42
5.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	42
5.2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	44
5.3 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	49
5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL	51
5.5 EDUCAÇÃO NO CAMPO (Educação Ambiental)	54
6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	56
6.1 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	60
7 FINANCIAMENTO	61
7.1 DO FUNDEF ao FUNDEB	61
7.2 PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR...	63
7.3 PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	64
7.4 PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	64
....	
8 AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA	65
9 ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAL	66
9.1 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	67
9.2 CONSELHO DO FUNDEB	68
9.3 CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE	69
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	69
....	

CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71

LISTA DE TABELA

Tabela 01: População por faixa etária	11
Tabela 02: Produção agrícola	12
Tabela 03: Pecuária	13
Tabela 04: Tipo de Habitação/Casa	14
Tabela 05: Abastecimento de Água	15
Tabela 06: Tratamento da água	16
Tabela 07: Destino do Esgoto	16
Tabela 08: Destino do Lixo	17
Tabela 09: Taxa de Natalidade por sexo e ano	18
Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano	19
Tabela 11 – Funcionários da Secretaria da Educação por categoria	20
Tabela 12: Unidades Escolares	21
Tabela 13: População por faixa etária e níveis de ensino	21
Tabela 14: Quantitativo de alunos da rede municipal	23
Tabela 15: Educação Infantil – Creche Raios de Sol	23
Tabela 16: Educação Infantil – Creche Delfino Correa da Maia	23
Tabela 17: Alunos matriculados por faixa etária	24
Tabela 18: Alunos matriculados rede estadual por faixa etária	25
Tabela 19: Alunos matriculados por série	25
Tabela 20: Distorção série/idade por escola – Educação Infantil e Ensino Fundamental	25
Tabela 21: Número de população e matrículas por idade	26
Tabela 22: Alunos da Educação Infantil	33
Tabela 23 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais	36
Tabela 24 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Finais	36
Tabela 25 - Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais/Estado	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais produtos agrícolas	12
Gráfico 2 – Abastecimento de Água	15
Gráfico 3 – Destino do Lixo	17
Gráfico 4: Taxa de natalidade por sexo e ano	19
Gráfico 5 – Demonstrativos de profissionais e formação dos professores...	59

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, principalmente em fins do século XX e início do século XXI passou por inúmeras e relevantes transformações no sistema educacional, visando melhorar o sistema de ensino e proporcionar aos alunos um processo de aprendizagem eficaz, eficiente e de qualidade.

As transformações não se restringem somente aos alunos, pelo contrário, visa também melhorar as condições de trabalho dos professores, sua valorização como profissional e proporcionar à sociedade civil participação nas atividades escolares de maneira democrática.

Para garantir todas essas transformações em prol da qualidade do ensino, alunos, docentes e comunidade escolar foi criada a Lei o Plano Nacional de Educação pela lei nº 10.721 em 09 de janeiro de 2001, que estipula objetivos e metas a serem cumpridas em 10 anos, a partir de sua vigência.

Em 2014, pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 foi estipulada que no prazo de um (01) ano os municípios devem elaborar e aprovar em todas as instâncias o Plano Municipal de Educação, o qual regerá o sistema de ensino municipal pelos próximos 10 anos.

Partindo dessa ótica, o plano decenal de educação é um instrumento de planejamento que deve conter os pressupostos filosóficos, a linha pedagógica, as metas e as estratégias básicas a serem desenvolvidas pelo Sistema Municipal de Educação.

Sendo assim, o Plano Municipal de Educação a seguir está subdividido por títulos e subtítulos e abordam a situação social, geográfica, histórica, cultural e econômica do município. Em seguida são abordados os níveis e modalidade de ensino; formação e valorização dos professores; financiamento na educação e a relevância da gestão democrática. Para finalizar aborda a necessidade de se manter uma equipe que acompanhe e avalie o desenvolvimento do Plano Municipal de Educação.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Localizada no Planalto Norte de Santa Catarina, sul do Brasil, o município de Bela Vista do Toldo, teve sua gênese em fins de 1880 e 1890 e seus primeiros moradores foram o Sr. Manuel Bueno, seu genro Camilo dos Santos Corrêa e o Sr. Estanislau Schumann.

As terras pertencentes à Bela Vista do Toldo foram habitada por índios Caigangues e servia de passagem e de descanso para os tropeiros que levavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo.

A denominação Bela Vista do Toldo originou de uma antiga expressão dos primeiros moradores dessa região. Antigamente a pequena

comunidade era denominada de Toldo dos Índios, pois nela estava agrupada uma tribo indígena que vivia em completo isolamento e quando os primeiros moradores chegaram e do alto de um morro avistaram todas as cabanas indígenas, um deles admirado exclamou:

- Que bela vista dos toldos!

- A partir dessa exclamação, a pequena aldeia ficou conhecida como Bela Vista do Toldo.

Inicialmente a região era praticamente desabitada e pouco explorada, mas à medida que o tempo passava, novos posseiros iam chegando e tomando posse das terras que encontravam.

Após a Guerra do Contestado (1912-1916) os primeiros imigrantes poloneses chegaram à região e tiveram os primeiros contatos com os indígenas. Posteriormente, os alemães, italianos e ucranianos foram chegando à região, tornando-a mais populosa. Os imigrantes europeus vieram para essa região com o intuito de fugir dos conflitos e problemas que assolavam a Europa e também para encontrar melhores condições de vida.

No início, esses imigrantes andavam por pequenos carreiros, que aos poucos foram se transformando em estradas abertas. As primeiras casas foram construídas de madeira lascada e de pau-a-pique, sendo que as primeiras instalações, onde também se incluía uma pequena igreja e uma escola, eram na propriedade do Sr. Manuel da Silva. A primeira professora que lecionou na escola foi a Srª Euvira Ricardo da Silva e logo em seguida a Pioneira Gertrudes Müller.

A primeira casa de comércio foi o armazém do Senhor Paulo Guinter, uma marcenaria. Uma serraria também iniciou suas atividades na pequena comunidade. A principal atividade econômica da época era a agropecuária. Criava-se gado, suínos, aves e ovinos, fazia-se a extração da erva mate e o cultivo de alguns cereais para comercialização e subsistência.

O acentuado desenvolvimento do povoado foi se destacando mediante a instalação de novas casas de comércio como açougue, padaria e sapataria. Na época também existia uma Delegacia de Polícia com um quadro de funcionário pequeno, composto somente por dois soldados e um inspetor de quartelão.

As atividades socioculturais eram desenvolvidas na escola e na igreja. Mais tarde ocorreu a implantação de um clube recreativo, tendo como data de fundação 10 de novembro de 1940, sendo o primeiro Presidente o Senhor Nei Pacheco de Miranda Lima, que tinha como finalidade promover jogos esportivos, principalmente o futebol.

Em 12 de janeiro de 1959, através da Lei n.º 385 da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o Distrito de Bela Vista do Toldo, e publicado em Diário Oficial do Estado em 19 de janeiro de 1959. Na época o Distrito abrangia as localidades de Arroio Fundo, Colônia Ouro Verde, Gralha, Imbuia, Lagoa do Sul, Ribeirão Raso, Rio Bonito, Rio d'Areia de Cima, São Sebastião dos Ferreiras, Serra do Lucindo, Tira Fogo e o centro.

Vários avanços surgiram com o passar dos anos, e observando o crescimento social, político, cultural e econômico deste distrito, sentiu-se a necessidade de elevar o distrito à categoria de município. Depois de várias discussões e acordos políticos, Bela Vista do Toldo foi emancipada em 16 de abril de 1994, pela Lei Estadual n.º 9.536/94.

As rodovias de acesso ao município, a partir da SC - 280, são as rodovias SC - 423, SC - 303 e SC - 477. O município de Bela Vista está classificado pela EMBRATUR como Município com Potencial Turístico - MPT. O município de Bela Vista do Toldo está a 304 km de distância da capital.

Possui 01 Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/Banco do Brasil, 01 Posto de Atendimento da Caixa Econômica Federal - Caixa Aqui e uma lotérica da Caixa Econômica Federal.

O município não dispõe de estrutura hoteleira, utilizando-se do serviço da cidade vizinha de Canoinhas. O município de Bela Vista do Toldo é condecorado com muitas riquezas naturais, porém não dispõe de nenhum produto formatado para a atividade turística. Somente há a prática de rallys (moto), por iniciativas particulares.

Os meios de comunicação mais utilizados pela população belavistense é a internet, as emissoras de rádio AM e FM, as emissoras de televisão (Globo, Record, Bandeirantes, SBT entre outras) e 01 jornal, denominado Jornal, O Povo.

O número de veículos no município, segundo dados do IBGE, no ano de 2010 é de 2.632. Isso significa que para cada 2.28 pessoas há um (01) carro.

2.1.1 Aspectos Geográficos

O município possui uma área de 534,62 km²; com uma altitude de 752 metros, latitude de 26°16'20" e longitude de 50°27'50".

O relevo é constituído por um planalto de superfícies montanhosas e planas, fortemente dissecadas, com formação predominante sedimentar. O clima, segundo Koppen classifica-se como mesotérmico úmido com estações secas e com verões frescos. A temperatura média é de 17,1 graus Celsius, com inverno bastante rigoroso. As precipitações são distribuídas regularmente o ano todo, apresentando na sua totalidade deficiências hídricas nulas e bons índices de excedentes hídricos.

O bioma do município é a mata Atlântica. Privilegiado por cobertura vegetal formada de florestas nativas com a presença de araucária e imbuia, por isso denominada ambrófila mista. Tem solo rico em argila e areia nas margens do Rio Paciência, e com tratamento adequado é altamente produtivo. Dos 534.62 km²; 262 km² são de floresta, sendo metade mata nativa e a outra metade reflorestamento, contendo áreas verdes e cachoeiras.

A hidrografia do município é composta pela Bacia do Rio Iguaçu e tem como principais afluentes os Rios Paciência, Tamanduá, Timbozinho e Timbó.

2.1.2 Aspectos Demográficos - População Atual

Conforme dados do DATASUS (2012), o município possui 6.047 habitantes, sendo que a maioria reside nas localidades interioranas (zona rural). Bela Vista do Toldo têm uma densidade demográfica de 11,23 habitantes por km².

De acordo com a tabela a seguir, é possível perceber que do o número de pessoas por sexo e idade.

Tabela 1: População por faixa etária

POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1 ano	32	42	74
1 ano	37	42	79

2 anos	42	43	85
3 anos	46	45	91
4 anos	49	47	96
5 anos	52	49	101
6 anos	54	51	105
7 anos	55	53	108
8 anos	57	55	112
9 anos	57	57	114
10 anos	58	59	117
11 anos	58	61	119
12 anos	58	62	120
13 anos	58	63	121
14 anos	58	62	120
15 anos	58	61	119
16 anos	57	61	118
17 anos	57	59	116
18 anos	55	56	111
19 anos	54	52	106
20 a 24 anos	252	226	478
25 a 29 anos	244	253	497
30 a 34 anos	254	231	485
35 a 39 anos	261	202	463
40 a 44 anos	240	200	440
45 a 49 anos	200	193	393
50 a 54 anos	189	153	342
55 a 59 anos	136	110	246
60 a 64 anos	99	89	188
65 a 69 anos	66	67	133
70 a 74 anos	58	48	106
75 a 79 anos	34	34	68
80 anos e mais	33	43	76
Total	3.118	2.929	6047

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br>, 2015.

Se comparar com o ano de 2002, quando o município tinha 5.772 habitantes com o ano de 2012, com 6047 habitantes, percebe-se um crescimento populacional de apenas 5,7% em 10 anos. Acredita-se que esse baixo crescimento se deve à baixa geração de empregos e, consequentemente a saída de jovens e adolescentes em busca de emprego no mercado de trabalho (setor secundário).

2.1.3 Aspectos socioeconômicos

A principal atividade econômica do município de Bela Vista do Toldo é a agricultura, o que acaba gerando empregos informais em períodos de safra, que geralmente se estende de dezembro a março. A produção agrícola é determinada de acordo com a área cultivada (hectare) e quantidade (tonelada), conforme a tabela abaixo. Os dados do IBGE disponíveis para consulta se referem ao ano de 2010.

Tabela 2: Produção agrícola

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2010			
Produto	Unidade	Área Cultivada - Há	Quantidade Produzida - Ton.
Milho	sc 60kg	3.300	29.700
Soja	sc 60kg	4.500	14.400
Fumo	arroba	2.720	5.440
Trigo	sc 60kg	420	1.298
Feijão	sc 60kg	480	658
Erva-Mate	arroba	240	520
Maça	Kg	16	400
Cebola	sc 20kg	10	280
Batata	sc 50kg	30	240

<http://www.ibge.gov.br/cidades>

Gráfico 1: Principais produtos agrícolas

Fonte: SMS

A pecuária, principalmente com a criação de gado, suíno e ave (galinha) é outra atividade econômica de destaque no município. A criação de suínos teve incentivo a partir de 2011, sendo possível perceber o crescimento da quantidade de granja construída no município. A partir de 2011, com os fomentos da empresa Tyson, atualmente fez fusão com a JBS, foi possível perceber um acréscimo considerável na

criação de aves (galinhas). É um ramo da pecuária que tende a crescer no município, como mostra a tabela.

Tabela 03: Pecuária

CRIAÇÃO DE ANIMAIS EFETIVOS			
REBANHO	2006	2011	CRESCIMENTO
Bovinos	7.980	11.691	46,5%
Suínos	7.065	9.550	35,1%
Aves (Galinhas)	24.200	78.000	222,3%

<http://www.ibge.sc.gov.br/arquivos>, 2013.

Como mostra a tabela acima, é possível perceber uma evolução considerável na pecuária do município. O setor pecuário do município teve um crescimento de 101,3% em 5 anos. Isso mostra que junto ao crescimento pecuário, teve-se também o crescimento da arrecadação do município.

Outra característica no município é que a renda familiar, em especial na zona rural, é sazonal, ocorrendo principalmente a partir do mês de janeiro e segue até junho, prazo de término da safra fumo (venda final às empresas). A renda adquirida nos meses de venda do fumo é dividida entre os outros meses. Nesses meses, o agricultor se mantém com o capital de atividades secundárias relacionadas à pecuária e/ou venda de outros produtos secundários (verduras). Nos últimos anos a criação de abelha, produção de vinho, bolachas e agricultura familiar vem se destacando no município.

Na época de colheita do fumo, cebola, maça, milho entre outros produtos, o trabalho temporário aumenta. No entanto, a oferta desse tipo de trabalho varia de acordo com a qualidade e quantidade da produtividade.

2.1.4 Tipo de Habitação

As casas são construídas de acordo com as condições econômicas de cada família. No interior, predomina a construção de casas de madeira devido à facilidade de os agricultores terem à disposição madeira de pinus e eucalipto, que são cortadas após liberação do órgão competente.

Tabela 04: Tipo de Habitação/Casa

TIPO DE HABITAÇÕES			
Casas	2002	2012	Diferença
Alvenaria	409	824	415 (101,4%)
Madeira	1.123	980	143 (-12%)
Material Aproveitável	21	5	16 (-76,1%)
Taipa	3	0	-

<http://tabnet.datasus.gov.br>

Pode-se perceber que a maioria dos moradores ainda possui casa de madeira, mas já está ficando equilibrada a quantidade de casas de madeira e de alvenaria construída no município. Isso mostra que as condições de moradia da população estão melhorando a cada dia que passa.

Se se levar em consideração os 10 anos analisados é possível perceber que houve progresso no quesito construção/moradia, podendo concluir que:

- Atualmente não existem famílias morando em casas de taipa;
- Casas feitas de material reaproveitado diminuíram 76,1%;
- Reduziu o número de casas de madeira;
- Dobrou o número de casas de alvenaria;

Cabe ressaltar nesse momento que nesses 10 anos foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, o que facilitou o financiamento para construção de casas de alvenaria.

2.1.5 Estrutura Sanitária

A estrutura sanitária do município de Bela Vista do Toldo é deficitária, pois o abastecimento de água tratada acontece somente no centro e na localidade de Rio dos Poços. Não existe sistema de esgoto e a coleta de lixo é realizada somente no centro e na localidade do Tira Fogo (entrada do município).

2.1.6 Rede de Água

O abastecimento de água no centro e na localidade de Rio dos Poços é realizado pela CASAN (Companhia de Águas e Saneamento). A água acumulada em poço artesiano recebe tratamento adequado e posteriormente é distribuída à população.

Na área rural, todas as residências são abastecidas com água proveniente de poço caseiro. Algumas casas possuem água de fontes naturais e arroios. Em algumas residências há a utilização de bombas elétricas, as quais puxam a água do poço e as enviam para uma caixa de água por meio de canos de PVC. Quando falta energia elétrica em alguma localidade, as famílias também têm problemas com o abastecimento de água.

Tabela 05: Abastecimento de Água

(i) Abastecimento de Água nos domicílios			
Tipo	2002	2012	Diferença
Rede Pública	120	246	105% (126)
Poço	1.472	1.570	6,6% (98)
Outros (Fontes Naturais, etc)	14	01	-92%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Gráfico 2 – Abastecimento de Água

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Comparando os dados sobre abastecimento de águas nos últimos 10 anos é possível constatar que a rede pública (CASAN) teve uma ampliação de 105% e que a quantidade de poços cresceu 6,6%. Sendo assim, o consumo de água de outras fontes diminuiu 92%. Isso indica que a maioria da população ou tem poço ou recebe abastecimento da CASAN.

2.1.7 Tratamento da Água

Tabela 06: Tratamento da água

(ii) Tratamento da Água			
Tipo	2002	2012	Diferença
Água Fervida	05	28	460%
Água Filtrada	04	43	975%
Água Clorada	1.077	202	- 81,2%
Água sem Tratamento	451	1.544	- 242%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Na tabela acima é possível perceber que em 10 anos houve aumento considerável do uso de água fervida e filtrada. Em contrapartida, o uso de água clorada (hipoclorito de sódio) diminuiu 81,2%. Outro aspecto preocupante é que em 10 anos o uso de água sem tratamento passou de 451 para 1544, um acréscimo de 242%.

O aumento da água sem tratamento vem ocasionar doenças, infecções e, conseqüentemente, o aumento pela procura de assistência médica nas unidades e postos de saúde.

2.1.8 Rede de Esgoto e Destino do Lixo

No município não existe rede de esgoto instalada. A maioria da população usa a fossa negra como principal forma de depósito de dejetos. Algumas famílias fazem uso da fossa séptica com sumidouro.

Na área rural ainda é bastante presente o uso das tradicionais casinhas, vulgarmente denominadas patentes, o que acaba contaminando o solo e a água.

Tabela 07: Destino do Esgoto

(iii) Destino do Esgoto			
Tipo	2002	2012	Diferença
Sistema de Esgoto	-	4	400%
Fossa	1.500	1.805	20.3%
Céu Aberto	37	08	- 78%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Tabela 08: Destino do Lixo

(iv) Destino do Lixo			
Tipo	2002	2012	Diferença
Lixo Coletado	206	374	81,5%
Lixo Queimado/Enterrado	1.313	1.438	9,5%
Lixo a Céu Aberto	18	05	-72%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Gráfico 3 – Destino do Lixo

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

A coleta do lixo é realizada periodicamente nos sábados, somente no centro da cidade. No interior (área rural) cada família é responsável pelo destino final do lixo, por isso justifica-se o número elevado de domicílios/famílias que usam queimar ou enterrar o lixo produzido em

casa.

As instituições escolares promovem campanhas para incentivar e conscientizar a população sobre a coleta seletiva. Os materiais recicláveis arrecadados pelas instituições escolares são vendidos às empresas de reciclagem e o lucro obtido com a venda é revertido para as próprias escolas.

2.1.9 Sistema de Saúde

O sistema de saúde municipal presta atendimento básico de saúde à população e conta com aproximadamente 65 funcionários. Não possui Pronto Atendimento nem Hospital, no entanto, quando a população precisa de atendimento de urgência/emergência é encaminhada para o PA e hospital da cidade referência/Canoinhas. Possui infra-estrutura própria, uma UBS central, onde funciona a Atenção Básica e uma equipe de ESF, e 07 postos no interior. Para auxiliar nas atividades da ESF existe o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. Em 2011 foi contemplada com a Academia ao Ar Livre, a fim de incentivar a população à prática de atividade física.

A UBS oferece atendimentos em saúde de Clínica Médica Geral, Pediatra, fisioterapia, odontologia, fonoaudiologia, psicóloga, nutricionista, assistência social. Para realização de exames de média e alta complexidade foi contratado consórcio municipal – CISAMURC.

Os atendimentos de Tratamento Fora do Domicílio - TFD são encaminhados para cidades referências: Joinville, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Porto União, Blumenau e Canoinhas.

Junto à Secretaria de Saúde está vinculada a Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica. Em 2013 o município aderiu ao Programa de Melhoria de Atendimento e Qualidade da Atenção Básica – PMAQ.

Desenvolve junto à Secretaria de Educação o Programa de Saúde na Escola – PSE, o qual tem por intuito conscientizar os alunos sobre a importância da promoção e prevenção da saúde para melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com dados do SIAB (2012) a partir dos dados relacionados à taxa de mortalidade, percebe-se que a população do sexo masculino vai mais a óbito que a população feminina, ou seja, a porcentagem de óbitos entre os homens é de 57%, enquanto entre as mulheres é de 43%.

As causas capítulos, conforme estipulada no CID-10, que mais levam à morte estão relacionados às doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, neoplasias (tumores) e doenças mal definidas. Tais doenças afetam mais a saúde dos idosos, pois os mesmos estão mais debilitados fisicamente e com imunidade mais baixa.

2.1.9.1 Taxa de natalidade

Tabela 09: Taxa de Natalidade por sexo e ano

Nascidos Vivos por Sexo e Ano do Nascimento						
Sexo	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Masculino	34	38	29	40	35	176
Feminino	49	27	32	45	31	184
Total	83	65	61	85	66	360

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

Gráfico 4: Taxa de natalidade por sexo e ano

Fonte: SMS

A partir dos dados referentes aos nascidos vivos por sexo e por ano é possível constatar que existe uma oscilação de nascimentos de ano para ano, sendo que em 2011 o índice de natalidade teve um crescimento de 22,3% se comparado com a população de 2012. O número de nascidos vivos por sexo também oscila e nesse período de tempo (05 anos) nasceram 05 meninas a mais do que meninos.

2.1.10 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH baseia-se no em três dimensões: nível de escolaridade, expectativa de vida e renda per capita, dados analisados acima. Sendo assim, o IDH do município de Bela Vista do Toldo – SC é de 0,67. Na tabela a seguir observa-se a posição do município segundo ranking estadual e federal.

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	2003	2013
Renda Per capita	265,58	438,67
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,70	0,67
Ranking por UF	258	289
Ranking Brasileiro	2.959	2545

Fonte: www.pnud.org.br

O IDH do município de Bela Vista do Toldo sendo 0,67; é um nível considerado médio. Partindo dessa ótica, o índice está relativamente bom, mas ainda precisa ser melhorado, pois quanto mais se chega perto de 1, melhor é o IDH do município.

Entre os 295 municípios do estado de Santa Catarina, Bela Vista do Toldo está na 289 posição. Em relação ao ranking mundial, dos 5.570, o município está na 2.545 posição. Pode-se concluir que em relação ao ranking por UF, o município ainda precisa melhorar em vários aspectos, como economia, saúde, educação, renda per capita, geração de emprego, desenvolvimento econômico, crescimento do setor industrial etc.

2.1.11 Estrutura Educacional

O Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo foi instituído pela Lei Complementar nº 685 de 10 de março de 2010 e, posteriormente, sofreu alteração pela Lei Complementar nº 314 de 03 de julho de 2003 que discorre sobre toda a organização do sistema (níveis de modalidades de ensino), conforme a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

O Decreto nº 1.060 de 23 de outubro de 2012 dispõe sobre o Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo.

O quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Bela Vista do Toldo, exposto abaixo, é composto por 168 funcionários efetivos e 03 comissionados.

Tabela 11 – Funcionários da Secretaria de Educação por categoria

Funcionários por categoria	Quantitativo
Secretária de Educação (comissionada)	01
Diretores	02
Professores	73
Pedagogos	07
Assistente Pedagógico	03
Orientador Educacional	01
Administrador Escolar	03
Assistente Administrativo Escolar	08
Auxiliar Administrativo	01
Monitor Educação Especial	03
Monitor de Creche	10
Fisioterapeuta	01
Nutricionista	01
Psicóloga	01
Motorista	14
Merendeira	17
Serviços Gerais	21
TOTAL	168

Fonte: SMS

O município possui 07 unidades escolares, todas elas situadas na zona rural do município, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 12: Unidades Escolares

(v) UNIDADES ESCOLARES- EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – (vi) Séries Iniciais		
Nome da Escola	Endereço Localidades	N.º de Alunos
Núcleo Municipal Juliana Tomporoski Krull	Serra do Lucindo	193
Núcleo Municipal João Pedro Alberti	Rio d'Areia de Cima	216
Núcleo Municipal João Batista Pontarolo	Rio dos Poços	164
Núcleo Municipal José Schimborski	Tira Fogo	113
Escola Municipal Paulo Schiessl	Rio Bonito	59
Escola Municipal Alois Schiessl Filho	Imbuia	26
Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho	Arroio Fundo	334
(b) TOTAL	1.105	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2015.

O Sistema de Educação Municipal, mais precisamente a Educação Básica oferece à população de Bela Vista do Toldo, Educação Infantil que compreende crianças de 0-5 anos; Ensino Fundamental de 9 a 14 anos; Ensino Médio entre 15 e 18 anos de idade e a Educação de Jovens e Adultos para as pessoas que não conseguiram concluir seus estudos em período adequado.

Tabela 13: População por faixa etária e níveis de ensino

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total	
Menor 1 ano	32	42	74	526 8.6%
1 ano	37	42	79	
2 anos	42	43	85	
3 anos	46	45	91	
4 anos	49	47	96	
5 anos	52	49	101	
6 anos	54	51	105	556 9.1%

7 anos	55	53	108	
8 anos	57	55	112	
9 anos	57	57	114	
10 anos	58	59	117	
11 anos	58	61	119	480 7.9%
12 anos	58	62	120	
13 anos	58	63	121	
14 anos	58	62	120	
15 anos	58	61	119	353 5.8%
16 anos	57	61	118	
17 anos	57	59	116	
TOTAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.915 31.6%			
18 anos	55	56	111	
19 anos	54	52	106	
20 a 24 anos	252	226	478	
25 a 29 anos	244	253	497	
30 a 34 anos	254	231	485	
35 a 39 anos	261	202	463	
40 a 44 anos	240	200	440	
45 a 49 anos	200	193	393	
50 a 54 anos	189	153	342	
55 a 59 anos	136	110	246	
60 a 64 anos	99	89	188	
65 a 69 anos	66	67	133	
70 a 74 anos	58	48	106	
75 a 79 anos	34	34	68	
80 anos e mais	33	43	76	
TOTAL	3.118	2.929	6.047	

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br>, 2014.

Se se observar a população por faixa etária em idade escolar, pertencente à Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental e de responsabilidade municipal têm-se um total de 1.211 crianças. Se contabilizar educação Infantil (243 alunos), Ensino Fundamental (968 alunos) e Ensino Médio (212 alunos), os três níveis da Educação básica, 1.423 crianças e adolescentes fazem parte do sistema de ensino municipal. Enfim, 23,53% da população belavistense frequenta o sistema municipal de ensino – Educação Básica. A Educação de Jovens e Adultos – EJA possui 5 alunos.

Tabela14: Quantitativo de alunos da rede municipal

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE - REDE MUNICIPAL	
ENSINO FUNDAMENTAL	QUANT. MATRÍCULAS
Berçário	11 alunos
Maternal I	32 alunos
Maternal II	25 alunos
Jardim	12 alunos
Pré I	94 alunos
Pré II	69 alunos
1º ano	84 alunos
2º ano	97 alunos
3º ano	95 alunos
4º ano	97 alunos
5º ano	116 alunos
6º ano	134 alunos
7º ano	124 alunos
8º ano	111 alunos
9º ano	110 alunos
TOTAL	1.211 ALUNOS

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2013.

A Educação Infantil, constituída por crianças entre os seis meses e 5 anos tem o total de 243 crianças matriculadas. Esse total de alunos compreende o Berçário, Maternal I, Jardim I, Jardim II e Pré. Essas modalidades da Educação Infantil estão disponíveis na creche Raios de

Sol e Delfino Correa da Maia.

Tabela15: Educação Infantil – Creche Raios de Sol

CRECHE RAIOS DE SOL		
MODALIDADES	IDADE	MATRICULAS
Berçário	0 a 1 ano	4 alunos
Maternal I	1 ano	9 alunos
Maternal II	2 anos	15 alunos
Jardim	3 anos	12 alunos
Pré I	4 anos	17 alunos
TOTAL	57 alunos	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2015.

Tabela 16: Educação Infantil – Creche Delfino Correa da Maia

CRECHE RAIOS DE SOL		
MODALIDADES	IDADE	MATRICULAS
Berçário	0 a 1 ano	7 alunos
Maternal I A	1 ano	13 alunos
Maternal I B	2 anos	10 alunos
Maternal II	3 anos	10 alunos
Pré I	4 anos	9 alunos
TOTAL	49 alunos	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2015.

A tabela a seguir vem mostrar o número de matrículas por faixa etária e níveis de ensino

Tabela 17: Alunos matriculados por faixa etária

(i) N.º DE ALUNOS MATRICULADOS (ii) POR FAIXA ETÁRIA EM 2015 – REDE MUNICIPAL			
Faixa etária	Educação Infantil	Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	Ensino Fundamental 6º ao 9º ano
6 meses a 1 ano	11 alunos	-	-
01 ano	22 alunos	-	-
02 anos	25	-	-
03 anos	22	-	-
04 anos	95	-	-
05 anos	68 alunos	-	-
06 anos	-	86 alunos	-
07 anos	-	96 alunos	-
08 anos	-	93 alunos	-
09 anos	-	88 alunos	-
10 anos	-	112 alunos	-
11 anos	-	-	123 alunos
12 anos	-	-	115 alunos
13 anos	-	-	106 alunos
14 anos	-	-	95 alunos
15 anos	-	-	42 alunos
16 anos	-	-	8 alunos
17 anos	-	-	4 alunos
TOTAL	243	475	493
TOTAL			1.211

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2013.

É possível constatar que o número de alunos matriculados na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em 2015 é de 1.423 alunos.

Por as escolas estarem localizadas no interior (zona rural) o número total de matrículas na rede municipal é representativo. Ressalta-se que por enfrentarem problemas de transporte e problemas com as condições das estradas vicinais, a frequência dos alunos fica comprometida, principalmente em épocas chuvosas.

A maioria (aproximadamente 85,2%) dos alunos mora no interior e necessita de transporte escolar público, o qual é cedido gratuitamente pela Prefeitura Municipal.

Nas tabelas abaixo serão apresentados o número de alunos matriculados na rede estadual de ensino conforme faixa etária e série.

Tabela 18: Alunos matriculados rede estadual por faixa etária

Nº DE ALUNOS MATRICULADOS POR FAIXA ETÁRIA EM 2013 – REDE ESTADUAL			
Faixa Etária	Faixa Etária	a) Ensino Médio	Reprovação
15 anos	15 anos	01	-
16 anos	16 anos	90	-
17 anos	17 anos	81	02
-	18 anos	31	03
-	19 anos	07	02
-	20 anos	01	01
	22 anos	01	-
TOTAL		212	08

Fonte: Escola de Educação Básica “Estanislau Schumann” 2015.

O município ainda conta com o Colégio Estadual “Estanislau Schumann” que oferece à população Ensino Médio - 2ª e 3ª série. O total de alunos que frequenta o Ensino Médio é de 212 alunos numa faixa etária que compreende entre 15 e 22 anos de idade.

O Ensino Médio é oferecido somente na rede estadual de ensino, por isso, os alunos que moram nas localidades interioranas e que terminam o Ensino Fundamental, obrigatoriamente passam a frequentar a Escola Estadual “Estanislau Schumann”, que fica localizada no centro da cidade. Segue abaixo tabela demonstrativa de matrículas por série no Ensino Médio.

Tabela 19: Alunos matriculados por série

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE - REDE ESTADUAL		
ENSINO MÉDIO	QUANT. MATRÍCULAS	REPROVAÇÃO
1ª série	-	-
2ª série	117	02
3ª série	95	06
TOTAL	212	08

Fonte: Escola de Educação Básica “Estanislau Schumann” 2015.

É possível perceber que na rede estadual de ensino estudam alunos entre os 15 e 22 anos de idade e não possui turmas de Ensino Fundamental, devido ao processo de municipalização ocorrido em 2011.

Em 2014 houve apenas 08 casos de reprovação, o que significa 3,77% de reprovação no Ensino Médio.

2.1.11.1 Análise populacional X matrícula

Tabela 20: Distorção série/idade por escola – Educação Infantil e Ensino Fundamental

INSTITUIÇÃO	ALUNOS	DIST. TOTAL	DIST./REPROV.	DIST. < IDADE	%
N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	193	34	30	4	17,6%
N.E.M. João Pedro Alberti	216	28	21	7	12,9%
N.E.M. João Batista Pontarolo	164	31	23	8	18,9%
N.E.M. Terezinha Correa Agostinho	334	75	60	15	22,4%
E.M. Paulo Schiessl	59	2	1	1	3,38%
E.M. Alois Schiessl Filho	26	2	2	-	7,6%
E.M. José Schimborski	113	18	12	6	15,9%
TOTAL GERAL	1.105	190	149	41	17,19%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Analisando as tabelas anteriores, que mostram o quantitativo populacional e o quantitativo de matrículas realizadas pode-se concluir que há alunos entre 6 e 18 anos, idade obrigatória para as crianças permanecerem na escola, que estão dentro da faixa etária escolar mas não estão matriculados nas escolas.

Essas características perduram na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e o Ensino Médio, os três níveis de ensino.

Na tabela a seguir serão apresentados dados por nível de ensino, idade, número de matrículas por idade e quantitativo da população por idade. Dessa maneira poder-se-á analisar quantas crianças que deveriam estar matriculadas, estão fora do sistema de ensino municipal.

Tabela 21: Número de população e matrículas por idade

IDADE	Nº MATRÍCULAS	Total matr. p/faixa	POPULAÇÃO	Total pop. p/faixa	#mat. p/idade	#total p/idade/ matr./pop
0	11	80	74	329	63	249
1	22		79		75	
2	25		85		60	

3	22		91		69	
4	95	163	96	197	01	34
5	68		101		33	
6	86	475	105	556	19	81
7	96		108		12	
8	93		112		19	
9	88		114		26	
10	112		117		05	
11	123	439	119	480	-4	41
12	115		120		05	
13	106		121		15	
14	95		120		25	
15	42	54	119		77	
16	8		118		110	
17	4		116		112	
TOTAL	1.211		1.915			156

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

O número total de matrículas no ensino fundamental (0 a 17 anos) é do ano de 2015. O quantitativo da população é do ano de 2012, segundo fonte de dados do DATASUS, que fornece número populacional e taxa de natalidade. Segundo dados do DATASUS pode-se estimar que anualmente nasçam 72 crianças. Mesmo a população aumentando em 216 (estimado) pessoas ainda há 488 crianças fora do sistema de ensino.

Segundo dados estatísticos relacionados à matrícula de alunos e população pode-se perceber que há alunos em idade escolar que não estão frequentando a escola. Ou se, na Educação Infantil na idade obrigatória que é nos 4 e anos há 163 matrículas e 197 crianças. Isso significa que há 34 crianças nessa faixa etária que está fora da escola.

Em os 6 e 10 anos, faixa etária eu compreende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental percebe-se 475 matrículas e 556 crianças. Nessa faixa, 81 crianças estão fora do contexto escolar.

Entre os 11 e 14 anos, referente aos Anos Finais do Ensino Fundamental 41 crianças estão fora do contexto escolar. Se se observar os dados, na idade obrigatória para frequentar o contexto escolar do Ensino Fundamental (4 aos 14 anos) há 156 crianças fora desse contexto.

No Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais, o quantitativo de alunos matriculados é de 1.211, no entanto, dados do DATASUS mostram que a população de Bela Vista do Toldo que envolve a faixa etária dos 6 aos 14 anos (faixa que compreende esses níveis de ensino) é de 1.298. Sendo assim, 250 alunos, o que equivale a 17% da população de alunos em idade escolar estão fora do sistema de ensino.

No Ensino Médio há 212 matrículas em 2015, mas nessa faixa etária tem-se uma população de 353 adolescentes. Considerando que há 54 alunos nessa faixa etária matriculadas no Ensino Fundamental, ainda existem 87 adolescentes fora do ensino.

Contabilizando, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio ainda há 243 crianças e adolescentes fora do sistema de ensino, o que requer uma tomada de decisões do sistema municipal de educação em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Analisando os dados do DATASUS ainda foi possível constatar que no ano de 2010 em Bela Vista do Toldo a taxa de analfabetismo foi de 5,7%, sendo 5,4% (125 pessoas) do sexo masculino e 6.1% (129 pessoas) do sexo feminino.

No município, em 2010, 254 pessoas não são alfabetizadas, e isso equivale a 4,2% da população analfabeta. É uma porcentagem relativamente baixa, mas se se considerar que uma das metas do Plano Nacional de Educação é eliminar o analfabetismo, ainda é preciso avançar no sistema de educação e propor políticas públicas que visem minimizar o índice do analfabetismo.

3 RELEVÂNCIA DO PLANO DE EDUCAÇÃO

De acordo com Moacir Gadotti (2001), qualidade na educação é uma temática bastante abordada pelos estudiosos da área, já que envolve a vida das pessoas e o processo de desenvolvimento/crescimento da sociedade. Remonta desde o Período Imperial e pouco avanço obteve nesse cenário do século XIX.

Evoluiu a partir de fins do século XX e início do século XXI. Atualmente, com todo avanço tecnológico e a introdução de novos paradigmas sócio-culturais, o conceito de qualidade na educação tem por intuito renovar e dar sentido ao sistema de ensino de maneira ampla.

O tema torna-se um tanto complexo se se considerar a qualidade na educação em partes como algo fragmentado, ou seja, para haver qualidade na educação é necessário que professor, aluno e comunidade escolar também tenham qualidade. Enfim, obtêm-se educação de qualidade ou qualidade na educação se se conseguir trabalhar com um conjunto de fatores que contribuem para esse bem comum.

A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta constantes transformações sociais e econômicas [...]. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade, que deveria capacitar a todos, para que todos possam participar plenamente da vida comunitária e para serem cidadãos do mundo. (UNESCO, 2001).

Segundo o Documento de Referência Nacional de Educação (MEC, 2009), não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola a partir de espaços democráticos onde se promove discussões e deliberações coletivas.

A Conferência Nacional de Educação mencionou a necessidade de construção de parâmetros de qualidade que envolva dimensões intra e extra-escolares, no entanto, criou-se uma polêmica quanto à construção de um padrão único de qualidade diante da diversidade regional existente.

Entre as dimensões intra-escolares destaca-se a necessidades de um sistema nacional articulado, a garantia da gestão democrática, uma avaliação formativa e uma qualificação docente.

A educação integral, outro tema bastante antigo, tende a buscar uma educação pública de qualidade e não pode ser confundida com horário, tempo ou jornada integral, pelo contrário, a educação integral, além de envolver a construção de conhecimentos empíricos; inclui

transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte, lazer e visa a construção de um ser social como um todo. O que se quer com a qualidade em educação é a formação de sujeitos de direitos, inclusão cultural e social e qualidade de vida. Um sujeito que contribua para o respeito, à diversidade, ao avanço da sustentabilidade, à cidadania e à democracia. Na sociedade contemporânea, de múltiplas oportunidades, sociedade aprendente e global torna-se fundamental aprender a pensar de maneira autônoma. Saber comunicar-se, pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, ter disciplina, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, articular conhecimentos com a prática e com outros saberes. Sendo assim, pode-se dizer que o professor se tornou um permanente aprendiz, construtor de sentidos, cooperador e, sobretudo, organizador da aprendizagem. Nesse contexto, o aluno se tornou um ser co-participativo e protagonista do sistema de ensino. Outros pontos importantes que influenciam na qualidade da educação se referem aos investimentos na formação continuada do professor e na sua formação sistêmica, ou seja, a qualidade da educação deve ser desde a creche (Educação Infantil) até o pós-doutorado. Retornando às dimensões extra e intra-escolar comuns à qualidade da educação, podem-se citar como extra-escolares aspectos socioeconômicos e culturais dos entes, dimensão dos direitos, das obrigações e das garantias no nível do Estado. No plano intra-escolar citam-se as condições de oferta do ensino, gestão e organização do trabalho escolar, profissionalização do professor, acesso, permanência e desempenho escolar. De maneira global, o termo qualidade na educação tem sido bastante utilizado para referenciar eficiência, eficácia, efetividade e relevância do setor educacional, setor esse, responsável pela formação de milhares de cidadãos, daí a relevância da constante discussão sobre essa temática.

4 NÍVEIS DE ENSINO - EDUCAÇÃO BÁSICA

4.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi no início de 1970, com a inserção da mulher no campo de trabalho e a demanda por vagas em escolas para crianças de 0 a 6 anos que começou a ocorrer as primeiras mudanças nas estruturas da educação destinada às crianças.

Em 1975, o Ministério da Educação começou a assumir responsabilidades ao criar a Coordenação de Educação Pré-Escolar para atender as crianças de 4 a 6 anos.

Em 1977, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo era de coordenar o serviço de diversas instituições independentes responsáveis pelo atendimento de crianças de 0 a 6 anos.

Essas instituições eram de caráter comunitário, associações e agremiações de bairros; mantidas por instituições religiosas e filantrópicas. A LBA foi extinta em 1995, mas o Governo Federal continuou a repassar recursos para as creches por meio da Assistência Social.

Nesse período havia a separação por creche, destinada à criança de 0 a 3 anos das camadas populares e pré-escola, de 4 a 6 anos, voltada para a classe média e alta e encarada como porta de entrada das crianças na Educação.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente nos artigos 53, 54 e 71 preveem o direito da criança à Educação, cultura e lazer, no entanto, foi somente em 1994 que nasceu o primeiro documento de Política Nacional de Educação Infantil, com o intuito de expandir a oferta de vagas às crianças de 0 a 6 anos.

Posteriormente, criou-se a Lei e Diretrizes de Base - LDB nº 9.394/96, a qual estabelece que a educação é dever da família e do Estado e que será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos.

Inicialmente a LDB garantia a Educação Infantil até os 6 anos, mas em 2006, a Lei nº 11.274 dispôs sobre a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

A LDB, no que se refere à Educação Infantil demonstra um estreitamento na relação entre cuidar e educar, na medida em que percebe a criança como ser integral e específico, que merece atenção em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Em 1998, foi organizado o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que contava com a contribuição de especialistas e representantes dos conselhos de educação de todos os estados e elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que propõe a integração entre cuidar e educar como função da educação infantil.

A LDB adotou a divisão por faixa etária: a educação infantil começou a ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos.

Enfim, no Brasil ressaltam-se três marcos legais e decisivos na conquista dos direitos às crianças. São eles: Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93) e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96).

De acordo com Brasil (1994) a criança é um sujeito histórico social que está inserido em uma sociedade que possui uma cultura específica, e que paralelamente recebe influências de outras culturas. Nessa mesma ótica, a criança recebe influências desse meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele. Dessa forma, a criança não é uma abstração, mas um ser que faz parte da história e da cultura de uma sociedade.

Áries (1981) menciona que muitas vezes a criança vista como um ser que ainda não é adulto, outras vezes, vista como um adulto em miniatura é um ser único, completo e ao mesmo tempo, que está crescendo e se desenvolvendo. É um ser completo porque tem características necessárias que a considera como tal, ou seja, é considerada completa devido a sua constituição física, suas formas de agir, pensar e sentir, pelo crescimento corporal, pelas constantes transformações que vão acontecendo que maneira quantitativa e qualitativa a partir da interação social.

De acordo com Vygotski (1986) a interação a que se referem os vários estudiosos da educação trata-se da interação social, que é um processo que se dá a partir do convívio com pessoas diferentes que possuem maneiras específicas de pensar, sentir e agir, tornando-se inviável dissociar as dimensões cognitivas, afetivas, psíquicas e fisiológicas do desenvolvimento decorrente. Nessa ótica, a interação social torna-se o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde o seu nascimento.

Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensinar nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola tem como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade. (ROCHA, 1999, p.78)

É relevante destacar que as relações educativas nas instituições de Educação Infantil, mencionadas por Rocha (1999) são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, levando em consideração os direitos e todas as necessidades individuais das crianças no seu dia a

dia, principalmente no que se refere ao acesso ao conhecimento sistematizado.

Ao estudar a infância sob uma perspectiva social, Charlot (1986) mostra que a imagem que a criança assume no ambiente pedagógico e as associações que ela faz mediante o convívio com o seu grupo social, foi aquela que ela recebeu dos adultos de maneira mais formal.

De certa maneira, Narodowski (1998) define a infância como a justificação da pedagogia enquanto disciplina humana, de outro, a infância constitui "o campo do real que pertence ao discurso pedagógico e no qual o pedagógico deve atuar" (id ibid, p. 173) no sentido da educação, da disciplina, da instrução e do desenvolvimento da criança por completo.

Nesse sentido a infância gera um campo de conhecimentos construídos pela pedagogia, bem como constrói o agir específico da educação pedagógica. Isso torna necessária a construção de múltiplos olhares sobre a infância a partir das diferentes áreas do conhecimento. Com este olhar multidisciplinar, busca-se construir uma pedagogia apropriada à educação infantil que informe a prática por meio de processos educativos baseados em relações de equidade e respeito entre adultos e crianças.

Em Bela Vista do Toldo há 02 (duas) Creches, uma localizada no centro (Delfino Correa da Maia) e outra na localidade de Rio dos Poços (Creche Raios de Sol). As creches oferecem atendimento em berçário, maternal, pré I e pré II.

Em seis escolas há turmas de pré I (4 anos) e pré II (5 anos). Sendo assim, é possível contabilizar na Educação Infantil um total de 169 alunos entre 6 meses e 5 anos de idade. Para melhor qualidade da educação Infantil e conforme legislação vigente, os professores que atuam nessa área são habilitados na área de Pedagogia.

Tabela 22: Alunos da Educação Infantil

CRECHE - EDUCAÇÃO INFANTIL		
MODALIDADES	RAIOS DE SOL	DELFINO CORREA DA MAIA
	QUANT. MATRÍCULAS	QUANT. MATRICULAS
Berçário	03 alunos	05 alunos
Maternal I	18 alunos	20 alunos
Maternal II	-	10 alunos
Pré I	17 alunos	10 alunos
TOTAL	38 alunos	45 alunos

Fonte: SMS.

Segundo a meta do Plano Nacional de Educação segue abaixo os objetivos estipulados no Plano Municipal de Educação, a serem cumpridos pelo sistema de educacional no próximo decênio.

4.2 ENSINO FUNDAMENTAL

A história da educação escolar no Brasil teve início em 1549 no Período Colonial, com a chegada da Companhia de Jesus, tendo os jesuítas como os principais educadores. Os jesuítas, que dominaram a Educação por mais de 2 séculos e que não se descuidavam do ensino da catequese, direcionavam a educação para a formação das elites e para os homens da classe dominante.

Depois que os jesuítas foram expulsos do Brasil, o sistema jesuítico foi substituído pelas aulas régias (aulas avulsas), com professores mal remunerados.

No Período Colonial e nos primeiros anos do Brasil Império, a educação não teve muito avanço. Somente em 1824, com a Primeira Constituição é que se estabeleceu o princípio de que a "educação é gratuita a todos os cidadãos".

Em 1827 foram criadas as primeiras escolas de letras em todas as cidades, no entanto, a tentativa foi um fracasso.

O ponto de partida para a educação pública foi o Ato Adicional de 1834, o qual reservou o direito de promover a educação superior em todo o império, mas ainda não ficavam claras as intenções para o ensino fundamental.

Na Primeira República (1889-1930) não houve alterações significativas para a instituição pública brasileira e o ensino continuou precário. Várias reformas educacionais foram tentadas no país, mas todas elas não conseguiram proporcionar alguma mudança para a educação brasileira.

A Revolução de 1930 (1930-1945) proporcionou importante transformação no campo educacional. De início, o governo criou o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição Federal no país, e muitas idéias defendidas pelos educadores da Associação Brasileira de Educação – ABE, que mais tarde foram traduzidas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tornaram-se preceitos constitucionais a partir da Carta de 1934. A referida Constituição Federal, estabelece que a Educação, Ensino Primário, é direito de todos, gratuito e obrigatório.

Em 1942, o Ministério da Educação determina, de maneira parcial, a reforma de todos os ramos do ensino primário e secundário. Entre 1942 e 1946, oito decretos foram postos em execução visando a reforma, os quais foram chamados de Leis Orgânicas do Ensino.

Com a lei Orgânica do Ensino Primário, o governo central cuidou de traçar diretrizes para o ensino primário, válidas para todo o país. A partir desse momento, o nível de ensino ficou estruturado da seguinte maneira.

- Ensino Fundamental, destinado às crianças de 7 a 12 anos;
- Primário elementar (4 anos) e complementar (1 ano);
- Ensino Supletivo, 2 anos, para adolescentes e adultos.

O regime militar de 1964 veio alterar a estrutura do ensino até então em vigor no país, no entanto, o governo controlava os conteúdos a serem ensinados nas instituições escolares, principalmente os que poderiam incitar a população contra o sistema de governo vigente da época. Mediante a Lei nº 5.692/71, o governo militar reformou o ensino primário e secundário. Criou o ensino de 1º grau, com duração de 8 anos, mediante a junção do antigo curso primário e do ciclo ginasial do Ensino Médio.

Em 1985, com o fim do regime militar e início do processo de elaboração da Nova Constituição Federal de 1988, foi reconhecido vários direitos sociais, sendo o Art. 208, referente ao direito ao nível do Ensino Fundamental.

Os preceitos educacionais contidos na CF/88 foram detalhados de maneira sistemática na LDB, nº 9.394/96. Após as alterações na LDB, com as leis nº 11.114/05 e nº 11.274/06, a mesma definiu o Ensino Fundamental como obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando aos 6 anos.

Enfim, a Constituição Federal/88, nos artigos 205 a 208 e a LDB estabelece a Educação como direito de todos e dever do Estado, declarando como princípio do ensino a igualdade de condições de acesso, a obrigação da oferta em uma escola com um padrão de qualidade que possibilite a todos os brasileiros, sem distinção, cursar uma escola com condições adequadas de funcionamento, competência educacional e qualidade pedagógica.

A obrigatoriedade do Ensino Fundamental fez com que os pais matriculassem seus filhos nas escolas, assim como exigiu que o Poder Público garantisse o direito de todos frequentar a escola.

O Plano Nacional de Educação menciona a implantação progressiva do Ensino Fundamental dos 9 anos, pela inclusão das crianças de 6 anos de idade, e tem a intenção de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período escolar obrigatório, bem como assegurar que as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

A implantação progressiva do Ensino Fundamental de 9 anos deve ser em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Isso requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral a criança.

A opção pela faixa etária dos 6 aos 14 anos tende a inserir progressivamente as crianças de 6 anos na rede escolar, no entanto, esse ingresso não pode constituir-se em medida meramente administrativa. O cuidado na sequência do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 6 anos de idade implica o conhecimento e a atenção às suas características etárias, sociais e psicológicas. As orientações pedagógicas estarão atentas a essas características para que as crianças sejam respeitadas como sujeitos do aprendizado.

A implantação do Ensino Fundamental de 9 anos leva os educadores a repensar sua prática e reconduzi-la à direção de uma escola de qualidade. Nessa faixa etária a criança consegue simbolizar e compreender o mundo, estruturando seu pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens. Conseguem participar de jogos que envolvem regras, se apropriam de conhecimento, valores e práticas sociais construídas de acordo com sua cultura.

No município de Bela Vista do Toldo há 07 instituições escolares, sendo 04 Núcleos Escolares e 03 Escolas Municipais, que oferecem o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. O total de alunos do Ensino Fundamental nas 07 escolas é de 958 alunos.

Para avaliar o desenvolvimento do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) é utilizado o IDEB, que é Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, as séries iniciais do Ensino Fundamental (4ª série e 5º ano) do município de Bela Vista do Toldo apresentaram nos anos de 2009 a 2013 a avaliação das escolas e as metas projetadas para os mesmos anos.

Tabela 23 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais

Escolas	IDEB Observado	Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2011	2013	2015	2017	2019
E.M. Terezinha Correa Agostinho	-	5.1	5.1	-	5.4	5.7	5.9	6.4
N.E.M. José Schmborski	4.7	4.7	-	5.0	5.3	5.5	5.8	6.3
N.E.M. João Pedro Alberti	4.7	-	5.8	5.0	5.3	5.5	5.8	6.3
N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	3.4	4.1	-	3.7	4.0	4.3	4.6	5.2

Fonte: IDEB, Inep, 2015.

O IDEB dos anos finais (8ª série 9º ano) do Ensino Fundamental apresentam os seguintes resultados e metas projetadas.

Tabela 24 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Finais

Escolas	IDEB Observado	Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2011	2013	2015	2017	2019
E.M. Terezinha Correa Agostinho	-	-	4.1	-	-	4.3	4.6	4.8
N.E.M. João Pedro Alberti	3.8	4.1	3.9	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1
N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	-	-	3.4	-	-	3.6	3.9	4.2

Fonte: IDEB, Inep, 2015.

Na rede estadual de ensino o IDEB ficou assim estabelecido.

Tabela 25 - Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais

Escolas	IDEB Observado	Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2011	2013	2015	2017	2019
E.E.B. Estanislau Schumann	4.4	5.2	***	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2

Fonte: IDEB, Inep, 2015.

O resultado da avaliação na rede estadual de ensino é apresentado somente até o ano de 2011, pois a partir desse ano o Ensino Fundamental foi municipalizado.

Em seguida apresenta-se a Meta do Plano Nacional de Educação e os objetivos a serem alcançados pelo sistema de educação municipal.

4.3 ENSINO MÉDIO

De acordo com o Art. 35 da Lei de Diretrizes e Base, o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos tem por finalidade.

- consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o progresso de estudos;
- preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Franco (1999) relata que após sucessivas reformas a que tem sido sistematicamente submetida o Ensino Médio no Brasil, busca-se romper a clássica dicotomia propedêutica/profissionalizante, um duplo impasse deve ser enfrentado: sua inclusão no âmbito da educação básica e obrigatória para os estudantes brasileiros e a proposta de reorganização de sua estrutura curricular.

A reorganização ocorreu com a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em uma perspectiva de universalização e de democratização de acesso a um maior número de anos de escolaridade, a LDB define a obrigatoriedade progressiva do Ensino Médio.

Ao explicitar que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, no artigo 36º da CF/88, a LDB, o agrega à Educação Básica na qualidade de um de seus componentes. A condição representa um avanço em relação às leis anteriores, ainda que exista uma distância muito grande entre o que está prescrito por lei e a realidade. Resta, pois, saber que condições concretas possibilitarão ou dificultarão a expansão da escolaridade obrigatória.

No que diz respeito às propostas de regulamentação curricular e de reorganização do Ensino Médio, a nova LDB determina a construção do currículo a partir de uma base nacional comum, a ser ajustada e implementada com razoável grau de flexibilidade, contemplando-se, nesses casos, propostas e projetos para o desenvolvimento de uma parte diversificada, cujo objetivo é atender às demandas seguidas pelas características regionais e locais da sociedade.

Se é necessário pensar em reformas curriculares, levando em conta as mudanças estruturais que alteram a produção e a própria organização da sociedade é importante conhecer e analisar condições em que se desenvolve o sistema educacional do país.

No Brasil, a partir da década de 1980, o Ensino Médio foi o que mais se expandiu. O padrão de crescimento das matrículas no Ensino Médio no Brasil têm características que permite destacar as suas relações com as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade.

Sendo assim, definiu-se que na formulação de uma nova concepção de Ensino Médio, seria fundamental a participação de professores e técnicos de diferentes níveis de ensino.

A LDB veio a conferir uma nova identidade ao Ensino Médio, determinando-o como componente da Educação Básica. A alteração provocada pela Emenda Constitucional nº 14/96, que modificou a redação do inciso II do Art. 208, sem alterar a essência da redação original, inscrevendo no texto constitucional "a progressiva universalização do ensino médio gratuito".

A alteração provocada pela Emenda Constitucional merece destaque. O Ensino Médio deixa de ser obrigatório para as pessoas, mas a sua oferta é dever do Estado, numa perspectiva de acesso para todos aqueles que o desejarem. Por sua vez, a LDB reitera a obrigatoriedade progressiva do Ensino Médio, sendo esta, uma diretriz legal, ainda que não mais constitucional.

Isso significa que o Ensino Médio passa a integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua interação com a finalidade e sua plena inserção nela, ou seja, que tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O Ensino Médio, outro nível da Atenção Básica é ofertado na Rede Estadual de Ensino e possui 212 alunos matriculados. Do total de alunos, 117 estão matriculados no 2º ano e 95 no 3º ano. No 1º ano não há alunos matriculados devido ao 9º ano do Ensino Fundamental na rede municipal.

4.4 ENSINO SUPERIOR

As primeiras escolas de Ensino Superior foram fundadas no Brasil em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e teve pouco progresso até 1889, data da Proclamação da República.

Seguindo o modelo de formação de profissionais liberais, visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados no mercado de trabalho.

A expansão do número de instituições iniciou a partir de 1850, com a consolidação de alguns centros científicos. Limitava-se às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Em fins do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de Ensino Superior e cerca de 10.000 estudantes. A partir desse momento a iniciativa privada (elite local e instituições católicas) criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior.

Nas primeiras décadas do século XX, o sistema educacional teve uma expansão considerável, passando de 24 instituições para 133, sendo que 86 foram criadas na década de 1920. A criação de universidades não se restringia a questões políticas, mas ao conceito de universidade e suas funções na sociedade.

Em 1931, com a reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos, foi autorizado e regulamentado o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança, uma vez que o ensino público não era gratuito. A universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciências e Letras.

O período de 1931 a 1945 ficou marcado pela imensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação.

Entre 1945 a 1968 houve o movimento estudantil em defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Se almejava a reforma de todo o sistema de ensino, em especial da universidade.

O debate sobre a organização departamental, dependente de decisões democráticas permeou a discussão da lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961. Em 1964, o regime militar, desmantelou o movimento estudantil e da intelectualidade nas décadas anteriores. Foi instituído o departamento como unidade mínima de ensino; criado os institutos básicos, organizados currículos em ciclo

básico e profissionalizante; alteração no vestibular; aboliu-se a cátedra, tornou as decisões mais democráticas; institucionalizou as pesquisas e centralizou decisões em órgãos federais. Nessa época, havia a preocupação de estimular a pós-graduação e a capacitação do docente. O crescimento do Ensino Superior, após o período militar foi evidente, passando de 62,3% em 1970, para 69% em 1994. No entanto, a opção de aliar ensino à pesquisa elevou os custos do ensino público, abrindo espaço para o setor privado atender as demandas não absorvidas pelo Estado.

A partir de 1980 houve redução na demanda para o Ensino Superior devido à retenção e evasão de alunos do 2º grau, tendo assim, nesses anos a procura pelo Ensino Superior estagnou. Isso deve-se também à ampliação do número de cursos e a fragmentação de carreira pelo setor privado. A principal transformação do ensino superior no século XX refere-se ao atendimento da massa e não exclusivamente da elite. A década de 1980, abalada com a crise econômica e a transição política foi à época em que houve a expansão dos cursos noturnos, concentrado no setor privado e revela oportunidade mais fácil de ingresso no mercado de trabalho. Em contrapartida, aumentou a competitividade entre as instituições privadas e somente conseguiu se manter as universidades maiores. Ocorre a fusão e incorporação de estabelecimento de ensino, no intuito de fugir do controle do Conselho Federal – CFE.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 20 de dezembro de 1996 e as inovações no sistema de ensino, se definiu por universidade a instituição que articulasse ensino e pesquisa. A lei obrigou o credenciamento das instituições, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores. Isso representa uma ameaça de status e autonomia para o setor privado.

Nessa mesma época foi criado o conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação, ENEM, ampliação do poder docente na gestão universitária, reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, sistema de avaliação do Ensino Superior para a organização acadêmica das Instituições do Ensino Superior.

Em 2003, na edição do Decreto de 20 de outubro de 2003, foi instituído o Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI (o que originou muitas críticas), encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Os debates de 2003 faziam aflorar as discussões acerca da Reforma Universitária, colocando em foco o debate sobre a gestão, autonomia acadêmica e financeira, avaliação e regulação, estrutura e organização, democratização e acesso.

Nesse cenário interessa-nos as políticas públicas destinadas à ampliação do acesso. Sendo assim, em 2001 o Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta a necessidade de ampliação das matrículas no Ensino Superior de jovens entre 18 e 24 anos e de 12% para 30%. O município de Bela Vista do Toldo não oferece Ensino Superior por não haver nenhuma instituição de ensino. Os alunos que frequentam essa modalidade de ensino se deslocam para as cidades vizinhas (Canoinhas, Porto União e Mafra) que dispõem de instituições de Ensino Superior.

5 MODALIDADES DE ENSINO

5.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, principalmente a partir de 1940, era conhecida como extensão da escola formal, no entanto, o índice de analfabetismo aumentou consideravelmente, obrigando o governo a criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta.

A alta da EJA foi na década de 1940, década em que surgiu a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo. Em seguida, foi criado o Serviço de Educação de Adultos – SEA, que tinha por intuito reorientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.

Esse movimento que durou até fins de 1950 foi denominado de Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, porém não se preocupava com o contexto em que os alunos estavam inseridos. A pressão da ONU e UNESCO foi intensa pelo fato de que se almejava erradicar o analfabetismo, desenvolver as nações atrasadas e validar a democratização.

Em fins da década de 1950 e início da de 60, foi marcado por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos, podendo destacar o Movimento de Educação de Base. Como o analfabetismo preocupava o governo e o sistema em 1950, Paulo Freire, criador da Educação Libertadora, propôs uma nova pedagogia de alfabetização de adultos.

Em 1964, o governo militar rompeu com o método de Alfabetização de Adultos, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que procurava restabelecer a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil.

O MOBRAL foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar, a qual deveria fomentar programas destinados àqueles que não tinham acesso à escola.

O direito à educação foi formalizado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada pela LDB nº 9.394/96, embora nessa época não se tenha implantado nenhuma política para a EJA. Em 2000, o parecer 11/2000 foi o divisor de águas nas políticas do EJA.

Em 2003 o MEC anunciou que a alfabetização na EJA seria prioridade no novo governo federal. Para cumprir essa meta foi anunciada a criação do Programa Brasil Alfabetizado, direcionado para a formação de docentes e a alfabetização de jovens e adultos.

Observando o amparo legal, além das orientações nos textos da VI Conferência Internacional para EJA, ou Marco de Belém, especialmente acerca das políticas públicas necessárias para a EJA na atualidade, reflete-se sobre quais conceitos embasaram sua gestão até os dias de hoje.

Enfim, a Educação de Jovens e Adultos caracteriza-se como proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e conhecimentos internos dos alunos, a partir de suas vivências socioculturais. O adulto para EJA são geralmente homens e mulheres desempregados, trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

De acordo com Gadotti (2003), o conceito de educação de jovens e adultos se move em direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e a competência científica dos educadores. Uma dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo no cotidiano do meio popular.

A função reparadora da EJA não está acentuada no circuito dos direitos civis para restauração de direitos negado, mas também o reconhecimento daquela igualdade antológica garantida a qualquer ser humano.

A constituição de 1988 previa que todas as pessoas tivessem acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com a LDB, foi determinado que o Plano Nacional de Educação fosse elaborado em concordância com a Declaração Mundial de

Educação para Todos, e com base na LDB, onde foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O município de Bela Vista do Toldo oferece uma (01) turma de EJA a alunos que não conseguiram finalizar seus estudos na idade escolar correta. A turma de EJA é oferecida no período noturno, no centro, uma vez por semana. Possui 00 alunos, sendo 00 do sexo feminino e 00 do sexo masculino.

Segue abaixo a meta do Plano Nacional de Educação e os objetivos a serem cumpridos pelo sistema municipal de ensino.

5.2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD

Para Rodrigues et al (2007) os conceitos inovadores das ciências do século XX geraram mudanças, onde o conhecimento deixa de ser visto de modo estático e para a ser compreendido como processo inacabado, flexível, provisório, passível de transformação, onde todos os conceitos e teorias estão interconectados: o conhecimento em rede.

O novo paradigma que emerge no século XX, trouxe importantes contribuições para a valorização do ser humano, da natureza e da sociedade, como princípio da totalidade na diversidade, assim como proporcionou profundas mudanças no sistema educacional.

As tendências pedagógicas tradicionais, muitas vezes mascaradas por inovações tecnológicas, estão ainda vigentes no Sistema Educacional Brasileiro, e reforçam a fragmentação da prática pedagógica, seja da educação na modalidade presencial e/ou na modalidade à distância. Belloni (1999) menciona a existência de três gerações de modelos de Educação à Distância, sob uma perspectiva do uso de inovações tecnológicas de comunicação.

A primeira geração de EAD, iniciada em fins do século XIX, privilegiava o ensino por correspondência, onde a interação entre professor e aluno ocorria nos períodos em que os estudantes se submetiam aos exames previstos, como a separação quase absoluta entre professor e aluno, caracterizando a ausência de autonomia nas questões de prazo e a falta de escolha nos currículos dos cursos.

A segunda geração da EAD ocorreu nos anos de 1960 e 70, e começou a utilizar textos impressos e meios de comunicação audiovisuais direcionados ao público de massa. Inicia-se o período das universidades abertas que integram as inovações tecnológicas de comunicação e informação, e é, ainda hoje, o principal modelo de grande maioria das experiências de EAD.

A terceira geração da EAD, utilizando ainda meios tecnológicos surgidos na segunda geração, privilegia a interação entre os envolvidos no processo educativo professor, aluno-tutor, serviços de apoio ao estudante e encontros presenciais-virtuais.

A utilização das novas ferramentas de teleinformática capacita o estudante a participar de uma nova proposta educativa, permitindo o acesso, recuperação, verificação, preparação e manipulação das informações, de maneira interativa e cooperativa, em diferentes formas de textos, permitindo que as informações sejam incorporadas em forma de competências, por meio da comunicação interativa e dialógica, além dos limites da sala de aula.

Segundo o Relatório para a UNESCO, por Delors (1999) a mediação entre as tecnologias e os processos de aprendizagem continuada deve ocorrer por meio de "aprender a conhecer ou aprender a aprender; aprender a fazer ao longo da vida, que alterna o ensino e o trabalho no contexto local da realidade social; aprender a viver juntos, desenvolvimento da percepção das interdependências no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; aprender a ser, com autonomia, discernimento, responsabilidade pessoal e aptidão para se comunicar.

As tecnologias da comunicação e da informação utilizadas pela EAD deverão estar intimamente articuladas aos padrões éticos, que irão configurar as estruturas sociais e culturais do presente e do futuro. Esses padrões éticos subsidiam a formação do professor e do aluno de acordo com os preceitos da liberdade, solidariedade, inclusão e justiça social.

A EAD é o processo de desenvolvimento pessoal e profissional na qual educadores e educandos interagem virtual, presencialmente ou em ambas as formas metodológicas, por meio da utilização didática das tecnologias da informação e da comunicação, bem como de sistemas educativos que comportam a gestão, o processo pedagógico e a avaliação que lhe são próprios.

Os ambientes de aprendizagem da EAD, com foco no desenvolvimento individual e grupal, permitem a interconexão entre as instrumentalizações pedagógicas. Essa modalidade de educação sem fronteiras derruba as paredes da escola tradicional, em um aprendizado sem fronteiras, independente no que diz respeito às distâncias, limites de idade, com abertura para toda a comunidade. Uma escola interativa e expandida, continuada e permanente, onde a informação e o conhecimento se apresentam como escolhas e decisões pessoais, e onde ocorre de maneira-autônoma.

A questão é complexa, pois se é verdade que qualquer ação educacional deve conhecer e considerar as características, condições de estudos e necessidades dos estudantes, é relevante lembrar que é também preciso assumir uma perspectiva educacional inovadora, que oriente as escolhas e definições relativas às finalidades da educação e a seus conteúdos, superando o enfoque tecnicista, centrado apenas no "como" dos meios técnicos e suas metodologias.

A Educação à Distância é uma possibilidade concreta na promoção da democratização do saber, desde que seja assegurado a todos os princípios éticos da educação.

Falar de EAD é falar da possibilidade de se educar superando a questão espaço/tempo. É viver o dinamismo de um processo que se adequa ao cliente, de uma estrutura que se preocupa centralmente com o sujeito, para o qual se mobiliza competências tecnológicas e humanas de várias áreas do saber; o aluno é alvo e objeto de todo o processo.

De acordo com Rodrigues (2007) e conforme definição do MEC (artigo 80, LDB 9.394/96), a EAD consiste em uma forma de ensino que possibilita a auto- aprendizagem a partir da mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informações, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Em uma análise sobre a EAD no Brasil, considerados dados da pesquisa oficial, apresenta-se um crescimento significativo de instituições autorizadas e cursos credenciados oficialmente nos últimos anos, o que demonstra uma aceitação das metodologias inovadoras.

Vale ressaltar que a profusão de projetos de EAD, na sua maioria dedicado à formação de docentes, é devido aos milhares de professores no Brasil sem a formação educacional necessária e a qualidade exigida pelo Sistema Oficial de Ensino – MEC.

Formar profissionais é uma ação política urgente para o Brasil, já que com a EAD é possível educar em vários pontos ao mesmo tempo, sem o deslocamento do aluno até a escola, com acesso aos pontos educacionais distribuídos em Tele salas ou Polos Educacionais.

O contexto pedagógico legal, institucional e político no Brasil apresenta um mapa que reflete perfeitamente a geografia social brasileira, já que a maior parte das cerca de 2.300 instituições de ensino superior encontradas pelo último censo educacional estão centradas nas regiões sul, sudeste e leste. Pelo interior do país que é o quinto maior do mundo em extensão territorial, há uma enormidade de cidadãos que não têm acesso a este nível de ensino, na modalidade presencial, por estarem distantes das escolas ou por ausência de docentes.

O Plano Nacional de Educação, de 2001, estabeleceu como meta realizar atendimento à população brasileira, na graduação superior, a 30%

dos jovens de 18 a 24 anos. No entanto, para cumprir esse plano, o MEC tem estabelecido políticas para o acesso ao ensino superior, a partir de cursos ministrados de forma sistemática, por meio de educação à distância, o que já existe no Brasil desde 1939.

Atualmente, a política pública nacional, por meio da Secretaria Especial de Educação à Distância – SEED/MEC, criada em 1999, vem priorizando essa modalidade de educação, por meio do incentivo de recursos financeiros.

A atual legislação federal referente à EAD abre o caminho para que sejam implantados novos projetos que atendam aos requisitos de qualidade, considerada a cooperação entre os diversos sistemas de ensino, em instituições particulares ou públicas.

Já que a EAD é extraterritorial, permite a expansão da oferta de cursos de graduação, pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu (mestrado e doutorado) à distância, aproximando estudantes de todo o país em direção à democratização do conhecimento.

De acordo com Balmart (2006), vale ressaltar a existência de Instituições de apoio à EAD, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), a Associação Brasileira de Educação Corporativa (ABEC), organizações que dão suporte ao meio acadêmico para avançar e usufruir dos benefícios pedagógicos e políticos dessa modalidade de ensino.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação a citar a Educação à Distância foi promulgada em 1961, mas foi somente em 1996, no Art. 80 da LDB 9.394, que essa modalidade educativa foi oficializada no Brasil. A sua normatização foi feita por meio do Decreto 5.662, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da LDB 9.394.

Complementa a legislação brasileira sobre a EAD, o Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino.

A Portaria Normativa nº 2 – MEC, de 10 de janeiro de 2007, publicada na DOU de 11/01/2007 – dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância.

A Resolução CNE/MEC nº 1 de 3 de abril de 2001 dispõe sobre a Pós-Graduação (Stricto Sensu e Lato Sensu) no Brasil.

A Legislação brasileira contemporânea sobre Educação à Distância defende essa modalidade como mecanismo de democratização das oportunidades para toda a população do país. O processo de EAD que consolidou o presente curso de pós-graduação lato sensu a distância privilegia abordagens teórico-práticas, dialógicas e interativas, onde os atores do ensino/aprendizagem são interlocutores e sujeitos dos propósitos educativos da construção do conhecimento, do compartilhar avanços, do compromisso da educação, explicitando nas normas legais brasileira.

É relevante que se tenha pontos de apoio nessa caminhada, que não é linear, mas exige interação entre as pessoas dessa rede educativa: professores, tutores/monitores e alunos, companheiros de jornada presencial e a distância. Estabelecer trocas mais profundas e autênticas estimulados pelo diálogo e interatividade, nos conduzirá a avanços significativos de democratização do conhecimento, com a construção de uma sociedade mais justa, solidária, produtiva, inclusiva e ecológica.

5.3 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1993), a Educação Tecnológica teve sua gênese a partir de 1946, com o acordo assinado entre Brasil e Estados Unidos, o qual tinha por intuito aproximar os dois países, por meio do intercâmbio de educadores, ideias e métodos de ensino.

Em 1962 a UNESCO que recomendava uma educação para a vida em uma era tecnológica, menciona que ciência e técnica são os fundamentos do desenvolvimento econômico e social, estabelecendo que os planos de ensino técnico e profissional deveriam elevar o patamar de escolarização, ampliando a formação técnica e profissional.

Iniciada na década de 1940, se desenvolveu nos anos 1970/80 e amadureceu na década de 1990, promovendo a reforma do ensino profissional de nível médio. Assim sendo, com o parecer nº 60/63 do Conselho Federal de Educação e Parecer nº 25/65, e outros documentos do MEC a Educação Tecnológica seria mais abrangente que a formação técnico-profissional e, portanto, associada a um nível de conhecimentos envolvendo questões relacionadas ao desenvolvimento de novas tecnologias e de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

No âmbito do MEC, as políticas educacionais estavam sendo balizadas pelo acordo MEC-USAID, contando com a cooperação da Fundação Ford e financiadas pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e Banco Internacional de Desenvolvimento – BID. Em 1969, o decreto nº 547 e outros acordos do MEC autorizavam a organização e funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração, mais escolas técnicas para atender a diversificada tecnologia industrial de que tanto o Brasil necessitava.

A partir de 1978 foram criados os CEFETs, como modelo de formação de profissionais tecnólogos e engenheiros industriais, diferenciado do segmento de educação que leva às universidades.

Em 1980, na tentativa de consolidar o modelo CEFET, o governo brasileiro criou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC.

A partir de 1990, a concepção sobre formação profissional tecnológica já estava amadurecida, e recebia a denominação de educação tecnológica, tendo por intuito atender o setor primário, secundário e terciário da economia, posteriormente reforçado pela Lei nº 8.711/93.

Em seguida, para atender as demandas impostas à nova educação, o MEC inicia uma reforma administrativa com a criação da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica – SENET para gerir a educação tecnológica em todos os níveis, posteriormente denominada de Secretaria Nacional de Educação Média e Tecnológica.

Nesse ano, com a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica foi transformado, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, a Educação Profissional se separa da Educação Básica, a fim de superar o assistencialismo, fazendo uma intervenção social, crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Define que o sistema de certificação profissional permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

O Decreto 2.208/97 regulamenta a educação profissional e cria o programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.

De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades para melhor configurar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira.

O Decreto 5.154/2004 permite a integração do ensino técnico de nível médio.

Em 2005, com a Lei nº 11.195, ocorre o lançamento de Educação Profissional e Tecnológica com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Em 2006, o Decreto 5.773/06 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Em 2006, Decreto 5.840 foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos

– PROEJA, com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Ainda nesse ano, foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações de cursos oferecidos por instituição de ensino público e privados.

Em fins de 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante para a educação brasileira.

Em 2007 houve o lançamento da 2ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 unidades, perfazendo até o final de 2010, um total de 354 unidades em todo o Brasil.

Parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional, que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, a Educação profissional e Tecnológica está sendo convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas para contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nesse contexto, a atual conjuntura é favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ato de produção científica e tecnológica nacional, principalmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação possui características diferenciadas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo Vargas (2004) o atendimento escolar aos deficientes teve início em meados do século XX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro.

Pode-se ressaltar que durante todo o império, esses atendimentos tinham função muito mais de asilos do que de espaços educacionais para as pessoas consideradas deficientes. Somente após a Proclamação da República, a Educação Especial começou a se expandir, embora de forma muito lenta.

Na primeira metade do século XX, havia no Brasil um total de quarenta estabelecimentos de ensino regular que prestava algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais, e outros quatorze estabelecimentos que atendiam também a alunos com outras deficiências. Foi por volta da década de 1950, que surgiram associações que criaram seus próprios estabelecimentos de ensino para os deficientes, buscando com isso, suprir a falta desse tipo de serviço, minimizando a ineficácia do Estado em oferecer oportunidades educacionais para essas pessoas. Dentre as principais associações, surgiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que, entre suas ações, criou uma Escola Especial para atender as pessoas com deficiência mental e/ou outras deficiências agregadas.

As Escolas Especiais no Brasil acabaram por trazer uma marca profunda na organização dessa área, instaurando, assim, uma conveniência paralela de duas redes de ensino: a especial e a regular.

Conforme Bueno (1993), além da ampliação de oportunidades educacionais às pessoas com deficiência, a Educação Especial espelhou muito mais o seu caráter de avalizadora da escola regular que, por trás da igualdade de direitos, ocultava a função fundamental que tem exercido nas sociedades capitalistas modernas: o instrumento de legitimação da seletividade social.

É relevante ressaltar que desde 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos documenta com clareza a objetividade, que é necessário assegurar a todos os sujeitos o direito à educação, direito reafirmado na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, que garante os direitos fundamentais de cada educando atendido, independentemente de suas particularidades.

Para Vargas (2004), além dessas mudanças que aconteceram em nível mundial, têm-se as alterações significativas a partir da Constituição de 1988, a qual assegura a garantia contra qualquer tratamento discriminatório e o atendimento educacional especializado ao deficiente, preferencialmente na rede regular de ensino.

A lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, cap. V, art. 58 apresenta a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar que deve se situar preferencialmente na rede regular de ensino, e determina também a exigência, quando necessário, de serviços de apoio especializado quando não for possível a integração de alunos com algum tipo de deficiência em classes comuns.

A definição que é apresentada na LDB, para a Educação Especial, além de determinar que essa modalidade de educação escolar seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, considera um conjunto de recursos e estratégias de apoio que devem estar à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento e perpassando transversalmente todos os níveis de ensino.

Vargas (2004) relata que em Santa Catarina, assim como no restante do Brasil, a Educação Especial começou a ser atendida em escola especial, classes especiais e outros serviços. Em 1988, instituiu-se no Estado a Política de Integração dos alunos dessa modalidade de ensino em escolas regulares. Isso se deu por meio da Secretaria Estadual de Educação, com o plano de trabalho denominado “Matrícula Compulsória”, que buscou assegurar a escolarização básica a todas as crianças na faixa etária de sete a quatorze anos.

A partir dessa medida, nenhuma escola poderia negar matrícula sob qualquer alegação, e o Estado objetivava ampliar a socialização e o acesso às novas oportunidades educacionais desses educandos, considerados até então clientela de Educação Especial.

Embora tenha sido assegurado o acesso desses alunos ao ensino regular, poucos puderam usufruir dessa oportunidade em razão de vários fatores como o preconceito, os processos de seletividade, a falta de formação e de conhecimento dos educadores, bem como a realidade da escola pública, na qual os educadores não têm a garantia de permanência no trabalho que os incentive a investir em sua auto-formação, sem mencionar a falta de infraestrutura das instituições escolares.

Todas essas dificuldades acabaram afastando a possibilidade de permanência de alunos considerados deficientes nas escolas regulares, pois, se a escola atende parcamente aos alunos considerados “normais” nas suas necessidades, parece certo que não está preparada para receber e incluir alunos com necessidades maiores.

Em 1996, por meio da Resolução nº. 01/96 do Conselho Estadual de Educação foram determinadas as normas para a Educação Especial no sistema de ensino de Santa Catarina, seguindo os preceitos constitucionais e as políticas encaminhadas até então. A partir dessa resolução, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem, preferencialmente, ser atendidas na rede regular de ensino, beneficiando-se, no entanto, dos diferentes serviços de atendimentos especializados.

Neste sentido, a Educação Especial se encaminha significativamente por meio de legislações e/ou políticas nesta área. Tem-se na Constituição Federal, em seus artigos 7º; 23; 24; 37; 203; 208 e 227, a garantia contra qualquer tratamento discriminatório, a proteção integral através de programas de assistência específicos ao portador de deficiência. Este, também deverá receber atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Art. 227 refere-se a:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o

treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e a serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, P.55).

A partir deste marco legal, teve outras mudanças que vem orientando as políticas de atuação nesta área: a criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência/CORDE (1989). A mesma temática foi objeto de discussão na "Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais", realizada em Salamanca (Espanha) em 1994, que acabou reafirmado o compromisso com a educação para todos.

Em 1996, teve no Estado de Santa Catarina, a Resolução n.º 01/96 do Conselho Estadual de Educação, que fixou as normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino de Santa Catarina, seguindo os preceitos constitucionais e as políticas encaminhadas até então.

No município de Bela Vista do Toldo há uma APAE com 31 alunos matriculados. No Núcleo Escolar Municipal Juliana Tomporoski Krull, Núcleo Escolar Municipal João Pedro Alberti e no Núcleo Escolar Municipal João Batista Pontarolo há 01 sala multifuncional destinada a alunos com necessidades especiais. No total, o município atende somente 07 alunos (que possuem laudo do Neurologista) nas salas multifuncionais.

5.5 EDUCAÇÃO NO CAMPO

Conforme Martins (2002) a história do Brasil tem sido marcada pelo extrativismo e pela exploração dos recursos naturais desde o século XVI, sendo essa exploração realizada de maneira desordenada. De lá para cá, algumas atitudes foram tomadas no sentido de coibir a devastação das florestas, dos recursos naturais e, posteriormente do uso irracional de agrotóxicos nas grandes plantações.

A partir da década de 70, a Educação Ambiental começou a despontar nos debates nacionais e internacionais como um investimento na preservação do meio ambiente, bem como se deu início é uma série de Conferências em vários países, como é o caso da Conferência de Estocolmo (1972), Belgrado (1975), Tbilisi (1977), do Relatório da Comissão Brundtland (1987), da Rio 92 e da Agenda 21 (1992), da Cúpula das Américas (1994), da Conferência de Tessalônica (1997), da Cúpula Mundial de Johannesburg (2002) e da Conferência de Frankfurt (2010). Depois da Rio 92, muitas conferências, encontros e seminários aconteceram para discutir a questão do meio ambiente e a Educação Ambiental. No campo oficial, a Educação Ambiental passou a ser incorporada em vários documentos, tanto do setor educacional como fora dele, além de serem estabelecidos programas para a implementação de ações na área ambiental.

Martins (2002) relata que o MEC, aprovou através do Parecer 226/87 a inclusão da Educação Ambiental como conteúdo a ser explorado nos currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, apontando as bases conceituais da Educação Ambiental no Brasil. Neste documento aparece um consenso em relação à importância da educação formal de Ensino Fundamental e Médio para a formação ou reforço da consciência ecológica. "Oliveira (1989, p.11), a inclusão de programas de Educação Ambiental tem sido baseado na crença comum de que a Educação Ambiental é um elemento de socialização que contribui para o desenvolvimento social do educando".

No entanto, Dias (1994) coloca em discussão de como fazer para que essa educação geral se desenvolvesse numa abrangência maior. Entendeu-se dessa maneira, que o maior problema incidia na organização e na dinâmica de cada escola em fazer valer o seu caráter educativo, bem como na formação dos professores e da consciência de seu papel de educadores, dentro dos seus limites de ação. Ressalta-se ainda os aspectos culturais de um país que, por ser tão jovem, ainda não tinha despertado para os problemas advindos da exploração ambiental ou não os havia assimilado dada a velocidade de seu processo de desenvolvimento.

Conforme Martins (2002), situando ainda a Educação Ambiental em outros documentos nacionais, é relevante citar o Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, de 1994, no qual a Educação Ambiental é inserida como tema, de forma interdisciplinar nos currículos escolares, e a Lei de Diretrizes de Base (LDB), 9.394/96 que embora não trate especificamente da Educação Ambiental, registra no seu artigo 26, parágrafo primeiro, que o conhecimento físico e natural da realidade social e política, especificamente do Brasil, deve fazer parte dos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio.

Ainda no artigo 32, enfatiza a formação básica do cidadão, citando, entre outros elementos, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamenta a sociedade, onde também estão presentes os objetivos da Educação Ambiental.

... formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e os sentido de participação e engajamento que lhes permitem trabalhar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam" (UNESCO, apud, PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 1998, p.51).

Em outras palavras, a Educação Ambiental é um tema multidimensional que deve ser obrigatoriamente abordado nas escolas. É uma temática que pode ser inserida em todas as disciplinas, já que o aprendizado está fundamentado na interdisciplinaridade

A Educação Ambiental deve manter o compromisso permanente com a qualidade do meio ambiente, da vida no planeta e da biodiversidade, sendo indispensável na evolução educacional um maior comprometimento com a preservação dos recursos naturais e com o desenvolvimento sustentável.

A parti dessa perspectiva, a Educação Ambiental que deve acontecer na escola será um processo contínuo quanto à sua temporalidade e quanto ao fato de estar na continuidade das ações que os pequenos conglomerados humano praticam em sua inter-relação com o meio ambiente, tanto naquilo que mereça ser valorizado, quanto nas atitudes e visões que se pretende problematizar em relação às consequências danosas para o ambiente.

6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para os sistemas educacionais, a formação dos professores constitui uma das preocupações fundamentais, conforme observa Nóvoa (1995, p.09) "não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica sem uma adequada formação de professores", e termina afirmando que não se pode descuidar desse aspecto, principalmente, no momento em que os professores têm sido alvo de constantes críticas.

De acordo com Souza (2002) é possível constatar que está ocorrendo um conjunto de mudanças na formação do professor e que a formação inicial deve ser repensada em função da evolução das condições de trabalho, das tecnologias ou do estado dos saberes. A renovação da formação inicial integra as transformações da profissão.

Os desafios atuais da sociedade da informação e do conhecimento, da sociedade do desemprego e das novas configurações de trabalho,

da autonomia e da exigência de saberes que ultrapassem a redução da docência à técnica impõe um novo repensar sobre os cursos de licenciatura, Pedagogia e Normal Superior.

Para Romanowski (2003) a formação de professores em relação à expansão da Educação Básica apresenta defasagens, pois, além do déficit histórico de professores devidamente formados existe o acentuado aumento desse nível de ensino, que exige uma maior ampliação dos cursos de licenciatura.

O número de matrículas nos cursos de licenciatura apresenta índices ligeiramente superiores nas instituições públicas. A oferta de cursos na área de formação de professores pelas instituições particulares é menor, principalmente na área de Ciências Exatas. A necessidade de infra-estrutura como laboratórios, aliada à elevada desistência de alunos, podem desestimular as instituições privadas a ofertarem cursos nessas áreas.

Também a histórica desvalorização do magistério, que ocasiona pouca demanda pelos cursos de licenciatura, provavelmente não estimula o investimento das instituições nesses cursos. Essas situações exigem que a formação de professores seja expandida em universidades públicas, priorizando a criação de novas instituições de acordo com o levantamento de áreas e locais, onde o número de professores formados seja menor.

De acordo com Freitas (1999) o ensino está passando por profundas transformações e reformas, tanto em função das políticas advindas da reforma de ensino proposta na Lei 9.394/96, como em função das novas tendências dos processos de formação e do movimento dos educadores.

A preocupação com a formação de professores, em função das políticas governamentais é recorrente, pois é o professor quem atua na prática escolar, possibilitando mudanças ou inovações, por meio da educação. Esse fato gera intensa discussão sobre a formação do professor da Educação Básica, envolvendo associações de docentes e de pesquisadores, associações de classe, faculdades de educação, comissões de especialistas, as Secretarias do Ministério de Educação e do Conselho Nacional de Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, aprovada em 2 de dezembro de 1994, determina no art. 62 que a formação de docentes para atuar na educação básica seja realizada em nível superior, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Romanowski (2003) relata que no Brasil, há, aproximadamente, um milhão de professores em atividades que não tem essa titulação. Por isso foi estabelecido um prazo para que todos os professores passassem a ter formação superior, o que gerou um desafio e uma dificuldade para a situação educacional e o conjunto dos professores. O curso normal em nível médio pode constituir-se como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O curso de Pedagogia, respeitada a base comum nacional, que designa a docência como eixo articular da formação, tem por finalidade a formação dos profissionais de educação para atuarem nas especificidades da administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. O art. 69 da Legislação prevê, também, que a formação para atuar nessas especificidades além do curso de pedagogia, pode ser realizada em cursos de pós-graduação.

A prática de ensino está incluída nos cursos de formação de professores, conforme determina o art. 65 da LDB. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional nas demais atividades educacionais, ou seja, para exercer as funções de direção, orientação, supervisão é necessário experiência como professor, conforme determina art. 67.

Além da regulamentação contida na LDB, Romanowski (2003) diz que os cursos de formação de professores são regidos pelas seguintes normas e regulamentos:

- Parecer 009/2001 do Conselho Nacional que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer n. 115/1999, que dispõe sobre diretrizes gerais para os Institutos Superiores de Educação;
- Parecer n. 1/99 que regulamenta as Diretrizes Curriculares para a formação de professores na modalidade normal em nível médio;
- Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de Licenciatura e de graduação plena;
- Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Sendo assim, seguem abaixo gráficos demonstrativos do quantitativo de profissionais que trabalham diretamente com alunos e outros que fornecem assistência aos professores e outro referente à formação dos professores.

Entre professores (76), assistentes pedagógicos (03), pedagogos (06) e orientador educacional (01), o que totalizam 86 profissionais com graduação, 81 com pós-graduação e 05 estão cursando pós-graduação.

Gráfico 5 – Formação dos professores

Fonte: SMS, 2015

O conjunto de transformações que podem ser distinguíveis em relação ao conhecimento do professor na formação inicial inclui conhecimento científico e conteúdos escolares, metodologias, o conhecimento sobre aprendizagem dos alunos, currículo, organização e gestão da escola, processos avaliativos, comunicação docente, uso de recursos e tecnologias educacionais, uso do tempo, entre outros.

As novas concepções de formação valorizam a prática docente, enfocando a análise e reflexão do professor e a formação continuada. Os conteúdos acerca do cotidiano da sala de aula e os problemas reais dos professores apontam para uma didática da prática fundada na investigação, participação e reflexão da ação.

De acordo com Oliveira (2000) a atual proposta de formação inicial de professores no Brasil inclui a prática pedagógica como conteúdo de formação desde o início do curso. Outro aspecto importante é o aluno do curso de formação inicial que passa a perceber que ele é um professor em formação. Isto implica que o professor formado precisa estar atento à sua própria prática, pois o aluno aprende também pela prática e pela experiência de seus professores.

6.1 Valorização Profissional

O Art. 206, da Constituição Federal de 1988 determina vários princípios, entre eles a valorização dos profissionais do ensino, plano de carreira para o magistério público, piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

As políticas de valorização do profissional se encontram na lei 9.394/96, mais especificamente no Art. 67.

Outro mecanismo de valorização profissional se encontra na lei 9.424/96, que regulamente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, garantindo pelo menos 60% desse recurso para remuneração dos profissionais do Magistério.

Em 1997, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CEB/CNE, nº 03 de 08 de outubro de 1997 fixa as diretrizes para os novos planos de carreira. No Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 de janeiro de 2001, a valorização dos profissionais também constitui uma das prioridades, dando ênfase à formação inicial e continuada.

Dez anos após a criação do FUNDEF, foi regulamentado, pela Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, o Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação.

Entre as políticas educacionais de Valorização dos Profissionais do Magistério, pode-se destacar o Plano de Desenvolvimento da Escola, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Lei do Piso Salarial, Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR, dentre outras políticas implementadas nos anos 2000 que configuram a atual política docente.

O município de Bela Vista do Toldo, na Lei nº 097 de 17 de dezembro de 1998, Art. 35 menciona e na Lei nº 831 de 24 de fevereiro de 2012, Art. 5º dispõe sobre a valorização dos profissionais da educação conforme o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério.

A Lei nº 831 de 24 de fevereiro de 2012 institui e dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério do Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo, como de valorização do profissional.

7 FINANCIAMENTO

O financiamento da educação no Brasil provém de recursos públicos, de empresas privadas e da contribuição dos cidadãos, por meio da cobrança de impostos. É definido por parâmetros legais, conforme estabelecido na Constituição Federal e legislação correlata, o que garante a alocação para a educação pública.

De forma limitada, pode-se dizer que a partir da Constituição Federal de 1988, passou-se a vivenciar um período de democratização do Ensino Fundamental. Essas transformações possibilitaram a alteração na forma de seu financiamento com a instituição das políticas de fundos vinculados à educação.

Sendo assim, nas laudas a seguir destacam-se algumas fontes de investimento relevantes para a educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF; Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

7.1 DO FUNDEF AO FUNDEB

É notório o momento conturbado em que vive o ensino brasileiro, no entanto, ainda não se tem uma clara visão de seus resultados quanto à questão do financiamento. Diante disso, o Governo Federal criou o FUNDEF, que se apresenta como um significativo investimento da política enquanto promotora de equidade e justiça social.

Mas até o surgimento do FUNDEF foi um longo caminho percorrido, que teve como primeiro passo a promulgação da Constituição Cidadã. Surgiu como uma nova proposta de financiamento da educação e define no art. nº 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que o poder público deveria destinar pelo menos 50% de seus gastos constitucionais, de receita de impostos para a eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental nos 10 anos após sua promulgação.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 233/95, que resultou na Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996 criou também o FUNDEF, regulamentado pela Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

O FUNDEF foi uma medida de natureza contábil que sofreu modificações ao passo que alocou recursos para o desenvolvimento de ações educacionais. Articula os três níveis de governo, incentiva a participação da sociedade por meio de conselhos, garante o mínimo de recursos para alcançar a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, investe na valorização profissional e tende a diminuir as desigualdades existentes no país.

O FUNDEF criou alguns problemas, principalmente no atendimento das etapas de ensino que compõem a Educação Básica, pois não existe uma política que contribua para a universalização do atendimento, sustentada por mecanismo que assegurem a melhora qualitativa do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

Com a intenção de preencher as lacunas do FUNDEF, que tinha prazo de validade definido em 10 anos após promulgação da lei, cria-se o FUNDEB com características mais amplas, pois segundo a lei, busca-se a equalização na distribuição de recursos da educação, universaliza-se o atendimento da Educação Básica (Educação Infantil, Educação Básica e Ensino Médio) e não apenas o Ensino Fundamental como a priori. O FUNDEB é mais abrangente, e garante investimentos que assegurem a qualidade do ensino. Valoriza os profissionais, assegurando-lhes o piso salarial para o Magistério.

A vigência do fundo é de 14 anos (2007-2020) e sua formação, no âmbito de cada Estado, resulta da aplicação de percentuais que se elevarão, gradativamente, de forma a atingir o percentual de 20% no ano de 2009, sobre as seguintes receitas:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações - IPIexp;
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- Imposto Territorial Rural (Quota-Parte dos Municípios) - ITRm;
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD;
- Ressarcimento pela desoneração de Exportações de que trata a LC nº 87/96;
- Receitas da Dívida Ativa incidentes sobre estes impostos.

Além dessas 09 fontes de recursos, há uma parcela de recursos federais que são asseguradas sob a forma de complementação da União.

7.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE originou em 1940, mas foi promulgado pela Constituição Federal em 1988. O programa contribui para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

O programa tende a atender alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos,

matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias, por meio de transferência de recursos.

- Creche – R\$ 1,00
- Pré-escola – R\$ 0,50
- Escola Indígena e quilombolas – R\$ 0,60
- Ensino Fundamental, Médio e EJA – R\$ 0,30
- Ensino Integral – R\$ 1,00
- Programa Mais Educação – R\$ 0,90
- Atendimento Educacional Especializado Contra-turno – R\$ 0,50

O repasse é feito diretamente ao município com base no Censo Escolar realizado no ano anterior o atendimento. O repasse do recurso do PNAE pode ser acompanhado pelo CAE, FNDE, TCU e CGU.

Os recursos financeiros da União são transferidos em 10 parcelas mensais, para a cobertura de 20 dias letivos, às entidades executoras (nesse caso o município) em contas correntes específicas abertas pelo FNDE, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Não há necessidade de celebração de convênio, acordo ou outro instrumento.

Para participar do Programa o município tem que cumprir algumas exigências e não pode gastar o recurso com qualquer gênero alimentício, ou seja, os alimentos devem estar definidos nos cardápios do Programa de Alimentação Escolar, elaborados por nutricionistas e Conselho de Alimentação Escolar - CAE e respeitando os hábitos alimentares locais. A prestação de contas deve ser realizada pelo município até o dia 15 de janeiro do exercício seguinte, com parecer do CAE.

7.3 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

Criado em 1995 esse programa era denominado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE).

O PDDE, criado a partir da Medida Provisória nº 1.784 de 14 de dezembro de 1998, substituiu o PMDE e tem por finalidade prestar assistência financeira, às escolas públicas da Educação Básica das redes estadual, municipal e federal e às escolas privadas mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O programa engloba ações e melhorias na infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da auto-gestão escolar, nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da Educação Básica.

O recurso é transferido de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior do repasse.

Até 2008, o programa contemplava apenas escolas públicas do Ensino Fundamental. A partir de 2009, com a Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009, transformada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, foi ampliado para a Educação Básica, passando a abranger as escolas do Ensino Médio e Educação Infantil.

7.4 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE

Instituído pela Lei nº 1.880 de 9 de junho de 2004, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, tem por objetivo garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e municípios.

Com a Medida Provisória nº 455/2009, transformada em Lei nº 11 de 1.947 de 16 de junho de 2009, o programa foi ampliado para toda a Educação Básica, beneficiando também os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Médio residente em áreas rurais.

O PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidades de convênio ou outro instrumento para custear despesas burocráticas, de manutenção e reforma do transporte de alunos da Educação Básica pública residentes em área rural.

O repasse do recurso é realizado em nove parcelas anuais e o cálculo do montante de recursos tem como base o quantitativo de alunos da zona rural, transportados e informados no censo escolar do ano anterior.

8 AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto da educação pública de qualidade social e democrática. As lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade se intensificaram a partir de 1980, principalmente após a Constituição Federal, em seu art. 206. Estabeleceu alguns princípios como obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática.

Analisar a gestão da educação implica em refletir sobre as políticas de educação, isso porque há ligação forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações.

No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão.

A gestão democrática implica também na luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de decisões, implementação de processos colegiados nas escolas, financiamento entre outros.

É entendida como participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios da escola, de melhoria na qualidade pedagógica, construção de currículos na realidade local e integração entre agentes.

Nesse sentido, está exposto no Plano Nacional de Educação que a gestão está inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, a fim de que seus agentes possam utilizar de mecanismos para construção e conquista da qualidade na educação.

Quando se fala em autonomia, pensa-se na idéia de independência, de liberdade e na possibilidade de se fazer aquilo que se quer e entende por correto.

No que se refere à Autonomia Escolar, refere-se a aspectos como liberdade que a comunidade escolar tem para elaborar seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Essa autonomia deve ser entendida como poder compartilhado e colaboração nas tomadas de decisões na escola.

O objetivo da autonomia é a busca pela qualidade com equidade e o fortalecimento da escola por meio de práticas anti-autoritárias e centralizadoras. Sendo assim, a autonomia é baseada em 4 dimensões:

- Administrativa – tomada de decisões para construção de planos, programas e projetos por pessoas que conhecem a realidade da escola;
- Financeira – escola adequa os recursos financeiros para a efetivação de seus planos e projetos construídos a partir de sua realidade.
- Jurídica – a própria escola pode elaborar suas normas escolares baseadas na legislação educacional. (Exemplo: transferência de alunos);
- Pedagógica – define sobre desenvolvimento e avaliação do PPP, tendo como condição necessária o ensino e a pesquisa. É por meio dessa

dimensão de autonomia que a escola define as atividades pedagógicas e curriculares.

9 ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAL

Os conselhos municipais, em qualquer repartição pública municipal, são canais efetivos de participação popular que permite estabelecer uma sociedade onde a cidadania passa a ser realidade. Os conselhos se tornam relevantes para fortalecer as políticas públicas setoriais. Nesse contexto, apresenta-se a seguir as concepções do Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

9.1 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação está regulamentado pela Lei nº 9.394/96 e é um órgão que compõe o sistema municipal de ensino, trazendo na sua natureza o princípio da participação e da representatividade da comunidade na gestão da educação. Os objetivos do Conselho Municipal de Educação são;

- assegurar a participação da sociedade, como mecanismo de gestão colegiada e democrática;
- consolidar uma estrutura educacional que assegure a aprendizagem escolar, participação coletiva no planejamento, monitoramento e avaliação das ações educativas nas dimensões administrativa e pedagógica do sistema público municipal;
- ampliar a capacidade de compreender e interpretar a legislação educacional;
- participar da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas municipais.

O CME é composto por representantes de diversos segmentos da sociedade e tem por função fazer a mediação entre governo e sociedade. Integrar a estrutura do poder executivo municipal e fazer parte do sistema municipal de ensino, no sentido de definir prioridades para a construção de políticas públicas voltadas para a educação municipal.

O CME é órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas públicas municipais para a educação. O mandato dos conselheiros é de, no mínimo 2 anos, e no máximo de 4 anos.

O Conselho Municipal de Educação no Município de Bela Vista do Toldo, foi criado pela Lei nº 308 de 05 de maio de 2003, e tem caráter consultivo, normativo, fiscalizador e de assessoramento ao Executivo Municipal em termos de sua competência e conforme a LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

O Conselho Municipal é composto por 10 membros, ficando assim discriminados: 01 especialista em Educação do Sistema Municipal de Ensino; 01 representante dos professores municipais; 03 representantes da Secretaria Municipal de Educação; 01 representante do Conselho Tutelar; 02 representantes de pais; 01 representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças 01 representante do Setor de Pessoal da Prefeitura de Bela Vista do Toldo.

Além do Conselho de Educação foram criados a partir da Lei nº 1.072 de 24 de dezembro de 2014 e da Lei Complementar nº 1.080 de 26 de março de 2015 os Conselhos Escolares nas Unidades Escolares com mais de 100 alunos. Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo, que atuará em assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar conforme disposto na Lei nº 792 de 13 de setembro de 2011.

9.2 CONSELHO DO FUNDEB

O conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB é um colegiado fundamentado no art. 24 da lei nº 11.949/2007, e tem por objetivo realizar o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do fundo.

O conselho é uma unidade administrativa de governo e sua ação deve ser independente e harmônica com órgãos da administração pública.

O conselho do FUNDEB é uma nova instância do controle social que não deve ser confundida com o controle interno, executado pelo Tribunal de Contas na qualidade de órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem compete a apreciação das contas do Poder Executivo.

O conselho faz o controle direto da sociedade e aponta às demais instâncias, falhas ou irregularidades cometidas, a fim de que as autoridades adotem providências cabíveis.

A função do conselho é acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB; elaborar proposta orçamentária anual; instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas; acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

Conforme a Lei nº 11.494/2007 os membros do Conselho do FUNDEB não serão remunerados, sua atividade é de interesse social e é assegurado isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades.

O Conselho do FUNDEB de Bela Vista do Toldo foi criado pela Lei nº 532 em 16 de maio de 2007, que dispõe sobre a "criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. A Lei está de acordo com a disposição do Art. 76 da Lei Orgânica Municipal.

A Lei nº 683 de 10 de fevereiro de 2010 altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 532/2007, passando a vigorar a seguinte redação: dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais, pelo menos 1 da secretaria municipal de Educação.

9.3 CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE existe desde 2000 para fiscalizar os recursos federais destinados à merenda escolar e garantir boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino.

Instituído por Medida Provisória e previsto pela Lei nº 11.947/2009, sua criação está relacionada à descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura que passaram a ser feitos diretamente aos municípios e estados sem a necessidade de realizar convênios e acordos.

Composto por representantes da sociedade civil, trabalhadores da Educação, pais e alunos, cabe ao conselho analisar ações e emitir parecer sobre o uso dos recursos pela rede de ensino.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal determina os momentos estratégicos para realizar uma avaliação das ações e das atividades que estão sendo desenvolvidas e analisar os resultados que estão sendo alcançados com o objetivo de poder redirecionar as estratégias de execução. Sendo assim, é importante elaborar instrumentos que sirvam para acompanhar as ações, avaliar os resultados alcançados e realimentar a dinâmica do processo executivo do Plano.

Após a tramitação e aprovação da Lei do PME torna-se necessário formar um fórum permanente para acompanhamento e avaliação. Em municípios onde o Conselho Municipal de Educação é atuante e representativo, esse mesmo conselho pode ser esse fórum. Para as metas abaixo, do Plano Nacional de Educação, não foi possível estipular objetivos, pois no município não há Educação Tecnológica, Ensino Superior nem cursos de Pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Plano Municipal de Educação – PME deve ser construído a partir do princípio da Gestão Democrática, a fim de que vários interessados possam opinar, dar sugestões e contribuir para a construção de um Plano com qualidade e de acordo com a realidade social, cultural e econômica do município.

Partindo desse pressuposto, o Plano Municipal de Educação do município de Bela Vista do Toldo foi construído em 2015, possui uma Comissão para Elaboração do Plano conforme Decreto nº233/2014 de 16 de dezembro de 2014 e Decreto de Alteração nº 235/2015.

O Plano Municipal de Educação destaca aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos e, principalmente, dados e informações educacionais que possibilitaram a construção das metas e estratégias a serem cumpridas nos próximos 10 anos (2015 – 2025).

As metas municipais têm como base as metas nacionais, já as estratégias foram construídas de acordo com a realidade do município e em conjunto com a Comissão.

Enfim, o Plano Municipal de Educação é um instrumento a ser usado nos próximos 10 anos que visa melhorar toda a estrutura do sistema educacional, bem como proporcionar educação de qualidade a todas as crianças que frequentam o sistema de ensino municipal.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2001.

ÁRIES, Phillipe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL, MEC, COEDI. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEf/DPEF/COEDI, 1994.

BUENO, José Geraldo S. Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educa, 1993.

CHARLOT, B.A. Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPUBLICA DEFERATIVA DO BRASIL. 1998.

FREITAS, Luís Carlos. Formação de educadores uma abordagem histórica. Educadores para o século XXI: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNES, 1999.

NARADOWSKI, Adeus à infância (e a escola que a educava). IN: SILVA, L.H. da (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROCHA, Eloisa AciresCandal. A pesquisa em educação infantil: trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. Florianópolis: UFSC, 1999.

VARGAS, Sidnei. Educação Especial. Florianópolis: UDESC/FAED/CEAD, 2004.

VYGOTSKY, Leontiev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Leila Andréia Severo. Educação e Meio Ambiente. Florianópolis: UDESC/FAED/CEAD, 2002.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

NÓVOA, Antônio. Aprofissão professor. Porto: Porto Editora, 1995.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação de Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação e profissionalização docente. Curitiba: IBPEX, 2003.

SOUZA, D. T. R.A formação contínua de professores como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade de ensino: uma reflexão crítica. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

<http://tabnet.datasus.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br/cidades>

<http://tabnete.datasus.gov.br>

www.pnud.org.br

11 METAS E ESTRATÉGIAS PARA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias

- 1.1 - Ampliar oferta de vagas em espaços adequados às crianças na faixa-etária de 0-5 anos, gradativamente até o final da vigência deste plano de forma a atender o estabelecido nesta meta, considerando as peculiaridades locais;
- 1.2 - Garantir contratação de profissionais capacitados/qualificados na área específica para atender as crianças de 0-5 anos;
- 1.3 - Viabilizar roteiros de transporte escolar de qualidade na área rural e urbana com veículos adaptados e bem conservados, oportunizando que as crianças sejam mantidas dentro do seu raio escolar, de acordo com a localização das escolas e disponibilidade de vagas;
- 1.5 - Proporcionar, gradativamente, espaço físico arborizado, material didático-pedagógico e espaço de ludoteca e brinquedoteca, condizente/adequado com a idade e desenvolvimento cognitivo do educando;
- 1.6 - Renovar e ampliar os parquinhos das escolas, quadra coberta até o final da vigência deste plano em regime de colaboração com Estado e União;
- 1.7 - Construir parques infantis e quadras cobertas em escolas onde não há essa estrutura, em regime de colaboração com União e Estado;
- 1.8 - Assegurar quadro de professores habilitados na área, promovendo formação continuada para garantir qualidade no processo de ensino aprendizagem;
- 1.9 - Incentivar a prática de atividades lúdicas no sistema de ensino que estimulem a criatividade, imaginação, socialização, comunicação e expressão, higiene, segurança alimentar, levando em consideração sua identidade;
- 1.10 - Garantir aos alunos alimentação escolar de qualidade;
- 1.11 - Assegurar recursos financeiros à Educação Infantil conforme Art. 212 da Constituição Federal, além dos recursos do FUNDEB, a fim de promover o desenvolvimento integral dos alunos;
- 1.12 - Garantir a participação da comunidade escolar na gestão administrativa por meio da APP e Conselho deliberativo, a fim de promover a participação democrática;
- 1.13 - Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 1.14 - Viabilizar processo/sistema de acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.15 - Viabilizar monitores, com formação adequada para atuar na Educação Infantil em creches de 0-3 anos, a fim de melhorar o atendimento pedagógico, individual e coletivo dos alunos;
- 1.16 - Assegurar propostas pedagógicas articuladas com cada etapa de ensino das crianças, preservando as especificidades da Educação Infantil e com a realidade sócio-econômica e cultural dos alunos que frequentam a instituição de ensino da Educação Infantil;
- 1.17 - Assegurar à Educação Infantil aulas de Educação Física e Artes em espaços adequados, com o intuito de estimular a prática esportiva, psicomotora e artística desde a infância;
- 1.18 - Incentivar o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 1.19 - Cumprir o disposto na Lei Complementar nº 170/1998, e o Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino, em especial no Art. 3º, Decreto nº 1.060 de 23 de outubro de 2012.

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias

- 2.1 - Garantir o acesso das crianças de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental;
- 2.2 - Assegurar às escolas, espaços físicos adequados ao bom desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, em regime de colaboração com Estado e União;
- 2.3 - Garantir um Projeto Político Pedagógico e Currículo Escolar adequado à instituição de Ensino e às especificidades da clientela (alunos), tendo como base os direitos e objetivos de aprendizagem, determinados por uma base nacional comum, pactuada entre Estado, Município e União;
- 2.4 - Garantir ensino público gratuito, com equidade e qualidade a todos os alunos;
- 2.5 - Assegurar transporte público, conforme lei e programas federais aos alunos da zona rural e urbana, em regime de colaboração com União, Estado e Município;
- 2.6 - Garantir espaço para biblioteca escolar com bom acervo de livros a fim de incentivar a formação de leitores;
- 2.7 - Implantar laboratórios de informática e ciências em todos os Núcleos Escolares, em regime de colaboração com a União;
- 2.8 - Assegurar novas oportunidades de aprendizagem no contra-turno, aos alunos do Ensino Fundamental que apresentarem dificuldades durante o processo pedagógico;
- 2.9 - Utilizar os indicadores nacionais de avaliação para analisar, avaliar e reformular o currículo escolar e a prática pedagógica;
- 2.10 - Garantir proposta de ensino que proporcione a progressão na avaliação do IDEB;
- 2.11 - Proporcionar aos alunos exames periódicos de acuidade visual e auditiva com profissionais especializados e acompanhamento dos casos problemas;

- 2.12 - Estabelecer parcerias com outras secretarias (Assistência Social e Secretaria de Saúde) a fim de que o aluno do Ensino Fundamental tenha conhecimento e acesso a outros serviços que lhe proporcione melhor qualidade de vida;
- 2.13 - Garantir o acesso ao ensino fundamental à população rural e urbana em locais mais próximos ao seu raio escolar, reorganizado a estrutura física das escolas existentes ou com a construção de novos prédios, de acordo com a demanda local, em regime de colaboração com Estado e União;
- 2.14 - Desenvolver atividades de cultura, esporte e lazer em todas as unidades escolares;
- 2.15 - Incrementar a Merenda Escolar com alimentos saudáveis de hortas escolares e incentivar o hábito de uma alimentação saudável e rica em nutrientes;
- 2.16 - Implantar suporte técnico para o desenvolvimento de projetos de hortas escolares;
- 2.17 - Minimizar a defasagem e distorção série/idade até a data final do Plano Municipal de Educação, utilizando práticas eficientes e eficazes;
- 2.18 - Apoiar e incentivar a criação de organizações estudantis nas instituições escolares com Ensino Fundamental – Anos Finais, como espaço de promoção da cidadania e democracia;
- 2.19 - Desenvolver projetos ambientais e/ou projetos relacionados ao setor agrícola, a fim de estimular os alunos do Ensino Fundamental a investir no trabalho e no setor agrícola;
- 2.20 - Incentivar o desenvolvimento de projetos e atividades relacionadas aos temas transversais;
- 2.21 - Cumprir o disposto na Lei Complementar no 170/1998, no Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino, em especial no Art. 3º, Decreto nº 1.060 de 23 de outubro de 2012;
- 2.22 - Garantir biblioteca escolar em cada instituição com acervo bibliográfico que contemplem as diferentes etnias responsáveis pela formação da sociedade brasileira, como também bibliografia que contemple a história de Santa Catarina e de Bela Vista do Toldo;
- 2.23 - Assegurar o cumprimento da Lei 9.394/96 e Resolução, no nº 002/2013 do Conselho Municipal de Educação que estabelece a data corte das matrículas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental – data limite 31 de março, para as escolas vinculadas ao sistema municipal de ensino.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezoito) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias

- 3.1 - Garantir o acesso e permanência dos alunos de 15 a 17 anos no Ensino Médio;
- 3.2 - Assegurar transporte público gratuito aos alunos;
- 3.3 - Minimizar repetência, evasão escolar e distorção série-idade;
- 3.4 - Garantir quadro de professores qualificados na área de atuação bem como capacitação profissional, de melhorar o processo de ensino aprendizagem;
- 3.5 - Promover atividades em parcerias (Estado e Município), a fim de estimular a participação dos pais no contexto escolar;
- 3.6 - Buscar parcerias com entidades públicas e particulares para realização de palestras, aulas de campo, etc.;
- 3.7 - Apoiar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- 3.8 – Apoiar que União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/ mantenha a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;
- 3.9 - Estimular a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 3.10 - Colaborar com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;
- 3.11 - Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas público da educação especial;
- 3.12 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial;
- 3.13 - Estimular a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.14 - Estimular a criação de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.15 - Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;
- 3.16 - Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 3.17 - Apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;
- 3.18 - Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.19 - Acompanhar os convênios estabelecidos entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar

estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho;

3.20 - Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias

4.1 - Garantir o acesso das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

4.2 - Assegurar a acessibilidade nas instituições escolares na estrutura física, pedagógica e curricular;

4.3 - Garantir e implantar o atendimento e a inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas regulares e multifuncionais, com professores especializados;

4.4 - Garantir materiais pedagógicos específicos para trabalhar com alunos da Educação Especial;

4.5 - Desenvolver trabalho em conjunto com a Assistência Social, Educação e Saúde, em prol do desenvolvimento integral do aluno;

4.6 - Avaliar e readaptar o Projeto Político Pedagógico, currículo escolar e práticas pedagógicas conforme a realidade da instituição escolar;

4.7 - Assegurar segundo professor ao aluno que apresentar alguma deficiência, declarada por diagnóstico pedagógico, psicológico e neurológico;

4.8 - Apoiar na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007;

4.9 - Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.10 - Estimular a criação de programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

4.11 - Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22, do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos;

4.12 - Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207, da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias

5.1 - Promover o processo de alfabetização dos alunos até o 3º ano de escolaridade, articuladas com estratégias desenvolvidas na pré escola;

5.2 - Qualificar a formação inicial dos professores, com conhecimento de novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras;

5.3 - Assegurar práticas, métodos e metodologias pedagógicas eficientes e eficazes para a alfabetização de crianças até o 3º ano;

5.4 - Assegurar novas oportunidades de aprendizagem em contra-turno, aos alunos que apresentam dificuldades no processo de alfabetização;

5.5 - Estabelecer diretrizes operacionais para alfabetização de crianças com deficiência, considerando suas especificidades;

5.6 - Instituir procedimentos de avaliação e monitoramento, periódicos para aferir o processo de alfabetização das crianças.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

Estratégias

6.1 - Implantar, gradativamente, a educação em tempo integral até término da vigência do Plano Municipal de Educação, em regime de colaboração com a União;

6.2 - Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.3 - Viabilizar, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.4 - Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios

cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.5 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico;

6.6 - Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7 - Atender às escolas do campo e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8 - Apoiar e estimular a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;

6.9 - Criar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;

6.10 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Estratégias

7.1 - Garantir professores habilitados na área em todas as instituições escolares;

7.2 - Assegurar cursos de formação continuada nas áreas específicas a todos os professores;

7.3 - Garantir práticas pedagógicas diferenciadas e eficazes no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, a fim de atingir as metas projetadas pelo IDEB;

7.4 - Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local;

7.5 - Estimular para que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.6 - Apoiar a instituição, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, de um conjunto estadual de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infra-estrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.7 - Incentivar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.8 - Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.9 - Colaborar para o desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.10 - Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem;

7.11 - Proporcionar transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.12 - Incentivar o desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;

7.13 - Incentivar o uso de equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.14 - Apoiar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.15 - Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada e acessibilidade, bem como, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências;

7.16 - Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.17 - Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

- 7.18 - Apoiar políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.19 - Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008;
- 7.20 - Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades utilizando e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;
- 7.21 - Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.22 - Apoiar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.23 - Estimular, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.24 - Apoiar a criação de ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.25 - Estimular, com ênfase e em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores para atuar como mediadores da leitura;
- 7.26 - Estimular a criação de políticas educacionais, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, até o último ano de vigência deste Plano;
- 7.27 - Incentivar a criação de programas e desenvolvimento de metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;
- 7.28 - Incentivar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;
- 7.29 - Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político pedagógico, na organização e gestão dos currículos;
- 7.30 - Incentivar, no Ensino Médio, práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias

- 8.1 - Assegurar escolaridade – Ensino Fundamental e Ensino Médio às pessoas de 18 a 29 anos de idade, principalmente à população do campo, em regime de colaboração com o Estado;
- 8.2 - Apoiar a implementação de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3 - Divulgar a participação em exames de certificação e conclusão do ensino fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames;
- 8.4- Estimular políticas públicas de expansão de educação profissional para o segmento aqui considerado, em parceria com o Estado e União.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

- 9.1 - Ampliar o índice de alfabetização até o final da vigência do Plano Municipal de Educação;
- 9.2 - Minimizar o analfabetismo absoluto e funcional;
- 9.3 - Assegurar a formação de turmas para alfabetização de adultos; em regime de colaboração com o Estado;
- 9.4 - Assegurar espaços físicos e materiais pedagógicos específicos para a alfabetização de adultos;
- 9.5 - Assegurar professores habilitados e qualificados na alfabetização de adultos;
- 9.6 - Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.7 - Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.8 - Apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.9 - Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.10 - Apoiar a implementação de programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;
- 9.11 - Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.18 Estimular levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para incentivar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 10% (10 por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, desde que tenha o mínimo de 30 alunos interessados.

Estratégias

- 10.1 - Assegurar oferta de EJA à população que não conseguiu concluir seus estudos no tempo/idade correta, a fim de lhes proporcionar conhecimentos e inseri-los no mercado de trabalho;
- 10.2 - Assegurar espaços para EJA e professores qualificados;
- 10.3 - Incentivar a integração e articulação de políticas públicas setoriais que venham a proporcionar a formação profissional e a geração de emprego e renda;
- 10.4 - Reestruturar, aperfeiçoar e flexibilizar os mecanismos de avaliação da EJA;
- 10.5 - Organizar e flexibilizar o currículo escolar de acordo com a idade, necessidades, interesses, experiências e conhecimento informal dos alunos da EJA;
- 10.6 - Minimizar o analfabetismo de jovens e adultos até o final da vigência do Plano Municipal de Educação;
- 10.7 - Garantir transporte escolar aos alunos da EJA;
- 10.8 - Adequar o horário da EJA conforme o horário de trabalho dos jovens e adultos que trabalham na área pública, privada ou meio rural;
- 10.9 - Assegurar uma política de EJA diferenciada com práticas pedagógicas adequadas;
- 10.10 - Divulgar os trabalhos da EJA;
- 10.11 - Avaliar, reestruturar e reorganizar a EJA de acordo com os resultados (aprovação) obtidos;
- 10.12 - Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- 10.13 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;
- 10.14 - Apoiar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.15 - Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;
- 10.16 - Apoiar o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;
- 10.17 - Proporcionar alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional;
- 10.18 - Apoiar e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;
- 10.19 - Colaborar na expansão das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Meta 11: Incentivar matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias

- 11.1 - Buscar parcerias com instituições de ensino que ofereçam cursos profissionalizantes de nível médio;
- 11.2 - Incentivar, por meio de benefícios, a matrícula e permanência dos alunos nos cursos profissionalizantes;
- 11.3 - Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;
- 11.4 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União;
- 11.5 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;
- 11.6 - Apoiar a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades;
- 11.7 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial;
- 11.8 - Apoiar o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;
- 11.9 - Colaborar para a adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;
- 11.10 - Colaborar para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

Meta 12: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Estratégia

- 12.1- Incentivar o transporte gratuito para alunos de formação superior, conforme as condições do município.

Meta 13: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégia

- 13.1- Assegurar a contratação, por meio de concurso público, de profissionais habilitados nas áreas da Educação;
13.2- Fazer levantamento das áreas onde há maior carência de professores habilitados.

Meta 14: Incentivar a formação, em nível de pós-graduação, 80% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias

- 14.1 - Garantir cursos de formação continuada a todos os profissionais da área da Educação, promovidos pela Secretaria de Educação;
14.2 - Assegurar programas de formação específica para professores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais;
14.3 - Apoiar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios;
14.4 – Divulgar consolidação da política estadual de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, suas diretrizes estaduais, áreas prioritárias e instituições formadoras;
14.5 – Difundir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;
14.6 – Apoiar Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas;
14.7 - Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos;
14.8 – Estimular a participação e inclusão de professores em cursos de graduação e pós-graduação, em cursos oferecidos pelo Estado e Governo Federal.

Meta 15: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, através da reestruturação do Plano de Carreira, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Estratégias

- 15.1 - Assegurar avaliação da qualidade da atuação dos profissionais da educação, como subsídio para definir cursos de formação continuada;
15.2 - Instituir programas de prevenção às doenças funcionais e preparação para a aposentadoria;
15.3 - Fortalecer o sindicato dos Servidores Públicos Municipais para buscar parcerias e/ou convênios com instituições que ofereçam benefícios à saúde, cultura e lazer;
15.4 - Assegurar cumprimento de medidas administrativas que visam garantir direitos e a permanência de profissionais habilitados e com bom desempenho no quadro de funcionários da área da educação;
15.5 - Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;
15.6 - Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;
15.7 – Apoiar a criação de ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
15.8 Viabilizar nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
15.9 - Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação;
15.10 - Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e dos Estatutos Municipais do Magistério da rede pública de ensino.

Meta 16: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

- 16.1 - Incentivar criação de programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
16.2 – Incentivar a criação do Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico aos Municípios para constituir-lo, com o intuito de: a) coordenar a conferência estadual, regional, intermunicipal e municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano e dos planos municipais de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema estadual; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação dos Municípios; e) acompanhar, junto a Assembleia Legislativa, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Estadual de Educação;
16.3 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares;
16.4 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais,

assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

16.5 - Apoiar a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

16.6 - Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União;

16.7 – Criar os conselhos escolares de educação, conforme Lei nº 1.072 de 24 de dezembro de 2014 e Lei Complementar nº 1.080 de 26 de março de 2015.

16.8 – Apoiar a criação de comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

16.9 - Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares.

Meta 17: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

17.1 - Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

17.2 - Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal;

17.3 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público;

17.4 - Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções;

17.5 - Buscar convênios de cooperação entre União, Estado e Município para a manutenção da Educação Básica, alimentação escolar e transporte, bem como livro didático, material pedagógico e esportivo;

17.6 – Reestruturar e ampliar as escolas municipais da zona rural com recursos federal, estadual e municipal para garantir a permanência dos alunos no contexto escolar.

LEI MUNICIPAL Nº 1.103

LEI Nº 1.103/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação Asfáltica.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Único: Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do financiamento

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco e meio

por cento) ao ano, mais taxa SELIC.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PUBLIÇÃO CONSELHO 06

Resolução do CMDCA DE Nº 06/2015, de 12 de junho de 2015.

PROCESSO DE ECOLHA UNIFICADO PARA CONSELHEIRO TUTELAR – 2016/2020
CONFORME EDITAL Nº 01/2015

A presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, juntamente com a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Tornar público o resultado dos candidatos inscritos na fase de entrega de documentos comprobatórios dos requisitos legais para a candidatura a membro do Conselho Tutelar – 2016/2020 – Edital Nº 01/2015.

Art.2º - Os anexos I e II, consta a relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas respectivamente, na seguinte ordem: nome, número de inscrição e RG.

Bela Vista do Toldo/ SC, 12 de junho de 2015.

MARIA TEREZA SCHIESSL ALVES SANTOS

Presidenta do CMDCA

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR COM INSCRIÇÃO DEFERIDA

Nº	NOME	Nº INSCRIÇÃO	RG
01	MARGARIDA APARECIDA DA ROCHA MIRANDA	001	4.455.189-4
02	LUCIANA MOCHINSKI BUENO DE OLIVEIRA	002	5.037.976
03	LEANDRA SCHIESSL IACHITZKI	003	5.432.560
04	SINÉZIO SCHIESSL	004	2.811.649
05	ROSANE MARKO GONÇALVES DO ROSÁRIO	005	1.456.036
06	KELLY CAROLINE LIETZ ALVES DAVID	006	4.073.053
07	CLARICE IARROCHESKI SAMPAIO	007	4.242.895
08	LUCIANE DE JESUS FERREIRA	008	4.439.937
09	EDENISE CORDEIRO VIEIRA	009	4.073.880
10	VALDECI DE FÁTIMA ROSA KATH	011	1.459.703
11	MARIA APARECIDA METZER KOGI	012	4.769.498
12	JUSSARA DE FÁTIMA DE LIMA	014	4.439.009

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR COM INSCRIÇÃO INDEFERIDA

Nº	NOME	Nº INSCRIÇÃO	RG	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
01	JOÃO AIRTON DE CASTRO	010	2.810.753	Não comprovou experiência nas áreas de promoção, atendimento e/ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo dois anos.
02	MATEUS KARVAT	013	5.886.122	Não comprovou experiência nas áreas de promoção, atendimento e/ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo dois anos.

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CV 48/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CONVITE nº. 48/2015

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Convite.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO
ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/06/2015 - 09:00 H.
ABERTURA: 25/06/2015 - 09:00 H.
LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.
Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 11 de Junho de 2015.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS E SUMIDOUROS PARA O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO COM ENTREGA DOMICILIAR À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/06/2015, às 13h59min do dia 29/06/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 29/06/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (29/06/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (29/06/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 16/06/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 12 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 093/2015

DECRETO Nº 093 /2015 DE: 11 DE JUNHO DE 2015.

REGULAMENTA O ARTIGO 27 DA LEI COMPLEMENTAR 47/2011 E O ART. 29 DA LEI COMPLEMENTAR 51/2012, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e para regulamentar o artigo 27 da Lei Complementar 47/2011 e o artigo 29 da Lei Complementar 51/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Será concedido horário especial ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo que possuir cônjuge, companheiro ou filho de qualquer condição ou idade portador de deficiência, que tenha jornada fixada em no mínimo 30 (trinta) horas semanais, quando comprovada a necessidade por Junta Médica Funcional, independentemente de compensação de horário, mantida sua remuneração integral.

§ 1º - Para atender a excepcional sob sua guarda, é assegurado ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo, com carga horária superior ou igual a 30 (trinta) horas semanais, licença para ausentar-se em até 1/3 (um terço) de sua jornada de trabalho, remunerada e renovável ano a ano, através de parecer realizado por junta médica funcional.

§ 2º - Fica vedada a percepção conjunta de gratificação prevista no artigo 139 da Lei Complementar 47/2011 e no artigo 104 da Lei Complementar 51/2012 com a redução de jornada de trabalho prevista neste decreto, devendo o servidor beneficiário optar por um dos dois benefícios.

§ 3º - Para fazer jus percepção de qualquer benefício previsto nos artigos 27 e 139 da Lei Complementar 47/2011, e nos artigos 29 e 104 da Lei Complementar 51/2012, a deficiência física ou mental incapacitante do filho ou do servidor deve ser comprovada por laudo expedido pela Junta Médica Funcional, renovado a cada ano, no mês de fevereiro.

Art. 2º - O servidor público que obtiver a redução de jornada nos termos deste artigo é vedado o ingresso em outro cargo ou função pública no Município de Biguaçu, conforme determinação do § 3º do artigo 27 da Lei Complementar 47/2011 e o § 3º do artigo 29 da Lei Complementar 51/2012.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto n.º 111/2014 e as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI Nº 3556/2015

Lei nº 3556/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU A REALIZAR O RESGATE HISTÓRICO DO LEGISLATIVO E EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Câmara de Vereadores de Biguaçu autorizada a realizar o Resgate Histórico do Legislativo e Executivo Municipal dos (as) atuais e ex-vereadores (as), atual e ex-prefeitos e ex-vice-prefeitos que integraram ou integram os Poderes Legislativo e Executivo do Município de Biguaçu.

§ 1º - O resgate será realizado por meio de biografias com até 1.800 (mil e oitocentos) caracteres (com espaços) e fotos digitais em alta resolução.

§ 2º - Para participar do resgate os interessados deverão apresentar autorização pessoal ou por representante, com firma reconhecida em cartório, autorizando o uso de sua imagem em todo e qualquer material, sejam eles imagens de vídeo, fotos, documentos e informações constantes na biografia, sobre suas atividades na Prefeitura e/ou na Câmara de Vereadores deste Município, renunciando a qualquer tipo de remuneração.

§ 3º - Os materiais serão destinados à divulgação ao público em geral, por meio da Exposição "Resgate Histórico do Legislativo e Executivo Biguaçuense", promovida pela Câmara de Vereadores de Biguaçu/SC, bem como em mídia gráfica e/ou eletrônica.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o apoio logístico necessário ao resgate histórico do município.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3556/2015, de 12/06/2015
Sancionada em 12/06/2015
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1595/2015

PORTARIA nº 1595 de 12 de maio de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;
ADRIELI ROBERTA SCHONS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cadastro Técnico;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
BRUNO LOCKS BERNARDINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio Público;
CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de

Endemias;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar;
CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;
CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIRCILENE CARMELITA MARIA DA LUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Transferência de Renda e Benefícios Eventuais;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FABIULA MARA RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JIMMIY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calçeteiro;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Orçamento Participativo;
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NACET TOMAZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calçeteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de

Agente de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1581/2015.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP 96/2015 FAMABI E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO PP 96/2015 FAMABI

Devido à falta de empresas interessadas no PP 96/2015 FAMABI, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS COM AS DEVIDAS INSTALAÇÕES PARA USO NAS NOVAS INSTALAÇÕES DA FAMABI", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 30/06/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 30/06/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.

ANDRÉA FELIPE

SUPERINTENDENTE FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 171/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 26 junho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 26 junho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO 4ª TERMO ADITIVO - CONTRATO 04/2012**

Extrato do Termo Aditivo n. 04 – Contrato n. 04/2012 – Tomada de Preço n. 003/2012

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratado: Betha Sistemas Ltda – CNPJ n. 00.456.865/0001-67.

Objeto: prorrogação do contrato n. 04/2012 (Tomada de Preço n. 003/2012), para o fornecimento de licença de uso de sistema integrado de gestão pública.

Valor: R\$ 2.465,53 (dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), por mês.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.01.00.0.

Data de assinatura do contrato: 22/05/2015.

Vigência: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2015.

Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 12 junho de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.647/2015

DECRETO Nº 10.647, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

DELEGA AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DOS ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO – PMT, NOMEADA PELO DECRETO N. 10.565, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, COMPETÊNCIA PARA NOMEAR OS ÓRGÃOS E AS ENTIDADES, E RESPECTIVOS REPRESENTANTES, RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PMT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, incisos I e VII, e na forma do 75, inciso I, alíneas “f”, e parágrafo único, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 10.565, de 13 de fevereiro de 2015, que instituiu a Comissão de Coordenação dos Estudos para elaboração do Plano Municipal de Turismo - PMT, com competência para execução do processo de elaboração do PMT;

CONSIDERANDO que o processo de elaboração do PMT reclama, além dos esforços envidados pelo Poder Público, ampla participação da sociedade civil na formulação de seu conteúdo;

CONSIDERANDO a conveniência de que a nomeação dos órgãos e das entidades, e respectivos representantes, que participarão da elaboração do PMT seja realizada diretamente pela Comissão de Coordenação dos Estudos para elaboração do Plano Municipal de Turismo – PMT;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Presidente da Comissão de Coordenação dos Estudos para elaboração do Plano Municipal de Turismo – PMT, nomeada pelo Decreto n. 10.565, de 13 de fevereiro de 2015, a competência prevista no Art. 75, inc. II, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município, para nomear os órgãos e as entidades, e os respectivos representantes, responsáveis pela elaboração do PMT.

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.648/2015

DECRETO Nº 10.648, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e

cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Modalidade 4.4.90 (47) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.1.91 (23) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.794/2015

PORTARIA Nº 18.794, DE 25 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 154/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 19 de maio de 2015:

LUCAS VASCONCELOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

WILLIAM DE SOUZA GAVIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

LUIZ FELIPE NASS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

AMILTON SCHNEIDER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ALVACIR BUCCIO MARCINIAK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A; ADRIANA BUECHLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MAURO JOSÉ GUBERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

FERNANDA SENS LIMA DUARTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

DAYANE DE MACIEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARCIA LICHTENFELZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

SILVANA JANUARIO JORGE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ANYSSA HENSCHER REINER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

CAROLINE RAQUEL KREHNKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.836/2015

PORTARIA Nº 18.836, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

RECONDUZ MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os artigos 195 e 196 da

Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, resolve:

RECONDUZIR,

para o Conselho Municipal de Contribuintes, disciplinado pela Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, com as atribuições nela previstas, o cidadão abaixo relacionado, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 12 de maio de 2015:

ÂNGELA DOS SANTOS FARIAS, representante suplente, indicada pela Procuradoria Geral do Município - PROGEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.837/2015

PORTARIA Nº 18.837, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

DISPENSA A PROFESSORA JANETE MAÇANEIRO WULF DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA DA EIM ‘DR.BLUMENAU’.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei nº 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando SEMED nº 224/2015, de 02/06/2015, resolve:

DISPENSAR

a contar de 05 de junho de 2015,
a Professora JANETE MAÇANEIRO WULF, do exercício da função de Diretora da EIM “Dr.Blumenau”, nomeada pela Portaria nº 18.463, de 18/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.838/2015

PORTARIA Nº 18.838, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA A PROFESSORA MARLENE SCHELLER BOOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA DA EIM “DR. BLUMENAU” E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei nº 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando SEMED nº 224/2015, de 02/06/2015, resolve:

DESIGNAR

a contar de 06 de junho de 2015,
a Professora MARLENE SCHELLER BOOS, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretora da EIM “Dr. Blumenau”, concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.839/2015

PORTARIA Nº 18.839, DE 09 DE JUNHO DE 2015.
DISPENSA A PROFESSORA SINCLAIR DA SILVA FERREIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DA EBM "VISCONDE DE TAUNAY".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 225/2015, de 02/06/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR, a partir de 01 de junho de 2015, a Professora SINCLAIR DA SILVA FERREIRA, do exercício da função de Diretor da EBM "Visconde de Taunay", nomeada pela Portaria nº 18.155, de 16/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.840/2015

PORTARIA Nº 18.840, DE 09 DE JUNHO DE 2015.
DISPENSA A PROFESSORA CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA "EBM VISCONDE DE TAUNAY".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 225/2015, de 02/06/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR, a contar de 01 de junho de 2015, a Professora CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA, do exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Visconde de Taunay", nomeada pela Portaria nº 18.526, de 09/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.841/2015

PORTARIA Nº 18.841, DE 09 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA SINCLAIR DA SILVA FERREIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA EBM "VISCONDE DE TAUNAY" E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 225/2015, de 02/06/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

NOMEAR,

a contar de 02 de junho de 2015,
SINCLAIR DA SILVA FERREIRA, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Visconde de Taunay", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.842/2015

PORTARIA Nº 18.842, DE 09 DE JUNHO DE 2015.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEBORA CRISTINA TEIXEIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 472/2015, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal DEBORA CRISTINA TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Técnico em Higiene Dental da ESF, a contar de 07 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.843/2015

PORTARIA Nº 18.843, DE 09 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 027/2015, de 02/06/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN:

MAURÍCIO POZZOBON e ADRIANO DA CUNHA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, em substituição a TELMO GONÇALVES DUARTE e MAURÍCIO POZZOBON, nomeados pelas Portarias nº 17.877, de 02/06/2014 e 17.926, de 27/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.844/2015

PORTARIA Nº 18.844, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

RETIFICA A PORTARIA Nº 18.733, DE 07 DE MAIO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a solicitação feita pela Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, constante do Processo Administrativo nº 2015/05/3890, resolve:

RETIFICAR

a Portaria nº 18.733, de 07/05/2015, que exonerou a servidora publica municipal ELIANA LIZETE SPENGLER, do cargo em comissão de Gerente de Ouvidora, símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, produzindo seus efeitos para fins de exoneração a contar de 13 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.845/2015

PORTARIA Nº 18.845, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, OCUPADO POR CLAUDIA CRISTINA CARDOSO MARTINS DA SILVA, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 11 de junho de 2015, o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora pública municipal CLAUDIA CRISTINA CARDOSO MARTINS DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, em virtude de sua posse no cargo de Psicólogo, nomeada pela Portaria nº 18.755, de 13/05/2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/06/4040.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.846/2015

PORTARIA Nº 18.846, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA CAMILA MUNIZ NODARI PARA AUXILIAR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 912, de 29 de outubro de 2013, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal abaixo indicada, para

auxiliar na prestação de serviços da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, de conformidade com o Convênio celebrado entre a CIDASC e o Município de Blumenau:

CAMILA MUNIZ NODARI, servidora pública municipal, matrícula nº 230357, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, a partir de 08 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.327/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.327, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
SANDRO CHAVES VIVIAN À SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.175, de 13/11/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal SANDRO CHAVES VIVIAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a contar de 15 de junho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/05/003955.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de junho de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 388/2015 - SEMUS - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 388 / 2015 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
no uso de suas atribuições, com base no Artigo 17 da Lei Complementar 870 de 01 de janeiro de 2013, combinado com os artigos 2º, 3º e 8º da Lei complementar nº 84 de 09 de junho de 1995, RESOLVE:

DESIGNAR

O servidor público municipal abaixo relacionado para exercer as atribuições de Fiscal de Serviços em Saúde à contar do dia 10 de maio de 2015.

MAT	NOME
23033-2	LUIZ GUSTAVO FABRIS

Secretaria Municipal de Saúde, em 02 de junho de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO Nº 112/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 112/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 048/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a LOCAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO E DO SALÃO DE FESTAS DO TEATRO CARLOS GOMES (TCG) PARA REALIZAÇÃO DAS SOLENIDADES DE COLAÇÃO DE GRAU INSTITUCIONAL DO 1º (PRIMEIRO) SEMESTRE LETIVO DE 2015 DA FURB.

Contratados: SOCIEDADE DRAMÁTICO MUSICAL CARLOS GOMES. Valor/Dotação: R\$ 73.130,00 (setenta e três mil cento e trinta reais).

Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: 01.28.12.364.0076.2028 (Coordenadoria de Comunicação e Marketing)/ 3.3.90.39.00.00.00.00

Blumenau, 25 de maio de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 128/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAUExtrato nº. 128/2015
Dispensa de Licitação nº. 051/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe

com fundamento no Artigo 24, XXI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de equipamento Espectrômetro de Infravermelho por Transformada de Fourier e serviço de instalação, treinamento de programação e assistência técnica durante o prazo do equipamento através de convênio com o FINEP. Contratada: Bruker Optik GmbH. Valor/Elemento de Despesa: R\$ 173.818,18 (cento e setenta e três mil, oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos), equivalente à €\$ 51.291,50 (cinquenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) €\$ 1,00 – R\$ 3,39 em 22/05/2015) / 4.4.90.52.00.00.00.00.

Blumenau, 09 de junho de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

PORTARIA Nº 130/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAUExtrato nº. 130/2015
Dispensa de Licitação nº. 092/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, XXI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de central simples de oxigênio com acessórios e reguladores de O² e N² para o Departamento de Química da Universidade. Contratada: Atmosfera Manutenção Industrial Ltda - ME. Valor/Elemento de Despesa: 2.786,00 (dois mil setecentos e oitenta e seis reais)/3.3.90.00.00.00.00.00.

Blumenau, 10 de junho de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.336
RESOLUÇÃO MD Nº 2.336
AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM REUNIÕES TÉCNICAS, ACOMPANHANDO VEREADOR EM BRASÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do servidor público Cristiano Montagna em reuniões técnicas ministeriais, acompanhando o Vereador Jefferson Forest, de 11 a 15 de maio de 2015, em Brasília (DF).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de quatro diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria ao servidor público participante.

Art. 3º As despesas com a execução desta Resolução da Mesa Diretora correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o servidor público deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação nas reuniões técnicas.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE MAIO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.337

RESOLUÇÃO MD Nº 2.337

RATIFICA CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA ANDRÉIA RONCAGLIO GERALDO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É ratificada a cessão da servidora pública efetiva Andréia Roncaglio Geraldo, do Poder Executivo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É concedida, a partir de 18 de maio de 2015, Gratificação de Função de Coordenador Pedagógico da Escola do Legislativo à servidora pública efetiva Andréia Roncaglio Geraldo, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 3º, da Resolução nº 441, de 26 de março de 2015 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 21 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.338

RESOLUÇÃO MD Nº 2.338

NOMEIA ODIR KAESTNER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 21 de maio de 2015, Odir Kaestner, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Mário Hildebrandt – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 21 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.339

RESOLUÇÃO MD Nº 2.339

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM SOLENIDADE DE POSSE DE SENADOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Jens Juergen Mantau, na solenidade de posse do Senador Dalírio Beber, no Senado Federal, em Brasília (DF), no dia 19 de maio de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na solenidade de posse.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 21 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.340

RESOLUÇÃO MD Nº 2.340

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA VIAGEM DE VEREADORES MIRINS A FLORIANÓPOLIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesa, no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para alimentação de Vereadores Mirins, em viagem a Florianópolis (SC), no dia 9 de junho de 2015, para visitar a Assembleia Legislativa, o Centro Administrativo

Estadual e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º As despesas previstas neste artigo serão comprovadas mediante apresentação de notas fiscais, pelo Regime de Adiantamento, previsto na Lei Municipal nº 4.313, de 17 de dezembro de 1993.

§ 2º O numerário fixado neste artigo será entregue ao servidor público Diogo Leonardo Roedel de Souza.

Art. 2º As despesas com a execução desta Resolução da Mesa Diretora correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE MAIO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.341 RESOLUÇÃO MD Nº 2.341

ATUALIZA O VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É atualizado, para R\$ 15,71 (quinze reais e setenta e um centavos) por dia trabalhado, o valor do auxílio alimentação aos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos do parágrafo único do artigo 1º, da Lei Complementar nº 893, de 09 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE MAIO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.342 RESOLUÇÃO MD Nº 2.342

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo, no dia 5 de junho de 2015, na Câmara Municipal de Blumenau, como medida de economicidade.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE MAIO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.343 RESOLUÇÃO MD Nº 2.343

RATIFICA CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO ILMO IZOLABELA MENDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É ratificada a cessão do servidor público efetivo Ilmo Izolabela Mendes, do Poder Executivo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É concedida, a partir de 1º de junho de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Eventos Culturais ao servidor público efetivo Ilmo Izolabela Mendes, de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 20-F, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE MAIO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.344

RESOLUÇÃO MD Nº 2.344

RATIFICA CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA SANDRA REGINA NÓBREGA KUCHENBECKER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É ratificada a cessão da servidora pública efetiva Sandra Regina Nóbrega Kuchenbecker, do Poder Executivo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É concedida, a partir de 18 de maio de 2015, Gratificação de Função de Coordenador Pedagógico do Programa Vereador Mirim à servidora pública efetiva Sandra Regina Nóbrega Kuchenbecker, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 26-J, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JUNHO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.345

RESOLUÇÃO MD Nº 2.345

NOMEIA HELENA MARIA MELCHIORETTO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 1º de junho de 2015, Helena Maria Melchiorretto, no cargo de Agente Legislativo – Especialidade Área de

Recursos Humanos, de provimento efetivo, lotado na Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JUNHO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.346

RESOLUÇÃO MD Nº 2.346

DESIGNA DIRETOR GERAL PARA RESPONDER, TEMPORARIAMENTE, POR ATOS DO DIRETOR FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É designado, em caráter excepcional, no período de licença do titular, de 8 a 10 de junho de 2015 e sem qualquer acréscimo remuneratório, o Diretor Geral Edson Francisco Brunsfeld, para responder pelas atribuições do Diretor Financeiro da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JUNHO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 096/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 096/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios a servidora pública municipal, a partir do mês de junho do ano 2015, conforme art. 66 do Estatuto de Servidores, conforme tabela:

Nome	Período concessão	Percentual
Traudi Arendt Kerkhoff	Junho de 2012 a junho de 2015	3%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 097/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidora pública municipal Sra. Lili Garmatz, inscrita na matrícula sob nº 509-6, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, a partir do mês de junho do ano 2015, referente aos períodos de 02/03/2009 a 30/12/2010 e de 01/04/2011 até o dia 09/06/2015, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores – parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste – SC).

Parágrafo único – Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 30/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 098/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. TRAUDI ARENDT KERKHOFF, matrícula nº 564-9, portadora do CIC sob. nº. 020.058.899-03, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, período aquisitivo de 09 de abril de 2014 a 08 de abril de 2015, período de concessão de 15 de junho de 2015 a 29 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015 PROCESSO N. 18/2015

Objeto: Aquisição de peças para reparo do Auto Socorro de Urgência (ASU), Mercedes Sprinter – Placa OKG 8215. Fornecedor: Corema Cia Revendedora de Motores e Automóveis. Valor Total: 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais). Fundamentação Legal: Artigo 24 inciso I da Lei 8.666.

Bom Retiro, 15 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

RESULTADO TP 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E VENCEDOR TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preços 02/2015, cujo objeto é contratação de empresa para Reforma do Centro de Eventos e Exposição do Parque Municipal de Exposição Dieter Hornung. Empresa Vencedora: Base Pré-Fabricados Ltda. ME. CNPJ 12.859.913/0001-47, com o valor total de R\$ 248.253,05 (duzentos quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e três reais e cinco centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito.

Bom Retiro, 15 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21 2014PMBT

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco prestação de serviço particular 50x3, formato 14x20, numerado, papel copiativo (14568)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	7.8000	1
2	Bloco receituário Medico veterinário, 14x20, 50x2vias, pap.copiativo (14569)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9.7000	2
3	Bloco 100x1 de cupons ref. contri. de impostos e taxas, 10x7, 4x0, numerado, 75g. (14570)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	8.0500	1
4	Bloco inserinação 50X3, formato 10x14, numerado, papel copiativo (14571)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	8.1000	2
5	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 sanfonada (14572)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2.0500	1
6	Capa de carne de IPTU, 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2.1000	2
7	Capa de carne de Tributos, 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14574)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	8.0000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9.8000	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2.1200	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2.4500	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0.3200	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0.7000	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0.4200	1

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Número do Registro de Preços: 21/2014 Data do Registro: 15/09/2014 Válido até: 15/09/2015
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Ficha de hora maquina, folha 20x30, impr. 1x1, sulf, 75 g (14575)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,9000	2
9	Envelope branco 11x22, 90gr, impressão 4x0. (14576)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1400	1
10	Envelope branco 16x22, 90gr, impressão 4x0. (14577)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,1500	2
11	Envelope branco 24x34, 90gr, impressão 4x0. (14578)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,2600	1
12	Folhas timbradas, formato A4, Papel sulfite 90 gr impressão. (14579)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,4100	2
13	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 com encarte (14580)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,3900	1
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,6600	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,5900	1
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,6800	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,0900	1
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	1,5200	1
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,3000	2

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Número do Registro de Preços: 21/2014 Data do Registro: 15/09/2014 Válido até: 15/09/2015
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 21/2014

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

(8832) - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA
(9315) - NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Setembro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.091, DE 01 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.091, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Institui e nomeia Comissão de Melhorias do Trânsito e Mobilidade de Brusque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Melhorias do Trânsito e Mobilidade de Brusque, com o objetivo de propor medidas e ações visando garantir maior segurança no trânsito.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Representantes da Diretoria Geral de Infraestrutura – DGI:

- a) Alexandro F. Gonçalves
- b) Aurélio Augusto Batista Tormena

II – Representantes do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN:

- a) Juliano Montibeller
- b) Valério de Moraes Kosel

III – Representantes da Secretaria de Trânsito e Mobilidade:

- a) Bruno Knih, Secretário de Trânsito e Mobilidade
- b) Luiz Henrique Blumer

IV – Representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos: Miguel Comandolli Júnior

Art. 3º A comissão também será integrada por membros da Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE, UNIASELVI/ASSEVIM e Clube de Engenharia e Arquitetura de Brusque – CEAB, cujo convite deverá ser realizado pelo Presidente da Comissão, o qual será eleito na primeira reunião.

Art. 4º Fica designada para secretariar os trabalhos da comissão a servidora Sabrina Hoefelmann, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 5º A Comissão se reunirá a cada 02 (dois meses), no mínimo, para apresentar a evolução dos trabalhos de melhoria do trânsito de Brusque.

Art. 6º Serão gratuitos e considerados de natureza relevante os serviços prestados pelos membros desta Comissão.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 1º de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 001/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA BRUSQUE– EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Brusque, para o mandato no período de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 10 de junho de 2015, considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no Art. 61, da Lei Municipal 3243 de 21 de agosto de 2009, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Brusque, e dá outras providências.

1 - Do Cargo e das Vagas.

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas (05) cinco vagas para conselheiros titulares e 10 (dez) vagas para conselheiros suplentes.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 – Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato.

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 3.243 de 21 de agosto de 2009, é assegurado o direito a:

I – Remuneração mensal equivalente ao cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, do quadro de servidores da Prefeitura de Brusque, equivalente a R\$: 3.551,35 (três mil quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – gozo de férias anuais remuneradas;

III – gratificação natalina.

2.1.2 Será concedida licença remunerada ao Conselheiro Tutelar nas seguintes situações:

I – em razão de maternidade;

II – em razão de paternidade;

III – em razão de doença ou acidente de trabalho;

IV – em razão de casamento do(a) Conselheiro(a) Tutelar;

V – em razão de falecimento de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

2.6 O mandato é de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, permitida uma única recondução.

3- Do Processo de Escolha.

3.1 Das Inscrições.

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 15/06/2015 a 07/08/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h as 12h e as 13:30h as 17:30h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Praça das Bandeiras nº 77 Centro. O formulário estará disponível no site da Prefeitura de Brusque www.brusque.sc.gov.br

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição e apresentando os documentos (original e cópia) listados abaixo:

a) – reconhecida idoneidade moral, comprovada através de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Comum e Federal;

b) – idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento de identidade oficial com foto;

c) – residir no município de Brusque há, no mínimo, 02 (dois) anos, demonstrada por comprovante de residência;

d) – comprovante de residência atual;

e) - conclusão de Ensino Médio, comprovada através de certificado de conclusão do Ensino Médio;

f) – CPF;

g) – título de eleitor;

h) - certificado de reservista ou documento comprovando estar em dia com o serviço militar;

i) – certidão negativa do Tribunal Regional Eleitoral;

j) - experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos no exercício de atividades com criança e/ou adolescente, comprovada por: declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA, e/ou declaração emitida por órgão público informando a experiência na área da criança e adolescente e/ou registro na carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

k) Obter 100% de frequência na capacitação a respeito da legislação sobre os direitos da Infância e da Adolescência, promovida pelo CMDCA.

3.1.3 As candidaturas serão registradas individualmente;

a) Os/as candidatos/as poderão registrar-se com o nome e apelido. Na hipótese de apelidos idênticos, terá preferência o/a candidato/a que efetuou primeiramente o registro.

3.1.4 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.6 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ascendente e descendente, sogro, genro

ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive. Estende-se o impedimento do conselheiro, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

3.1.7 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Capacitação.

3.2.1 O candidato deverá comparecer no local designado com 15 minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de um documento original com foto.

3.2.2 Estarão aptos para participar do processo eletivo os candidatos que tiverem 100% de participação na capacitação.

4- Da Publicação das Candidaturas.

4.1.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 17/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

4.1.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 18/08/2015 a 20/08/2015, no horário de atendimento ao público (08h as 12h e as 13:30h as 17:30h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.1.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 21/08/2015 a 25/08/2015, no horário de atendimento ao público (08h as 12h e as 13:30h as 17:30h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.1.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 27/08/2015.

4.1.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 01/09/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

4.1.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

4.2 – Da Eleição.

4.2.1 Toda mobilização será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

4.2.1.1 No dia da votação não será permitida a mobilização dos votantes, inclusive, "boca de urna".

4.2.1.2 A mobilização somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

4.2.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

4.2.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

4.2.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

4.2.2.2 Considera-se aliciamento de votantes por meios insidiosos,

doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

4.2.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o votante ao erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, mobilização de votantes em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

4.3.1 É vedado, no dia da votação, o transporte de votantes.

4.3.2 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

4.3.3 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

4.3.4 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Administrativa do Processo de Escolha do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3.5 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

4.3.5.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

4.4 -Da Eleição.

4.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 17:00.

4.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

4.4.3 No(s) local(ais) de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

4.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

4.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

4.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

4.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

4.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

4.5 – Do Voto.

4.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

4.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

4.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

4.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

4.6 – Da Cédula Oficial.

4.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

4.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

4.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

4.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

4.7 – Das Mesas Receptoras.

4.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Administrativa do Processo de Escolha.

4.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Administrativa do Processo de Escolha.

4.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

4.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

4.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Administrativa do Processo de Escolha.

4.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Administrativa do Processo de Escolha.

4.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Administrativa do Processo de Escolha;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

4.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

4.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

4.8 – Da Apuração.

4.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

4.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Administrativa do Processo de Escolha, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

4.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

4.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

4.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

4.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

4.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

4.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato com maior idade.

5 – Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

5.1 O resultado da eleição será publicado no dia 12/06/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

5.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal em solenidade pública.

5.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

5.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

5.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

6 – Disposições Finais.

6.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 3243 de 21 de agosto de 2009 sem prejuízo das demais leis afetas.

6.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

6.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

6.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

6.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Administrativa do Processo de Escolha do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob

a fiscalização do representante Ministério Público.

6.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

6.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

6.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

6.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 10 de junho de 2015.

Charlinton Braz da Silva Araújo

Presidente do CMDCA de Brusque

Anexo I

Cronograma

Calendário oficial do Processo de escolha unificado de Conselheiros Tutelares no Município de Brusque	
DATA	ATIVIDADE
12 de junho de 2015	Publicação do edital
15 de junho à 07 de agosto de 2015	Inscrições
03 de agosto de 2015	Divulgação do local da capacitação
10 à 12 de agosto de 2015	Análise das inscrições
13 e 14 de agosto de 2015	Capacitação para os candidatos
17 de agosto de 2015	Publicação da relação de candidatos inscritos
18 à 20 de agosto de 2015	Período para solicitação de impugnação de candidato
21 de agosto de 2015	Notificação de candidato impugnado
21 à 25 de agosto de 2015	Período para apresentação de defesa das impugnações
26 de agosto de 2015	Análise e decisão das impugnações
27 à 31 de agosto de 2015	Interposição de recursos
01 de setembro de 2015	Publicação da relação final dos candidatos habilitados ao Processo de Escolha Unificado ao Conselho Tutelar
01 de setembro à 03 de outubro de 2015	Período para os candidatos buscarem votos e mobilizar os votantes
21 de setembro de 2015	Divulgação dos locais de votação
04 de outubro de 2015	Votação e apuração do resultado do Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares
05 de outubro de 2015	Publicação oficial da apuração do resultado do Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares
10 de janeiro de 2016	Ato de Posse dos Conselheiros Tutelares

PORTARIA Nº 10.117, DE 11 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.117, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Pierre Marcelo de Souza do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, coordenador, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/06/15.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.118, DE 11 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.118, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 145/09 e Anexo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luiz Henrique Ferreira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC –V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 03 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.119, DE 11 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.119, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações – Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Auri Andrade para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC – IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 03 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 10 DE JUNHO DE 2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Edital de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião extraordinária realizada no dia 10 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o Edital CMDCA 001/2015, de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Brusque, para o mandato no período de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Charlinton Braz da Silva Araújo

Presidente do CMDCA de Brusque

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21- 2015 – PR – 11-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21- 2015 – PR – 11-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA – MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS
FUNDO MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/07/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 02/07/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 12 de junho de 2015.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

PROCESSO LICITATORIO Nº 03-2015 PR Nº - 03-2015-FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROCESSO LICITATORIO Nº 03-2015 PR Nº - 03-2015-FUNDEMA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM DESTINADA À EXECUÇÃO DO PROJETO ``RECUPERAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E ÁREAS QUE MARGEIAM O MANANCIAL DE ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 02/07/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 02/07/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de junho de 2015.

Luiz Gustavo Pavelski

Presidente FUNDEMA

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 FMS RESULTADO FINAL TESTE APTIDÃO FÍSICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1162380	MARI TERESINHA DIAS DO PRADO CARNEIRO	2113696	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1164811	ELAINE APARECIDA RIBAS DOS SANTOS SCHULLER	3611696	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito	200	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1164951	SILVIA RUCH	4696217	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito	190	Não Apresentou	Desabilitada	Desabilitada	REPROVADA
	1166466	ERENY APARECIDA SIMOES	2116695	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito	150	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1166636	ANDREIA STOCK SCHNEIDER	3535017	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito	150	Não Apresentou	Desabilitada	Desabilitada	REPROVADA

1-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Bello

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1163254	CAROLINE TRAMONTINI	5304248	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bello	240	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1165842	SANDRA MARA RADECH	2119510	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bello	210	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1163195	TATIANA LESS	4899331	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bello	150	Não Apresentou	Desabilitada	Desabilitada	REPROVADA

2-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164684	JANAINA ESTER DE OLIVEIRA	5304923-3	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1165044	JÉSSICA LUANA DA SILVA LOPES	5599133	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1165800	FRANCIELE JASSANAN DE VERGENES	5304551	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Bom Sucesso

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166709	LUCIANE XAVIER DOS SANTOS	5673474	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Sucesso	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166040	MARLI BONFIN DE QUADROS	5382586	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Sucesso	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS



RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Castelhana (Interior)

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166194	LEANDRO DA SILVA	3321564	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Castelhana (Interior)	220	Apto	Apto	Apto	APROVADO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Centro

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166520	JOSIANE GUADAGNIN	2.119.760	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Centro	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1162835	NATASHA VERONESI FERREIRA	54154642	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Centro	190	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1164420	VANIA MARIA BOTTESINI	6039511859	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Centro	170	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1166482	PRISCILA TERESINHA FERREIRA	51207389	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Centro	170	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro DER

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164978	MORGANNA BEATRIZ BRAGA DE LIMA BATAGLION	5614778	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro DER	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1163602	JEANINE COLUSSI	1685856	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro DER	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1166385	ANDREZA KURACZ FERNANDES	50707418	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro DER	200	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Figueroa

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166660	ROSÂNGELA APARECIDA BUENO	2.661.874-5	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Figueroa	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1162371	DAIANE MARIA BAVARESCO RENHUK	4.980.996	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Figueroa	230	Apta	Apta	Inapta	REPROVADA
	1162576	GESICA DOS SANTOS FEZOLI	5304281	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Figueroa	190	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1166512	IREZ TEREZINHA PEREIRA DE MORAES	2.661.285	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Figueroa	160	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Industrial

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166067	IEDA MARIA HORNING	5.892.320-6	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Industrial	170	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Loteamento Morada do Sol

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1165435	SIMONE DA SILVA	5120827	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Loteamento Morada do Sol	180	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA

10-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164299	JÉSSICA PADILHA	5738646	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	210	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166822	MAYARA NERIS DA ROCHA	4.100.099	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	210	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1164129	SAYONARA CARARO SANTOS	5.023.849	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1166687	ANDREIA ANTUNES DE OLIVEIRA	4204598	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	190	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1163203	ANDREI ANTÔNIO DE OLIVEIRA	5500226	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	160	Não Apresentou	Desabilitado	Desabilitado	REPROVADO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166342	ANDRESSA DE ASSIS SCHULLER	5158820	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1162720	ANDRÉIA SCHULER DA SILVA	4487946	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1165168	MARISA CORRÊIA ANTUNES MOREIRA	2972800	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1162199	ADRIANA CARLIN DO PRADO MULLER	3986103	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1166291	DENISE MACEDO DA SILVA STOF-FELSHAUS	2.402.508-9	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	170	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1162436	ALESSANDRA GRANEMANN	6128825	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	150	Apta	Apta	Inapta	REPROVADA
	1164439	JENNIFER CRISTINA PEREIRA ROSA	5023458	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	150	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA

12-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164650	ROSANE ANTUNES	4560942	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1162770	MARGARETE ALVES VERONESI	26615517	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1166318	MARISA APARECIDA MORAIS FERNANDES DE LARA	1918953	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1164773	JANICE DE FÁTIMA PEREIRA	4980677	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	200	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1163815	JULIANE TEREZINHA SCHULZE ALVES	3.895.600	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	200	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1166180	CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE MELO	4143249	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	180	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1166504	VANESSA GONÇALVES DIAS MORAES	5932037	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	180	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello Km 1

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166270	MARISSOL DE SANTANA NEVES	5599006	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello Km 1	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1162967	KARINA DIAS DOS SANTOS	4389575	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello Km 1	160	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA

14-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Municípios

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164560	ADA BELLI DE LIMA	5023748	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municípios	210	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166350	ALEX MARCON	3496181	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municípios	190	Apto	Apto	Apto	APROVADO
3.	1163289	ELISA TERESINHA DE OLIVEIRA PAZ	10/R-2113658	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municípios	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1166369	LINDAMIR TERESINHA KURACZ	1911930	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municípios	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1165885	CLARETE FÁTIMA DO PRADO	85197770	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municípios	210	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1165729	MARLEIDE MACHADO ANTUNES	5.790.041	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municípios	160	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164463	CELIA APARECIDA GRAMINHO	6820153	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1164668	JULIANE ROSSETTI	3627394	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1163734	ELIEL BALTAZAR DE OLIVEIRA	6636509	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	190	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADO
	1166496	ANIELLY DE SOUZA	53404831	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	170	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1165389	JAQUELINE APARECIDA FERNANDES	4980410	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	160	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1166593	ROSANE DE FATIMA FRANÇA	4204368	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	150	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Reunidas

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166059	FLAVIA ALESSANDRA CARLOS DA SILVA	17161318	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Reunidas	230	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1165206	CLAUDETE GARCIA GODINHO	3.246.631	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Reunidas	200	Não Apresentou	Desabilitada	Desabilitada	REPROVADA
	1163564	HELOISA CARLA LAZZARI	1681870	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Reunidas	180	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA

17-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166300	ROSANE LEIER ALVES DA CRUZ	2661421-9	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	240	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166105	THOMAZ IGOR OLIVENIK	5023403	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	240	Apto	Apto	Apto	APROVADO
3.	1162975	VANESSA APARECIDA SOUZA CORRÊA	3919082	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1164285	ANA PAULA DE LIMA KUHIM	4.942.069	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	170	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1164250	JESSICA CRISANTO DA SILVA	4839405	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	170	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1163114	DEVOTICE PONZONI	1556635	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	160	Apta	Apta	Inapta	REPROVADA

18-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Santa Clara

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166865	ELAINE APARECIDA CHAVES	5023651	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Clara	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA

19-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Santa Terezinha

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
	1166245	JESSICA VIEIRA SAUD	6047954	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Terezinha	190	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA

20-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro São Cristóvão

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
	1162525	MARIA APARECIDA CHAPIESKI ANTUNES	6099406	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro São Cristóvão	210	Não Apresentou	Desabilitada	Desabilitada	REPROVADA

21-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Sorgatto

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA				RESULTADO PRELIMINAR
					PROVA OBJETIVA Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164617	TANALY ANTUNES DE LIMA	4942537	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Sorgatto	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166377	MELISSA MIOTTO	6152004	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Sorgatto	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1166032	ANA ROSA PEREIRA MACHADO	2.662.661	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Sorgatto	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA

22-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Tabajara

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164005	JANETE APARECIDA ALVES DE SOUZA BACH	3321586-3	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Tabajara	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Ulisses Guimarães

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1165295	IVONE GERALDINA ALMEIDA	4.288.086	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Ulisses Guimarães	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1165249	JENIFER DE LIMA DA SILVA	6442231	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Ulisses Guimarães	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA

24-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Vereda dos Trevos

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164846	ERICA BRUSTOLIN	3.892.363	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Vereda dos Trevos	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA

25-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – CAIC

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166555	VILMA DE FÁTIMA DE SOUZA	56044701	AG. COM. DE SAÚDE - CAIC	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1165257	LUCIANE DOMINGOS CAMARGO	5.599.583	AG. COM. DE SAÚDE - CAIC	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1164900	ADRIANA GONÇALVES DIAS MORAES	6040102	AG. COM. DE SAÚDE - CAIC	170	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1162819	KARINE APARECIDA DOS SANTOS BATAGLION	5070804-0	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1163378	FRANCIÉLI CAVICHIOLI TASCA	6312730	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1162401	SUZANA APARECIDA CORDOVA	6925903	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1162792	GESSICA COSTA ANTUNES	5847422	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1166547	LUCILENE FERREIRA	4616862	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	170	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Loteamento Berger

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1163360	BRUNA CAROLLINI SZYMKUV	5895963	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	230	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1163351	CLAUDIA ANDRÉA SPEGGIORIN SZYMKUV	2660562	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1165540	ANA PAULA LIMA TREVISAN	4288501	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1166097	LIAMAR FAGUNDES DE OLIVEIRA	4487929	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
5.	1164870	GISLAINE RODRIGUES CALISTO DETONI	3.644.600	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA
6.	1166326	JOHN WILLIAN RIBEIRO	5790129	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	160	Apto	Apto	Apto	APROVADO
	1166750	DANIELI COUSSEAU DE PAULA	6268318	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	180	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1165818	CLEONICE MENIN	5.500.484-9	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	180	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA
	1164795	ELEANDRA MARCELLI BOZIN	5.847.468	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	160	Não Apresentou	Desabilitada	Desabilitada	REPROVADA

28-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Loteamento Monge João Maria

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166784	CYBELL APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS	5202093	AG. COM. DE SAÚDE – Lot. Monge João Maria	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1163270	PRISCILA DE SOUZA	4499639	AG. COM. DE SAÚDE – Lot. Monge João Maria	240	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA
	1163335	SIMONE KOSCIOW	5500648	AG. COM. DE SAÚDE – Lot. Monge João Maria	230	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Santa Clara

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
	1163971	GISELE DE FATIMA GONÇALVES	5594063	AG. COM. DE SAÚDE - Santa Clara	170	Apta	Inapta	Desabilitada	REPROVADA

30-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

RESULTADO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Vila Paraíso

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA Pontos	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA			RESULTADO PRELIMINAR
						Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166113	KASSIA DE LIMA	4383511	AG. COM. DE SAÚDE - Vila Paraíso	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA
	1166644	SOLANGE DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA	1.918.284	AG. COM. DE SAÚDE - Vila Paraíso	200	Ausente	Ausente	Ausente	REPROVADA

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATOS 30-31 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 30/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: MARJORIE BERGER BRUSCO-EI Valor : 9.904,00 (nove mil novecentos e quatro reais) Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 66.969,57

Objeto : Processo licitatório para a contratação de empresa especializada em decoração de eventos, a fim de realizar a decoração das cerimônias realizadas pela Câmara Municipal de Caçador em sua sede, durante o exercício de 2015

Caçador, 12 de Junho de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

----- Aditivo Nº : 31/2015 - Contrato Nº: 45/2014

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: VILSON ALTIVO TORRES FENNER - EIRELI - EPP Valor : 35.353,43 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos)

Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 10/08/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 308.888,98

Objeto : 1º aditamento ao contrato administrativo 45/2014, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente à reforma do prédio onde está instalada a sede da Câmara Municipal, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico/Executivo e demais Anexos deste Edital. Objeto: aditivo de prazo e valor (acréscimo).

Caçador, 12 de Junho de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.053 DE 12 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.053 DE 12 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA O GRUPO INTERLOCUTOR PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXXVI do art. 71 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO;

1) A diretriz geral da Política Urbana prevista nos termos do inciso II do art. 2º, da Lei Federal nº 10.257, ou Estatuto da Cidade;

2) O disposto no inciso II do art. 4º da Resolução nº 01, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC., estabelece, como responsabilidade do Poder Executivo Municipal:

Art. 4º (...):

II – Instituir uma equipe interna do Poder Executivo Municipal denominada Grupo Interlocutor, que atuará para:

- a) operacionalizar a comunicação e a interação entre todos os órgãos do Poder Executivo Municipal;
 - b) conferir operacionalidade e agilidade às tarefas internas do Poder Executivo Municipal destinadas à revisão do Plano Diretor Participativo;
 - c) facilitar a interação e colaboração para com o Núcleo Gestor, e para com outros técnicos internos e externos do Poder Executivo Municipal;
 - d) auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal na resposta às demandas relativas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, sejam estas demandas geradas por qualquer interessado.
 - e) levantar e disponibilizar para a equipe técnica as informações técnicas demandadas, relacionadas com o Planejamento Urbano e Territorial;
 - f) acompanhar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluindo a participação nos eventos, reuniões, oficinas de trabalho, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes;
 - g) elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais e cargos e funções de seus integrantes;
 - h) auxiliar na articulação das diversas políticas públicas executadas e por executar, relacionadas ao processo;
 - i) prestar apoio ao Poder Executivo e Poder Legislativo Municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;
 - j) estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas Estadual e Federal, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando a colaboração destes no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo;
 - k) auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal no encaminhamento de respostas aos Municípios, no tocante às reivindicações que forem referentes ao processo de revisão do
- GABINETE DO PREFEITO

Plano Diretor Participativo, e, ainda, de esclarecimentos sobre o que for reivindicado e que não tenha relação com o processo;

- l) fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;
- m) promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;
- n) apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;
- o) providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata dos eventos oficiais.

RESOLVE: Nomear o Grupo Interlocutor do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., na forma dos dispositivos a seguir:

Art.1º - Ficam nomeados os seguintes membros para a composição do Grupo Interlocutor do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.:

- a) Chefe de Gabinete – JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA;
- b) Secretária Municipal de Administração – LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ;
- c) Assessor de Comunicação Social – JUANA HINCKE DOBROCHINSKI;
- d) Assessor Jurídico – JEISON MAIKEL KWITSCHAL;
- d) e) Agente do Controle Interno – CAMILA BRAUN MACHADO.

§ 1.º - O Grupo Interlocutor será coordenado pela Secretária Municipal de Administração.

§ 2.º - Os membros do Grupo Interlocutor não farão jus a qualquer remuneração extra.

§ 3.º - O mandato dos membros do Grupo Interlocutor durará até a aprovação da nova Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º - Os demais órgãos que compõe a Estrutura Organizacional do Município serão oficiados, caso seja necessário, pela Coordenadora do Grupo Interlocutor.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 12 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.934 DE 11 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.934 DE 12 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Diretor Executivo do IPRECAL, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema sob nº 78, ocupante de Cargo Comissionado e exercendo suas atribuições de Diretor Executivo do IPRECAL do Município Campo Alegre/SC., lotado no referido Instituto, referente ao período aquisitivo 08 de Junho de 2014 a 07 de Junho de 2015.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 10 de Junho de 2015 á 24 de Junho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 12 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 31/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29 de Junho de 2015 às 15:00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E BRINQUEDOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 e das 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 12 de Junho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal..

DECRETO Nº. 7.308/15 DE 11/06/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.183/15

DECRETO Nº 7.308/15 DE 11/06/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.183/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 34.484,87 (Trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.183/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
11 de junho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.183/15 DE 11/06/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.183/2015 DE 11/06/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 36 – SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.062 – Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Recursos: 603 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 36 – SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.062 – Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Recursos: 603 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do SAMAE, no exercício de 2015, no valor de R\$ 34.484,87 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

17.512.0036.2.062 – Transferência a Consórcio Público CISAM Meio Oeste

3.3.93.00.00.00.00.00.0603 – Transferência a Consórcios Públicos 34.484,87

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do orçamento do SAMAE:

17. 512.0036.2.059 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas22.176,88

17.512.0036.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto

3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas12.307,99

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4184/15 DE 11/06/2015 ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

Lei Nº 4.184/2015, de 11 de junho de 2015

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes deste município que a câmara municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Municipal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá normas de receitas e despesas e o cumprimento da legislação vigente, do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I - As prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constantes desta Lei.

§ 1º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – Demonstrativo I – Metas anuais;

II – Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III – Demonstrativo III – Das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV – Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;

V – Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

VI – Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;

VII – Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

VIII – Anexo I – Metodologia e memória de cálculo das metas para as receitas – Total das receitas;

IX – Anexo I.a – Metodologia e memória de cálculo das principais fontes de receitas;

X – Anexo 1.4 – Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de despesas;

XI – Anexo II.a – Metodologia e memória de cálculo das principais despesas;

XII – Anexo III – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado primário;

XIII – Anexo IV – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado nominal;

XIV – Anexo V – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o montante da dívida;

XV – Anexo VI – Demonstrativo da receita corrente líquida;

XVI – Anexo VII – Demonstrativo de riscos fiscais e providências;

XVII – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos;

XVIII - Relatório sobre projetos em exercício e despesas com conservação do patrimônio público no exercício de 2014;

XIX – Anexo IV – Demonstrativo das metas físicas e fiscais por ações; e

XX – Planilha de identificação dos projetos, atividades e operações especiais.

§ 2º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, são as constantes do Anexo de Identificação dos projetos e atividades especiais, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 3º. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

**CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens e serviços;

V – Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física de ação;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública

direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos;

VIII – Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta, ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX – Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou a entidade ou entre estes;

X – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governos;

XI – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função as quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 4º. A Lei Orçamentária de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação Hospitalar e Autarquia SAMAE e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 5º. A Lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora, e a Despesa de cada Unidade Gestora por função, sub-função, programa projeto ou atividade e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, e:

I - Planilha da Despesa por Programas de conformidade com os adendos do PPA;

II - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada, no mínimo por Categoria econômica, dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e seguinte;

IV - Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º. O Orçamento das Fundações, Fundos e Autarquia que acompanha o Orçamento geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, e terão orçamento próprio.

Art. 6º. A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2013 e 2014, orçado em 2015 e previsão para 2016, 2017 e 2018, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo (Art. 12, LRF);

II - Quadro demonstrativo da evolução da Despesa a nível de categoria econômica dos dois últimos exercícios financeiros;

III - Quadro demonstrativo da dívida fundada em 31/12/14;

IV - Quadro demonstrativo da dívida flutuante no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro demonstrativo da Receita Corrente Líquida do exercício de 2015, até o último dia do bimestre anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VII - Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VIII - Quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º. O orçamento para o exercício de 2016 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, o Poder Executivo, os Fundos, Fundações e Autarquia (Art. 1º, § 1º, e art. 4º, I, "a", todos da LRF).

Art. 8º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2016 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º. As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º. Em atendimento ao disposto no § 3º do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art. 9º. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas

de resultados primário e nominal e para a recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo (art. 9º e art. 31, § 1º, II, da LRF):

- I - redução dos investimentos programados;
- II - redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transporte, obras e serviços públicos e agricultura;
- III - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- IV - eliminação de despesas com horas extras, e
- V - outras que se entendam necessárias e urgentes.

Art.11. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado não excederá, no exercício de 2016, a 20% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015.

Parágrafo Único. A Lei Orçamentária conterá despesas de investimento e despesas correntes, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Art.12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, as despesas com:

- I - despesas decorrentes de decisões judiciais;
- II - indenização por rescisões contratuais e passivos trabalhistas, ou de outra natureza, inclusive indenização por responsabilidade civil;
- III - aumento de despesa provocado por Fato da Administração, como, por exemplo, aumento de tributos;
- IV - despesas em caso de emergência ou calamidade pública;
- V - redução de receitas em face de crises econômicas;
- VI - desapropriação;
- VII- com manutenção da estrutura administrativa orçada a menor ou não orçada.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e de possível superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art.13. O orçamento para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, e poderá destinar a qualquer das unidades gestoras, limitados a 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (art. 5º, III, d, da LRF).

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 14. Os investimentos e despesas correntes, com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 15. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão

executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado (art. 8º, parágrafo único, da LRF).

§ 1º. Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita ou arrecadados a valores superiores ao previsto poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial por excesso de arrecadação.

Art. 17. A transferência de recursos do tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o associativismo municipal (art. 4º, I, f, da LRF).

Art. 18. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos vinculados, convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 20. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos e ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para 2016 poderá autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub-elementos de despesa que o compõem.

Art. 23. Durante a execução orçamentária de 2016, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 25. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art. 26. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESA COM PESSOAL

Art. 27. O Município, as Fundações, Fundos, Autarquia e o Legislativo Municipal, mediante Lei, poderão criar cargos e funções, alterar

a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e dos subsídios dos membros do poder, dos ocupantes de cargos eletivos e secretários, conceder vantagens, implementar política de valorização e capacitação dos servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, reestruturando o plano de cargos e salários e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF/88).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 28. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, incluindo o legislativo, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) de receita corrente líquida (art. 19 da LRF).

Parágrafo único. A repartição dos limites globais do presente artigo não poderá exceder:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 29. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 30. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e art. 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - demissão na forma prevista no Art. 169 da Constituição Federal.

Art. 31. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da LRF.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Campos Novos, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 32. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto, e atender ao disposto no art. 14 da Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 35. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art. 36. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo antes do encerramento do atual exercício, projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário, especialmente para criação de novas espécies de taxas, de tributos e aumentos de alíquotas, bases de cálculo e períodos de apuração.

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo antes do encerramento do atual exercício, projeto de lei dispondo sobre alterações e revisões da planta de valores imobiliários.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 39. Os eventuais saldos negativos apurados serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o possível superávit financeiro do exercício de 2015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e o destinado à obtenção de resultado primário.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 41. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 42. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 44. Poderá o Poder Executivo incluir na Lei da proposta orçamentária para o exercício de 2016, autorização para movimentação do excesso de arrecadação através de ato administrativo, desde que comprovada a existência do excesso ou o provável excesso no período da abertura do crédito.

Art. 45. Poderá o Poder Executivo incluir na Lei da proposta orçamentária para o exercício de 2016, autorização para, através de atos administrativos, movimentar dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto.

Art. 46. Poderá o Poder Executivo incluir na Lei da proposta

orçamentária para o exercício de 2016, autorização para utilização do superávit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias através de ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47. A Secretaria de Finanças e Administração fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica do precatório.

Art. 48. Poderá o Poder Executivo incluir na Proposta Orçamentária do exercício de 2016, projetos e atividades que constaram da Proposta do Orçamento de 2015 e não foram executadas neste exercício.

Art. 49. Fica o Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto autorizado a firmar contrato de rateio junto ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, obedecendo aos

créditos disponíveis aprovados por lei.

Art. 50. O Executivo Municipal está autorizado a firmar contrato de rateio com novos Consórcios Intermunicipais, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, obedecendo aos critérios disponíveis aprovados por lei.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. PP. 08/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 09/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PARA DESOBSTRUÇÃO DE REDES DE ESGOTO E DEMAIS EQUIPAMENTOS.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 07/07/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT. PP. 09/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 10/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2015, tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

2-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DAS CO-ORDENADORIAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SAMAE

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 09/07/2015, para

recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 530/2015

PORTARIA Nº. 530/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 5.556/2015 e 5.574/2015, que instituem a comissão permanente de sindicâncias e processos administrativos; resolve:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 1º - Nos termos dos artigos 1º, §3º e 3º, ambos da Lei nº 5.556/2015, ficam nomeados para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, os servidores públicos municipais abaixo relacionados:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI
4. MARISTELA MURARA BURGARDT
5. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
6. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - Nos termos do §4º do artigo 1º da Lei nº 5.556/2015, caberá aos participantes da comissão de sindicância e processos administrativos a escolha do presidente e secretário.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2.015
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 21/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 21/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/06/15
CONTRATADO: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DA PONTE NA LOCALIDADE DE ARROIOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.843,15 (quatorze mil oitocentos e quarenta e três reais e quinze centavos)
DATA: 12/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 60/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/06/15
CONTRATADO: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ARLA 32, DESTINADO AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DA FROTA DAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais)
DATA: 12/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º FUNR 03/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FUNR. 03/2015
PREGÃO N.º FUNR. 03/2015 (ELETRÔNICO)
O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/06/2015, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO TIPO SUV NOVO, 0 KM, FLEX, COM POTENCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 150 CV, TRAÇÃO 4X2, DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 30/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 75/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 75/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 75/2015. Data de assinatura: 09/06/2015. Contratada: NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA - EPP, CNPJ n.º 79.583.167/0001-82. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ESMAEL CUNHA, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT NETO E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, E EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 340.070,79 (trezentos e quarenta mil setenta reais e setenta e nove centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 69/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 18/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

TERMO DO CONVÊNIO Nº 14/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 14/2015 PARTÍCIDES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA. OBJETO: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros, visando a realização de ações no sentido de melhorar as condições de atendimento à pacientes Oncológicos de Canoinhas. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Wilson Pereira Prefeito e.e, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Sra. Ernestina de Lima Gonçalves, pela Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 15/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 15/2015 PARTÍCIDES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e PIA UNIÃO SANTO ANTÔNIO OBJETO: O presente convênio tem por objeto custear despesas com manutenção da Entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), correspondentes à totalidade do repasse anual, a ser pago em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria , pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Srª. Arlete Maria Voigt, pela PIA UNIÃO SANTO ANTÔNIO.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO N.º PMC 60/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 96/2015
Licitação.....: 60/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ARLA 32, DESTINADO AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DA FROTA DAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.


Processo Administrativo: 8.250,00
Total dos Itens Vencedores: 8.250,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	5604	-	ARLA 32	-	Unidade: LT		
16239	AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	BLUE AIR 32	5.000,000	0,0000	1,6500	8.250,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	ECOTEC	5.000,000	0,0000	1,6800	8.400,00	Perdeu	2
16631	GUSTAVO RAHMEIER ME	USQUIMICA	5.000,000	0,0000	2,4800	12.400,00	Perdeu	3
9602	SAFRA DIESEL LTDA	ACQUA BLUE	5.000,000	0,0000	2,5000	12.500,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL 02/2015 - ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO**

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS CNPJ: 83.528.620/0001-25 Rua Três de Maio, 150 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC	CONVITE Nr.: 2/2015 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2015 Data do Processo: 02/06/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

ELABORAÇÃO PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO ELÉTRICO, PROJETO TELEFÔNICO, PROJETO LÓGICO, CABEAMENTO DE DADOS ESTRUTURADO E REDE WIRELESS, PROJETO AR CONDICIONADO, PROJETO DE ÁUDIO E CÁMERAS DE FILMAGENS, PROJETO DE ELEVADOR, PROJETO HIDRO SANITÁRIO E PLUVIAL, PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E PÂNICO, MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA, MEMORIAL DE CÁLCULO, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ART/RRT. ÁREA DO TERRENO 1087,00M2 ÁREA ESTIMADA DA OBRA 1500,00M2

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 12 de Junho de 2015, às 10:10 horas, na sede da(o) CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 22, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 2/2015, Licitação nº 2/2015 - CV, na modalidade de Convite p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

GARDEN ARQUITETURA LTDA, VIVERE ARQUITETURA E AVALIAÇÕES, REPRESENTADA POR IAGO FERNANDO DOS SANTOS, ENCOPLAC ENG CONSTRUCAO, FACE ARQUITETURA, REPRESENTADA POR VOLMIR ANTONIO RAMPANELLI, MAGA ENGENHARIA LTDA, REPRESENTADA POR GERSON RENATO MAGARINOS, CONSTRUTORA E CERAMICA LMR SUL, REPRESENTADA POR NIVALDO ROEDER, CRIAÇÃO ARQUITETURA E ENGENHARIA, REPRESENTADA POR ANA PAULA DOS SANTOS E GASDA - STEILEN ARQUITETOS ASSOCIADOS, REPRESENTADA POR VOLMIR ANTUNES FILHO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Aos 12 dias de junho de 2015, às 10:00 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Canoinhas, foi iniciado o procedimento licitatório carta convite 002/2015, presente a comissão de licitação composta por Márcio Juliano Seleme, Morgana Dirschnabel Lessak, Diego Rafael Alves, Andrea Kuchler Betto, Ana Paula de Lima e Francisco Rodrigo de Melo foi protocolado a documentação das empresas participantes do certame, quais sejam: Em seguida, a comissão efetuou a abertura dos envelopes de habilitação das empresas participantes, oportunizado aos interessados análise da documentação referente a habilitação. A EMPRESA VIVERE ARQUITETURA E AVALIAÇÕES LTDA ME, apresentou impugnação relativamente a habilitação das seguintes empresas participantes: a) Gasda e Steilen Arquitetos Associados Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; b) Maga Engenharia Ltda: Alvara de Licença e funcionamento apresentado em cópia simples em desacordo com item 6.2 do edital; c) Criação Arquitetura e Engenharia Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; Certidão negativa trabalhista, TST; d) Encoplac Engenharia Construção Planejamento Canoinhas Ltda: Ausência da declaração idoneidade e trabalhista; e) Face Arquitetura Construção e Incorporação Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; f) Garden Arquitetura Ltda: Contrato de prestação de serviço profissional empresa, sem testemunhas; A empresa MAGA ENGENHARIA LTDA ME, apresentou impugnação relativamente a habilitação das seguintes empresas participantes: a) Gasda e Steilen Arquitetos Associados Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; b) Criação Arquitetura e Engenharia Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; Certidão negativa trabalhista, TST; c) Encoplac Engenharia Construção Planejamento Canoinhas Ltda: Ausência da declaração idoneidade e trabalhista; d) Face Arquitetura Construção e Incorporação Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; e) Garden Arquitetura Ltda: Contrato de prestação de serviço profissional empresa, sem testemunhas; não apresentou impugnação relativamente a habilitação das empresas participantes. A empresa CONSTRUTORA LMR SUL LTDA, apresentou impugnação relativamente a habilitação das seguintes empresas participantes: a) Gasda e Steilen Arquitetos Associados Ltda: Sem cadastro Federal e Municipal, bem como, Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; b) Maga Engenharia Ltda: Ausência de inscrição no cadastro contribuinte municipal; c) Criação Arquitetura e Engenharia Ltda: Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; Ausência de inscrição no cadastro contribuinte municipal; d) Face Arquitetura Construção e Incorporação Ltda: Ausência de inscrição no cadastro contribuinte municipal e Ausência de certidão de acervo técnico com atestado; e) Viverre Arquitetura e Avaliações Ltda ME: Ausência de inscrição no cadastro contribuinte municipal; A empresa GASDA E STEILEN ARQUITETOS ASSOCIADOS Ltda, não apresentou impugnação relativamente a habilitação das empresas participantes. A empresa CRIAÇÃO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, não apresentou impugnação relativamente a habilitação das empresas participantes. DECISÃO COMISSÃO HABILITAÇÃO: A Comissão de licitação, analisando a documentação apresentada no envelope "A", dos participantes, decidiu pela Não Habilitação dos seguintes das seguintes empresas: Encoplac Engenharia Construção Planejamento Canoinhas Ltda, diante da não apresentação da documentação constante nos itens 6.1.1, letra "c" e 6.1.2, letra "e", da Edital de Licitação nº 002/2015, Carta Convite 002/2015. Gasda e Steilen Arquitetos Associados Ltda, diante da não apresentação da documentação constante no item 6.1.3, letra "a", do Edital de Licitação nº 002/2015, Carta Convite 002/2015. Criação Arquitetura e Engenharia Ltda, diante da não apresentação da documentação constante no item 6.1.3, letra "a", do Edital de Licitação nº 002/2015, Carta Convite 002/2015. Face Arquitetura Construção e Incorporação Ltda, diante da não apresentação da documentação constante no item 6.1.3, letra "a", do Edital de Licitação nº 002/2015, Carta Convite 002/2015. Maga Engenharia Ltda, diante da não apresentação



ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

CNPJ: 83.528.620/0001-25
Rua Três de Maio, 150
C.E.P: 89460-000 - Canoinhas - SC

CONVITE

Nr.: 2/2015 - CV

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 2/2015
Data do Processo: 02/06/2015

Folha: 2/2

da documentação referente ao item 6.1.2, "b" (Álvara Municipal), em conformidade com o item 6.2 (fotocópias autenticadas). Após a abertura dos envelopes, o representante desta empresa apresentou o Alvará Municipal original. A Comissão de Licitação, decidiu pela HABILITAÇÃO das seguintes empresas: Construtora e Cerâmica LMR Sul Ltda, Garden Arquitetura Ltda e Vivere Arquitetura e Avaliação Ltda. Cientes/intimados os presentes, aguarde-se o prazo recursal de 02 (dois) dia úteis, a contar da lavratura da presente ata. Após as impugnações, o representante da empresa Face Arquitetura, Volmir Antonio Rampanelli deixou a reunião, não estando presente para assinatura da ata. Não havendo impugnação de recurso no prazo, a abertura dos envelopes das propostas será realizada no dia 19/06/2015 às 10:00. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de Habilitação, da qual foi assinada a presente pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Canoinhas, 12 de Junho de 2015

COMISSÃO:

MARCIO JULIANO SELEME	- - Presidente da Comissão de Licitação
MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK	- - SECRETÁRIO
MARCIO JULIANO SELEME	- - PRESIDENTE
DIEGO RAFAEL ALVES	- - MEMBRO
ANDREA KUCHLER BETTO	- - SUPLENTE
FRANCISCO RODRIGO MELO	- - SUPLENTE
ANA PAULA DE LIMA	- - SUPLENTE

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

IAGO FERNANDO DOS SANTOS DE SOUZA	- - Representante
GERSON RENATO MAGARINOS	- - Representante
NIVALDO ROEDER	- - Representante
ANA PAULA DOS SANTOS	- - Representante
VOLMIR ANTUNES FILHO	- - Representante

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0019/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: CAPINZAL CENTER LTDA		
Valor : 2.807,59 (dois mil oitocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 13/06/2016		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios de cozinha para utilização no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

Contrato Nº.: 0021/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME		
Valor : 1.638,70 (um mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta centavos)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 13/06/2016		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios de cozinha para utilização no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

FME CONTRATO 0003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0003/2015		
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
Contratada.: ALEXANDRE NEWTON MOSLINGER ME		
Valor : 12.179,60 (doze mil cento e setenta e nove reais e sessenta centavos)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 13/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de premiação para as competições realizadas pela Fundação Municipal de Esportes de Capinzal/SC		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

FMAS CONTRATO 0020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0020/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		
Valor : 3.156,07 (três mil cento e cinquenta e seis reais e sete centavos)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 13/06/2016		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios de cozinha para utilização no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

PMC CONTRATO 0195/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0195/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: TAIZE APARECIDA ROSALEN POIER - ME		
Valor : 102.600,00 (cento e dois mil seiscentos reais)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 13/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2015 Processo_Licitatório.....: 00085 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza e roçada manual e/ou mecanizada em lotes do perímetro urbano, de acordo com a Lei Municipal nº 2.974, de 14 de julho de 2011 e Decreto Municipal nº 016, de 19 de fevereiro de 2015		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

FMAS CONTRATO 0021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

PMC CONTRATO 0196/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0196/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: LOGOS ASSESSORIA GESTAO E PROJETOS LTDA		
Valor : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015		
Processo_Licitatório.....: 000106 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria Continuada para Elaboração de Projetos e Gestão de Contratos e Convênios através do Governo Federal no Município de Capinzal/SC		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

PMC CONTRATO 0197/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0197/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: MULTI ELETRO LTDA EPP		
Valor : 34.749,55 (trinta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)		
Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 11/08/2015		
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2015		
Processo_Licitatório.....: 000110 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada para Regularização da Iluminação do Passeio da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoreto, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Orçamentos anexos		
Capinzal, 12 de Junho de 2015		

PORTARIA 458/2015

PORTARIA Nº 458, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 02 de março de 2015, Marcia Natalia Bressan Moresco, matrícula 331350/02, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no ESF São Luis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2015.

Capinzal – SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Marcia Natalia Bressan Moresco

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Marcia Natalia Bressan Moresco, matrícula 331350/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nomeada pela Portaria nº 458, de 12 de março de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 459/2015

PORTARIA Nº 459, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 459/2015, Cleton Alexsandro Tides, matrícula nº 407469/02, para exercer as funções do cargo de Pedreiro, nível 212, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 460/2015

PORTARIA Nº 460, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 005/2015 e nos termos do contrato nº 460/2015, Philipe Almeida Spolti, matrícula nº 410084/01, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 461/2015

PORTARIA Nº 461, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 461/2015, Valdelir Antonio Carniel, matrícula nº 410085/01, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquina Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 462/2015

PORTARIA Nº 462, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 462/2015, Alaor Felipe Gramazio Limongi, matrícula nº 410086/01, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 463/2015

PORTARIA Nº 463, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 02 de março de 2015, Leonir Aparecida Machado, matrícula 410087/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Leonir Aparecida Machado

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sr^a. Leonir Aparecida Machado, matrícula 410087/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nomeada pela Portaria nº 463, de 12 de março de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a

desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 464/2015

PORTARIA Nº 464, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 464/2015, Adaiana Fabiano Pinto, matrícula nº 410092/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 465/2015

PORTARIA Nº 465, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 465/2015, Lucimara Lopes Duarte De Villa, matrícula nº 170003/03, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 466/2015

PORTARIA Nº 466, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 005/2015 e nos termos do contrato nº 466/2015, Geneci Borges, matrícula nº 310182/05, para exercer as funções do cargo de Monitor de Tricô e Crochê nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 467/2015

PORTARIA Nº 467, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 467/2015, Renan Krabbe, matrícula nº 317748/03, para exercer as funções do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

Sidnei Penzo, Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia do município de Capinzal e Ouro, SC, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 37, II, da CF, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público SIMAE/CAO/01/2015, para preenchimento de vagas de cargos constantes no Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Funções de Confiança dos servidores públicos do SIMAE, previsto na Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012e suas alterações, o qual reger-se-á, no que compete, de acordo com o disposto nessa LC n.º 147/2012e alterações (dispõe sobre o Plano de Cargos do SIMAE) e na LC n.º 006/1991 e alterações (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Capinzal)e com as normas estabelecidas neste Edital:

I – DAS VAGAS E HABILITAÇÕES.

1.- Cada candidato poderá concorrer somente a um dos cargos, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Cargo	Escolaridade Mínima Exigida	Vencimento Inicial	Prova	Vagas	Descrição Sumária do Cargo
Auxiliar de Operações	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.216,22	Escrita	01	Executar serviços de instalações, ampliações, consertos, cargas/descargas, transporte, armazenamento, alvenaria e carpintaria em geral, auxiliar em instalações nas implantações e/ou manutenções hidráulicas e elétricas, desenvolvidas pelo SIMAE.
Agente Administrativo I	Ensino Médio Completo; e Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.	R\$ 1.459,46	Escrita	01	Executar todas as tarefas inerentes a manutenção da organização e dos controles necessários à coleta e registro de leituras de hidrômetros, realizar a entrega de faturas e demais comunicações e/ou documentos aos usuários/consumidores, efetuar serviços bancários e correios, auxiliar em todas as atividades das demais seções administrativas.
Técnico em Tratamento de Água e Esgoto	Ensino Médio Completo; Curso Técnico na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido pelo MEC; Registro no Conselho Regional de Química; e Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos.	R\$ 2.686,58	Escrita	01	Cuidar do controle e funcionamento técnico-operacional as estações de tratamento de água e esgoto, executando rigorosamente todos os procedimentos fixados e necessários ao cumprimento das normas aplicáveis ao tratamento de água e esgoto.

II – DAS INSCRIÇÕES.

- 1.- As inscrições serão realizadas de 15/06/2015 à 14/07/2015, inclusive, das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, na sede do SIMAE, Setor de Recursos Humanos, localizada na Rua Domingos Omizollo, 447, Bairro São Luiz, em Capinzal/SC.
- 2.- No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia do CPF e RG (sem necessidade de autenticação), 02 fotos 3x4, comprovante de depósito da taxa de inscrição, preencher e assinar a ficha de inscrição do candidato, conforme anexo I deste edital.
- 3.- O candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual, juntamente com documento de identificação com foto, não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.
- 4.- O valor da taxa de inscrição é o seguinte:
 - a)- Auxiliar de Operações: R\$ 30,00 (trinta reais);
 - b)- Agente Administrativo I: R\$ 30,00 (trinta reais);
 - c)- Técnico em Tratamento de Água e Esgoto: R\$ 40,00 (quarenta reais).
- 5.- A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa que deverá ser efetuado através de depósito bancário na conta do SIMAE, nº 122-7, agência 1071 (Caixa Econômica Federal), operação 06, até o último dia da inscrição.
- 6.- Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.
- 7.- A apresentação de declaração falsa na ficha de inscrição ou em qualquer documento apresentado ao SIMAE, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Concurso.
- 8.- Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, a não ser mudança de endereço ou número de telefone, que poderá ser feito por correspondência eletrônica ou pessoalmente na sede do SIMAE até a data de homologação do presente concurso.
- 9.- Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.
- 10.- O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá indicar as condições especiais que necessita na ficha de inscrição.
- 11.- Não serão devolvidas taxas de inscrição, sob qualquer condição, mesmo de inscrições indeferidas ou não realizadas pelo candidato, exceto em caso de cancelamento do Concurso Público por conveniência da Administração do SIMAE.
- 12.- As inscrições dos candidatos terão sua homologação ou não homologação publicadas através de Edital, assinado pelo Diretor do SIMAE,

que será afixado nos murais do SIMAE e das Prefeituras Municipais de Capinzal e Ouroe no site do SIMAE - www.simaecao.sc.gov.br - a partir do dia 16/07/2015.

13.- O candidato que não tiver homologada a sua inscrição terá prazo até o dia 21/07/2015, inclusive, para interposição de recurso, devidamente fundamentado, mediante apresentação para protocolo junto à Direção do SIMAE. O recurso terá efeito suspensivo, com o que os candidatos recorrentes poderão participar da prova, mas ficarão sujeitos à desclassificação posterior se for negado provimento ao recurso.

14.- Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

15.- O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da ficha de inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

16.- Nas inscrições por procuração, o documento hábil deve ter firma do outorgante reconhecida em Cartório e deverá ser anexado ao formulário correspondente, juntamente com uma cópia da cédula de identidade e CPF autenticados do outorgado.

III – DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO.

1.- Para efetuar sua inscrição o candidato deverá preencher Ficha de Inscrição constante no Anexo I deste Edital, sendo requisitos indispensáveis para a inscrição o preenchimento das seguintes condições:

- a)- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b)- Ter 18 anos completos na data da posse, ficando os candidatos com idade inferior à 18 anos nadada da inscrição cientes de que correm o risco de serem preteridos por outros candidatos no chamamento para a posse, se ainda não tiverem completados 18 anos quando convocados a posse;
- c)- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d)- Haver cumprido as obrigações para como o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- e)- Ter a escolaridade exigida para o cargo, conforme dispõe o item I deste Edital;
- f)- Não ter sido condenado em processo criminal;
- g)- Juntar à ficha de inscrição 02 (duas) fotos coloridas, tamanho 3 x 4, recentes (últimos seis meses);
- h)- Apresentar cópia do CPF e RG (sem necessidade de autenticação); e
- i)- Apresentar o comprovante original do pagamento da taxa de inscrição.

2- Os documentos que comprovam as condições acima estabelecidas e os demais dados informados na Ficha de Inscrição deverão ser apresentados quando chamados para a nomeação e antes do ato da posse, após convocação pelo SIMAE.

3- Os interessados ficam cientes ainda que, se aprovados e convocados pelo SIMAE, deverão ainda ser aprovados em exame que comprove suas condições de sanidade físico-mental, conforme determina a legislação.

IV – DO REGIME JURÍDICO.

1.- Os habilitados e classificados no concurso serão admitidos para preencher as vagas disponíveis e referidas no item I deste Edital e desde que atendidas as conveniências da administração e as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob o regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme estabelece Lei Complementar n.º 006, de 05 de março de 1991, e de acordo com a Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012 e suas alterações, ambas do Município de Capinzal, sendo que as funções, a carga horária e a descrição do cargo estão estabelecidas no Anexo VI deste Edital.

2.- A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, durante o período diurno, mas havendo também regime de escala, plantão e de sobreaviso para trabalhos em finais de semana e em período noturno, conforme determinado pela Direção do SIMAE, sendo a remuneração de acordo com as Leis referidas no subitem 1 acima.

3.- Os trabalhos em ambientes externos não serão interrompidos em função do clima (dias chuvosos ou ensolarados).

V – DA PROVA ESCRITA.

1.- A Prova Escrita para todos os candidatos será realizada no dia 26/07/2015 (domingo), no horário das 09h00min às 11h30min, em local a ser informado através do Edital de Homologação referido no item II.12 deste Edital.

2.- A Prova Escrita, para todos os cargos, será do tipo múltipla escolha, totalizando 30 (trinta) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada questão, das quais apenas uma deverá ser assinalada como correta, sendo atribuído nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos a cada candidato, conforme critérios de pontuação definidos nos Anexos II, III e IV deste Edital.

3.- A Prova Escrita, conforme o cargo, conterà questões sobre os programas estabelecidos no Anexo II (Auxiliar de Operações), no Anexo III (Agente Administrativo I) e no Anexo IV (Técnico em Tratamento de Água e Esgoto) deste Edital.

4.- As respostas deverão ser assinaladas na própria folha da prova e não haverá grade ou cartão resposta.

5.- O candidato é o único responsável pela perfeita marcação dos seus resultados, os quais, após assinalados, não poderão ser substituídos, sob pena de se considerar a alternativa respondida incorretamente.

6.- Os candidatos poderão impugnar questões no ato da realização da prova ou até o dia 29/07/2015, fundamentando a razão da impugnação, que será objeto de apreciação por parte da Comissão do Concurso quando da correção da prova.

7.- Ocorrendo anulação de questões na Prova Escrita, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos participantes da prova.

8.- Os gabaritos com as alternativas corretas das questões serão publicados no mural do SIMAE e no site www.simaecao.sc.gov.br a partir do dia 27/07/2015.

VI – DA CLASSIFICAÇÃO.

1.- A classificação final do concurso será publicada de acordo com as notas obtidas por cada candidato e corresponderá à nota final obtida na Prova Escrita, observados os critérios de pontuação estabelecidos nos Anexos II, III, IV e V, conforme o cargo do candidato.

2.- No caso de empate na nota final, terá preferência na classificação o candidato que acertar o maior número de questões com peso de 0,5 pontos, conforme Anexos II, III, e IV deste Edital. Se ainda assim houver manutenção do empate, será classificado primeiramente o

candidato que tiver maior idade, independentemente se tiver mais ou menos de 60 anos de idade.

3.- Somente será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

4.- O resultado do concurso será homologado pelo Diretor do SIMAE, à vista do relatório do resultado final, apresentado pela Comissão do Concurso, e será publicado nos murais do SIMAE e das Prefeituras Municipais de Capinzal e Ouro, no Jornal Oficial do Município –Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM) e no site do SIMAE - www.simaecao.sc.gov.br- tão logo a Comissão do Concurso tenha corrigido todas as provas e apresentado o seu Relatório com o Resultado Final do Concurso.

VII – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

1.- A organização e realização do concurso público, incluindo todas as suas fases, será de responsabilidade da empresa Laske & Feyh S/S Advocacia, inscrita no CNPJ sob n.º 00.532.330/0001-28, com sede em Florianópolis, sendo a Comissão do Concurso composta pelos Drs. Milton Laske e Rogério Urbano Feyh, advogados sócios da empresa, nomeados pela Portaria n.º 042/2015/SIMAE-CAO, de 10/06/2015, com a incumbência de elaboração, aplicação e correção da provas, assim como de elaboração da documentação com o resultado final do concurso.

2.- A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e, conforme compromisso já expresso na ficha de inscrição, no aceite das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.- Serão publicados apenas os resultados dos candidatos aprovados.

4.- Diante da natureza dos cargos e da existência de apenas uma vaga para cada cargo não há reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência.

5.- As nomeações obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação.

6.- Os aprovados que excederem o número de vagas disponibilizadas neste edital formarão um banco de reserva para novas chamadas em caso de vacância ou aumento do número de vagas.

7.- Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do SIMAE, mediante provocação da Comissão do Concurso ou por candidatos inscritos.

8.- Os candidatos que se sentirem prejudicados com o resultado final do concurso terão prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da homologação, para interposição do recurso, que deverá estar devidamente fundamentado.

9.- O julgamento dos recursos, que não terão efeito suspensivo, será procedido pela Comissão do Concurso referida no subitem 1 deste item.

10.- O presente concurso terá validade de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da homologação do resultado final, prorrogáveis por igual período, por decisão do Diretor do SIMAE.

11.- O presente concurso poderá ser revogado total ou parcialmente em todos os seus efeitos a qualquer tempo pelo Diretor do SIMAE, se do interesse e benefício da autarquia e do serviço público.

12.- A posse dos aprovados, após a nomeação, fica condicionada à comprovação das condições e à apresentação dos originais ou autenticações dos documentos exigidos no item III deste Edital, à apresentação de certidão negativa de condenação em processos criminal do foro de residência do aprovado ou que tenha sido reabilitado judicialmente e à comprovação de suas condições físicas e de saúde, aptas para o exercício do cargo, nos termos da legislação do Município de Capinzal e da apresentação da declaração de que trata o art. 13, da Lei Federal n.º 8.429/92.

13.- Os candidatos interessados poderão obter o conteúdo integral do Regulamento do SIMAE (Decreto Municipal de Capinzal n.º 016/97, de 09/05/1997) e da legislação referida neste edital através de acesso ao site do SIMAE - www.simaecao.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 12 de junho de 2015.

Sidnei Penzo - Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO FOTO

3 X 4

Cargo Inscrição N.º

Nome do Candidato

Carteira Identidade Título Eleitor

Certificado Militar CPF

Estado Civil Sexo (.....) M Ou (.....) F

Data de Nascimento Natural de

Endereço Residencial

Bairro Cidade Fone

E-mail:

Local de Trabalho Atual Fone:

Bairro Cidade Fone

Grau de Instrução

Cursos Realizados (facultativo)

.....

.....

É Aposentado? Há Quanto Tempo?

É Servidor Público? Cargo Tempo

Necessita de condições especiais para realização da provas?

Quais

.....

Todas as informações aqui prestadas são verdadeiras e por elas assumo integral responsabilidade, comprometendo-me a comprová-las sempre que necessário. Fico ciente de que a presente inscrição será tornada sem efeito caso se demonstre a falsidade das declarações ou deixe de fazer prova delas.

Declaro que jamais fui condenado em processo criminal e também que todos os documentos ora apresentados são fotocópias fiéis dos documentos originais e que estou ciente de todos os termos do Edital de Concurso Público SIMAE/CAO/01/2015.

Capinzal, __ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO II

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

I – AUXILIAR DE OPERAÇÕES:

1.- Língua Portuguesa (08 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;
- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais; e
- 1.4- Utilização de pronomes.

2.- Matemática (08 questões):

- 2.1- Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários;
- 2.2- Sistema métrico decimal;
- 2.3- Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; e
- 2.4- Divisão proporcional.

3.- Regulamento do SIMAE (08 questões):

- 3.1- As disposições do Regulamento do SIMAE – Decreto Municipal de Capinzal n.º 016/97, de 09/05/1997.

4.- Conhecimentos Específicos do Cargo (06 questões):

- 4.1- A descrição e as atribuições do cargo, constantes no item VIII do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo V deste Edital; ou

5.- Peso das Questões:

- 5.1.-As questões sobre os conhecimentos específicos dos cargos (subitem 4 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada, as questões sobre o Regulamento do SIMAE terão o valor de 0,375 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal/SC, 12 de junho de 2015.

Sidnei Penzo
Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO III

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

II – AGENTE ADMINISTRATIVO I:

1.- Língua Portuguesa (05 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;

- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais;
- 1.4- Utilização de pronomes;
- 1.5- Fonética;
- 1.6- Morfologia;
- 1.7- Sintaxe;
- 1.8- Crase;
- 1.9- Figuras de linguagem;
- 1.10- Formas de tratamento;

2.- Matemática (05 questões):

- 2.1- Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários;
- 2.2- Sistema métrico decimal;
- 2.3- Números e grandezas proporcionais, razões e proporções;
- 2.4- Geometria plana;
- 2.5- Divisão proporcional;
- 2.6- Equações de primeiro e segundo grau;
- 2.7- Juros e descontos simples;
- 2.8- Médias e regras de três simples e compostas;
- 2.9- Conjuntos e subconjuntos;
- 2.10- Problemas envolvendo as operações;

3.- Regulamento do SIMAE (10 questões):

- 3.1- As disposições do Regulamento do SIMAE – Decreto Municipal de Capinzal n.º 016/97, de 09/05/1997.

4.- Conhecimentos Específicos do Cargo (05 questões):

- 4.1- A Descrição e as atribuições do cargo de Agente Administrativo I, constantes no item III do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo V deste Edital.

5.- Conhecimentos Específicos sobre Informática (05 questões):

- 5.1- Questões de informática sobre editor de textos (Microsoft Word) e planilhas eletrônicas (Microsoft Excel).

6.- Peso das Questões:

- 6.1.- As questões sobre o Regulamento do SIMAE (subitem 3 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal/SC, 12 de junho de 2015.

Sidnei Penzo
Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO IV

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

III – TÉCNICO EM TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO:

1.- Língua Portuguesa (05 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;
- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais;
- 1.4- Utilização de pronomes;
- 1.5- Fonética;
- 1.6- Morfologia;
- 1.7- Sintaxe;
- 1.8- Crase;
- 1.9- Figuras de linguagem;
- 1.10- Formas de tratamento;

2.- Matemática (05 questões):

- 2.1- Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários;
 2.2- Sistema métrico decimal;
 2.3- Números e grandezas proporcionais, razões e proporções;
 2.4- Geometria plana;
 2.5- Divisão proporcional;
 2.6- Equações de primeiro e segundo grau;
 2.7- Juros e descontos simples;
 2.8- Médias e regras de três simples e compostas;
 2.9- Conjuntos e subconjuntos;
 2.10- Problemas envolvendo as operações;

3.- Regulamento do SIMAE (05 questões):

3.1- As disposições do Regulamento do SIMAE – Decreto Municipal de Capinzal n.º 016/97, de 09/05/1997.

4.- Conhecimentos Específicos do Cargo (05 questões):

4.1- A Descrição e as atribuições do cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, constantes no item XVII do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo V deste Edital.

5.- Conhecimentos Específicos sobre Química e Sistema de Tratamento de Água e Esgoto (10 questões):

5.1- Questões técnicas sobre as atribuições do cargo, envolvendo os seguintes temas:

- 5.1.1 - Análises físico-químicas de amostra de água e de esgoto;
 5.1.2 - Portaria n.º 518 do Ministério da Saúde;
 5.1.3 - Produtos químicos utilizados no tratamento de água e suas concentrações;
 5.1.4 - Preparo de soluções químicas;
 5.1.5 - Correção do pH de águas filtradas;
 5.1.6 - Equipamentos dos laboratórios necessários à realização das análises de água e esgoto;
 5.1.7 - Equipamentos de proteção utilizados no manuseio de produtos químicos;
 5.1.8 - Vazão de bomba dosadora de produtos químicos;
 5.1.9 - Volume cúbico de água de reservatórios;
 5.1.10 - Mananciais e captações de água;
 5.1.11 - Adução de água;
 5.1.12 - Tratamento de água;
 5.1.13 - Reservação de água;
 5.1.14 - Rede de distribuição de água;
 5.1.15 - Controle de perdas físicas;
 5.1.16 - Macro e micro-medição;

6.- Peso das Questões:

6.1.- As questões de conhecimentos específicos sobre Química e Sistema de Tratamento de Água e Esgoto (subitem 5 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal/SC, 12 de junho de 2015.

Sídnei Penzo
 Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO V

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

ANEXO I DA LC N° 147, DE 04 DE ABRIL DE 2012

Cargo:	VIII - AUXILIAR DE OPERAÇÕES		
Padrão:	02		
Grupo:	Técnico		
Ingresso:	Concurso Público		
Processo de Seleção:	Provas		
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais		
Horário:	Conforme Quadro de Horários de Trabalho		
Requisitos:			
Escolaridade Mínima:	Ensino Fundamental Completo		

Nacionalidade:	Ser brasileiro nato ou naturalizado		
Sexo:	Masculino		
Idade Mínima:	18 anos		

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar serviços de instalações, ampliações, consertos, cargas/descargas, transporte, armazenamento, alvenaria e carpintaria em geral, auxiliar em instalações nas implantações e/ou manutenções hidráulicas e elétricas, desenvolvidas pelo SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar de Operações são as seguintes:

- I - Auxiliar nos serviços de instalações, aplicações e consertos de redes, adutoras e ramais domiciliares de água/esgoto, executando todas as atividades necessárias para o bom desempenho das mesmas;
- II - Auxiliar em serviços de limpeza, reforma e manutenção das instalações do SIMAE;
- III - Executar a abertura e o fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala;
- IV - Executar serviços de urbanização, compreendendo, construção de muro, pintura e outros que se fizerem necessários às edificações do SIMAE, bem como os serviços de poda de árvores, flores e gramas;
- V - Operar máquinas e equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades;
- VI - Executar serviços de carga, descarga, transporte e armazenamento de materiais em locais determinados;
- VII - Efetuar a limpeza e a manutenção das ferramentas, instrumentos, bem como manter o asseio dos locais de trabalho;
- VIII - Construir casas de madeira, cercas, armários, caixas para ferramentas e caixarias para concreto;
- IX - Fazer escoramento de madeira em valas, para evitar desmoronamentos;
- X - Efetuar serviços de reparos em alvenarias e/ou carpintaria nas aberturas, paredes, telhados, bem como a colocação de vidros, desenvolver pequenos trabalhos na área de alvenarias e carpintaria;
- XI - Confeccionar caixas de alvenarias e armações de ferragens para concreto;
- XII - Requisitar e manter suprimento de material necessário ao trabalho, verificando a qualidade dos mesmos, à vista das especificações;
- XIII - Executar interrupções e restabelecimento de água nos imóveis dos usuários;
- XIV - Ficar a disposição do SIMAE quando designado para cumprir horários de sobreaviso;
- XV - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;
- XVI - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;
- XVII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
- XVIII - Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
- XIX - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo:	III - AGENTE ADMINISTRATIVO I		
Padrão:	03		
Grupo:	Administrativo		
Ingresso:	Concurso Público		
Processo de Seleção:	Provas		
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais		
Horário:	Conforme Quadro de Horários de Trabalho		
Requisitos:			
Escolaridade Mínima:	Ensino Médio Completo		
Nacionalidade:	Ser brasileiro nato ou naturalizado		
Sexo:	Ambos		
Idade Mínima:	18 anos		
Formação Específica:	Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.		

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar todas as tarefas inerentes a manutenção da organização e dos controles necessários à coleta e registro de leituras de hidrômetros, realizar a entrega de faturas e demais comunicações e/ou documentos aos usuários/consumidores, efetuar serviços bancários e correios, Auxiliar em todas as atividades das demais seções administrativas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Agente Administrativo I, são as seguintes:

- I - Executar todas as atividades necessárias à coleta e registro de leituras dos hidrômetros instalados nos imóveis dos usuários, dentro dos prazos estipulados;
- II - Levantar informações de campo referente às ligações de água e esgoto, e manter os seus registros informatizados ou não devidamente organizados e atualizados;
- III - Registrar e comunicar a chefia do setor ou à pessoa responsável, quaisquer anormalidades constatadas em campo, nos ramais prediais, bem como em todo o sistema de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário;
- IV - Manter os equipamentos de uso, tais como: coletores, motocicletas e outros, em perfeito estado de conservação, observando as normas

legais aplicáveis quando da sua utilização;

V - Executar a entrega de faturas de serviços e correspondências aos usuários, quer sejam de ordem comunicativa, punitiva ou orientativa, e outras de interesse do SIMAE, dentro dos prazos estipulados;

VI - Servir de agente de comunicação entre o SIMAE e os seus usuários/consumidores, orientando-os corretamente, sempre que por eles solicitado, no que tiver ao seu alcance, encaminhando os mesmos para o escritório do SIMAE, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas;

VII - Auxiliar em todas as atividades das demais seções administrativas;

VIII - Buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos;

IX - Atender telefone e retransmitir aos interessados, efetuar ligações quando solicitado, anotar recados e repassar os interessados, receber o público em geral que visitam o SIMAE e direcioná-las as demais seções;

X - Efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, dentre outros;

XI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;

XII - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;

XIII - Comunicar a chefia imediata as manutenções necessárias nos veículos, motocicletas e outros equipamentos utilizados pelo mesmo, bem como, observar toda a legislação pertinentes a condução de veículos;

XIV - Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XVI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo:	XVII – TÉCNICO EM TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	
Padrão:	06	
Grupo:	Técnico	
Ingresso:	Concurso Público	
Processo de Seleção:	Provas	
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais	
Horário:	Conforme Escala/Quadro de horário de trabalho	
Requisitos:		
Escolaridade Mínima:	Ensino Médio Completo	
Nacionalidade:	Ser brasileiro nato ou naturalizado	
Sexo:	Ambos	
Idade Mínima:	18 anos	
Formação Específica:	Curso Técnico na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação; Registro no Conselho Regional de Química; Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos.	

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Cuidar do controle e funcionamento técnico-operacional as estações de tratamento de água e esgoto, executando rigorosamente todos os procedimentos fixados e necessários ao cumprimento das normas aplicáveis ao tratamento de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto são as seguintes:

I - Acompanhar o processo de Captação de águas subterrâneas e superficiais, registrando e controlando níveis de água, poços e reservatórios; Analisar águas brutas e tratadas, coletando amostras, realizando análises físico-químicas parciais e registrando resultados das análises nos controles instituídos pelo SIMAE;

II - Tratar e distribuir águas, definindo dosagens e adicionando produtos químicos, inspecionando filtros, corrigindo o pH das águas filtradas e controlando os níveis dos reservatórios;

III - Realizar tarefas operacionais e pequenos reparos, lavando tanques, lubrificando equipamentos, reparando válvulas e trocando fusíveis. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;

IV - Operar equipamentos dos laboratórios necessários a realização das análises, bem como outros equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades;

V - Controlar Estoques de produtos químicos, reagentes e demais produtos, materiais e/ou utensílios recebidos;

VI - Preparar soluções químicas;

VII - Registrar manualmente ou através de sistemas informatizados os resultados das análises realizadas, bem como todas as informações inerentes a operação das Estações de Tratamento de Água e de Esgoto;

VIII - Executar todos os controles necessários ao bom funcionamento das Estações de Tratamento de Água e de Esgoto, sendo responsável direto pela qualidade da água fornecida a população;

IX - Efetuar a limpeza/lavagem dos floculadores, decantadores, filtros, bem como de outros compartimentos;

X - Comunicar à chefia imediata, irregularidades em funcionamento de aparelhos e demais componentes das Estações de Tratamento de Água e de Esgoto;

XI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização

XII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza, observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XIII - Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XIV - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO VI

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO

- 1.- Não será admitida a entrada de Candidato que não estiver munido do Cartão de Inscrição fornecido no ato da inscrição e de documento original de identidade com foto, em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
- 2.-Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto).
- 3.- Os candidatos deverão comparecer no local das provas preferencialmente com 30 (trinta) minutos de antecedência para assinatura da ficha de presença e recebimento das instruções sobre a prova.
- 4.- Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras ou aparelhos celulares.
- 5.- Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Concurso do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.
- 6.- A Prova Escrita terá um tempo máximo de realização de duas horas e trinta minutos, além do tempo necessário às instruções sobre a avaliação.
- 7.- O candidato poderá sair da sala durante a Prova Escrita somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.
- 8.- É expressamente proibido comer, beber ou fumar nos locais das provas.
- 9.- Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nas imediações das salas onde estiverem sendo realizadas as provas.
- 10.- Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de aplicação de prova permanecerão na sala até a entrega da Prova Escrita pelo último candidato.
- 11.- Os envelopes contendo as provas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão do Concurso que as manterá sob sua guarda até a sua correção.
- 12.- Os candidatos deverão levar caneta esferográfica de cor azul ou preta, lápis e borracha.

Capinzal/SC, 12 de junho de 2015.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/27/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/27/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.532.330/0001-28

OBJETO: Prestação de serviços de Elaboração, Organização e Realização de Concurso Público.

VALOR: R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2015.

VIGÊNCIA: 08/06/2015 A 06/09/2015 (90 dias consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato).

PORTARIA N º 42/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 042/2015/SIMAE-CAO, de 10 de junho de 2015.

Institui Comissão para organização, elaboração e aplicação de Concurso Público. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

1)- Designar Rogério Urbano Feyh e Milton Laske, advogados, residentes em Florianópolis, sócios da empresa Laske & Feyh S/S Advocacia, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão do Concurso Público responsável pela organização, elaboração e aplicação do Concurso Público SIMAE/CAO/01/2015, a ser realizado por este SIMAE.

2)- Caberá à Comissão ora constituída, de acordo com o Edital, elaborar, aplicar e corrigir a Prova Escrita, bem como tomar todas as providências necessárias a sua fiel execução e elaboração da documentação com o resultado final do concurso.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.073, DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.073, de 12 de junho de 2015.

“CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS REALIZADAS NA RUA OLAVO BILAC, DECORRENTES DO TERMO DE ACORDO PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM REGIME DE MUTIRÃO DE 10/05/2013, E DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal), art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010 e Lei Complementar nº 64, de 6 de maio de 2010

DECRETA:

Art. 1º Classifica os imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria na Rua Olavo Bilac, no trecho entre as Ruas João Anísio Borges Guerreiro e Irineu Bornhausen no Bairro Sayonara - Catanduvas:

Ordem	Quadra	Lote	Cadastro nº	Proprietário	Testada (m)
1º	82	75	1614	Ivani Terezinha Gonçalves	15,00
TOTAL	15,00				

Parágrafo único. Nos termos do art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010, estão sujeitos a Cobrança de Melhoria os proprietários Lindeiros que não aderiram ao regime de mutirão conforme Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 10/05/2013.

Art. 2º A presente classificação decorre do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 10/05/2013, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar apuração do valor da Contribuição de Melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech – Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;

II - Caroline Joana Lenieski Johan – Controle Interno

III - Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário

IV - Francielle Dias dos Santos – Setor de Tributos

V - Rosa Maria dos Santos Brito – Setor de Tributos

VI - Sandra Maria Dilda Bucco – Setor de Habitação

Art. 4º Compete à Comissão proceder a vistoria das obras, documentos do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 10/05/2013 e emitir no prazo de cinco (5) dias, Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 12 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2015

A Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 289 e seguintes da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal com alterações), faz saber a quem interessar possa, especialmente aos proprietários da Rua pavimentada, que o Município de Catanduvas, SC, baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, para fim de cobrança de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos na pavimentação em paralelepípedo (serviços iniciais de terraplanagem, pavimentação em paralelepípedos, drenagem pluvial, meios fios, sinalização vertical e horizontal, pavimentação de passeios) em parte da Rua Tiradentes, nesta cidade de Catanduvas (SC).

1 - DO LOCAL

Rua Tiradentes, no Bairro Sayonara, nesta cidade de Catanduvas, SC, numa área pavimentada de 3.446,00m², com extensão (conforme projeto de obra), largura da pista (conforme projeto de obra), drenagem pluvial (conforme projeto de obra), meios-fios (conforme projeto de obra), passeios públicos (conforme projeto de obra), e sinalização vertical e horizontal (conforme projeto de obra) definidos no projeto da obra e constante no processo licitatório.

2 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

As normas para a execução dos serviços foram descritas no memorial descritivo do projeto, o qual é parte integrante do processo licitatório que selecionou a proposta mais vantajosa para execução da obra, e que compreende todas as atividades necessárias para a execução da pavimentação, resumidamente:

- Serviços iniciais e terraplanagem;
- Drenagem pluvial;
- Meios-fios;
- Passeios Públicos;
- Pavimentação em paralelepípedo;
- Sinalização vertical e horizontal.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Tiradentes, que foram valorizados, conforme Decreto anexo de nº2.070, de 02 junho 2015.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Na forma do art. 289, Lei Complementar nº 17, de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei Complementar nº 59 de 23 de dezembro de 2009, a cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, sendo este o seu fato gerador, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução, financiamento e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano (testada do imóvel), laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção para as zonas diretamente atingidas é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite total o valor dos investimentos (custo da obra) (R\$ 271.625,75), e individualmente o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais já referidos.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUÍNTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 69.440,00 que de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)	Total
1	43	352-B	790	Dania Cecilia Darold	20	4.340,00
2	43	352-A	791	Elenir Fátima Chinato	20	4.340,00
3	43	312-P	2.784	Marcos Roberto Schiller	10	2.170,00
4	43	312-B	3.160	Thiago Luiz Carl	10	2.170,00
5	43	312-A	776	Edson Xavier Di Domenico	20	4.340,00
6	44	351-A	801	Sebastião Cavaleiro de Jesus	14	3.038,00
7	44	351-B	800	Anadir Scopel-Espólio ou Gisele Scopel	13	2.821,00
8	44	351-C	799	Enore João De Carli	13	2.821,00
9	44	311-C	798	João Maria Cerino Primo	13	2.821,00
10	44	311-B	797	Darcylío Treviso	13	2.821,00
11	44	311-A	796	Nelva Dalpubel	14	3.038,00
12	42	485	774	Carlos Cesar Fabris	40	8.680,00
13	42	468	765	Sueli Noel-ME	40	8.680,00
14	45	484-A	2.254	Gentil Jose Kichel	12,5	2.712,50
15	45	484-B	2.253	Idalir Miotto	12,5	2.712,50
16	45	484-C	816	Nelso Lauri de Souza	15	3.255,00
17	45	467-P	815	Jair Jose dos Santos	20	4.340,00
18	45	467-P	814	Ivone Amélia Noel- ME	20	4.340,00
						69.440,00

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DAS OBRAS

O custo unitário e total para a realização das obras, de acordo com as benfeitorias realizadas na Rua e Edital de Licitação respectivo, está expresso na tabela abaixo:

Serviços	Metragem da obra (m²)	Custo total da obra (R\$)	Custo unitário da obra (R\$/m²)	Valor custeado pelos contribuintes R\$
• Serviços iniciais e terraplanagem; • Drenagem pluvial; • Meios-fios; • Passeios Públicos; • Pavimentação em paralelepípedo; • Sinalização vertical e horizontal.	3.446,00	R\$ 271.625,75	R\$ 78,82	R\$ 69.440,00

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria das obras referidas neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de 30 dias, contados da data de sua notificação nos termos do art. 299 da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

8.2 - Pagamento parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte, em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e consecutivas, acrescidas estas, e atualizações pela aplicação da UFRM, nos termos do art. 299, §1º da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério de o contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro dos parâmetros acima.

Decorridos sessenta (60) dias contados do Lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, sem que haja o pagamento total, ou pedido de parcelamento da dívida, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos legais, principalmente para inscrição em dívida ativa, em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra este Edital o memorial e projetos executivos das obras, planilha orçamentária, bem como o laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que foram beneficiados com as obras de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo das obras e número de prestações, de acordo com o disposto no art. 301 do CTM.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria de Administração ou Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Catanduvas, SC, 12 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Visto Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Catanduvas, Edital de Contribuição de Melhoria nº 0005/2015.

Claudemir Tchoi Bucco

Assessor Jurídico

OAB/SC Nº9686

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 59/2015

DECRETO N. 59/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c com a Lei Municipal nº 816/1996, de 09 de outubro de 1996;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: CLEONICE SCHNEIDER ZAMBAN

Suplente: VANILDE PIETROBELLI

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: SIMONE BARTOLOMEI

Suplente: DIRLETE APARECIDA MARANGONI

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: ROSANGELA FURLANETTO DI DOMENICO

Suplente: CAMILA BELLEI

Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:

Titular: OBERDAN TOMASI

Suplente: RAFAEL GONÇALVES

Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: ADELINO AGOSTINI

Suplente: FERNANDO BRIGHENTI

Representantes da Pastoral da Saúde – Igreja Católica Apostólica Romana:

Titular: CILDO INÁCIO ROCKEMBACH

Suplente: ITANIR MARANGONI

Representantes das Igrejas Evangélicas - COPAC:

Titular: VITO FRANCISCO MARANGONI

Suplente: VILSON MORAES DE OLIVEIRA

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: CLÓVIS JOSÉ CHIARELLO

Suplente: NEUSA NOELI SCHMITZ FRANCISÃO

Representantes da Associação dos Pais e Professores da Escola Municipal Bairro Antena e E.E.B Cândido Ramos:

Titular: ANA PAULA TOMASI

Suplente: SALETE MORONI LUCAS

Titular: ANDREIA SCARPARO VIVAN

Suplente: BERNARDETE MARANGONI VIVIAN

Representantes do Grupo de Idosos:

Titular: SOELI MORETO

Suplente: LOURDES CAPELEZZO.

Art. 2º. Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades pelo período de 02 (dois) anos, em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 064/2013 de 14 de Maio de 2013.

Caxambu do Sul/SC 12 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO 60/2015

DECRETO Nº 000060/15 de 12 de Junho de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001353/15 de 8 de Junho de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 272.396,77 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3,06

04.01.12.365.0006.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28,82

04.01.12.361.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.795,21

04.01.12.361.0006.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.559,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.244.0009.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 160.077,42

07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A
 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura
 07.01.26.782.0014.1.043-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 35.124,36
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem
 08.01.26.782.0013.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.346,92
 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos	
09.01.06.181.0012.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.751,55
09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	34.710,43

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Junho de 2015

DECRETO Nº 000060/15 de 12 de Junho de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001353/15 de 8 de Junho de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 272.396,77 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 04.01 - Departamento de Educação
 04.01.12.361.0006.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3,06
 04.01.12.365.0006.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28,82
 04.01.12.361.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.795,21
 04.01.12.361.0006.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.559,00
 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 06.01 - Departamento de Assistência Social
 06.01.08.244.0009.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 160.077,42
 07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A
 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura
 07.01.26.782.0014.1.043-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 35.124,36
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem
 08.01.26.782.0013.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.346,92
 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos	
09.01.06.181.0012.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.751,55
09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	34.710,43

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Junho de 2015

DECRETO Nº 000060/15 de 12 de Junho de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001353/15 de 8 de Junho de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 272.396,77 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 04.01 - Departamento de Educação
 04.01.12.361.0006.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3,06
 04.01.12.365.0006.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28,82
 04.01.12.361.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.795,21
 04.01.12.361.0006.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.559,00
 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 06.01 - Departamento de Assistência Social
 06.01.08.244.0009.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 160.077,42
 07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A
 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura
 07.01.26.782.0014.1.043-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 35.124,36
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem
 08.01.26.782.0013.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.346,92
 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos	
09.01.06.181.0012.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.751,55
09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	34.710,43

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Junho de 2015

DECRETO 61/2015

DECRETO Nº 000061/15 de 12 de Junho de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001353/15 de 8 de Junho de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 229.893,23 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.007- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	11.829,09
	05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária 05.02.10.304.0005.2.008- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	51.813,26
	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.006- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	166.250,88
Art. 2º -	Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Junho de 2015

DECRETO Nº 000061/15 de 12 de Junho de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001353/15 de 8 de Junho de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 229.893,23 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.007- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	11.829,09
	05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária 05.02.10.304.0005.2.008- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	51.813,26
	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.006- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	166.250,88
Art. 2º -	Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Junho de 2015

DECRETO Nº 000061/15 de 12 de Junho de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001353/15 de 8 de Junho de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 229.893,23 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.007- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	11.829,09
	05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária 05.02.10.304.0005.2.008- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	51.813,26
	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.006- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	166.250,88
Art. 2º -	Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Junho de 2015

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

272.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 272/2015

- CONSIDERANDO, o preceituado no §7º, do art. 64, da Lei Complementar nº 008/99, que dispõe in verbis:

§7º A caracterização da exigência de assistência direta pelo servidor (a) é condição indispensável para a concessão da licença, que ocorrerá mediante Processo Administrativo, instruído com a solicitação realizada pelo médico do (a) paciente, ratificada por Junta Médica Oficial do Município, quando esta superar o prazo de 15 (quinze) dias.

- CONSIDERANDO a apresentação de Requerimento pela Servidora Pública Municipal: Vilma Rosa Correia de Oliveira, instruído com a solicitação realizada pelo Médico do Paciente;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Nomear Junta Médica Oficial para proceder à Avaliação Médica Pericial, em razão do requerimento de licença por motivo de doença em pessoa da família, protocolado pela Servidora Pública acima relacionada.

Art. 2º A Junta Médica Oficial de que trata o art. 1º, será composta pelos seguintes médicos:

- I - Dr. Arnaldo Amorim Junior - CRM 1237;
- II - Dr. Franciel Gustavo.Rossoni; - CRM 20644 e;
- III - Dr. Maximilian Paul Winnikow - CRM 11.501.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

273.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 273/2015

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa que permite à Administração reapreciar seus atos;

CONSIDERANDO que, a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei

Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar as Portarias nº. 0218 de 11.08.99, nº 0258 de 18.02.00, nº 0400 de 01.06.00, nº 0511 de 01.03.01, e nº 035 de 15.02.06, onde se lê: ELIZANDRA RODE FERREIRA, leia-se: ELIZANDRA RODE FERREIRA.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 12 de junho de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

274.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 274/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 13/06/2014 à 12/06/2015, a ADEMIR FRANÇA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 15.06.2015 à 14.07.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de junho de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 25 de junho de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de

empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças para conserto do veículo Toyota Bandeirantes, ano 1995, placa LXU 0700, utilizado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadadolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 89/2013 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVOS DO CONTRATO nº 89/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 89/2013.

Vigência: 11/06/2015 à 04/08/2017

Processo Licitatório nº 89/2013

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, b da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto contratual pactuado inicialmente.

Valor: Os acréscimos decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 4.178,29(quatro mil cento e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO CONCORRÊNCIA Nº 02/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/PMCS/2015
CONCORRÊNCIA Nº 02/PMCS/2015

Objeto: Concessão de uso gratuito de 01 (um) terreno urbano, de propriedade da municipalidade, descrito no edital, por até 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado conforme condições fixadas neste Edital e no contrato de concessão que vier a ser firmado, cujas regras os interessados deverão submeter-se sem quaisquer restrições.

Tipo: Maior Pontuação.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 17/07/2015.

Abertura: Dia 17/07/2015, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 12 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos para laboratório de ciências, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 30/06/2015.

Abertura: Dia 30/06/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 12 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: CIRURGICA BELA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/FMS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMS/2015

Objeto: Registro de preços de Materiais e Equipamentos Odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 25/05/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 33.593,13 (trinta e três mil quinhentos e noventa e três reais e treze centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 27/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CLEBER DELLA BRUNA BONOTTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/PMCS/2015

Objeto: Serviços de cobertura fotográfica de eventos municipais, conforme abaixo:

- Cobertura fotográfica domingo à tarde 17 de maio na VignaMazon.
- Cobertura fotográfica da escolha da rainha dia 29 de maio de 2015.

- Cobertura fotográfica do lançamento da festa dia 22 de agosto de 2015.

- Cobertura fotográfica do 10º encontro da música folclórica em Rio Perso dia 18 de setembro de 2015.

- Cobertura fotográfica da III Cocalfest de 23 a 27 de setembro de 2015.

- Disponibilização das fotos em DVD para acervo histórico do município.

- Disponibilização das fotos que a acessória de imprensa necessitar no dia do evento, a fim de envio para os meios de comunicação.

- 01 Pôster para cada candidata à rainha.

- 01 Outdoor de divulgação (25 dias).

Assinatura: 14/05/2015

Vigência: Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.39.59 (99).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 10/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 104/2014

ADITIVO Nº: 10/2015

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUTORA BS LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 70/PMCS/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº: 09/PMCS/2014

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de material e serviço para construção de Escola de Educação Básica, no bairro Vila Nova, no município de Cocal do Sul, por meio do termo de compromisso – PAR Nº 32325/2014, firmado entre o município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE).

Objeto do Aditivo: A prorrogação do prazo de execução da obra e da vigência do contrato.

Assinatura: 08/06/2015

Vigência: Início: 08/06/2015 Término: 18/06/2015

Concórdia

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de ornamentação geral dos espaços internos e externos do Parque Municipal de Exposições, Atílio Francisco Xavier Fontana para a EXPO AGRO 2015 e decoração, locação de mesas, toalhas e sobre toalhas para a XXX FENAL, de acordo com a Lei nº 3.999 de 17 de outubro de 2008, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 26/06/2015.

Abertura: dia 26/06/2015 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 12 de junho de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2015 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2015

O Secretário Municipal de Transportes, torna público que ratificou o ato do Senhor ORELIO STORCHIO, Diretor de Transportes, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 12 de junho de 2015, referente processo para Pagamento de despesas com consumo de água durante o exercício de 2015, da SEMUT, a favor da empresa: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN., no valor total de R\$ R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

DECRETO Nº 482/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 482/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Altera dispositivos do inciso V do art. 1º do Decreto nº 893/2014, de 31 de dezembro de 2014, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3

de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º O inciso V do art. 1º do Decreto nº 893/2014, de 31 de dezembro de 2014, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação, terá dispositivos alterados, na forma abaixo:

I – a alínea "g" passa a vigorar com a seguinte redação:

"g) AMARILDO ANTONIO MORESCO JUNIOR;" (NR)

II – fica acrescida alínea "o" com a seguinte redação:

"o) CAUANA RAIRA MARASCHIN." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 483/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 483/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I – AGENOR LUIS CEMBRANI, ocupante do cargo de Tesoureiro, com efeitos retroativos a 2 de abril de 2015;

II – ALEXANDRA MATIOLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2015;

III – ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, com efeitos retroativos a 4 de janeiro de 2015;

IV – ANDRE HERMINIO MALESKI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015;

V – DELCI SANTIN ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com efeitos retroativos a 7 de abril de 2015;

VI – GIANE MARTELLO, ocupante do cargo de Pedagogo, com efeitos retroativos a 12 de maio de 2015;

VII – ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015;

VIII – LUANA LIS REDECKER KUNRATH, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015;

IX – MARLI PEGORARO BALBINOT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2015;

X – MATEUS ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Operacional, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2015;

XI – MILIANA ZANON, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 4 de maio de 2015;

XII – SANDRA REGINA BALDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2015;

XIII – SEBASTIÃO LENINHO SCHUASTZ, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015;

XIV – VANESSA VIEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 12 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 484/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 484/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.
Concede licença-prêmio à servidora RAQUEL BURATTO SIEGA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora RAQUEL BURATTO SIEGA, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91324-00, licença-prêmio, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2010 a 13 de fevereiro de 2015, na forma abaixo:

I – 1 (um) mês para gozo, a partir de 8 de junho de 2015;

II – 1 (um) mês convertido em pecúnia, no mês de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 485/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 485/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.
Concede licença para acompanhar cônjuge à servidora INES TECCHIO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora INES TECCHIO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 45110-04, licença para acompanhar cônjuge, sem remuneração, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 486/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 486/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.

Designa a servidora DIANE DOS SANTOS para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do IPRECON; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Procurador, para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, no período de 25 de maio a 10 de junho de 2015, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pela Portaria nº 26/2014, de 2 de maio de 2014, do IPRECON.

Art. 3º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, no período de 25 de maio a 10 de junho de 2015, para movimentar as contas bancárias do IPRECON, mediante assinatura, em conjunto, com a Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 487/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 487/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.

Dá nova redação a alínea “p” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 198/2015, de 23 de fevereiro de 2015, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “p” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 198/2015, de 23 de fevereiro de 2015, que constitui e designa comissão especial, com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

p) ARI JUSTINO TIBOLLA.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SATHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 488/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 488/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSALI FATIMA ZAMBONI MOCELIN.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora ROSALI FATIMA ZAMBONI MOCELIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 20 de março de 2010 a 19 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 489/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 489/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 58602-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 490/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 490/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora FRANCIELE JUSTI LOPES GROSS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora FRANCIELE JUSTI LOPES GROSS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 17469-04, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 491/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 491/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARILEI GUIMARÃES VENDRUSCOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora MARILEI GUIMARÃES VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91936-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 492/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 492/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NEIVA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora NEIVA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 13 de maio de 2010 a 12 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 493/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 493/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LISIANE HERBICH.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora LISIANE HERBICH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de maio de 2010 a 2 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercícioBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de EducaçãoPublicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa**DECRETO Nº 494/2015**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 494/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIANE MARIA PEDOTT.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora ELIANE MARIA PEDOTT, ocupante do cargo de Enfermeiro, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de janeiro de 2000 a 2 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercícioBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa**DECRETO Nº 495/2015**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 495/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA LORENA VITI DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora MARIA LORENA VITI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de maio de 2009 a 5 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercícioBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoRUIIMAR SCORTEGAGNA
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio AmbientePublicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa**DECRETO Nº 496/2015**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 496/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 2008 a 7 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 497/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 497/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora JANETE DE FATIMA FERREIRA LONGO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora JANETE DE FATIMA FERREIRA LONGO, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 498/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 498/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSA MANI MENEGHETTI; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora ROSA MANI MENEGHETTI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de maio de 2008 a 3 de maio de 2013.

Art. 2º Fica alterada a expressão: “4 de maio de 2003 a 3 de maio de 2008” para: “4 de maio de 2008 a 3 de maio de 2013”, constante no art. 1º do Decreto nº 204/2015, de 24 de fevereiro de 2015, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSA MANI MENEGHETTI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 499/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 499/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia ARIANE DELAI CECCHIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ARIANE DELAI CECCHIN, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 500/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 500/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia IRENE ELAINE SAATKAMP no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, IRENE ELAINE SAATKAMP, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 501/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 501/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia PATRICIA DUTRA DA SILVA RAUBER no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PATRICIA DUTRA DA SILVA RAUBER, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 502/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 502/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia ROSANGELA TERESINHA FRACASSO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSANGELA TERESINHA FRACASSO, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 503/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 503/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia SUZANA CRISTINA FLECK no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SUZANA CRISTINA FLECK, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 504/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 504/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia VALERIA SGANZERLA ZWIRTES no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VALERIA SGANZERLA ZWIRTES, no cargo de Professor – Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 505/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 505/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia ACACIO GUERREIRO no cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ACACIO GUERREIRO, no cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 506/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 506/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia ROGERIO PAULO DA SILVA no cargo de Motorista.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ROGERIO PAULO DA SILVA, no cargo de Motorista – Veículos Pesados, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 507/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 507/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia HILDA LIMA DA COSTA PALLAS no cargo de Controladora da Divisão de Logística.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora HILDA LIMA DA COSTA PALLAS, para exercer o cargo de Controladora da Divisão de Logística – Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 508/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 508/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Nomeia LUANA UBERTI no cargo de Psicólogo.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUANA UBERTI, no cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 509/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 509/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Dá nova redação a alínea “b” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 189/2014, de 27 de fevereiro de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “b” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 189/2014, de 27 de fevereiro de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 2º (...)

b) suplente: LINDAMIR APARECIDA VEMESCOSKI DOS SANTOS;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5978
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.978, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.759, de 22 de maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos
da Educação – Superávit do
Exercício Anterior R\$ 55.000,00
Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – SEMED
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos
da Educação – Superávit do
Exercício Anterior R\$ 65.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.0451.0041.2031 Ações da Sinalização Urbana – SEMURB
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.120000 Convênio de Trânsito – Prefeitura – Superávit do
Exercício Anterior R\$ 302.164,69

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo – SEDET
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – Prefeitura – Superávit do
Exercício Anterior R\$ 200.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.0812.0077.2453 Ações do Desporto Comunitário – FMEC
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do
Exercício Anterior R\$ 175.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 879.164,69.

Art. 2º Ficam suplementadas, com o excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.0451.0041.2031 Ações da Sinalização Urbana – SEMURB
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.120000 Convênio de Trânsito – Prefeitura R\$ 55.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.100000 Convênio de Trânsito – Militar R\$

13.500,00

Fonte de Recursos 01.110000 Convênio de Trânsito – Civil R\$ 13.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 82.000,00.

Art. 3º Fica suplementada, com o provável excesso de arrecadação, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural – SEMADRA
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.340000 Transferência de Convênios – União R\$ 235.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 235.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Concórdia SC, 12 de junho de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 44/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 44/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Concórdia SC, 12 de junho de 2015
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

LEI ORDINARIA Nº 4758

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.758, DE 18 DE MAIO DE 2015.

Denomina via pública do Loteamento Sintrial II, do Bairro Sintrial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua B localizada no Loteamento Sintrial II, no Bairro Sintrial, passa a denominar-se de Luiz José Gaetano Fornari.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4759

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.759, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a suplementar com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração

Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

da Educação – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 55.000,00

Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

da Educação – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 65.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0041.2031 Ações da Sinalização Urbana – SEMURB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.120000 Convênio de Trânsito – Prefeitura – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 302.164,69

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo – SEDET

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – Prefeitura – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 200.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0812.0077.2453 Ações do Desporto Comunitário – FMEC

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 175.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 879.164,69.

Art. 2º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0041.2031 Ações da Sinalização Urbana – SEMURB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.120000 Convênio de Trânsito – Prefeitura R\$ 55.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.100000 Convênio de Trânsito – Militar R\$ 13.500,00

Fonte de Recursos 01.110000 Convênio de Trânsito – Civil R\$ 13.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 82.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o provável excesso de arrecadação, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural – SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.340000 Transferência de Convênios – União R\$ 235.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 235.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.675, de 22 de julho de 2014 e 4.722, de 18 de dezembro de 2014, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4760

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.760, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Altera objeto do convênio de entidades constantes no Anexo III da Lei nº 4.753 de 7 de maio de 2015, que autoriza celebrar convênios com entidades, com a finalidade de atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa denominado Orçamento Participativo – OP.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam alterados objetos dos convênios de entidades constantes no Anexo III da Lei nº 4.753, de 7 de maio de 2015, que autoriza celebrar convênios com entidades, com a finalidade de

atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa denominado Orçamento Participativo – OP, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Marchesan	05.918.663/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e região, melhor acesso aos meios de comunicação e desenvolvimento no meio rural, mediante a instalação de internet, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Agricultores de Linha Kaiser e Lageado Medeiros	06.313.267/0001-15	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Medeiros e região, melhor qualidade de vida através do saneamento básico, mediante instalação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
Associação de Moradores de Linha Maria Goreti	02.579.611/0001-61	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Maria Goreti e região, melhor qualidade de vida através do saneamento básico, mediante instalação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação Agrícola de Cachimbo	00.461.691/0001-20	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caixa D'água e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola e horas-máquina, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Associação de Moradores de Linha Laranjeiras	20.297.228/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Laranjeiras e região, melhor qualidade de vida através do saneamento básico, mediante investimento em rede de água, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Associação de Agricultores de Três de Outubro	08.199.502/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Três de Outubro e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante a contratação de horas-máquina, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 14.744,00 (quatorze mil, setecentos e quarenta e quatro reais)
Associação de Moradores de Linha Schiavini	05.615.236/0001-56	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Schiavini e região, melhor qualidade de vida, através do saneamento básico, mediante melhorias na rede de água, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores Unidos de Barra do Pinhal	00.914.336/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Pinhal e região, melhor acesso aos meios de comunicação e desenvolvimento no meio rural, mediante a instalação de internet, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
Associação de Agricultores Familiares de Barra do Lajeado Paulino	08.036.240/0001-58	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Lajeado Paulino e região, melhor acesso aos meios de comunicação e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento em melhorias na rede de telefonia, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Barra Fria	01.491.743/0001-74	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Fria e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante a contratação de horas-máquina, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores de Linha Guarani	01.703.934/0001-52	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guarani e região, melhor qualidade de vida através do saneamento básico, mediante a aquisição de reservatórios de água, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação Comunitária de Cachimbo	06.313.694/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cachimbo e região, melhor qualidade de vida através do saneamento básico, mediante melhorias da rede de água, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Engenho Velho	01.585.990/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Engenho Velho e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola e melhoria na rede de água, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PORTARIA Nº 99/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 99/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 43/2015 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 376/2015, de 26 de maio de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MONICA PIVOTTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, Adicional de Insalubridade, grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido à referida servidora pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 72/2015, de 15 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 4 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Coronel Martins

PREFEITURA

ERRATA A PORTARIA Nº. 073, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

ERRATA A PORTARIA Nº. 073, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº 073, de 01 de junho de 2015, o qual possui erro na numeração de referência da Conferência Municipal de Saúde de 2015, conforme disposições abaixo:

I – No preâmbulo da mencionada Portaria onde se lê:
CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leia-se:
CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

II – Onde se lê:
Art. 1º Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Saúde de Coronel Martins- SC conforme determinação legal do Decreto nº 112/2015, do Prefeito Municipal.

Leia-se:
Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Saúde de Coronel Martins- SC conforme determinação legal do Decreto nº 112/2015, do Prefeito Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de junho de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

ERRATA AO DECRETO Nº. 112, DE 29 DE MAIO DE 2015.

ERRATA AO DECRETO Nº. 112, DE 29 DE MAIO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto nº 112, de 29 de maio de 2015, o qual possui erro na numeração de referência da Conferência Municipal de Saúde de 2015, conforme disposições abaixo:

I – No preâmbulo do mencionado Decreto onde se lê:

CONVOCA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DEFINE TEMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leia-se:

CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DEFINE TEMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

II – Onde se lê

Art. 1º Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Saúde de 2015 a realizar-se no dia 18 de junho de 2015 com início às 13:00hrs e término às 17:00hrs, tendo como tema "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS", e como eixo norteador: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Leia-se:

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Saúde de 2015 a realizar-se no dia 18 de junho de 2015 com início às 13:00hrs e término às 17:00hrs, tendo como tema "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS", e como eixo norteador: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de junho de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 652 DE 09 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 652 DE 09 DE JUNHO DE 2015
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a custear as despesas decorrentes da realização da 3ª Conferência Municipal de Saúde, que acontecerá no dia 18 de junho de 2015 no município de Coronel Martins- SC, bem como a participação dos delegados municipais na 7ª Conferência Estadual de Saúde, que acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2015 na cidade de Florianópolis- SC, num montante máximo de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Parágrafo Único. As despesas a que se refere o caput do artigo 1º, são destinadas à contratação de palestrante, material didático e de divulgação, organização, bem como transporte, hospedagem e alimentação, e demais despesas necessárias a realização e participação aos Eventos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 09 de Junho de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

LEILÃO 01/2015 - PROCESSO 32/2015 PMCP

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

PROCESSO 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

O município de CORREIA PINTO, SC, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 1569, Centro, Correia Pinto, SC, CEP 88.535/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.438.655/0001-45, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 30 de JUNHO de 2015, tendo como local o CENTRO DE EVENTOS ALEXANDRE JÚLIO, localizada na Rua João Moraes dos Santos, nº 222, B. Pereira Alves, Correia Pinto, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 FIAT/PALIO EX, ano 2000, modelo 2011, Placas MEW 0590, cor cinza, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 02: 01 GM/CELTA, ano 2002, modelo 2003, Placas CZV 4421, cor preta, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00. LOTE 03: 01 GM/VECTRA CD, ano 1997, modelo 1998, Placas IGY 8845, cor branca, GNV/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 7.000,00. LOTE 04: 01 CAMIONETA I/FORD RANGER XLS 13 P, ano/modelo 2006, Placas MDF 3113, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 05: 01 TOYOTA/COROLLA GLI18 FLEX, ano 2010, modelo 2011, Placas MKM 0467, cor preta, álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 06: 01 CAMIONETA GM/CHEVROLET C1504, ano/modelo 1975, Placas LXO 7070, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 07: 01 I/CHEVROLET CLASSIC, ano 2009, modelo 2010, Placas MGE 8916, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00. LOTE 08: 01 VW/GOL 1.0, ano 2009, modelo 2010, Placas MHV 5343, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00. LOTE 09: SUCATA DE INFORMÁTICA (Descrição detalhada conforme Anexo II). LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 10: SUCATA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO (Descrição detalhada conforme Anexo II). LANCE INICIAL R\$ 500,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido através do site da Prefeitura WWW.CORREIAPINTO.SC.GOV.BR ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (49) 3243 1150 Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

CORREIA PINTO (SC), 15 de junho de 2015.

VÂNIO FORSTER

PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 30/2015 PMCP**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/6

Processo Nº.: 30/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2015**

No dia 12 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 30/2015, Processo Licitatório nº. 30/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRECISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10125	RAMALUZ LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
RAMALUZ LTDA	08.962.222/0001-05	PIRRE SCHEMES DE JESUS	025.480.599-01

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRECISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10125 - RAMALUZ LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CHAMADO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.	CH	RAMALUZ	1.000,000	39,5333	39.533,25
2	HORA ADICIONAL DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.	HS	RAMALUZ	2.500,000	32,9867	82.466,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 2/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou corôná".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 12 de Junho de 2015.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

RAMALUZ LTDA

CNPJ: 08.962.222/0001-05 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 30/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2015

No dia 12 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vanio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 30/2015, Processo Licitatório nº. 30/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRECISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10125	RAMALUZ LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
RAMALUZ LTDA	08.962.222/0001-05	PIRRE SCHEMES DE JESUS	025.480.599-01

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRECISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10125 - RAMALUZ LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CHAMADO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.	CH	RAMALUZ	1.000,000	39,5333	39.533,25
2	HORA ADICIONAL DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.	HS	RAMALUZ	2.500,000	32,9867	82.466,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 2/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou corôná".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 12 de Junho de 2015.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

RAMALUZ LTDA

CNPJ: 08.962.222/0001-05 _____

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 892/15

DECRETO Nº 892/15

DISPÕE SOBRE A COMEMORAÇÃO DE 117 ANOS DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Município de Corupá completará no próximo dia 07 de Julho (terça-feira), 117 anos de fundação da cidade;

CONSIDERANDO que o aniversário do Município é uma data da qual ocorrem eventos festivos, com a especial participação da população;

CONSIDERANDO que a data comemorativa será em uma terça-feira;

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração Municipal;

CONSIDERANDO que a ACIAC (Associação Empresarial e Industrial de Corupá) solicitou junto ao Prefeito Municipal a mudança de data da comemoração da fundação do município.

DECRETA :

Art. 1º - Em face dos 117 anos de fundação do Município, a comemoração do dia 07 de Julho (terça-feira), ficará transferida para o dia 06 de Julho (segunda-feira).

Art. 2º - Fica decretado ponto facultativo no dia 06 de julho de 2015 (segunda-feira) no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 3º - As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 4º - Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade na terça-feira dia 07 de julho de 2015.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
12 de Junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 893/15

DECRETO Nº 893/15

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7 e a Caixa Econômica Federal – Agência 1782-7.

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· LUIZ CARLOS TAMANINI – Prefeito Municipal;

· JONEY CICERO MOROZINI – Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas, assinatura para abertura de conta bancária, emissão de talonário de cheques, endossos, transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor, disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 588/13, de 02 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 11 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 059/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 059/15

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 032/11 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o art. 20 da Lei Complementar Nº. 032, de 08 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 - Os Termos de Ajuste de Conduta poderão ser firmados somente até 31 de outubro de 2016 e esta Lei Complementar não se aplica para regularização de parcelamento do solo. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

11 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de junho de 2015. Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº. 2184/15

LEI Nº. 2184/15

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.640.000,00 (um milhão e seiscentos e quarenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000			
03.002		Secretaria de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2039		Divisão de Finanças	
		Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal	
3.3.93.00.00.00.00		Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos	
06.000			
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.301.1005.2044		Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Saúde da Família	10.000,00
		Aplicações Diretas (Cód. Desp.171)	
	0.1.02.00		800.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009	0.1.02.00	Manutenção da Divisão de Saúde	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 123)	
	0.1.01.00		200.000,00
08.000			
08.001	0.1.00.00	Secretaria Municipal Educação e Cultura	100.000,00
012.306.0047.2017		Divisão de Educação	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Manutenção da Merenda Escolar	30.000,00
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 54)	
09.000			
09.001		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
008.244.0064.2011		Manutenção da Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Dep. De Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 94)	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 96)	
		TOTAL	1.640.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	

06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp.119)	
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001	0.1.02.00	Serviços da Dívida Interna	330.000,00
4.6.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 142)	
10.000	0.1.00.00	Encargos Gerais do Município	510.000,00
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032	0.1.00.00	Despesas Gerais do Município	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 145)	600.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 61)	
		TOTAL	1.640.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de junho de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3359/2015

PORTARIA Nº 3359/2015

SUBSTITUI A SERVIDORA PÚBLICA JOSIANE NUNES DA SILVA TEIXEIRA DA COMISSÃO PROCESSANTE DESIGNADA PELA PORTARIA N. 2109/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a substituição, a pedido, da servidora pública municipal, Sra. Josiane Nunes da Silva Teixeira (com matrícula profissional n. 2687-07) da composição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2012, designada pela Portaria n. 2109, de 05 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina n. 1135, de 10 de dezembro de 2012, do qual exercia a função de vogal, pela servidora pública municipal, Sra. ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC.

Art. 2º. Ante a substituição, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC - Presidente da Comissão Processante;

SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305;

ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Portaria n. 2109/2012.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
12 de junho de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECCÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE, PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, CURSOS E AFINS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 29/06/2015, às 13H30, e início da sessão do Pregão no dia 29/06/2015, às 14h00 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 10 de junho de 2015.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO SEGURO DE DADOS (BACKUPS) E CONFIDENCIALIDADE PARA A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 29/06/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 29/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO DA 24ª CIRETRAN. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/06/2015.

A partir das 14:00 horas do dia 29/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CANDIDATURAS HOMOLOGADAS PARA CONSELHEIROS TUTELARES

EDITAL N.º 05/2015

Dispõe sobre a relação de candidatos homologados a membro do Conselho Tutelar.

Art. 1º: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Dionísio Cerqueira (CMDCA) torna público a relação de candidatos homologados a membro do Conselho Tutelar.

• RELAÇÃO DE CANDIDATOS HOMOLOGADOS

Candidato	Nº da Inscrição
Marylaine Klein	001/2015
Sirlene Terezinha Fumegali Sell	002/2015
Willian de Mello	003/2015
Fátima Lemes da Costa	004/2015
Lindacir Fátima Pastore Matiolo	005/2015
Melania Willirich Schefer	006/2015
Solange Lurdes Gularte Pimentel	007/2015
Joseane Batista	008/2015
Andressa Bruna Vasum	009/2015
Janete Penassol dos Santos	010/2015
Maico Junior de Lima	011/2015
Marlene Sieg Fischer	012/2015
Vilson Poleselo	013/2015
Greyci Kamila da Costa Fernandes	014/2015
Maria Cristina Wagner Schirmbech	015/2015
Deniz Evandro da Rocha	016/2015
Josiane Bolico da Silva	018/2015
Jandara Shaiana Schueigerti Abadi	019/2015
Vendelino Vendruscolo	020/2015
Ana Carolina Haeffiger	021/2015

INSCRIÇÃO INDEFERIDA:

Eliane Fátima de Mello	017/2015
------------------------	----------

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 12 de junho de 2015.

Juliano Izidoro Velho
Presidente do CMDCA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 059/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Chiele Engenharia Ltda.

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para acompanhamento e fiscalização das obras do PAR - Plano de Ações Articuladas da Educação. Origem: CV 075/2015 PMDC Valor R\$ 11.375,00, Vigência: 15/06/2015 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 12/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 046/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Rays Indústria e Comercio de Elevadores Ltda. – EPP, Objeto Fornecimento e Instalação de elevador Hospitalar para

maca para o Hospital Municipal o. Origem Processo nº 021/2015 HMDC Modalidade: Concorrência nº 021/2015. HMDC Valor R\$ 103.900,00, Vigência: 12/06/2015 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 12/06/2015

Deliziane L. dos Santos

Diretora do HMDC

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do CV nº 032/2015, Objeto Aquisição de peças e prestação de serviços mecânicos para concerto e manutenção da ambulância Renault Master placas MID 9896 lotada junto ao SAMU.. Origem: CV 032/2015 FMS. Vencedor J.N.G da Rosa Cia Ltda. Valor R\$ 19.418,10. - Dionísio Cerqueira 12/06/2015

João Sthal – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que a Tomada de preço nº 075/2015, Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para acompanhamento e fiscalização das obras do PAR - Plano de Ações Articuladas da Educação. Origem: CV 075/2015 PMDC. Vencedor Chiele Engenharia Ltda. R\$ 11.375,00. Vigência 15/06 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 12/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Concorrência nº 021/2015, Objeto Fornecimento e Instalação de elevador Hospitalar para maca para o Hospital Municipal.. Origem Processo nº 021/2015 HMDC Modalidade: Concorrência nº 021/2015. HMDC Vencedor Rays Indústria e Comercio de Elevadores Ltda. – EPP, Valor R\$ 103.900,00. - Dionísio Cerqueira 12/06/2015

Deliziane L. dos Santos

Diretora do HMDC.

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 1971/2015

DECRETO Nº 1971, de 22 de maio de 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o fundamento no DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941 especificamente nos artigos 2º e 5º inciso "i";

CONSIDERANDO que a via de prolongamento da Estrada Municipal Barra Fria até o Frigorífico Bazotti já pertencia a esta Via Pública antes de mudança de traçado autorizado pela Lei nº 1087 de 02 de março de 2006;

CONSIDERANDO o interesse do Município em pavimentar com Asfalto a referida Via – Prolongamento;

CONSIDERANDO o grande fluxo de pessoas, veículos e cargas de expressão econômica naquele local, notadamente no Frigorífico;

CONSIDERANDO a necessidade de prover Pavimentação a fim de conferir Segurança Viária ao local, preservando a saúde dos usuários e a conservação dos bens transportados;

DECRETA:

Artigo 1º FICA DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA a Via Pública com área de 2.451,91 m² pertencente a matrícula nº 12564 do Reg. de Imóveis da Comarca de Campos Novos - SC extensão da Estrada Barra Fria que dá acesso, dentre outros imóveis, ao Frigorífico Bazotti com Localização e Perímetro descritos em Planta Geométrica subscrita por Denir Narcizo Zulian CREA-SC nº 50.805-8.

Artigo 2º As medidas e confrontações apontadas serão aferidas e retificadas por trabalho de agrimensura, pelo qual delimitar-se-ão as exatas características geográficas e dimensões do imóvel.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 22 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 22 de maio de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1972/2015

DECRETO 1972, de 28 de maio de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 46.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

35 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038 - 18 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

36 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0067 - 70 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

37 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0067 - 73 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 28 de maio de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1972/2015, de 28 de maio de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2014

Fonte de Recurso – 38 - 18 – Recursos Outros União Saúde - FB

Ativo Financeiro	20.731,10
(-) Passivo Financeiro	(0)
Superávit Financeiro	20.731,10
Deduções	
Decreto n.º 1972/2015	20.000,00
Saldo	731,10

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

Fonte de Recurso – 67 - 70 - 73 – Recursos Outros Estado Saúde

Ativo Financeiro	28.692,63
(-) Passivo Financeiro	(0)
Superávit Financeiro	28.692,63
Deduções	
Decreto n.º 1972/2015	26.000,00
Saldo	2.692,63

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 1973/2015

DECRETO 1973, de 03 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º- Fica convocada a V Conferência Municipal de Saúde, tendo como tema central: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art.2º- A Conferência será realizada no dia 02 de julho de 2015, nas dependências do Auditório Prefeito Honório Piovezan, junto ao Centro Educacional Balduino Luiz Martini, com início às 13h15min e término às 16h30min.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 03 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 03 de junho de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1974/2015

DECRETO 1974, de 09 de junho de 2015.

Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 19 de junho de 2015, durante todo o expediente, em virtude do Feriado de Aniversário do Município no dia 18 de junho de 2015, EXCETO as da área de Educação, Cultura

e Desporto inclusive o Transporte Escolar, que manterão serviço normal no dia 19 de junho de 2015.

Art. 2º. Os serviços de saúde serão mantidos através de plantão e nos casos de urgência e emergência serão encaminhados a UPA – Unidade de Pronto Atendimento, na cidade de Herval d' Oeste e ao Hospital Universitário Santa Terezinha, na Cidade de Joaçaba – SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 09 de junho de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1975/2015

DECRETO 1975, de 10 de junho de 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEIS QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de ruas para uso público na Cidade de Erval Velho e com fundamento no DECRETO -LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i,"

Decreta:

Artigo 1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação conforme memoriais descritivos, mapas e matrículas em anexo, que fazem parte integrante deste decreto, áreas dos imóveis abaixo relacionados:

I- Área de 1.062,87m2 (Hum mil e sessenta dois metros e oitenta sete centímetros quadrados) da matrícula nº 5.021 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste- SC de propriedade do Sr. Claudino Massarolo, ocupado pela Rua Aurélio Piovesan;

II- Área de 1.193,70 m2 (Hum mil cento e noventa três metros e setenta centímetros quadrados) da matrícula nº 7.484 e a área de 1.247,75m2 (Hum mil duzentos e quarenta sete metros e setenta cinco centímetros quadrados) ambas do Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos – SC de propriedade do Espólio de José Francisco Bordin ocupados pela Rua João André Dadalt;

III- Área de 3.773,60 m2 (Três mil setecentos e setenta três metros e sessenta centímetros quadrados) da matrícula nº 4.904 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste- SC de propriedade da Sra. Lurdes Hilda Pedrozo ocupado pela Rua João André Dadalt.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 10 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 10 de junho de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1388/2015

Lei n. 1388, de 29 de maio de 2015.
Autoriza Fimar Convênio com a Associação Pró-Tênis de Mesa APTM e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com a Associação Pró-Tênis de Mesa, Instituição Civil de Direito Privado e Sem Fins Lucrativos, com sede à Avenida XV de Novembro, 345, 1º andar, Centro, Joaçaba – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.087.307/0001-98, CONVÊNIO, visando o ensino e a iniciação a prática do esporte de tênis de mesa aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, nos termos da minuta em anexo.

Art. 2º. As despesas decorrentes a aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente do Município.

Órgão – 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Unidade 03 – Departamento de Esportes
Proj/Ativ – 2025 – Manutenção Esporte Amador

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 29 de maio de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1389/2015

Lei n. 1389, de 02 de junho de 2015.
Autoriza Efetuar Repasse Financeiro a Entidade que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a APP – Escola de Educação Básica “Prefeito Agenor Piovesan”, CNPJ nº 78.482.668/0001-00, a importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) destinados a aquisição de materiais de consumo para a realização da Festa Junina da Escola que ocorrerá no dia 27 de junho do corrente ano.

Art. 2º- Os recursos repassados só poderão ser aplicados para pagamento das despesas constantes no plano de trabalho e deverá ser prestado contas ao Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente no Município.

.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 02 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 02 de junho de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 062/2015

Lei Complementar n. 062, de 26 de maio de 2015.

“Altera Dispositivos da Lei Complementar n. 021, de 07 de Maio de 2009, que Institui Novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal e estabelece outras providências”.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Os seguintes dispositivos na Lei Complementar nº 021, de 07 de maio de 2009, que Institui Novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 16- (...)

§ 1º - A progressão funcional a que se refere o caput deste artigo fica condicionada a realização de cursos de aperfeiçoamento, na área específica de atuação, de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas a cada três anos de período aquisitivo, cuja carga horária por curso deverá ser de no mínimo 20 (vinte) horas.

(...)

§ 6º - (Revogado)

Artigo 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a consolidar o texto desta lei na Lei Complementar n. 021, de 07 de maio de 2009.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

De Brasília, Distrito Federal, para Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 26 de maio de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 063/2015

Lei Complementar n. 063, de 09 de junho de 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 020, DE 08 DE ABRIL DE 2009, QUE DISPÕE NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS, FIXA SUAS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES, ESTABELECE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Os seguintes dispositivos na Lei Complementar nº 020, de 08 de abril de 2009, que Dispõe no Âmbito do Poder Executivo Municipal sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários, Fixa suas Diretrizes e Atribuições, Estabelece a Estrutura Organizacional, passam a ter a seguinte redação:

III – Grupo Ocupacional: Serviços Operacionais.

ENGENHEIRO CIVIL

Curso superior – Engenharia civil – Elaborar e executar projetos de engenharia rodoviária e de edificações. Acompanhar, administrar e fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia contratados pelo Município. Desempenhar os serviços em todos os limites de autorização do órgão de classe – CREA. Integrar Comissão em inquérito administrativo disciplinar. Proceder a avaliação física, financeira e econômica de edificações, obras e espaços públicos ou de domínio público. Emitir parecer e desenvolver estudo, quando requisitado, em sua área de atuação. Efetuar projetos de engenharia, com todos os seus componentes, para captação de Recursos Financeiros Estaduais, Federais, Instituições Financeiras, podendo para o desempenho de suas funções assessorar-se de serviços técnicos especializados na área de engenharia ou conhecimentos correlatos.

ANEXO II**TABELA DE CARGOS EFETIVOS****GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS**

CATEGORIA/CARGOS	NIVEL	REFERÊNCIA	Nº DE CARGOS
Agente de Esportes	05	A-L	02
Agente de Serviços Externos	02	A-L	04
Agente de Serviços Gerais I e II	01	A-L	30
Auxiliar Técnico em Edificação	03	A-L	02
Engenheiro	11	A-L	01
Mecânico	06	A-L	02
Médico Veterinário	10	A-L	02
Motorista	04	A-L	23
Operador de Máquinas	04	A-L	25
Técnico Agrícola	05	A-L	02
Técnico em Edificação e Manutenção	06	A-L	03

Artigo 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a consolidar o texto desta lei na Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 09 de junho de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3101/2015

PORTARIA 3101, de 26 de maio de 2015.

Concede Progressão por Aperfeiçoamento aos Servidores do Magistério que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º. Concede progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento no percentual de 5%(cinco por cento) sobre o vencimento base aos servidores efetivos abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Adriana Aparecida Maciel	Professor	03-A para 03-B
Eliane Pinto Lisot	Professor	03-B para 03-C
Giuliana Ganzer	Professor	03-C para 03-D
Loreli Pinto Giacomini	Professor	03-B para 03-C
Norma Bernart	Professor	03-B para 03-C
Patricia de Sordi	Professor	03-A para 03-B
Rúbia Bof	Professor	03-A para 03-B
Sônia Regina Silva	Professor	02-A para 02-B
Tânia Maria Antunes Alberti	Professor	03-C para 03-D
Vera Medianeira Cezar Borin	Professor	03-C para 03-D

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

De Brasília, DF para Erval Velho, SC, em 26 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3102/2015

PORTARIA 3102, de 01 de junho de 2015.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de junho à 30 de junho de 2015, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Cristian Tonia Anacleto	Técnico em Informática	10/04/2013	A	09/04/2014
Dirceu Antonio Vettori	Operador de Máquinas	02/05/2014	A	01/05/2015
Flavio Ferrari	Operador de Máquinas	16/08/2013	A	15/08/2014
Jose Primo	Operador de Máquinas	19/03/2014	A	18/03/2015
Patrícia de Sordi	Professor	02/01/2014	A	01/01/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de junho de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3103/2015

PORTARIA 3103, de 01 de junho de 2015.

Cessa efeitos da Portaria nº 2628 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Cessar efeitos da Portaria nº 2628, de 11 de junho de 2012, que designou a servidora ANA CLAUDIA PIOVEZAN BOF, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, para desempenhar exclusivamente as funções de Fiscal Sanitário, retornando a partir desta ao cargo de Auxiliar de Saúde Bucal percebendo o vencimento do respectivo cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 01 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 3104/2015

PORTARIA 3104, de 01 de junho de 2015.

Concede licença de dias não gozados à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Licença Prêmio concedida à servidora ELENICE APARECIDA SAVI, conforme Portaria n. 2050, de 19 de agosto de 2008;

Considerando que a mesma foi convocada ao retorno do trabalho interrompendo assim ao gozo de sua licença;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença a servidora ELENICE APARECIDA SAVI, referente a 67 (sessenta e sete) dias não gozados do período concedido pela Portaria n. 2050, de 19 de agosto de 2008, a serem gozados no período de 01 de junho de 2015 a 06 de agosto de 2015, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3105/2015

PORTARIA 3105, de 01 de junho de 2015.

Prorroga a Contratação de Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 007/2014, originado pelo Edital n. 007/2014, de 29 de dezembro de 2014,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria n. 3086, de 07 de abril de 2015, que contratou a servidora MARCELI APARECIDA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, nível 02-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, enquanto durar o afastamento da titular do cargo, a servidora Elenice Aparecida Savi, ou ainda podendo ocorrer à rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Concede a servidora Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 01 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3106/2015

PORTARIA 3106, de 02 de junho de 2015.
Exonera Servidor e Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora LUCIANE PADILHA DA LUZ, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria nº 2570, de 01 de fevereiro de 2012 e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 02 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3107/2015

PORTARIA 3107, de 02 de junho de 2015.
Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR o Senhor ADEMIR DE JESUS LIMA, do cargo de provimento temporário de Agente de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeado pela Portaria n. 2861, de 07 de janeiro de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 02 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3108/2015

PORTARIA 3108, de 08 de junho de 2015.
Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base ao servidor Ronei Dalla Costa, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Informática, passando do nível 06-B para 06-C.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 08 de junho de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CANDIDATOS CONSELHO TUTELAR

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Faxinal dos Guedes, por seu presidente, usando das atribuições que lhe confere o regimento interno artigo 23º e artigo 2º, da Lei municipal nº 1.850/2005, de 13.12.2005, ementa nº 2.058/2008 de 03.06.2008, Lei federal nº 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente e resolução CONANDA nº 170/2014 art.11, §2º.

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem e dele conhecimento tiver a lista dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, para participar da prova escrita, a ser realizada no dia 26 de Julho de 2015, das 8h às 11h da manhã no Centro de Referência de Assistência Social.

LISTA DOS CANDIDATOS DEFERIDOS

Nome	CPF
Adriana Aparecida Teixeira	026.746.339-13
Aline Mariano da Silva	081.287.179-01
Andreia Guiotto	020.804.649-65
Divania Bacchi	915.535.719-91
Elenice Pires	052.862.099-12
Elizangela Giroto Alves Rosa da Silva	008.105.069-04
Elizangela Santin Berte	894.545.109-91
Jussara Padilha Ozelame	043.989.909-50
Maria Dirlei Debortolli	701.857.359-91
Marilene Prestes	625.692.959-49
Mary kthleen Alves Neves	079.060.629-14
Micheli Pergher	072.526.229-08
Nelci Fochesato	741.760.729-20
Sirlei Aparecida Meireles da Silva	033.492.069-80
Sonia Regina de Lima	522.367.731-53
Valdecir Rodrigues	046.455.769-09
Valdir dos Santos	701.855.069-68
Vera Luci Schiavini Rosa	016.757.369-10

LISTA DOS CANDIDATOS INDEFERIDOS

Nome	CPF	MOTIVO INDEFERIMENTO			
Janete Neves Tobaldini	007.776.909-00	Falta de comprovante de conclusão do ensino médio			
Leide Daiane Demarqui de Vargas	041.876.509-03				
Lucimar Antunes	068.290.549-66				
Marli Rosa de Oliveira	692.476.419-34				

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Junho de 2015.

Fernanda de Campos
Presidente do CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 022-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 022/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no Processo Seletivo que trata o Edital de Concurso Público nº001/2015.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);
 Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);
 Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
 Registro no órgão competente (depende do cargo);
 Cédula de Identidade;
 CPF;
 Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.
 01 foto 3x4 recente;
 Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;
 Comprovante de conta corrente em Banco;
 Comprovante de residência-atualizado;
 Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.
 Carteira de motorista; (depende do cargo).
 Carteira de vacinação;
 Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.
 Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:
 - Contra Hepatite B
 - Contra Tétano
 - Contra Febre Amarela
 - VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
 - Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.
 Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:
 - Contra tétano
 - VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
 - Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.
 Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.
 Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de junho de 2015.
 EDEGAR GIORDANI
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ADELAMIR TONET FELIPE	1º

CARGO: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
WAGNER LOVATO TAFFAREL	1º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:

BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 023-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 023/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no Processo Seletivo que trata o Edital de Concurso Público nº001/2015.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:
 Das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;
 Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);
 Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);
 Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
 Registro no órgão competente (depende do cargo);
 Cédula de Identidade;
 CPF;
 Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.
 01 foto 3x4 recente;
 Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;
 Comprovante de conta corrente em Banco;
 Comprovante de residência-atualizado;
 Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.
 Carteira de motorista; (depende do cargo).
 Carteira de vacinação;
 Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B
- Contra Tétano
- Contra Febre Amarela
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
LORIDANI GREGIANIN	1º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

EXTRATO ADT 4º VIGIONSEG VALOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Vigionseg Monitoramento Ltda ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em sistemas de monitoramento eletrônico.

Número do Contrato: 0092/2012

Segundo Termo Aditivo: Aditivo de valor.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário

do Processo Licitatório nº 0042/2012 na Modalidade

Carta Convite N.º 0012/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de junho de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO - 00692015 - DANIEL ELIAS GARCIA - LEILÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0069/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Daniel Elias Garcia.

Objeto: Prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do município de Faxinal dos Guedes - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via web.

Valor: Recebimento do valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação dos bens.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2015, na Modalidade Tomada de Preços nº 0002/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de junho de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO_ 00482015 - DIMASTER - MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0048/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Dimaster Comércio de Pro. Hosp. Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

EXTRATO DE 1DISTRATO_ CIRURGICA SANTA CRUZ

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0035/2015

Distratante: Secretaria Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Distratado: Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL_ REGISTRO DE 1PREÇOS TUBOS DE CONCRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0022/2015

Processo licitatório nº: 0046/2015

Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de tubos de concreto para manutenção das ruas e estradas vicinais do município de Faxinal dos Guedes.

Data do recebimento: 26/06/2015 as 09h 00min.

Data da Abertura: 26/06/2015 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de junho de 2015

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 51/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de média e alta complexidade, nos procedimentos de diagnóstico por imagem.

VALOR – R\$ 131.940,00 (cento e trinta e um mil e novecentos e quarenta reais) por ano.
VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70); 1701.2050.3390 (16)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 06/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 52/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de mamografia, conforme Tabela SUS.

VALOR – R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) por ano.

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70); 1701.2050.3390 (16)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 04/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 80/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para realização dos serviços de ampliação, reforma e adaptação da Escola de Educação Básica Professor Jakob Arns com área de 998,12 m², localizada na Rua das Extremosas, Saturno, Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra.

VALOR – R\$ 121.666,36 (cento e vinte e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)

VIGÊNCIA – 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias)

DOTAÇÃO - 0501.1005.4490 (51)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº 82/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 22 de maio de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 42/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 42/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 203/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para construção da Praça do Loteamento Atlanta, com área total de 1.948,64 m², localizada na Rua Pedro Mezzari, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 796123/2013, Processo 1011816-04/2013 firmado junto ao Ministério do Esporte, referente à Esporte e Grandes Eventos Esportivos;

DO PRAZO – Em razão dos motivos supracitadas, fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 203/PMF/2014 de 22/05/2015 para 20/08/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 18/11/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016_2015 RP 0011-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0016/2015 – FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação futura de empresa do ramo para fornecimento de sucos e refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmitex, para alimentação dos servidores que trabalham no Pronto Atendimento Ambulatorial 24 horas e no SAMU. Vigência/Validade da Ata: Julho de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POO LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 25.06.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de junho de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0074_2015-PMF RP 0049

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0074/2015 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0049/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de fraldas descartáveis geriátricas para doação a famílias em situação de vulnerabilidade social e fraldas descartáveis infantis para uso de crianças abrigadas nas Casas Lares deste Município. Validade da Ata de Registro de Preços: agosto a novembro de 2015 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 07.07.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de junho de 2015.

Ivo Biazzolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0075_2015-PMF RP 0050

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0075/2015 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0050/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de ferros, eletrodos, discos de corte e de desbaste, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante os meses de junho a outubro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: junho a agosto de 2015 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 26.06.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de junho de 2015.

Ivo Biazzolo

Prefeito

PORTARIA Nº 1274/2015

PORTARIA Nº 1274, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 095388.469-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1275/2015

PORTARIA Nº 1275, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JOANIR FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 985.878.629-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1276/2015

PORTARIA Nº 1276, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOANIR FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 985.878.629-87, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1277/2015

PORTARIA Nº 1277, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo nº 3105, de 01 de junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de junho de 2015, a servidora MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 613.497.049-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor, com data de início fixada em 18 de agosto de 2014, Benefício nº 1637493956.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1278/2015

PORTARIA Nº 1278, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0784/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.632.179-25, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de junho de 2015 até 02 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1279/2015

PORTARIA Nº 1279, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0783/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de junho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1280/2015

PORTARIA Nº 1280, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0780/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.742.599-08, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, a partir de 15 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1281/2015

PORTARIA N.º 1281, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 1196/2015

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 1196, de 28 de maio de 2015, que contratou a servidora LUANA BUSSATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.290.899-33, passando a ser o término do contrato em 31 de julho de 2015.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 1196, de 28 de maio de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

REC.FEDERAIS 12.06.2015

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
12.06.2015	FNS	MAC	95.000,05

Secretaria de Finanças

DECRETO Nº 118/2015**DECRETO Nº 118, 12 DE JUNHO DE 2015.**

DIVULGA A PONTUAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 08 DE MAIO DE 2015, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a pontuação da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002, de 8 maio de 2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 12 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT Nº 0002 DE 08 DE MAIO DE 2015**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
1	TACIANE MITTANCK		Não compareceu na prova prática

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Farmacêutico Bioquímico

Código:

1

Disciplina:

Farmacêutico Bioquímico

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação:

Geral

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
Especial.	0	6	0	0	10
Cursos Área	0	0	0	0	2
Filhos	0	0	0	0	0
Portador Defic.	0	0	0	0	0
Data Nascimento	30/08/1989	17/11/1992	27/04/1986	14/09/1985	

	Soma de Pontos	Prova Prática
THATIANY DA SILVA	51	45
LARYSSA GABRIELE TORREL	49	48,66
RAQUEL ANTON	48	46
ELÉIA REGINA DA ROSA LOCATELLI	35	22,16

Frei Rogério

PREFEITURA

CORREÇÃO DE DATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

REGISTRO DE PREÇOS 04/2015

CORREÇÃO DE DATA

O MUNICIPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, torna público aos interessados que a data correta para abertura da licitação acima citada é o dia 25 de junho de 2015, as 14h00min, e não no dia 15/06/2015, conforme anunciado anteriormente.

Informações e Edital poderão ser obtidos através do site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 13 de junho de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 719/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

DECRETO Nº. 719/2015, 12 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12 inciso III, 14º, 15º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.087,37 (Dois mil, e oitenta sete reais e trinta e sete centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	VALOR R\$
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Proj./Ativ.	1.048	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE.	
	4.4.90.00.00.00.00.0.0632	Aplicações Diretas	
	139	Aplicações Diretas	R\$ 2.087,37
	TOTAL		R\$ 2.087,37

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior fica utilizado contrato de doação no valor de R\$ 2.087,37 (Dois mil, e oitenta sete reais e trinta e sete centavos), firmado entre o Consulado Geral do Japão em Curitiba e a Prefeitura Municipal de Frei Rogério.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 12 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

EXTRATO PORTARIAS MAIO 2015

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE MAIO DE 2015

Número	Assunto	Resumo	Data
079/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	04/05/2015
080/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor RENATO PEPES, ocupante do cargo de Motorista, no período de 04/05/2015 a 23/05/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	04/05/2015

081/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor OSNI ABREU, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos, no período de 05/05/2015 a 03/06/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	04/05/2015
082/2015	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de ANNA BEATRIZ CAETANO, nomeada através da Portaria 037/2015, para exercer o cargo de Professora de Informática.	08/05/2015
083/2015	Nomear Funcionário	Nomeia LUZIA SEIMI TAKIZAWA, para exercer o cargo efetivo de SECRETÁRIA, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	11/05/2015
084/2015	Contrato de Trabalho	Contrata o Sr. MAURICIO WEBBER BATISTA, para exercer o cargo de PROFESSOR DE INFORMÁTICA com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	13/05/2015
085/2015	Nomear Funcionário	Nomeia SILVANA TIZUKA EGUCHI, para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	13/05/2015
086/2015	Nomear Funcionário	Nomeia ANA CAROLINA ALVES, para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	13/05/2015
087/2015	Nomear Funcionário	Nomeia ALMIR ALMEIDA RIBEIRO, para exercer o cargo efetivo de ZELADOR, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	13/05/2015
088/2015	Altera Lotação	Alterar a lotação da servidora ILSA DOS SANTOS ocupante do cargo de Jardineira com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos conforme portaria 008/2008, para atuar junto a Secretaria de Educação Cultura e Esportes de Frei Rogério.	13/05/2015
089/2015	Altera Lotação	Alterar a lotação do servidor RAFAEL MARTINS ocupante do cargo de Motorista com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social conforme portaria 009/2014, para atuar junto a Secretaria de Educação Cultura e Esportes de Frei Rogério.	13/05/2015
090/2015	Designar	Designa HIDEKI IWASAKI Vice Prefeito Municipal preceder e assinar pelos atos da Prefeitura Municipal de Frei Rogério no período de 10 dias devido a problemas de Saúde conforme atestado Médico	14/05/2015
091/2015	Exonerar	Rescinde a partir de 18/05/2015 o contrato de trabalho de ARIANE ALBERTON, nomeada através da Portaria 122/2014, para exercer o cargo de Agente de Serviços Administrativos.	15/05/2015
092/2015	Exonerar	Exonera o senhor THIAGO LUIS CAETANO, nomeado através da Portaria 109/2014, para exercer o cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica. .	15/05/2015
093/2015	Nomear Funcionário	Nomeia LUZIA SEIMI TAKIZAWA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos para ser a responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.	15/05/2015
094/2015	Licença para Tratamento de Saúde	Concede Licença no período de 15/05/2015 a 29/05/2015 - 15 (quinze) dias, a servidora BERNADETE TERESINHA MACHRY DUARTE, lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes conforme requerimento.	18/05/2015
095/2015	Nomear Funcionário	Nomeia GERSO MOTTER, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	20/05/2015
096/2015	Nomear Funcionário	Nomeia THIAGO LUIS CAETANO, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	20/05/2015
097/2015	Nomear Funcionário	Nomeia CLEITON WAGNER CATANEO, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	21/05/2015
098/2015	Nomear Funcionário	Nomeia JESSÉ FERREIRA DE SOUZA, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	21/05/2015
099/2015	Nomear Funcionário	Contrata CLEITON DA SILVA OLIVEIRA, para exercer o cargo de NUTRICIONISTA com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.	21/05/2015
100/2015	Nomear Funcionário	Nomeia MARYANE MELLO MARIOT, para exercer o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	21/05/2015
101/2015	Exonerar	Exonera a senhora MARIA GENIR VACARI ALBERTON, nomeada através da Portaria 037/2002, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente/Merendeira.	21/05/2015
102/2015	Nomear Funcionário	Nomeia a senhora MARIA GENIR VACARI ALBERTON, para exercer o cargo de provimento efetivo de RECEPCIONISTA, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	22/05/2015

103/2015	Altera Lotação	Altera a lotação do servidor LUIZ CARLOS DA FONSECA ocupante do cargo de Motorista com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social conforme portaria 014/2002, para atuar junto a Secretaria de Educação Cultura e Esportes de Frei Rogério.	22/05/2015
104/2015	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia a Comissão para Avaliação de Desempenho.	22/05/2015
105/2015	Exonerar	Exonerar o senhor GILLIARD SILVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos desde 11/01/2010 nomeado através da portaria 008/2010.	26/05/2015
106/2015	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento das servidoras relacionadas à expressão monetária da Progressão Funcional (vertical) e Progressão por desempenho (horizontal) conforme dispõe o plano de Carreira do Magistério Público Municipal e de acordo com a documentação apresentada, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	27/05/2015
107/2015	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores relacionados à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	27/05/2015
108/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/05/2015
109/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor CAMILO BERNABÉ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, no período de 01/06/2015 a 20/06/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/05/2015
110/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor SANDRA MARISA DE ANDRADE FONSECA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	28/05/2015
111/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor VITORIO MAZZUCO, ocupante do cargo de Mecânico, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	29/05/2015
112/2015	Nomear Funcionário	Nomeia a Comissão para a elaboração da reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público de Frei Rogério conforme composição abaixo com as prerrogativas inerentes à função.	29/05/2015
113/2015	Licença Maternidade	Concede Licença Maternidade à servidora CRISTIANE FAQUIM RINALDI, servidora pública efetiva no cargo de Professora, no período de 28/05/2015 a 23/11/2015 (180 dias) de acordo com o atestado médico apresentado.	29/05/2015

Frei Rogério, 12 de junho de 2015.
MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Diretora de Departamento - RH

Garopaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2015

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 009/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: ELETRECISTA

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Clésio Marques Inácio
002	Manoel de Souza Neto
003	Edinei José de Abreu
004	Marcelo de Oliveira Amorim
005	Almir Rogério Dutra dos Santos - Desclassificado

CARGO: ENGENHEIRO ELETRECISTA

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Alexandre Alexandrina - Desclassificado

Garopaba, 12 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em ____/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA LICITAÇÃO FMAS Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

Processo Licitatório PMG nº 001/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e materiais de limpeza, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades do CRAS, CREAS e Casa de Acolhimento.

Devido à mudança de data do feriado municipal de São João Batista - Padroeiro do Município, conforme Decreto nº 089/2015, o Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes da licitação supra citada ocorrerá no dia 26/06/2015 as 08:30 horas. A fase de lances verbais ocorrerá logo após. As demais informações do edital ficam inalteradas.

GARUVA, 12 de junho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE PMG Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 034/2015

Objeto: Contratação da empresa Comercial Multisom Ltda, para a apresentação artística da banda "Grupo Explosão", na 22ª Festa do Colono.

CNPJ: 00.842.605/0001-20
Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Garuva, 12 de junho de 2015.
José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 92/2015

DECRETO Nº. 92, de 12 de junho de 2015
"Convoca a 6ª Conferência Municipal da Saúde e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando Ofício SMS nº 107/2015 que solicita a convocação para a 6ª Conferência Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1o. – Convocar a 6ª Conferência Municipal da Saúde com o Tema:

SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO

Parágrafo Único - A 6ª Conferência Municipal da Saúde realizar-se-á em Garuva, Santa Catarina, na data de 04 de julho de 2015.

Art. 2o. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 003/2014 - Aditivo nº 01
MODALIDADE: Dispensa de Licitação FMS nº 005/2014
LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde
LOCADOR: Miguel Theodoro Schefer
OBJETO DO CONTRATO: Locação de um imóvel de 136m², situado nesta cidade, á Rua Juarez Távora, nº 106, Centro, para a instalação do Serviço de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação Contratual por mais 12 (doze) meses
VIGÊNCIA: 06/06/2014 a 05/06/2016
DATA DE ASSINATURA: 05/06/2015
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 004/2014 - Aditivo nº 01
MODALIDADE: Dispensa de Licitação FMS nº 004/2014
LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde
LOCADOR: Salvio Venturi
OBJETO DO CONTRATO: Locação de um imóvel de 161m², situado nesta cidade, á Rua Carijós, S/N, Centro, para a instalação da equipe de Vigilância em Saúde do município
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação Contratual por mais 12 (doze) meses
VIGÊNCIA: 06/06/2014 a 05/06/2016
DATA DE ASSINATURA: 05/06/2015
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E
FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEM-
PORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 109/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: EVERTON TETU ALVES

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL
PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL
I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 01/06/2015 A 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1438,33 (Hum mil quatrocentos e
trinta e oito reais e trinta e três centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 29/05/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EVERTON TETU ALVES

CONTRATADA

PORTARIA Nº 88/2015

PORTARIA Nº. 088, de 12 de junho de 2015.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATA-
RINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA
LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E
045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO Processo Nº 1736/2015;

RESOLVE:

Art. 1o. – Demitir a pedido, a servidora CRISTIANE HASSEL MEIER,
portadora do RG 3.707.585-3 e CPF 029.511.959-40, do cargo de
Agente Administrativo, admitida através da Portaria nº. 450/2013,
de 22 de julho de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 12 de junho
de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3.676, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.676, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 299 DE 08 DE SETEMBRO DE 2004, QUE COLOCA A DISPOSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE GASPAR - ACIG, A SERVIDORA SONIA MARIA ZIMMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 15/06/2015, a portaria nº 299, de 08 de setembro de 2004, que colocou a servidora SONIA MARIA ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de Professora, à disposição na Associação Comercial e Industrial de Gaspar – ACIG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº084/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2015

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza de caixa d'água, para controles de pragas urbanas, em imóveis pertencentes e utilizados pela Secretaria do Municipal de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 30/06/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 12/06/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº102/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de medicamentos para dispensação gratuita na Farmácia Básica do Município de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 26/06/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 12/06/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 30/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 030/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/06/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/06/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 12 de Junho de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

DECRETO Nº 011/2015 - DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, SANTA CATARINA, AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS, CLASSIFICADA NA CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES (COBRADE) PELO CÓDIGO 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI 01/2012.

DECRETO Nº 011/2015.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Governador Celso Ramos, Santa Catarina, afetadas por chuvas intensas, classificada na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) pelo código 1.3.2.1.4, conforme IN/MI 01/2012.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 77, inciso IV da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10.04.2012,

CONSIDERANDO:

I – Que chuvas intensas assolaram todo o Município a partir das 19:00 do dia 13 de fevereiro de 2015, até às 6:00 horas do dia 14 de fevereiro de 2015, causando alagamentos, deslizamentos, obstruindo vias públicas, danos em residências e obras públicas.

II - A necessidade da adoção de providências urgentes do Poder Público Municipal no sentido de restabelecer a normalidade;

III – Que os prejuízos causados pelo fenômeno podem alcançar o montante de R\$ 1.209.178,70 (um milhão, duzentos e nove mil, cento e sessenta reais e setenta centavos);

V – Que a Comissão Municipal de Defesa Civil, reunida extraordinariamente decidiu recomendar a decretação de situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS classificada pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) pelo código 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, caso necessários, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº061/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2015

Ata de Registro de Preços nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2015

PROCESSO nº

024/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 4 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº062/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2015

Ata de Registro de Preços nº 62/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2015

PROCESSO nº

024/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 4 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº063/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2015

Ata de Registro de Preços nº 63/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2015

PROCESSO nº

024/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 4 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº064/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2015

Ata de Registro de Preços nº 64/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2015

PROCESSO nº

056/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: SIMONE MANOEL MONTEIRO - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ITEM	EMPRESA SIMONE MANOEL MONTEIRO - ME	Quant.	Unid.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Abobrinha - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	3.000	Kg	2,15	6.450,00
02	Abóbora paulista- Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	3.000	kg	1,58	4.740,00
03	Aipim descascado - descascado, congelado, acondicionado em embalagens de 1 kg.	2.500	Kg	3,46	8.650,00
04	Alface - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	4.000	Und	1,38	5.520,00
05	Alho - nobre, tipo especial, classe 6, Portaria nº 242 de 17/09/92 e Portaria nº 127 de 04/10/91, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Devem apresentar as características do cultivar bem definidos, estarem fisiologicamente desenvolvidos, inteiros, sadios e isentos de substâncias nocivas à saúde.	600	Kg	13,68	8.208,00
06	Banana branca – tipo especial, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Inseto de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	25.000	Kg	2,69	67.250,00
07	Banana prata - tipo especial, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Inseto de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	15.000	kg	2,85	42.750,00
08	Batata inglesa - suja, tipo especial, deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	5.500	Kg	2,85	15.675,00
09	Bergamota - tamanho médio de primeira qualidade. Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e grau médio de amadurecimento, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeita condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerância previstas em lei.	3.000	Kg	3,70	11.100,00
10	Beterraba - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	2.500	Kg	3,28	8.200,00
11	Biscoito caseiro – feito de forma artesanal, que se utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. Embalagem plástica transparente de 1 kg, sabores sortidos (goiabinha, banana, coco, amendoim, limão, abacaxi, leite)	7.000	Kg	15,35	107.450,00
12	Brócolis - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	3.500	Und	1,37	4.795,00
13	Cebola de cabeça -tipo especial, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortose de substâncias nocivas à saúde.	3.500	Kg	2,30	8.050,00

14	Cenoura - sem folhas, tipo especial, composição das raízes de 12 a 17 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosa, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	4.000	Kg	2,55	10.200,00
15	Cheiro verde - maço contendo cebolinha e salsinha, folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300 g, sem as raízes.	4.000	Mç	1,35	5.400,00
16	Chuchu - devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	2.000	Kg	2,70	5.400,00
17	Farinha de Mandioca Torrada Fina, seca, tipo 1, isenta de sujidades, embalagem Contendo de 1 Kg, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não Violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do Consumo, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto.	2.000	Kg	4,28	8.560,00
18	Feijão Preto - tipo 1 (safra 2012/2013), embalagem de 1kg, isento de matérias estranhas e impurezas, máxima de 15% e 13% de umidade.	3.000	Kg	4,77	14.310,00
19	Feijão Vermelho - tipo 1 (safra 2012/2013), embalagem de 1kg, isento de matérias estranhas e impurezas, máxima de 15% e 13% de umidade.	3.000	Kg	4,85	14.550,00
20	Laranja lima - Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeita condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	25.000	Kg	3,46	86.500,00
21	Laranja pêra - Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeita condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	15.000	Kg	3,45	51.750,00
22	Limão Taiti - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	2.500	Kg	2,50	6.250,00
23	Maçã gala - Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças em estarem em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerância previstas em lei.	25.000	Kg	3,57	89.250,00
24	Manga – Tipo rosa, aspecto globoso, mista verdes e maduras, cor própria com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e sem lesões de origem física.	1.500	Kg	3,05	4.575,00
25	Mamão formosa - tamanho médio, pesando entre 1000 e 1500g a unidade. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isentos de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerância prevista em lei.	3.500	Unid	2,78	9.730,00
26	Melancia –redonda, graúda de primeira qualidade; isenta de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta; acondicionada em a granel, pesando entre 5 e 10kg cada unidade e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 272/05; com padrões na embalagem da instrução normativa conjunta nº 9, de 12/11/02 (Sac, Anvisa, Inmetro).	15.000	Kg	1,59	23.850,00
27	Ovo vermelho - fresco tipo especial, vermelho de 55 a 60 gramas de peso por unidade. Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem com rótulo, descartável, fechada c/ 01 dúzia. Data de produção e validade, de no mínimo 5 dias a partir da entrega.	5.000	Dz	4,88	24.400,00
28	Pepino –Liso, firme, sem rugas, bem formado, na cor verde, tamanho entre 12 e 13 cm de comprimento e 4cm de diâmetro aproximadamente. Não poderão se apresentar amolecidos, brocados, com manchas amarelas na parte superior.	1.500	Kg	2,38	3.570,00
29	Pimentão –verde, vermelho ou amarelo, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem batidas, limpo.	1.000	Kg	3,84	3.840,00
30	Repolho roxo- Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	1.000	Und	3,69	3.690,00

31	Repolho verde - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	2.000	Und	3,59	7.180,00
32	Tomate - médio ou grande, tipo especial, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	5.500	Kg	6,01	33.055,00
33	Vagem - de 1ª qualidade - isento de fungos e sujidade apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formadas, limpas, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde.	1.500	Kg	5,33	7.995,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 9 de junho de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015

Extrato de Contrato Nº 043/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2015

CARTA CONVITE Nº 23/2015

PROCESSO Nº58/2015

EMPRESA CONTRATADA: JULIANO VIEIRA COSTA - ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E DEMAIS REPAROS PARA A DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Valor do contrato: R\$ 6.822,55 (seis mil oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Governador Celso Ramos, 09 de junho de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

Extrato de Contrato Nº 044/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2015

CARTA CONVITE Nº 021/2015

PROCESSO Nº 53/2015

EMPRESA CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DRENAGEM E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA SERVIDÃO DO POÇO FRIO, BAIRRO GANCHOS DO MEIO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Valor do contrato: R\$ 131.937,59 (cento e trinta e um mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Governador Celso Ramos, 12 de junho de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 049/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 049/2014.

PROCESSO Nº 65/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: MAURI GOMES

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 049/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 15/05/2015 bem como aditar em 5.81% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC.

Governador Celso Ramos 20 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 053/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 053/2014.

PROCESSO Nº 067/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: JOSÉ JANICIO DOS SANTOS

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 053/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE 20/05/2015.

Governador Celso Ramos 20 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CP 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2015 - CC
CNPJ: 82.892.373/0001-89 PRACA 06 DE NOVENBRO, 01 C.E.P.: 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC	Processo Administrativo: 46/2015 Processo de Licitação: 46/2015 Data do Processo: 15/04/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E OUTROS DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 44/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 29 de Maio de 2015, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 07/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 46/2015, Licitação nº 1/2015 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: NA DATA E HORÁRIO MARCADOS - 15:00HS DO DIA 12/06/2015 - DANDO CONTINUIDADE A REUNIÃO PÚBLICA, A COMISSÃO PROCEDEU A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS DAS LICITANTES HABILITADAS. APÓS ANÁLISE, A COMISSÃO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CLASSIFICAR AS LICITANTES. A VENCEDORA DO CERTAME FOI A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA, POR TER OFERTADO O MENOR PREÇO GLOBAL. A COMISSÃO AGUARDARÁ O PRAZO PARA RECURSO E IMEDIATAMENTE APÓS FARÁ A ADJUDICAÇÃO E POSTERIORMENTE PROVIDENCIARÁ O ENVIO DO PROCESSO PARA EFETIVA HOMOLOGAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE. SEM MAIS, ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO.

Participante: 7173 - EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E OUTROS DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.	UND	1,00		0,0000	1.233.085,24	1.233.085,24

Total do Participante -----> 1.233.085,24

Total Geral -----> 1.233.085,24

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Governador Celso Ramos, 29 de Maio de 2015

COMISSÃO:

MARIANA DE SOUZA FERNANDES - - Presidente da Comissão de Licitação

SINTIA ALBERTINA VENÂNCIO DOS SANTOS - - TÉCNICA EM EDIFICAÇÕES

FERNANDO NERI SENS - SUPLENTE - - GERENTE DA DÍVIDA ATIVA

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS - - DIGITADORA

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS</p> <p>CNPJ: 82.892.373/0001-89 PRACA 06 DE NOVENBRO, 01 C.E.P.: 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC</p>	<p>CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2015 - CC</p> <p>Processo Administrativo: 46/2015 Processo de Licitação: 46/2015 Data do Processo: 15/04/2015</p>
<p>Folha: 2/2</p>	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

PAULO HENRIQUE MATTOS

- - Representante

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos de limpeza da Rede Municipal de Ensino.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento de produtos de limpeza ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: T M Schlickmann & Cia Ltda ME

Restos a Pagar: 1447, 1249, 1269, 1273, 1399, 1578, 1579, 1582, 1047, 1049, 1050, 1052, 1501, 1502, 1503, 1549, 1564, 1611, 2099, 2100, 2115, 2102, 2238, 2566 e 2596.

Valor: R\$ 3.378,56

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 66.15 AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº66/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 85/15, Edital de Pregão Presencial Nº 66/15, Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 25/06/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 25/06/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de JUNHO de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 51/2015
Processo Licitatório: 51/2015
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO, PÓ DE BRITA E BICA CORRIDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 29/06/2015 às 13h30min
Abertura dos Envelopes: 29/06/2015 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de junho de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 68/2015
Processo Licitatório: 68/2015
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E PNEUS PARA VEÍCULOS PESADOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

Entrega dos Envelopes: 06/07/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 06/07/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de junho de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 496/2015

DECRETO Nº. 496/2015
Exonera Rafaela Povoas Cardozo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a senhora Rafaela Povoas Cardozo, da função de Procuradora-Geral do Município, a partir de 12 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO 08/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO 08/2015.
NO EXTRATO DO CONTRATO 08/2015, PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1760 DE 11/06/2015 F. 186,
ONDE LÊ-SE Contratada:, LEIA-SE Contratada: CEPENGE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 03.064.330/0001-39, estabelecida na Rua Aldo Alves n.º 543, Saco dos limões – Florianópolis (SC).

GUARAMIRIM (SC), 12/06/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

EDITAL Nº 002/2015

Homologa as inscrições, antes do período de impugnação, para escolha dos membros do Conselho Tutelar.

MARIA INÊS STRAUB, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, torna público que:

Art. 1º Os candidatos aptos a concorrer às eleições para Conselheiro Tutelar, antes do período de impugnação, são aqueles que preencheram os requisitos exigidos no ato da inscrição previstos no Edital 001/2015, conforme ordem de inscrição, abaixo relacionados:

1. DIONILCE GOMES DOS SANTOS
2. REGIANE ALINE SALLES CICHELERO
3. RODINEI DRESCH
4. CLARICE THEIS
5. JOSEANE KLEIN
6. CÂNDIDA TANARA SPRANDEL
7. SUELI PIRES
8. CLEUSA TERESINHA AMANN
9. FRANCIELE MATTUELLA
10. SÔNIA LUCIA KUHN ROSENBACH
11. ANA PAULA KAPPES VOGEL

Guarujá do Sul – SC, 12 de Junho de 2015.

Maria Inês Straub

Presidente do Conselho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Guarujá do Sul / SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 49/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº. 24/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: JCV CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

OBJETO: Fica acrescida no contrato de execução de ponte em estrutura de concreto pre moldada sobre o Rio das Flores na Rua Dionísio Caramori, município de Guarujá do Sul, com as dimensões de 5,00 m x 10,30 m, o valor de R\$ 10.780.00, conforme Projeto Alterado, Memorial descritivo, Orçamento detalhado e Cronograma físico-financeiro.

Guarujá do Sul, SC, 12 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 709/2015

PORTARIA Nº 709/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora KEITY MARA GAZZOLA (Matr. 4092), a contar de 11 de junho de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Disciplina de Informática, 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 710/2015

PORTARIA Nº 710/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora KEITY MARA GAZZOLA (Matr. 4144), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, Educação Infantil, junto ao CMEI Tio Zezinho, em substituição à servidora Simone Radavelli, a partir de 12 de junho de 2015, até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, reclassificada em 36º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 711/2015

PORTARIA Nº 711/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de junho de 2015, da servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo de Provedor em Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 712/2015

PORTARIA Nº 712/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora MARIZETE ANDOLPHACTO (Matr. 23), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 87 a 92, da Lei Complementar Nº. 006/1994, referente ao período aquisitivo de 09 de junho de 1991 a 08 de junho de 1996, para serem gozadas a contar de 12 de junho de 2015 a 09 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 713/2015

PORTARIA Nº 713/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 643/2015, que contratou em Caráter Temporário, a Senhora ANA PAULA FIORESE (Matr. 4135), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição à servidora Marizete Andolphacto, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a partir de 12 de junho de 2015 até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, classificada em 16º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 714/2015

PORTARIA Nº 714/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 13 de junho de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora FERNANDA MARQUEZZE MOTT (Matr. 2851), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 2/E, anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 (quarenta) horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 715/2015

PORTARIA Nº 715/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de junho de 2015, do servidor IGOR FONTANA DARRONCO (Matr. 2786), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 025/2015

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Empresa: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CNPJ/MF Nº 07.164.711/0001-40

Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 1.595 - Capoeiras

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 025/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

Pelo presente instrumento, o "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, nº 1.595 - Capoeiras, Florianópolis- SC, inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 014/2014, que tem por objeto fornecimento de de tiras reagentes para dosagem de glicemia, mediante sujeição às normas do Processo Licitatório nº 053/2014 Pregão Presencial nº 024/2014, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25% (Vinte e cinco por cento) nos quantitativos dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Licitada	Quantidade Aditivada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Tiras reagentes para determinação dos níveis de glicose sanguínea por aspiração ou absorção capilar. Faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl, com adição de sangue arterial, capilar e neonatal, tempo de leitura entre 05 e 10 segundos. Caixa com 50 tiras. Deverá haver fornecido em regime de comodato os aparelhos para testes, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.	ACCU-CHEK ACTIVE	CX	600	150	30,40	4,560,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos a ata de registro de preços original passará de R\$ 18.240,00 (Dezoito mil duzentos e quarenta reais), para R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) representando um acréscimo de R\$ 4.560,00 (Quatro mil quinhentos e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso ii §1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 014/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de junho de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	José Carlos Moreira Ramos Procurador CPF: 183.100.010-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

Ibiam

PREFEITURA

PL 031

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001 / 2015.
Processo Licitatório nº 031/2015

O Município de IBIAM, Santa Catarina, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, CEP: 89.652 000, Centro, IBIAM, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.745/0001 74, torna público aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 Horas do dia 08 de Julho de 2015, tendo como local a Câmara de Vereadores do Município de IBIAM/ SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiro Oficial o Sr. Júlio Ramos Luz, AARC 162 para venda à vista de bens públicos, conforme segue:

LOTE 01: 01 ÔNIBUS MERCEDEZ BENZ /OF 1315, ano/modelo 1991, Placas CLH 7183, RENAVAL 416495338, cor branca, diesel, 43 lugares. LANCE INICIAL R\$ 9.000,00.

LOTE 02: 01 Camioneta VW/KOMBI, ano 2005, modelo 2006, Placas DQQ 2486, RENAVAL 873561490, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 7.000,00.

LOTE 03: 01 Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE, ano 2005, modelo 2006, Placas MCY 8563, RENAVAL 8558688221, cor vermelha, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 04: 01 TRATOR NEW HOLLAND/TL 55E, 4x4, ano 2003, Diesel, sem cabine. LANCE INICIAL R\$ 18.000,00.

LOTE 05: 01 TRATOR AGRAL/BX 6110, 4x4, ano 2007, cor verde, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 32.000,00.

LOTE 06: 01 TRATOR AGRAL/BX 6110, 4x4, ano 2008, cor verde, diesel. LANCE INICIAL R\$ 39.000,00.

LOTE 07: 01 GRADE ARADORA 10 DISCO, TATU ano 2003, LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 08: 01 GRADE ARADORA 14 DISCO, TATU, 26 polegadas macal a graxa. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00.

LOTE 09: 01 CARRETÃO AGRÍCOLA DE MADEIRA TRITON, rodado simples, aro 16 polegadas para 4 toneladas, patrimônio 848. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00.

LOTE 10: 01 CARRETÃO AGRÍCOLA DE MADEIRA TRITON, rodado simples, aro 16 polegadas para 4 toneladas, patrimônio 850. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00.

LOTE 11: 01 ENSILADEIRA CLM PENHA, Colhedora de milho. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00.

LOTE 12: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO, capacidade de 4.000 litros, rodado simples, aro 20 bomba a vácuo, cor azul, LANCE INICIAL R\$ 1.900,00.

LOTE 13: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO, capacidade de 3.000 litros, rodado simples, aro 20 bomba a vácuo. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00.

LOTE 14: 01 RESFRIADOR DE LEITE TECNOINOX, ano 2006, capacidade 2.000 litros. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 15: 01 ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO REBOCÁVEL MULLER, Modelo RV52, cor amarela, LANCE INICIAL R\$ 8.000,00.

LOTE 16: 01 Automóvel FIAT/DOBLO ELX 1.8 FLEX, ano 2008, modelo 2009, Placas MGL 7489, RENAVAL 118739654, cor prata, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 16.000,00.

LOTE 17: 01 Automóvel FIAT/DOBLO ELX 1.8 FLEX, ano 2008, modelo 2009, Placas MFX 8526, RENAVAL 990910261, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 14.000,00.

LOTE 18: 01 Automóvel GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE, ano/modelo 2010, Placa MHN 8904, RENAVAL 199098050, Álcool/Gasolina, cor preta. LANCE INICIAL R\$ 29.000,00.

LOTE 19: 01 GABINETE ODONTOLÓGICO GNATUS, mocho odontológico, Aparelho Raio-X odontológico, Amalgamador Gnatus. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 20: SUCATAS de mobiliários escolares e escritório em geral, equipamentos e periféricos de informática e de escritório em geral, equipamentos médico hospitalares e odontológicos em geral, utensílios e equipamentos de cozinha em geral, eletrodomésticos, e outros diversos. LANCE INICIAL R\$ 200,00.

LOTE 21: Aproximadamente 1.500 kg de FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 300,00.

LOTE 22: 125 unidades de PNEUS inservíveis diversos aros. LANCE INICIAL R\$ 200,00.

O Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou mediante solicitação no seguinte e-mail: licita@ibiam.sc.gov.br ou ainda pelos telefones (49) 3534 0044 (Prefeitura). Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores.

IBIAM (SC), 12 de Junho de 2.015.

Clovis Jose Busatto

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 74/2015 - CONFERENCIA DE SAUDE

DECRETO Nº 74, DE 07 de junho de 2015.

CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERENCIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 62, I, 63 e 191 da Lei Complementar nº 05/2001,

DECRETA:

Art.1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art.2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, no dia 05 de junho do corrente ano. Fica convocada a 4ª Conferência de Saúde do Município para o dia 07 de Julho de 2015.

Art.3º O tema central da Conferência será A 15ª Conferência Nacional de Saúde tem como tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Os eixos temáticos da 15ª Conferência Nacional de Saúde são:

I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II - Participação Social;

III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado;

Art.4º A Conferência de Saúde será realizada na Associação dos Servidores Municipais de Ilhota, situada a Rua Manoel Felizardo de Souza nº 459, bairro Missões de Ilhota. Com início as 8:00 horas e encerramento as 17:00 horas.

Art.5º A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art.6º As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art.5º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 07 de junho de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

PORTARIA GP Nº 354/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 354/2015, DE 04 DE MAIO DE 2015.
Conceder Licença sem vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar 003/2007, resolve a pedido:

CONCEDER

Licença Sem vencimento para o funcionário PLINIO MANOEL HEN-NEMANN PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Imarui, 04 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 04/05/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 355/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 355/2015, DE 04 DE MAIO DE 2015
Designa Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº004/2007, resolve;

DESIGNA:

MARIA DAS DORES GONÇALVES SILVA, para atuar como responsável pelo Almoxarifado, de acordo com a C.I nº 62/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imarui, 04 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 04/05/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 360/2015 DE 07 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 360/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015.
Nomeação do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

MÔNICA ELLER SELHORST com CPF: 094.367.009-89 do Cargo De Professor de Educação Infantil, na carga horaria de 10h semanais, de acordo com a C.I nº 062/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imarui, 07 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 07/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 364/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 364/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015
Exoneração para o Cargo de Professor de Historia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imarui e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JÉSSICA GUILHERME DE OLIVEIRA do Cargo de Professora de Historia, com carga horaria de 20h semanais, de acordo com a CI nº 64/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imarui, 11 de Maio de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº356/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 356/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Diretora de Agricultura.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

THAIS SILVA FLORENTINO com CPF: 079.187.039-10 para exercer o Cargo de Diretora de Agricultura, de acordo com a C.I nº 030/2015 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuário.

Imarui, 05 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 05/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 359/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 359/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

KARIM BACHA com CPF: 661.404.59-00 para exercer o Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 05 de Maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 05/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 361/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 361/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015.

Nomeação do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

DENISE CASEMIRO FORTUNATO com CPF: 033.170.289-47 do Cargo De Professor de Educação Infantil, na carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 062/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 07 de Maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 07/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 362/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 362/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Conceder Licença sem vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar 004/2007, resolve a pedido:

CONCEDER

Licença Sem vencimento para o funcionário, ALISSON VICENTE, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I.

Imaruí, 11 de maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 11/05/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 365/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 365/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

Exoneração para o Cargo de Professor de Geografia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, à pedido, resolve:

EXONERAR:

DENISE MONTEIRO VIEIRA ADAM do Cargo de Professora de Geografia, com carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 064/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 11 de Maio de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 366/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 366/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

KELLY MARA MARCELINO DE OLIVEIRA com CPF: 084.978.469-74 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 64/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 11 de Maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 370/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 370/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

Nomeação para o Cargo de Assistente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

RENAN RODRIGUÊS FERMINO com CPF: 100.159.449-56 para exercer o Cargo de Assistente, do Quadro Pessoal da Prefeitura, na

Secretaria de Industria, Comercio e Turismo.

Imaruí, 12 de Maio de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 12/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 371/2015 DE 13 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 371/2015 DE 13 DE MAIO DE 2015
Exoneração para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

SIMONE ROUSSENQ GOULART DE SOUZA do Cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 65/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 13 de Maio de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 372/2015 DE 21 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 372/2015 DE 21 DE MAIO DE 2015
Exoneração para o Cargo de Professor de Series Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JÉSSICA GONÇALVES DA ROSA do Cargo de Professor de Series Iniciais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 068/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 21/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 373/2015 DE 21 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 373/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015.
Exoneração do Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

SABRINA PEREIRA FLAUZINO do Cargo De Professor de Matemática, do Quadro Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 068/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 21/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 374/2015 DE 21 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 374/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015.
Nomeação do Cargo de Professor de Anos Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SANDRA FERNANDES MARCOS com CPF:037.609.779-52 do Cargo De Professor de Anos Iniciais, com carga horaria de 20h semanais, com regência de classe na escola E.E.F.M. Vereador Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a C.I nº 068/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 21/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 375/2015 DE 21 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 375/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015.
Nomeação do Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

CHÉRIDA ALVES VIDAL com CPF: 039.644.879-98 do Cargo De Professor de Artes, com carga horaria de 20h semanais, com regência de classe na escola E.E.F.M. Vereador Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a C.I nº 068/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 21 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 07/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 376/2015 DE 22 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 376/2015 DE 22 DE MAIO DE 2015

Nomeação para o Cargo de Professor de Inglês.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SABRINA PEREIRA FLAUZINO com CPF: 093.502.669-03 para exercer o Cargo de Professor de Inglês, na carga horário de 20h semanais, com regência de classe na E.E.F.M Vereador Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a C.I nº 068/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 22 de Maio de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 22/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 377/2015 DE 25 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 377/2015 DE 25 DE MAIO DE 2015

Nomeação para o Cargo de Coordenadora da Licitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

FLAVIA DE SOUSA BORGES com CPF: 060.092.059-30 para exercer o Cargo de Coordenadora de Licitação, do Quadro Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 25 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 25/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 378/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 378/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exoneração do Cargo de Professora Náutica do Projeto Segundo tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

CHEILA JOÃO COSTA do Cargo de Professora Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 379/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 379/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exoneração do Cargo de Professor Náutico do Projeto Segundo tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JOÃO LUIZ MACHADO do Cargo de Professor Náutico do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 380/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 380/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exoneração do Cargo de Professor de Modalidade Náutica do Projeto Segundo tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MAYCON SERGIO DE SOUSA DOS SANTOS do Cargo de Professor de Modalidade Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 381/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 381/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exoneração do Cargo de Monitor de Atividades Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ENEDINO CORRÊA BARRETO BOSSLE JUNIOR do Cargo de Monitor de Atividades Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 382/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 382/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exoneração do Cargo de Monitor de Atividades Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

CRISTOPHER SPECK RICARDO do Cargo de Monitor de Atividades Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 383/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 383/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exoneração do Cargo de Monitor de Atividades Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

CRISTINA SILVA DE JESUS do Cargo de Monitor de Atividades Náutica do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 384/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 384/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exoneração do Cargo de Coordenador de Comunicação Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MARLON LUIZ DE SOUZA do Cargo de Coordenador de Comunicação Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 386/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 386/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exoneração do Cargo de Operador de Equipamentos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido resolve:

EXONERAR:

RUDIMAR CONSTANTINO DE SOUZA do Cargo de Operador de Equipamentos, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com o requerimento.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em

29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 387/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 387/2015, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 009/2015 da ELOISA MACHADO RODRIGUES como responsável pela responsável pelo Setor de Licitação, a partir de 12 de maio de 2015.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº352/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 352/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

Exoneração do Cargo de Coordenador de Planejamento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

KARIM BACHA do Cargo de Coordenador de Planejamento, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 04 de Maio de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 04/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº353/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 353/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

Exoneração do Cargo de Diretor de Planejamento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA do Cargo de Diretor de Planejamento, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 04 de Maio de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 04/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº358/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 358/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Coordenador de Planejamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA com CPF: 067.032.039-03 para exercer o Cargo de Coordenadora de Planejamento, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 05 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 05/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº363/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 363/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015

Revoga Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

REVOGAR:

Portaria nº329/2014 que concede gratificação ao servidor PLINIO MANOEL HENNEMANN PEREIRA, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Imaruí, 11 de Maio de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 11/05/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº368/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 368/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Nomeação do Cargo de Professor de Historia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve,

NOMEAR:

JÉSSICA GUILHERME DE OLIVEIRA com CPF: 077.639.049-09 para exercer o cargo de Professor de História com carga horário de 30h semanais com regência de classe na E.E.F.M Vereador Osvaldo Siqueira de acordo com a C.I nº 064/20158 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 12 de Maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 12/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº369/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 369/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

Nomeação para o Cargo de Assistente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

RICARDO AURINO PACHECO com CPF: 507.126.409-91 para exercer o Cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, na Secretaria de Pesca e Aquicultura.

Imaruí, 12 de Maio de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 12/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº385/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 385/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exoneração do Cargo de Coordenador do Projeto Segundo tempo Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO do Cargo de Coordenador do Projeto Segundo Tempo Navegar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 066/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 29 de Maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 29/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 357/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 357/2015, DE 05 DE MAIO DE 2015.

Nomeação do Cargo De Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alteração resolve:

NOMEAR:

WESLEN CASTRO DE RESENDES com CPF: 095.553.919-63 do Cargo De Professor de Matemática, na carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 062/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 05 de Maio de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 05/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 367/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA GP Nº 367/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

Exoneração para o Cargo de Assessor Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, resolve:

EXONERAR:

ELOISA MACHADO RODRIGUES do Cargo de Assessor Especial, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 12 de Maio de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 12/05/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/GGP Nº 341/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 341, de 12 de junho de 2015.
Dispõe sobre a admissão de Visitador Sanitário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Carlos Alexandre da Silva	Visitador Sanitário	287.485.178-79	12/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 342/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 342, de 12 de junho de 2015.
Dispõe sobre a admissão de Médico - ESF, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,
Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter emergencial, para exercer o cargo/emprego público de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Renato Martins Catta Preta	634.712.131-04	15/06/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de junho de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST
ERRATA

COMUNICAÇÃO: Onde se lê "Aquisição de eletroeletrônicos para o programa "VEM SER", Projeto Cristão Vida na Vida, Alta Complexidade, CREAS e SEAST", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 20/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 10 de Junho de 2015, ler-se-á "Aquisição de eletroeletrônicos para os programas da SEAST e "VEM SER" ".
Comunicamos ainda, que o mesmo prorrogará sua abertura para o dia 25/06/2015, às 14h.

Imbituba, 15 de Junho de 2015.
Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 094/2013

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 094/2013

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E OUVIDORIA – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO DE HABITAÇÃO - DEMUTTIN DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CIEE-SC – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, estabelecida à Rua Antônio Dib Mussi, nº 473, 1º Andar, Bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rodrigo Jose Schmitt, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 007.043.999-03 e Cédula de Identidade nº 4.287.697, residente à Rua Amadeu da Luz, nº 180, Bairro Centro, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para a realização dos serviços de operacionalização de vagas/bolsas de estágio, mediante a seleção de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de nível médio, técnico profissionalizante, e nível superior, nos termos da Lei Federal nº 11.788/08. Previsão de operacionalização de 135 (cento e trinta e cinco) vagas/bolsas de estágio, considerando o número de vagas disponibilizadas no exercício de 2012. A oferta do número vagas/bolsas de estágio será variável, conforme necessidade da CONTRATANTE, limitando-se ao número de 200 (duzentas) vagas/bolsas. Critérios de operacionalização dispostos no Programa de Estágio da CONTRATADA, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2013, e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 02.01.004.122.002.2021.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 03.01.004.122.003.2041.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 04.01.004.122.004.2060.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 05.01.012.361.005.2081.339039990000.01010000 – Ordinário Educação;
- 05.02.012.365.005.2082.339039990000.01010000 – Ordinário Educação;
- 06.01.020.122.006.2121.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 07.01.022.122.007.2148.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 08.01.015.122.008.2187.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 09.01.015.122.009.2207.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 10.01.017.512.010.2221.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 20.01.016.482.020.2243.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 21.01.006.122.012.2267.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 26.01.006.182.026.2330.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 30.01.010.301.030.2340.339039990000.01020000 – Ordinário Saúde;
- 31.01.008.122.031.2380.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 31.01.008.244.031.2408.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 40.01.027.122.040.2463.339039990000.01000000 – Ordinário;
- 41.01.013.122.041.2490.339039990000.01000000 – Ordinário.

* 41.01.013.122.041.2650.33903999000000.01000000 – 30/01/2014

* 41.01.013.391.041.2656.339039990000.03000000 – 26/04/2015

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 01 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CIEE-SC – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA Rodrigo Jose Schmitt Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRI.E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
ASSESSORIA DE DESENV. ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLAN. E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal
FUNDO DE HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	DEMUETTIN DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE INDAIAL Marli Westphal Menegazzi Diretora de Departamento
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

LEI 805/2015

LEI N. 805, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ - PME – PERÍODO 2015-2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do anexo único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2. São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3. As metas previstas no Anexo Único desta Lei, serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4. O investimento público em educação a que se refere esta Lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6. O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2. As estratégias definidas no anexo único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades

socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8. O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar

a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei nesta mesma data na Secretaria de Administração e Finanças

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

LEI 806/2015

LEI N. 806, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS NO AMBITO DO MUNICIPIO DE IOMERE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a recuperação de créditos da Fazenda Pública Municipal e a regularização fiscal dos contribuintes que se encontram em situação de inadimplência.

Art. 2. O REFIS consiste na consolidação de todos os débitos das pessoas físicas e jurídicas, independentemente de sua origem, vencidos até 31/12/2014, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado e o saldo de parcelamentos anteriores.

Parágrafo Primeiro. O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei, podendo notificar os contribuintes em situação de débito.

Parágrafo Segundo. Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com as suas obrigações.

Art. 3. O ingresso ao Programa REFIS dar-se-á através da livre opção do sujeito passivo.

Parágrafo primeiro. A opção poderá ser formalizada até o dia 15.10.2015, sendo que a partir da vigência desta Lei, possibilitará ao contribuinte o pagamento do débito consolidado em até 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e consecutivas.

Parágrafo Segundo. O valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$ 80,00(oitenta reais).

Parágrafo terceiro. Os parcelamentos cujo número de parcelas seja superior a 05(cinco), sofrerá acréscimo de juros à razão de 0,5%(zero virgule cinco por cento) ao mês.

Parágrafo Quarto. O sujeito passivo deverá, por ocasião da opção, relacionar todos os débitos tributários ainda não confessados ou autuados.

Parágrafo Quinto. Os débitos existentes em nome do optante, bem como aqueles relacionados na opção, serão consolidados tendo por base a data do pedido de ingresso no Programa REFIS.

Parágrafo Sexto. A consolidação abrangerá todos os tributos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros

moratórios, correção monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

Parágrafo Sétimo. Para fins de consolidação, os juros de mora e multas serão reduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor.

Parágrafo Oitavo. A pessoa jurídica que suceder a outra e for responsável por tributos devidos pela sucedida, na hipótese dos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional, deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

Art. 4. A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido;

III – autorização de acesso irrestrito aos fiscais e agentes municipais, às informações relativas à movimentação financeira, ocorrida a partir da data da opção, respeitada a legislação aplicável;

IV – pagamento regular de todas as parcelas de débitos não incluídos na consolidação, bem assim aqueles decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente.

Art. 5. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, à qual caberá:

I - elaborar formulário especial sob o título TERMO DE OPÇÃO/REFIS, contendo, além da opção, campos próprios destinados à apuração, consolidação e confissão de débitos;

II – receber e processar os termos de opção;

III – conferir as informações e, no caso de dúvidas, poderá diligenciar junto ao requerente, quer requisitando sua escrituração contábil, livro caixa, talonários de notas fiscais, declaração de rendimentos para Receita Federal, contratos e outros documentos idôneos que entender necessários, quer investigando diretamente onde se encontrarem tais documentos.

Art. 6. O sujeito passivo, optante pelo REFIS será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas no art.4º;

II – constatação, caracterizada por lançamento de ofício de débito não incluído na confissão, desde que configurado o dolo do contribuinte, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento ou decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

III – declaração de insolvência ou decretação de falência ou, ainda, extinção por liquidação da pessoa jurídica;

IV – prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

Parágrafo Primeiro. A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

Paragrafo Segundo. O Contribuinte que optar pelo parcelamento do débito e deixar de pagar as parcelas em seus respectivos vencimentos, retornara ao status quo ante da obrigação, abatendo-se os valores pagos.

Paragrafo Terceiro. Da decisão que excluir o optante do REFIS caberá recurso para o Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7. Considera-se ínfimo, para efeitos de cancelamento na forma prevista no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal n. 101/2000, os débitos cujo valor por exercício financeiro seja inferior a R\$ 800,00 (oitenta reais).

Art. 8. Ficam remidos todos os créditos, inscritos ou a inscrever em dívida ativa, relativos ao mesmo contribuinte, declarados ou devidos por estimativa, até a data da publicação desta Lei, desde que o somatório dos seus valores, seja igual ou inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

Parágrafo único. A remissão de que trata o caput deste artigo estende-se aos créditos tributários que já estão sendo cobrados judicialmente, ficando autorizado o requerimento de extinção do processo, com base no art. 794, II, do CPC.

Art. 9. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei nesta mesma data na Secretaria de Administração e Finanças

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL 004/2015

EDITAL 004/2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, dispõe sobre a divulgação das inscrições pré deferidas para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Indeferida: Samuel Junior Costa

Deferidas: Silvana Brunetto Rigon, Camila Bernardi, Geni Johann Dal Piás, Isane Aparecida Seben Schmidt, Charlie Mueller Angnes,

Isidoro Nazar, Amélia Fatima Colpani Antunes, Luciane Petry, Lunar Cristina Schiavini Nicodem, Lais Franzon, Thomas Alves de Mello, Denair Zat e Nadia Canzi.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, 12 de junho de 2015

Marilei Salete Frigeri Carpinelli

Presidente CMDCA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.37.9008, DE 12 DE JUNHO DE 2015/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 37/2015

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015, do PROCESSO Nº 37/2015, homologado aos 28 de maio de 2015, cujo objeto é: aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de administração e demais órgãos da Administração Publica, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.37.9008

de 12 de junho de 2015

FORNECEDOR: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA- EIR, situada na RUA MANUEL DE OLIVEIRA RAMOS, Nº 205-SALA 802, BAIRRO: ESTREITO, CEP: 88075-120 Município de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.748.569/0001-30 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.844.904, representado pelo Senhor ROBSON CARDOSO, CPF: 710.996.389-68.

03	<ul style="list-style-type: none">- Velocidade mínima de impressão de 40 PPM em tamanho A4- Impressão duplex automática;- Bandeja de entrada padrão com capacidade para 250 folhas, com suportes aos seguintes tamanhos Carta, Ofício, Carta, A6, B5, A4 (ISO / JIS), A5, A5 (Edge Long), B6 ??(ISO), Executive e peso de 60 a 163 gm²- Resolução mínima de cópia/impressão 1200x1200dpi;- zoom de 25% a 400%;- Velocidade do clock processador de 400 MHZ- Memória mínima de 64 MB- PDL/Emulações: suporte a PCL6 / BR-Script 3 / IBM Proprinter / Epson FX- Fontes: 66 Fontes escaláveis PCL/KPDL, 13 código de barras, 12 Fonte Bitmap;- Conectividade: Interface de Rede Padrão 10/100 Base TX, Wireless 802.11b/g/n, USB 2.0.- Ciclo de impressão mínimo de 50.000 páginas/mês;- Drivers de impressão compatíveis com Microsoft Windows.- Durabilidade dos Consumíveis:cartucho de toner com capacidade para 12.000 páginas medidos em conformidade com a ISO 19752.GARANTIA DE 01 ANO	UN	5,00	BROTHER/ DCP 8712DN	1.800,00	9.000,00
Valor Total Registrado	9.000,00					

A ata retro citada possui vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL 16/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2015

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2015, Pregão Presencial nº 16/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Cristiano Back; Sr. Marcos Aurelio Straube - representante da empresa SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME; e Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda; seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2015, Pregão Presencial nº 16/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Cristiano Back; Sr. Marcos Aurelio Straube - representante da empresa SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME; e Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata..

Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda - ME

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	278 unidades	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 40 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	26,40	7.339,20
04	258 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 80 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	119,00	30.702,00
	Valor Total R\$	38.041,20			

Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho – ME

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	45 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 100 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	179,00	8.055,00
	Valor Total R\$	8.055,00		

Qualitubos Artefatos de Cimento Ltda – EPP

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
03	24 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 60 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	81,00	1.944,00
	Valor Total R\$	1.944,00		

Pre-Moldados Irineópolis – Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda EPP

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	102 unidades	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 30 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	19,40	1.978,80
	Valor Total R\$	1.978,80		

Irineópolis, 08 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 32/2015

Processo Licitatório nº. 32/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 03/2015

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 32/2015, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação do Sr. Rodolfo da Rosa Schöntag, Leiloeiro Oficial, matriculado sob nº. AARC/263, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de Alienação de bens inservíveis, em Leilão Público, pertencentes a Prefeitura Municipal. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 11 de junho de 2015

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL Nº 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 32/2015

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2015

Objeto: contratação de leiloeiro oficial, matriculado na junta comercial do estado de santa catarina para realização de alienação em leilão publico de bens inservíveis, pertencentes a prefeitura municipal de irineópolis.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epigrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação do Sr. Rodolfo da Rosa Schöntag, Leiloeiro Oficial, conforme matricula nº. AARC/263, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços nas alienações que se fizerem necessárias, em leilões públicos dos bens inservíveis, pertencentes á Prefeitura Municipal. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo o Sr. Rodolfo da Rosa Schöntag, o primeiro a encaminhar os documentos necessários, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório 31/2015 – Credenciamento 03/2015.

Conforme consta dos autos, os valores a serem recebidos pelo leiloeiro serão pagos pelo arrematante, e o leiloeiro contratado fará a prestação de contas dos bens arrematados, ao encerramento do Leilão Público, na Secretaria da Fazenda.

Cumpra-se.

Irineópolis, 11 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Fenix Informatica e Telefonia Ltda e SMI Tecnologia e Serviços Ltda.

Irineópolis, 08 de maio de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 32/2015

INEXIGIBILIDADE 03/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº. 33/2015

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar leiloeiro(a)s, matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços como leiloeiros, dos bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme as ações descritas abaixo, sendo obrigações dos Credenciados:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado, para realização do objeto;
2. Auxiliar na avaliação dos bens a serem leiloados;
3. O edital para abertura do Processo de Leilão será de responsabilidade do leiloeiro contratado;
4. Receber os valores dos bens arrematados, e prestar contas destes valores, com a Sra. Bernadete Schuster Longo – Secretaria Municipal da Fazenda, após o ato do leilão.
5. Receber do arrematante, o valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor da venda.
6. Caso houver inadimplência pelo arrematante, os valores serão de responsabilidade do contratado.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um numero limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação do Sr. Rodolfo Rosa Schöntag, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 11 de junho de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PORTARIA N º 195/2015

PORTARIA Nº. 195/2015.

Pré-Aprova o Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1 º. – Fica aprovado o Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal da Saúde, na forma prevista nos artigos constantes do mesmo, parte integrante desta Portaria.

Art. 2 º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 10 de junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

REGIMENTO INTERNO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**CAPÍTULO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 1º. A 4ª Conferência Municipal de Saúde de Irineópolis, convocada pelo Decreto nº. 2825 /2015 de 10/06/2015 tem por objetivos:

CAPÍTULO II**DO TEMA**

Art. 2º . Nos termos deste regimento, a 4ª Conferência Municipal de Saúde terá como tema central:

“Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

§ 1º-Os eixos temáticos da 4ª. Conferência Municipal de Saúde são:

I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II - Participação Social;

III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS; e

VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado;

§ 2º - O eixo será discutido em painel central e mesa redonda, com coordenação, secretaria e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 3º . Em cada Grupo de Trabalho será discutido 1 (um) eixo temático, que deverá elaborar no mínimo 2 (duas) propostas acerca do tema debatido e apresentar à plenária.

CAPÍTULO III**DA REALIZAÇÃO**

Art. 3º. A 4ª Conferência Municipal de Saúde será realizada na data de 03 de julho de 2015 na qual serão debatidos o tema central e os eixos, a partir do documento orientador que versará sobre o processo de construção de diretrizes para a saúde, como contribuição para as conferências, sem prejuízo de debates específicos, em função da realidade do município.

§ 1º Será assegurada a paridade dos delegados representantes dos usuários em relação ao conjunto dos delegados dos demais segmentos, conforme Resolução nº 333/2003 e a lei 8.142/90.

§ 2º. Como cumprimento da etapa municipal, será elaborado

Relatório a ser encaminhado à Comissão Organizadora da etapa Estadual, destacando-se entre as diretrizes aprovadas nessa etapa, as que subsidiarão as políticas municipais de saúde, bem como, as que poderão subsidiar a formulação de política estadual e nacional de saúde.

§ 3º. Somente as propostas de moções de âmbito municipal serão consideradas na etapa Municipal.

CAPÍTULO IV**DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS**

Art. 4º. Serão consideradas como instâncias deliberativas da 4ª Conferência Municipal de Saúde:

I. Plenária de Abertura;

II. Grupos de Trabalho;

III. Plenária Final.

§ 1º. A Plenária de Abertura terá como objetivo deliberar sobre o regulamento da 4ª Conferência Municipal de Saúde e contará com uma mesa com coordenação e secretaria, indicadas pela Comissão Organizadora.

§ 2º. Os Grupos de Trabalho, compostos paritariamente, serão realizados simultaneamente, envolvendo todos os participantes, deliberando sobre propostas, inerentes ao tema e eixo, as quais serão votadas pelo próprio grupo de trabalho na seguinte forma:

I. As propostas que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais dos votos, na Plenária Final farão parte do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

II. Os grupos de trabalho terão coordenação e relator, indicadas pelo próprio grupo.

§ 3º. A Plenária Final terá como objetivo aprovar o Relatório dos Grupos de trabalho, que constituirá o Relatório Final da Conferência, devendo expressar o resultado dos debates, bem como conter diretrizes municipais, estaduais e nacionais para formulação de políticas para o SUS e aprovar as moções de âmbito municipal.

§ 4º. O Relatório aprovado na Plenária Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde será encaminhado à Secretaria da Saúde do Município e ao Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO V**DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

Art. 5º. A Conferência Municipal de Saúde será Presidida Pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º. A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde definirá para o desenvolvimento de suas ações a seguinte estrutura:

I. Coordenador Geral;

II. Secretaria Geral;

III. Relator Geral e Relator Adjunto;

IV. Coordenador de Comunicação, Informação e Acessibilidade;

V. Coordenador de Articulação e Mobilização;

VI. Coordenador de Secretaria;

VII. Coordenador de Infraestrutura

§ 1º. O Coordenador Geral será um Conselheiro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º. O Relator Geral e o Relator adjunto serão indicados pelo Conselho Municipal de Saúde sendo um deles, necessariamente Conselheiro I Municipal de Saúde;

§ 3º. O Secretário Geral, o Coordenador de Comunicação e Informação, o Coordenador de Articulação e Mobilização, o Coordenador de Secretaria e o Coordenador de Infraestrutura serão indicados entre os integrantes da Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

§ 4º. A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área para ingressar às Comissões de apoio.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º. A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde tem as seguintes atribuições:

- I. Encaminhar a realização da Conferência Municipal de Saúde, atendendo às deliberações do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal da Saúde;
- II. Propor ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal da Saúde:
 - a) Os nomes dos expositores das mesas redondas;
 - b) Os critérios para participação e a definição dos convidados;
 - c) Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para Conferência Municipal de Saúde;
- III. Apresentar ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal da Saúde a prestação de contas da Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Encaminhar o Relatório Geral da Conferência Municipal de Saúde à Coordenação da 7ª Conferência Estadual de Saúde, à Secretaria Municipal da Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde;
- V. Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados;
- VI. Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da Conferência Municipal de Saúde e não previstas nos itens anteriores, submetendo-as ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 8. Ao Coordenador Geral cabe:

- I. Convocar reuniões da Comissão Organizadora;
- II. Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;
- III. Submeter à apreciação do Conselho Municipal de Saúde as propostas e os encaminhamentos da Comissão Organizadora.

Art. 9. Ao Secretário Geral cabe:

- I. Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;
- II. Participar das reuniões do Comitê Executivo;
- III. Organizar e manter o arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde para providências.

Art. 10. Ao Relator Geral cabe:

- I. Coordenar a Comissão de Relatoria da 4ª Conferência Municipal de Saúde
 - II. Coordenar o processo de trabalho dos relatores das Plenárias;
 - III. Coordenar a elaboração dos consolidados dos grupos de trabalho;
 - IV. Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
 - V. Coordenar a elaboração do Relatório Final da Conferência Municipal de Saúde a ser encaminhado à Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde, à Secretaria Municipal da Saúde e apresentado ao Conselho Municipal de Saúde.
- Parágrafo Único. O Relator Geral será substituído em seus impedimentos eventuais pelo Relator Adjunto.

Art. 11. Ao Coordenador de Comunicação, Informação e Acessibilidade cabe:

- I. Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da Conferência Municipal;
- II. Promover a divulgação do Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

- III. Orientar as atividades de Comunicação Social da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Promover a divulgação adequada da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 12. Ao Coordenador de Secretaria cabe:

- I- Supervisionar o processo de credenciamento dos delegados inscritos na 4ª Conferência Municipal de Saúde;
 - II- Solucionar os problemas que surgirem no ato do credenciamento;
- III- Distribuir Delegados e Convidados nos Grupos de Trabalho;
- IV- Emitir certificados aos participantes da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 13. Ao Coordenador de Mobilização e Articulação cabe:

- I. Estimular a organização e a realização das pré-conferências de saúde em todo o Município;
- II. Mobilizar e estimular a participação paritária dos usuários em relação ao conjunto dos delegados;
- III. Mobilizar e estimular a participação paritária dos trabalhadores de saúde em relação à soma dos delegados gestores e prestadores de serviços de saúde.

Art. 14. Ao Coordenador de Infraestrutura cabe:

- I. Propor condições de infraestrutura necessária à realização da Conferência Municipal de Saúde referente ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;
- II. Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da Conferência Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII DOS PARTICIPANTES

Art. 15. A Conferência Municipal de Saúde contará com aproximadamente 150 (cento e vinte) participantes, dentre os quais até 08 (oito) serão indicados a delegados.

Parágrafo Único. Nos termos do § 4º art. 1º da Lei 8.142, de 18 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde, a representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação:

- I. 50% dos participantes serão representantes de usuários;
- II. 25% dos participantes serão representantes dos profissionais de saúde; e
- III. 25% dos participantes serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

Art. 16. Os participantes da Conferência Municipal de Saúde distribuir-se-ão em duas categorias:

- I. Delegados com direito a voz e voto (delegados natos e inscritos, observada a participação paritária prevista no parágrafo único do art. 17 deste Regimento).
- II. Convidados com direito a voz.

Art. 17. Serão delegados na 4ª Conferência Municipal de Saúde:

- I. Delegados inscritos até às 12h00m do dia 03/07/2015;
- II. Delegados Natos: Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único – Ao final da Conferência, serão eleitos entre os delegados inscritos e natos 8 (oito) delegados à Convenção Estadual.

Art. 18. A inscrição de delegados a serem eleitos na conferência deve ser entregue a Comissão Organizadora até o dia 03/07/2015, às 12h00m.

Art. 19. Serão convidados para a Conferência Municipal de Saúde:
I. Representantes de órgãos e entidades municipais, estaduais e nacionais;
II. Personalidades municipais estaduais e nacionais, com atuação de relevância na área de saúde e setores afins;
III. Movimentos Sociais.

§ 1º. O Conselho Municipal de Saúde definirá os demais convidados para a Conferência Municipal de Saúde.

Art. 20. Os participantes com deficiências físicas e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da Conferência Municipal de Saúde para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 21. As despesas com a organização geral para a realização da Conferência Municipal de Saúde correrão à conta do Governo Municipal, com recursos da Secretaria Municipal da Saúde.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. A Comissão Organizadora, no sentido de facilitar o encaminhamento dos trabalhos e identificação dos presentes, no ato da inscrição, fornecerá crachás específicos para cada membro participante de acordo com sua condição.

Art. 23. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde.

Município de Irineópolis (SC), em 10 de junho de 2015.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 038 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 038 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014 - 28ª CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 12 de JUNHO 2015, às 13h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

Pedagogia (20h)

Pós Graduada

Colocação	Nº da Inscrição	Nome
14º	107	Ana Paula Soccol

Itá – 12 de junho de 2015

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATOS JUNHO

Contrato Nº.: 66A/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ELISETTE ANA GRITTI SCHUMANN

Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 09/09/2015

Objeto : Locação de imóvel constituído de uma residência localizada na Rua 54, Bairro Mirante para abrigar a família do Senhor Gilmar Padilha dos Santos considerando que sua residência encontra-se em área de risco ocasionado pelas chuvas ocorridas no Município, conforme Decreto Federal 6.307/2007 e Decreto Municipal nº 067 de 27 de junho de 2014.

Contratada....: ELISETTE ANA GRITTI SCHUMANN

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 09/09/2015

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 67/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 01/06/2020

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso dos seguintes equipamentos agrícolas:

- 01 trator agrícola de pneu marca Massey Ferguson, modelo MF4290/4,

com motor diesel 4 cilindros, 95 CV, ano de fabricação 2014, Série 4290398176, patrimônio PM ITÁ Nº 11649.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 01/06/2020

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 68/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS

BORBOLETAS

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 01/06/2020

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso à dos seguintes equipamentos agrícolas:

- 01 trator agrícola de pneu marca Massey Ferguson, modelo MF4290/4,

com motor diesel 4 cilindros, 95 CV, ano de fabricação 2014, Série 4290398175, patrimônio PM ITÁ Nº 11650;

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 01/06/2020

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 69/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME

Valor : 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 01/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015

Objeto : Contratação de empresa para realização de show artístico com a Banda Nave Som para o evento intitulado "Festival de Inverno", a ser realizado de 24 de julho a 02 de agosto de 2015, tendo como local a Concha Acústica da Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 71/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: MARIA APARECIDA IUNG

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 02/06/2015 Término: 02/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015

Objeto : Contratação de empresa para realização de shows artísticos de Teixeira Filho e Neto, Banda Sigma e Paulo Henrique e Ricardo para o evento intitulado "Festival de Inverno", a ser realizado de 24 de julho a 02 de agosto de 2015, tendo como local a Concha Acústica da Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 74/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: TRANSPORTES KROMBAUER LTDA ME

Valor : 7.032,00 (sete mil e trinta e dois reais)

Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2015

Objeto : Contratação de serviço de transporte escolar para atendimento dos alunos do ensino fundamental em tempo integral que participam do Programa Mais Educação na EMEB João Henrique Pille.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 75/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS BORBOLETAS

Valor : 62.600,00 (sessenta e dois mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : Prestação de serviços aos agricultores do município que se habilitarem junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme Lei Municipal nº 2346 de 09 de outubro de 2014.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS

Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação:

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 76/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA

Valor : 62.600,00 (sessenta e dois mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : Prestação de serviços aos agricultores do município que se habilitarem junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,

conforme Lei Municipal nº 2346 de 09 de outubro de 2014.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA

Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 31/12/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: HORTENILA AMÉLIA STUMPF

Valor : 659,40 (seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2011

Objeto : LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Aditivo Nº : 2AD 188/2014 - Contrato Nº: 188/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ELOI RENATO DAL MOLIN

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 29/05/2015 Término: 30/07/2015

Objeto : Locação de imóvel constituído de uma sala comercial com área de 40,49m², localizada na Rua 01, no. 155, sala 03, Centro Comercial Azaléia, Centro, para funcionamento temporário do Terminal Rodoviário, em virtude do prédio do Terminal Rodoviário estar em reformas.

Contratada....: ELOI RENATO DAL MOLIN

Vigência : Início: 29/05/2015 Término: 30/07/2015

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 70/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: ROMAN & CIA LTDA

Valor : 7.000,00 (sete mil reais)

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : Credenciar Farmácias e/ou Drogarias para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, graves ou de urgência, e ainda por ordem judicial, e de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde -

Assistência Farmacêutica Básica.

Contratada....: ROMAN & CIA LTDA

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 31/12/2015

NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Contrato Nº.: 72/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: ISABEL MARIA KREUTZ

Valor : 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015

Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços especializados, para fins de atendimento em regime de sobreaviso com profissionais na área de enfermagem, nível superior, em regime de sobreaviso, a ser realizado das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min nos dias úteis.

NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Contrato Nº.: 73/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: ANDREZA DA SILVA

Valor : 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com

profissionais na área de enfermagem, nível superior.

Contratada....: ANDREZA DA SILVA

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Aditivo Nº : 7AD 161/2011 - Contrato Nº: 161/2011

Itapiranga

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 110/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 110/2015, cujo objeto é a contratação de leiloeiro oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, visando a realização de leilão público de bens patrimoniais inservíveis pertencentes ao Município de Itapiranga/SC. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 26 de junho de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 12 de junho de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 111/2015, cujo objeto é a aquisição de contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para construção de estufa metálica agrícola para produção de mudas, do setor de urbanismo, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 25 de junho de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 12 de junho de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGAO 107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO
LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL
Nº 107/2015

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 107/2015, que tem como objeto: Aquisição de veículo novo, 0 km, destinado para Secretaria de Administração, desta municipalidade. Fica retificado, a redação do item 1.1 e 2.1. A data da sessão pública prevista para o dia 18/06/2015 às 09:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 26/06/2015 às 09:00 horas.

Itapiranga, 12 de junho de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL PREGÃO Nº33/2015 PROCESSO Nº55/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

PROCESSO Nº 53/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 26 de junho de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de materiais de construção para manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino, Núcleos da Ampliação da Jornada Escolar, Centro de Alimentação e Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes no Anexo V e VI do Edital, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 11 de junho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: NOTA DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 034/2015

NOTA DE CANCELAMENTO do Edital de Processo Seletivo Simplificado 034/2015

Alessandra Silveira Oliveira, Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições informa o cancelamento do Edital de Processo Seletivo 034/2015, que previa preenchimento de vaga para Secretário dos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria, por instrução da Controladoria do Município, deverão ser revistos alguns itens para posterior reabertura de outro edital.

Novo edital será publicado após as revisões.

Alessandra Silveira Oliveira

Secretária Municipal de Assistência Social

ERRATA AO PREGAO Nº 34/15 - PROCESSO Nº 54/15**Prefeitura Municipal de Itapoá/SC****Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos**

Rua Mariana Michels Borges, nº 201 - Itapoá (SC) - CNPJ 81.140.303/0001-01

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA AO PREGÃO Nº34/2015
PROCESSO Nº 54/2015****OBJETO: Aquisição de restaurador de pavimentos (tapa-buraco), para manutenção das vias pavimentadas do nosso município, conforme especificações do anexo V do edital.**

O Município de Itapoá faz as seguintes considerações ao Processo em Epígrafe:

AONDE LÊ-SE

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até as **09h:00min** estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às **09h:30min** do dia **23 de junho de 2015** na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados.

PASSA A VIGORAR:

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até as **10h:00min** estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às **11h:00min** do dia **24 de junho de 2015** na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados.

Justificam-se os termos desta Errata como erro material.

Itapoá, 12 de junho de 2015.

**FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO**

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 252/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 252/2015/PMJ

PL 63/2015/PMJ – TP 12/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 03.377.072/0001-40.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em lajotas sextavadas da Rua Herve Celant, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO:

R\$ 306.009,36 (trezentos e seis mil, nove reais e trinta e seis centavos), sendo:

- R\$ 214.852,55 (duzentos e catorze mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), referentes aos materiais;
- R\$ 91.156,81 (noventa e um mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos), referentes aos serviços.

VIGÊNCIA: 165 (cento e sessenta e cinco) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 – PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

126 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

255 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas

FISCAL CONTRATO: DENIR NARCIZO ZULIAN.

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2015.

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 12/2015/PMJ - PL 63/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 63/2015/PMJ.

- Modalidade: TP 12/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em lajotas sextavadas da Rua Herve Celant, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor Total Contratado: R\$ 306.009,36 (trezentos e seis mil, nove reais e trinta e seis centavos), sendo:

- R\$ 214.852,55 (duzentos e catorze mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), referentes aos materiais;
- R\$ 91.156,81 (noventa e um mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos), referentes aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 11 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário de Infraestrutura

EXTRATO PL 15/2015/FMS - PP 10/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 29/06/2015, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 29/06/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail

comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de junho de 2015.
ADEMIR LUIZ RIGHI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA N.º 4424

PORTARIA Nº 4.424 DE 10 DE JUNHO DE 2015
"RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.367/2015 na qual INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure responsabilidade dos contratados (empresa vencedora do certame licitatório) em razão de que não houve o pagamento integral dos direitos trabalhistas dos empregados vinculados a EMPRESS SERVIÇOS LTDA ME.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIONI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Onde lê-se: EMPRESS SERVIÇOS LTDA ME, Leia-se: EXPRESS SERVIÇOS LTDA ME.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 10 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4425

PORTARIA Nº 4.425 DE 15 DE JUNHO DE 2015.
"COLOCA A DISPOSIÇÃO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

Art. 1º – COLOCAR A DISPOSIÇÃO do Tribunal de Justiça – Poder Judiciário de Santa Catarina para o setor de Execução Fiscal do Fórum de Joaçaba, o(a) Servidor(a) Sr.(a) FERNANDO AULER DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, para prestar serviços junto aquele órgão de segunda a sexta-feira.

Art. 2º – Conforme convênio n.º 176/2011 firmado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e o Município de Joaçaba, nos termos da Lei Municipal n.º 4.117/2011.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 026/2015 - EXONERAÇÃO MAURÍCIO**

RESOLUÇÃO Nº 026/2015 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) MAURÍCIO BROLLO, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 209 de 24 de outubro de 2011 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 11 de junho de 2015.

Joaçaba, 11 de junho de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**GABARITO PROVISÓRIO CONCURSO 002/2015**

EDITAL JHL 002/2015 CONCURSO PÚBLICO

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE

GABARITO PROVISÓRIO

CONTADOR																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	C	D	A	A	A	B	C	D	D	A	C	A	D	B	B	D	A	A	B	B	A	C	D	B	A	A	D	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
D	A	C	B	B	C	D	B	C	A	D	C	B	C	D	B	A	D	D	D										

ENCONTRA-SE ABERTO O PERÍODO RECURSAL CONFORME CRONOGRAMA DO ANEXO IV DO PRESENTE EDITAL DO PERÍODO DE 15/06 ATÉ AS 18:00 HRS DO DIA 16/06/2015, ATRAVÉS DO E-MAIL CONTATO@APRENDERSC.COM.BR

Publicado em 15 de Junho de 2015.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA TP 014/2014 EE PORTAL FLORES - SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0123/2015 de 02/06/2015 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0014/2014, Edital de Licitação 0067/2014 decorrente do Contrato JHL nº 0107/2014 de 23 de dezembro de 2014, e os Senhores Vilson da Rosa, Sócio Administrador e Engº Roberto de Carli, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Empreiteira de Construção Civil Oliveira Ltda, após o recebimento Provisório da Obra de Construção da Estação Elevatória de Esgoto Sanitário localizada no Bairro Portal das Flores, no município de Luzerna - SC, conforme Termo Provisório assinado em 13 de março de 2015, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução da Construção da Estação Elevatória de Esgoto Sanitário, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 12 de junho de 2015.

Membro da Comissão: Engº André Luiz Sauer _____

Membro da Comissão: Engº Wilian Sartor Sganzerla _____

Membro da Comissão: Valdesir Spier _____

Membro da Comissão: Valdinei Antonio Gusatto _____

Representante da Contratada: Vilson da Rosa _____

Engenheiro da Contratada: Engº Roberto de Carli _____

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori _____

Lages

PREFEITURA

CC 08-2015 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 08/2015 PML
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Públicos de Engenharia Sanitária de Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Lages-SC.
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 15/07/2015 às 09:00
Valor Estimado: R\$ 522.090,79

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de junho de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO ARP 01/2015 CELIA REGINA PP 03/2015 FMAS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
PROCESSO Nº 07/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Abrigo, Materiais de Expediente, Higiene e Limpeza para o PRONATEC da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 03/2015.

VALOR REGISTRADO R\$ 89.255,67 (oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete)

CONTRATADO: CÉLIA REGINA W. SANI - ME inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede Av. Beira Rio, 730 – Galpão Centro – CEP 88.450-000 – Alfredo Wagner/SC

Lages/SC 05 de maio de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 01/2015 JULIO PE 03/2015 FMAS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
PROCESSO Nº 07/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Abrigo, Materiais de Expediente, Higiene e Limpeza para o PRONATEC da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 03/2015.

VALOR REGISTRADO 132.751,19 (cento e trinta e dois mil setecentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos)

CONTRATADO: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES EPP inscrita no CNPJ sob nº 82.894.718/0001-33, estabelecida na Rua Mario Ribeiro Ramos, 248 – Universitário - Lages/SC – CEP. 88.509-340

Lages/SC 05 de maio de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 01/2015 NEW WAY PP 03/2015 FMAS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
PROCESSO Nº 07/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Abrigo, Materiais de Expediente, Higiene e Limpeza para o PRONATEC da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 03/2015.

VALOR REGISTRADO R\$ 79.196,10 (setenta e nove mil cento e noventa e seis reais e dez centavos)

CONTRATADO: NEW WAY COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 14.320.137/0001-38 com sede a

Rua Jose Luciano Nunes, 176 – Centro – Camboriú/SC CEP 88.340-539

Lages/SC 05 de maio de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 01/2015 SUPER VAREJÃO CORDOVA PP 03/2015 FMAS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
PROCESSO Nº 07/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Abrigo, Materiais de Expediente, Higiene e Limpeza para o PRONATEC da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 03/2015.

VALOR REGISTRADO 132.751,19 (cento e trinta e dois mil setecentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos) R\$ 89.255,67 (oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete)

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 83.197277/0001-83, estabelecida na Rua. Araci Paim, 19 – Araucária, Lages/SC – CEP. 88.512-680

Lages/SC 05 de maio de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO CONTRATO 50/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 50/2015 - SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 11.118.645/0001-40, estabelecida na Av. Luiz de Camões, 911 – loja 04 – Coral, Lages/SC – CEP. 88.523-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 33/2015, correlato ao Pregão nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Escritório e Informática, para uso na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.017,66 (dez mil e dezessete reais e sessenta e seis centavos).

Lages, 28 de Maio de 2015.
Benjamin Schultz
Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO CONTRATO 51/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 51/2015 - SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 08.234.845/0001-53, estabelecida na Rua. Papanduva, 08 – Esquina com a rua Jaraguá do Sul – Petropolis, Lages/SC – CEP. 88.505-366

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 33/2015, correlato ao Pregão nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Escritório e Informática, para uso na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8. 910,00 (oito mil novecentos e dez reais).

Lages, 28 de Maio de 2015.
Benjamin Schultz
Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO CONTRATO 52/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 52/2015 - SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 10.743.183/0001-99, estabelecida na Av. Nereu Ramos, 95 1º andar – Centro, Timbó/SC – CEP. 89.120-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 27/2015, correlato a Tomada de Preço nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializa para Coleta e Análise em Captação Superficial, Estação de Tratamento de Água (ETA) e redes de distribuição em conformidade com o Conama nº 357/05(Água Doce-Classe I) e Portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde de 12 de dezembro de 2011, que possua acreditação comprovada no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO e possua NBR ISO/IEC nº 17025/2005, em conformidade com o Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, partes integrantes deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), os serviços serão medidos conforme sua execução e sempre de acordo com as condições prescritas no edital e

demais documentos que o constituem.

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do contrato até sua vigência que será até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 23.238,34 (vinte e três mil duzentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos).

Lages, 22 de Maio de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO DE CONTRATO 266/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 266/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADO: IRMÃOS NETO LTDA inscrita no CNPJ n.º 82.856.642/0001-51, com sede na Av Brasil, 178 – São Cristovão – CEP 88.509-310 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 146/2015, correlato a Pregão Presencial nº 58/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva para atender as necessidades da frota de veículos e motores do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015;

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 10.868,84(dez mil oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Lages, 21 de maio de 2015.

Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 267/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 267/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADO: PHB PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA EPP inscrita no CNPJ n.º 02.723.376/0001-50, com sede na BR 282 Km 217, 2911 – São Francisco – CEP 88.570-000 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 146/2015, correlato a Pregão Presencial nº 58/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva para atender as necessidades da frota de veículos e motores do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015;

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 6.750,00(seis mil setecentos e cinquenta reais).

Lages, 21 de maio de 2015.

Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 268/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 268/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JULIANA MARIA KOECHE MARCON ME. inscrita no CNPJ sob n.º 00.303.814/0001-03, com endereço na Rua Anacleto da Silva Ortiz, 49 - Centro – CEP 88.570-000 - São Jose do Cerrito/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 144/2015, correlato a Pregão Presencial nº 57/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de ferramentas para uso na manutenção da limpeza pública feita pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): a Entrega Será Conforme a Necessidade e a Solicitação, em até 72 horas, a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) Solicitação(ões) Emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano de Lages, SC.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 2.682,80(dois mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

Lages, 21 de maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 269/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 269/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Av. Duque de Caxias, 1174 – Frei Rogério – Lages/SC - CEP: 88.508-001.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 144/2015, correlato a Pregão Presencial nº 57/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de ferramentas para uso na manutenção da limpeza pública feita pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): a Entrega Será Conforme a Necessidade e a Solicitação, em até 72 horas, a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) Solicitação(ões) Emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano de Lages, SC.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 2.616,20 (dois mil seiscentos e dezesseis reais e vinte centavos).

Lages, 21 de maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 270/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 269/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob n.º 13.192.721/0001-92, com endereço a Estrada Geral Ribeirão dos Reis, – CEP 89.180-000 – Rio do Oeste/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 144/2015, correlato a Pregão Presencial nº 57/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de ferramentas para uso na manutenção da limpeza pública feita pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): a Entrega Será Conforme a Necessidade e a Solicitação, em até 72 horas, a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) Solicitação(ões) Emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano de Lages, SC.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 2.586,08 (dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e oito centavos).

Lages, 21 de maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 271/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 271/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com endereço a Praça Vidal Ramos,86 - Centro – CEP 88.502-005 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 144/2015, correlato a Pregão Presencial nº 57/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de ferramentas para uso na manutenção da limpeza pública feita pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): a Entrega Será Conforme a Necessidade e a Solicitação, em até 72 horas, a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) Solicitação(ões) Emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano de Lages, SC..

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 3.624,70 (três mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

Lages, 21 de maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Lauro Muller**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO N 24/2015 HMHL**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 24/2015 HMHL
PROCESSO 24/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Walter Vertteli, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV

OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para serviços de RAIO X .A presente contratação faz-se necessária face a reforma na sala de RAIO X no Hospital Municipal, inviabilizando desta feita os serviços naquele local.

CONTRATADO: CLINIMAGEM DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA;

VIGÊNCIA: 03/06/2015 a 31/08/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 053/2015

DECRETO Nº. 53/2015, de 12 de junho de 2015.

"Dispõe sobre a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano no ano de 2015".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei:

DECRETA

Art. 1º. Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, no exercício financeiro de 2015, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº. 059/2009, os seguintes contribuintes:

- Adair Terezinha do Prado
- Alcides Carlos Crist
- Alcides dos Santos
- Anazira Caetano Borges
- Antonio Atair do Prado
- Antonio Felipus
- Antonio Vitor Lopes
- Ardelino Dias Prestes
- Ardelino Fidelis Ferreira
- Arina Pereira Rodrigues
- Berenice Aparecida Coelho
- Carolina Severa Cortellini dos Santos
- Claudio Caetano da Silva
- Daltina Pires Ribeiro
- Doralice Pires de Lima
- Elza Granemann Pierdoná
- Emília Gonçalves Teles
- Geni Tibes de Farias
- Gloria de Jesus Fernandes da Silva
- Indalecio Dias Prestes
- Iolanda de Souza Mello
- João Alves
- João Eduardo Linhares
- João José de Souza
- Jorgina Ortiz de Souza – Espólio - Rosalina Ortiz do Prado
- Jose Bertulino
- Jose Henho de Bairro
- José Peretti
- Jurema Guidini Moreira
- Lori Aparecida de Souza
- Manoel Joaquim Mineiro
- Maria do Rosário Rafaeli
- Maria dos Prazeres de Oliveira Matos
- Marli Pinto Caetano Moraes
- Mauro Moraes da Silva
- Nelson Cardoso de Lima – Espolio - Zenilda Risson de Lima
- Nelson Cavalheri
- Neri Inhaia
- Odorico José de Oliveira – Espolio – Divair Maria Domingues
- Olivino Ceregatti
- Orozimbo Zanotto
- Osni Jose Dias do Prado
- Osvaldina França dos Santos
- Osvaldo Tibes Pereira
- Rosa Teresinha Carlin
- Rosalina Ribeiro de Souza
- Sebastião Francisco de Souza

- Tereza Alves Pereira
- Tereza Mello Cesar de Lara
- Tertulino Becker Furtado
- Valdir Costa
- Vitoria Nunes da Silva

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, em 12 de junho de 2015.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios – DOM

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 493/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0493/2015 de 08 de Junho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - RETIFICAR, a portaria de nº 492/2015, que o funcionário contrato, EDSOON ROBERTO SCHMIDT, esta substituindo o titular Ederson Luiz Carneiro).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 08 de Junho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 064/2015

DECRETO Nº 064, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.150, de 03 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Unidade Orçamentária	04	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB	3.000,00
Função	17	Saneamento	3.000,00
Sub-função	512	Saneamento Básico Urbano	3.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	3.000,00
Projeto	2.054	Funcionamento e Manutenção do FMSB	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL	3.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	3.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	3.000,00
Função	20	Agricultura	3.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	3.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	3.000,00
Ação/Projeto	2.030	Funcionamento e Manutenção da SAMA	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas de Correntes	3.000,00
Grupo de Nat. da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	3.000,00		

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 060, de 08 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ERRATA DECRETO N.º 063/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

DECRETO N.º 063/2015

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto Municipal n.º 063/2015, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição n.º 1760, de 11 de junho de 2015, p. 296 e 297, retifica-se a referido Decreto nos seguintes Termos:

Onde se lê:

“Crédito Adicional Suplementar”

Leia-se:

“Crédito Adicional Especial”

ERRATA LEI N.º 1.150/2015**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

LEI N.º 1.150/2015

Considerando erro de digitação na publicação da Lei Municipal n.º 1.150/2015, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição n.º 1757, de 08 de junho de 2015, p. 216 e 217, retifica-se a referida Lei nos seguintes Termos:

Onde se lê:

Projeto	2.050	Funcionamento e Manutenção do FMSB	7.000,00
---------	-------	------------------------------------	----------

Leia-se:

Projeto	2.054	Funcionamento e Manutenção do FMSB	7.000,00
---------	-------	------------------------------------	----------

PORTARIA Nº 082/2015

Portaria n.º 082, de 05 de maio de 2015.

“Contrata Enfermeira e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita PRISCILA GABRIELA DA CUNHA portadora do CPF nº 037.613.459-33 e RG nº 4.097.148, para desempenhar as funções de Enfermeira, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 030, de 13 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 13/04/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 083/2015

Portaria n.º 083, de 05 de maio de 2015.

“Contrata Operador de Trator de Pneu e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor MAURICIO MOTA portador do CPF nº 099.548.699-99 e RG nº 6.050.876, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 19 de janeiro 2015, homologado em 13 de março de 2015, para desempenhar as funções de

Operador de Trator de Pneu, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 030, de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 04/05/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 084/2015

Portaria n.º 084, de 18 de maio de 2015.

“Nomeia Assessor de Planejamento e da outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VÂNIO INÁCIO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.354.378, CPF nº 098.206.909-00, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Assessor de Planejamento, a partir de 18 de maio 2015.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 085/2015

Portaria n.º 085, de 22 de maio de 2015.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, designa a Comissão Processante e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e do que prevê a Lei Orgânica no art. 66, VII, IX, e XV, e considerando a Comunicação Interna nº 122/2015, da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo

Disciplinar a fim de apurar a prática de possível infração disciplinar pela servidora Jaqueline Serafim, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, portadora da matrícula nº 1666, concretizada de acordo com a narração da Senhora Secretária Municipal de Saúde:

“Prezada Senhora, Cumprimentado-a cordialmente, venho através deste, informar que na data do dia 11/05/2015, a funcionária Jaqueline Serafim, Auxiliar de Serviços Gerais do quadro dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde agrediu fisicamente uma mulher em frente à casa da Cidadania local onde trabalha. A funcionária ainda, no período noturno fez uma postagem em rede social confirmando a agressão conforme foto em anexo. Após a mesma dirigiu-se a sala do Marcio Kraus também funcionário da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, onde se ouviu gritos, batidas e ameaças conforme alegaram os profissionais da Casa da Cidadania que estavam trabalhando no local e os quais eu prefiro não citar os nomes. Somado ao incidente acima quero relatar que a mesma não vem exercendo a sua função conforme suas atribuições e que há alguns meses eu venho reunindo provas e que então achei que esse é o momento para apresentá-las. Observam-se os Estabelecimentos onde a mesma trabalha em condições precárias de limpeza, os banheiros não são limpos, as paredes não são limpas esta arranhada pelas cadeiras, a funcionária não limpa os vidros as janelas há meses, não retira os bichos e teias de aranhas dos estabelecimentos, permanece por muito tempo no telefone celular e por inúmeras vezes sentadas na recepção do Centro Odontológico. Há reclamações dos funcionários de todos os estabelecimentos onde a mesma deveria exercer a função de serviços gerais sobre as más condições de limpeza e cheiro, os funcionários ainda alegam que muitas das funções de limpeza e organização são eles que exercem para estar apresentável a população que frequenta esses Estabelecimentos. Ainda, a SMS já perdeu materiais de trabalho no Centro Odontológico devido às condições precárias de limpeza dos armários, como observado nas fotos que segue anexo, onde há várias caixas de luvas mofadas que não puderam ser mais reaproveitadas. Ainda quero relatar que eu já apanhei em ato a funcionária em horário de trabalho fazendo compras no Supermercado Vai e Vem. Solicito que sejam tomadas as medidas necessárias quanto à funcionária citada acima para que essas atitudes não venham mais a se repetir e que seja mantida ordem e respeito nos Estabelecimentos Públicos do Município de Leoberto Leal”.

Art. 2º Segundo o art. 155 do Estatuto dos Servidores, (Lei nº 418/90) “ constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão de servidor que comprometa a dignidade e o decoro da função pública, fira a disciplina e a hierarquia, prejudique a eficiência dos servidores públicos ou cause prejuízo, de qualquer natureza, à Administração”, ficando evidenciada pelos fatos narrados a possível prática pela servidora Jaqueline Serafim da infração prevista no art. 157, IV, 5 – ofensa física em serviço contra qualquer pessoa, salvo em legítima defesa e 13 – ineficiência desidiosa no exercício de suas atribuições.

Art. 3º Para conduzir o presente Processo Administrativo Disciplinar, designo a seguinte COMISSÃO, composta pelos servidores estáveis:

I – Eliziana Estevão Alves

Cargo: Professora

Matrícula: 332

Data de nomeação 21 de fevereiro de 2000

II– Josiani Caetano

Cargo: Auxiliar Administrativo

Matrícula: 701

Data de nomeação 1º de outubro de 2004

III – Silvânia Capistrano Lopes

Cargo: Assistente Administrativo

Matrícula: 583

Data de nomeação 1º de abril de 2003

IV – Valdir Longen

Cargo: Mecânico

Matrícula: 1256

Data de nomeação 22 de fevereiro de 2010

§ 1º A Comissão será presidida pela servidora Eliziana Estevão Alves.

§ 2º São suplentes da Comissão, cumprindo ao Presidente convocar qualquer deles na falta ou impedimento de titular.

Art. 4º As atividades do Processo Administrativo Disciplinar são prioritárias para os membros da Comissão e para toda a Administração no fornecimento de informações, documentos depoimentos por ela solicitadas.

Art. 5º A Comissão usará a sala multiuso, localizada na Casa da Cidadania, usando o período vespertino do expediente para dedicar-se as suas atividades, nas terças-feiras e sextas-feiras.

Art. 6º Fica designado à servidora Silvânia Capistrano Lopes para executar os serviços de digitação e procedimentos.

Art. 7º Assegurem-se a servidora processada os mais amplos meios legítimos de defesa, contratando advogado para sua defesa, se necessário.

Art. 8º O prazo de conclusão deste Processo Administrativo Disciplinar é de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Registre-se e Publique-se tudo dando ciência a servidora processada, Certificando-se por duas testemunhas suas negativas em tomar ciência dos atos processuais.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 086/2015

Portaria n.º 086, de 22 de maio de 2015.

“Afasta a Servidora que Menciona pelo prazo de 60 (sessenta) dias e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e do que prevê a Lei Orgânica no art. 66, VII, IX, e XV, e considerando a Comunicação Interna nº 122/2015, da Secretaria Municipal de Saúde e dada à necessidade de se evitar qualquer tumulto ou até agressões verbais e físicas,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, nos termos do art. 184 do Estatuto dos Servidores do Município de Leoberto Leal, no afastamento da Servidora Jaqueline Serafim, inscrita sob a matrícula nº 1666, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contra do recebimento e ciência desta Portaria, período em que responderá a Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º A servidora afastada deverá permanecer durante o afastamento a disposição da Comissão Processante, comunicando-lhe seus eventuais deslocamentos para fora do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 087/2015

Portaria n.º 087, de 22 de maio de 2015.
"Contrata Médico Plantonista e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 158/2000, e suas alterações e a Lei Complementar nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor FABRICIO MARQUES CORREA, portador do CPF nº 048.432.429-26 e RG nº 5.098.467-5, para desempenhar as funções de Médico Plantonista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 001, de 09 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 09/01/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 088/2015

Portaria nº 088, 22 de maio de 2015.
Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o protocolo nº 20721002.1.00081/97-3, nos assentamentos funcionais do servidor MAURI JOSÉ KREUSCH, detentor da matrícula nº 043 e do cargo de provimento efetivo de Motorista, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor MAURI JOSÉ KREUSCH, detentor da matrícula nº 043 e do cargo de provimento efetivo de Motorista, da Certidão de Tempo de Contribuição, expedida pelo INSS, sob o protocolo nº 20721002.1.00081/97-3, comportando 2.953 dias, correspondentes a 08 anos, 01 mês e 03 dias, de tempo de contribuição, referente aos períodos de 28/09/1977 a 30/09/1979 e 01/03/1984 a 30/03/1990, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 089/2015

Portaria nº 089 de 22 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a senhora DEBORA VENTURIN, servidora municipal inscrita sob a matrícula nº 1668, ocupante do cargo de Oficial Administrativo Contábil, portadora do CPF nº 025.969.929-22, RG. nº 3.410.068, para responder interinamente o cargo de Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 090/2015

Portaria n.º 090, de 22 de maio de 2015.
"Contrata Operador de Equipamentos II Retroescavadeira e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor CLAUDESON MARIAN portador do CPF nº 048.779.109-64 e RG nº 4.976.071, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 19 de janeiro 2015, homologado em 13 de março de 2015, para desempenhar as funções de Operador de Trator de Pneu, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 029, de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/04/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 091/2015

Portaria n.º 091, de 22 de maio de 2015.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ANA CLEIDE BACK, portadora do CPF nº 097.294.689-66 e RG nº 5.456.751, desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 026, de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/04/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 092/2015

Portaria n.º 092, de 22 de maio de 2015.
"Contrata Professora Substituta e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora INADRI HILLESHEIN, portadora do CPF nº 095.060.339-27 e RG nº 6.625.740, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Substituta, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 027, de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/04/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

Tipo: Menor Preço por Lote, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 014/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 26 de junho de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 12/06/2015.

ROBERTA OTTO
Secretária Municipal da Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

Tipo "Menor Preço" (por lote), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 029/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 26 de junho de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 12/06/2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 089.14

Contrato pml.089.14
Segundo Termo Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE 2.524,33M² NAS RUAS: RUA 17 DE NOVEMBRO, RUA 03 DE MAIO, RUA 1º DE AGOSTO; 840,00M DE MEIO-FIO E 19 BUEIROS; 6,00M² DE MURRO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO, NO BAIRRO VILA ALEMANHA – LOTEAMENTO TRITON, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/nº, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE, de um lado, e, de outro lado, POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.428.416/0001-80, neste ato representada por seu sócio administrador JOSÉ LUÍS POLICENO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.632.118 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 833.031.039-68, residente e domiciliado a Rua Prefeito José Acco, nº 250, Loteamento Dona Helena, no Município de Ibiracaré/SC, CEP 89.640-000, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência contratual até a data de 31 dezembro de 2015. O aditamento justifica devido ao atraso no repasse financeiro provenientes de Termo de Convênio firmado com o Governo do estado de Santa Catarina, com intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba. (Convênio Proposta Transferência nº 11503 e Programa de Transferência n. 2014002822 – Pavimentação e Drenagem Pluvial para o bairro Loteamento Triton).

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	JOSÉ LUÍS POLICENO DA SILVA POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECRETO 2050

DECRETO Nº 2050 de 11 de junho de 2015.

“ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.17, 18 e 19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificado, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à classificação orçamentária abaixo discriminada. criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade também abaixo especificada:

Rubrica de arrecadação:

4.24.7.2.99.00.01 - Convênio Loteamento Triton
Detalhamento: 110 - Convênio Loteamento Triton

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.01.15.451.0061.1053 - Pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte: 64 - Transferências de Convênios do Estado
.....R\$ 20.000,00
Detalhamento de Recursos: 110 - Convênio Loteamento Triton

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 28/2015 - IN

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 28/2015 – Inexigibilidade de Licitação
Objeto: Contratação de empresa que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos, reconhecidos e consagrados pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito regional e nacional, com duração mínima de 90 (noventa) minutos cada, que abrilhantarão a tradicional Festa: “25ª FESTA DO COLONO e 5ª MARACAJÁFEST”, que ocorrerá neste Município entre os dias 23 e 26 de julho de 2015

Contratado: BE Bento Centro de Eventos Ltda – ME CNPJ nº 15.556.796/0001-30

Valor: 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Base Legal: Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93

Justificativa: A Inexigibilidade justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome regional e nacional, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e crítica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

DECRETO 44/2015

Decreto nº 44 de 12 de JUNHO de 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2015, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CARGO DE AGENTE SOCIAL DO PELC NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73,

DECRETA:

Art. 1º Ficam Homologados as Inscrições do Processo Seletivo Nº 002/2015 para a contratação temporária no Cargo de Agente Social do Programa de Esporte e Laser na Cidade - PELC, publicado nesta data.

Art. 2º Determina a publicação de todos os candidatos inscritos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 12 de Junho de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO 002/2015
RELAÇÃO DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS
ORDENADO ALFABETICAMENTE

CARGO: Agente Social para a Oficina de Dança - Pelc		
DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
NR. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG
001	Amanda Fernandes Rocha Boaventura	4.878.705

Maracajá/SC, 12 de Junho de 2015.

Ednei Pedro Rocha

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

De acordo, homologo as inscrições acima em 12 de Junho de 2015:

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 59/2015

DECRETO Nº 59, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Nomeia membros do Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 4º da Lei Municipal nº 3.810, de 9 de dezembro de 2014,

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto nomeados os membros do Conselho Municipal de Cultura abaixo designados:

I - Representantes do Departamento de Cultura:

- a) Titular: Rosi Inácia Reichert.
- b) Suplente: Ordete Selig.

II - Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto:

- a) Titular: Roseméri Bruch Rodrigues da Silva.
- b) Suplente: Raquel Rollwagem.

III - Representante de segmentos culturais e artísticos ligados a Arquitetura e Urbanismo, Desing:

- a) Titular: Thais Trebien.
- b) Suplente: Camila Begrow.

IV- Representante de segmentos culturais e artísticos ligados a Música e Coral:

- a) Titular: Volmiro de Oliveira Marques Júnior.
- b) Suplente: Carlos Artur Müller.

V - Representante de segmentos culturais e artísticos ligados a Dança:

- a) Titular: Marli Fülber.
- b) Suplente: Jeferson de Quadros Moreira

VI - Representante de segmentos culturais e artísticos ligados ao Artesanato:

- a) Titular: Bernardo Barth.
- b) Suplente: Sônia Maria Brandão.

VII - Representante de segmentos culturais e artísticos ligados Artes Visuais, Audiovisual, Teatro:

- a) Titular: Cleber Luiz Zanotto.
- b) Suplente: Quimara Aparecida Wodzick Rossetto.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 recondução.

Art. 3º A atuação dos membros do Conselho não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

CO 27.2015 - DR. DANIEL DE VERGENNES JUNIOR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 27 / 2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 41/2014

INEXIGIBILIDADE nº. 1/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: DR. DANIEL DE VERGENNES JUNIOR

OBJETO: Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

VIGENCIA: 05.06.2015 a 31.12.2015

VALOR: R\$ 91,90 (noenta e um reais e noventa centavos) por hora plantão

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 012/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato n.º. 012/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.

Vigência: Início: 09/06/2015 Término: 29/06/2015

Data da assinatura: 03 de junho de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 013/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato n.º. 013/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.

Vigência: Início: 09/06/2015 Término: 29/06/2015

Data da assinatura: 03 de junho de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 014/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato n.º. 014/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.

Vigência: Início: 09/06/2015 Término: 29/06/2015

Data da assinatura: 03 de junho de 2015.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO 058/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 058/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEICULOS DO CORPO DE BOMBEIROS, conforme anexo. Data: 25/06/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal
Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100.

Fernando D. Teixeira
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 063 2012 ALESSANDRA HOEHN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 063 DE 19 DE JANEIRO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 127 de 02/12/2011,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Financeira do Instituto de Previdência Social de Navegantes – NAVEGANTESPREV -, simologia AT1, a senhora ALESSANDRA CRISTINA HOEHN.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 13/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2012.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2012.
Jonas de Souza
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 330 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 330 DE 12 DE JUNHO DE 2015
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3001 de 12/06/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 357.900,00 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil e Novecientos Reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
UNIDADE: 01 – Diretoria de Operações
15.451.0028 - 1.090 – Manejo de Águas Pluviais – Macro Drenagem Gravata
Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
199 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 99.990,00

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
UNIDADE: 04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 - 1.041 – Aquisição de Veículos para a Frota Municipal
Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
223 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
26.782.0021 - 1.042 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos p/ Secretaria de Obras
224 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 177.910,00

T O T A L R\$ 357.900,00

Art. 2.º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
UNIDADE: 03 – Diretoria de Pavimentações
26.782.0019 - 2.063 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pavimentações
Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
220 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
UNIDADE: 04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços
26.782.0021 - 2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal
225 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 107.900,00

T O T A L R\$ 357.900,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos dos Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC, 12 DE JUNHO DE 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN 081/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN 081/2015.

DATA: 11/06/2015.

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fornecedor: ALERTE AUTOMAÇÃO E RECORTES DE DIARIOS OFICIAIS LTDA.

CNPJ: Nº 08.689801/0001-18.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NAS ESFERAS ESTADUAL, TRABALHISTA E FEDERAL, BEM COMO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO (TRIBUNAIS SUPERIORES - CORTESIA).

VALOR: R\$ 3.600,00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações 8.666/93.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.
Navegantes, 11 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 118/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 118/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros Militar

Contratada.....: BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 20/06/2015.

Valor: R\$ 168.369,71 (cento e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos).

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: nº 06/2014.

Recursos : Dotação: 1.079 4.4.90.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando o Acréscimo de itens ao Contrato nº188/2014, referente à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para execução da Obra de Construção do Quartel da 2ª Companhia de Bombeiros Militar – Bairro São Domingos, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 06/2014.

Navegantes, 03 de junho de 2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FME Nº 06/2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FME Nº06/2015.

PROCESSO FME Nº 06/2015

Data: 11 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A FILIAÇÃO/PAGAMENTO DE ANUIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES COM A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO PARA QUE OS ATLETAS POSSAM TER VALIDADOS OS REGISTROS E INSCRIÇÕES NAS COMPETIÇÕES OFICIAIS PROMOVIDOS POR ESTA FEDERAÇÃO.

Empresa/Fornecedor: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO. CNPJ: 75.886.689/0001-00.

Valor: R\$ 7.000,00

FUNDAMENTO: Art. 25, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

LEI Nº 3001 DE 12 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 3001 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 357.900,00 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil e Novecientos Reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE: 01 – Diretoria de Operações

15.451.0028 - 1.090 – Manejo de Águas Pluviais – Macro Drenagem Gravata

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

199 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 99.990,00

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE: 04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 - 1.041 – Aquisição de Veículos para a Frota Municipal

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

223 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

26.782.0021 – 1.042 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos p/

Secretaria de Obras

224 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 177.910,00

T O T A L R\$ 357.900,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE: 03 – Diretoria de Pavimentações

26.782.0019 - 2.063 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pavimentações

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

220 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE: 04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 - 2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal

225 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 107.900,00

T O T A L R\$ 357.900,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos dos Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC., 12 DE JUNHO DE 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1714 PRORROGA TRABALHOS PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1714 DE 12 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (trinta) dias os trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 952 de 12 de março de 2015 para apurar possível abandono de cargo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 11/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1715 PRORROGA TRABALHOS COMISSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1715 DE 12 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (trinta) dias os trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n.º 951 de 12 de março de 2015 para apurar possível abandono de cargo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 12 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

RESOLUÇÃO Nº 05/2015, de 22 de abril de 2015.

CRIA NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE navegantes O BALCÃO DA CIDADANIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Navegantes-SC, no uso das atribuições, Resolve:

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Navegantes o Balcão da Cidadania.

Art. 2º Cabe ao Balcão da Cidadania:

I – fornecer declaração aos reconhecidamente pobres, nos termos da Lei Estadual nº 9172, de 23 de julho de 1993, alterada pelas Leis nº 9741, de 16 de novembro de 1994 e nº 10.569, de 07 de novembro de 1997;

II – prestar informações para garantir o pleno exercício da cidadania;

III – receber e encaminhar reclamações de atos contra o cidadão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 22 de abril de 2015.

Norma Espíndola (PR)

Presidenta

Alcídio Reis Pera (PSL)

Vice-Presidente

Donizete José da Silva (PSL)

1º Secretário

Alício Jacob RicobomFilho (PP)

2º Secretário

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 518/2015

PORTARIA Nº 518/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Junho/2015, á Servidora Pública Municipal YHASCARA AMORIM SILVA DE SOUZA, matrícula nº 20194, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 520/2015

PORTARIA Nº 520/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1.014/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MARCELA WOLF, matrícula nº 6407, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de junho de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARCELA WOLF, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Nicolau Nicolodi, nº 219, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.637.249-97, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de junho de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Marcela Wolf

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 521/2015

PORTARIA Nº 521/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", REALINA LIBARDO FANTINI, matrícula nº 6701, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV – Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, e 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV - Creche) no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 11 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, em Substituição a Titular Marilene Sborz Piazza, a afastada conforme atestado médico, datado de 09/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora REALINA LIBARDO FANTINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Anselmo Picolli, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.672.789-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV – Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, e 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV - Creche) no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Marilene Sborz Piazza, a afastada conforme atestado médico, datado de 09/06/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.304,18 (dois mil trezentos e quatro reais e dezoito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Realina Libardo Fantini
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 522/2015

PORTARIA Nº 522/ 2015
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", ELIZANGELA MARA ROZA, matrícula nº 6702, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 12 de junho de 2015 a 09 de julho de 2015, em Substituição a Titular Rosi Maria Tomasi Schmitt, a afastada conforme atestado médico, datado de 01/06/2015 (aguardando resultado pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELIZANGELA MARA ROZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Militão Costa, nº 105, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 061.472.489-95, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Rosi Maria Tomasi Schmitt, a afastada conforme atestado médico, datado de 01/06/2015 (aguardando resultado pericial).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (um mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 de junho de 2015 a 09 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato podrá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Elizangela Mara Roza

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Orleans

PREFEITURA

ABERTURA DE CONCURSO PUBLICO Nº002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICIPIO DE ORLEANS, através da Comissão de Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 3.734 de 01 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições para realização do Concurso Público para o Quadro Permanente do Município de Orleans, SC, inscrição conforme item 3, na forma que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Legislação do Município de Orleans, Emenda Constitucional nº 51 de 14/02/2006, Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006, Lei Federal nº 12.994 de 17/06/2014, Lei Complementar nº 1.957 de 09/05/2006, Lei Complementar Municipal nº 2.155/2007, Lei Complementar Nº 2349 de 21/12/2010, Lei Complementar nº 2.619 de 09/06/2015 e a Lei Complementar Municipal nº 1.929 de 20/12/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e as alterações subseqüentes e com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DOS CARGOS E VAGAS:

1.1. O candidato concorrerá a uma das vagas previstas neste Edital e para as vagas a serem criadas e que vagarem futuramente durante a validade deste Concurso Público, oferecidas para apenas um dos cargos/funções vagos, desde que seja idêntica daquela em que se inscreveu para o concurso, sendo contratados pelo regime estatutário e estão relacionados nos quadros a seguir:

NÍVEL SUPERIOR

Vagas	Cargo – Especialidade	Carga Horária semanal	Habilitações/ Escolaridade	Tipo de Prova	Remuneração
01+CR	Médico – Pediatra	20h	Nível superior em Medicina com registro no CRM e Certificado de Residência Médica em Pediatria ou Certificado de Especialista.	Objetiva	R\$ 5.905,15
01+CR	Médico– Psiquiatra	20h	Nível superior em Medicina com registro no CRM e Certificado de Residência Médica em Psiquiatria ou Certificado de Especialista da Associação Brasileira de Psiquiatria.	Objetiva	R\$ 5.905,15
01+CR	Fonoaudiólogo	20h	Nível Superior em Fonoaudiologia com Registro no Conselho ou Órgão competente	Objetiva	R\$ 1.535,33
01+CR	Assistente Social (CRAS)	40h	Nível Superior com Registro no Conselho ou Órgão competente	Objetiva	R\$ 3.633,94

CR= cadastro reserva

NÍVEL FUNDAMENTAL

Vagas	Cargo (Área de atuação)	Carga Horária semanal	Habilitações/ Escolaridade	Tipo de Prova	Remuneração
01+CR	Agente Comunitária de Saúde da Família	40h	Ensino Fundamental	Objetiva	R\$ 1.014,00
01+CR	Agente de Combate às Endemias	40h	Ensino Fundamental	Objetiva	R\$ 1.014,00

CR= cadastro reserva

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão exclusivamente presenciais, realizadas no período de 15/06/2015 a 14/07/2015, das 12h30min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no Departamento de Gestão Pessoas, localizado na Rua XV de Novembro, 282, Centro, Orleans SC, com o preenchimento do Requerimento de Inscrição, apresentação do comprovante do depósito da taxa de inscrição e demais documentos exigidos neste Edital. O candidato poderá acessar o sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.

Orleans, 12 de junho de 2015.

valdair DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão Permanente Concurso Público

AVISO Nº 02.2015 CHAMADA PUBLICA MERENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2015

PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE ORLEANS - SC, através da Secretaria Municipal de Educação - SME, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento ao estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação, para o período compreendido entre julho a setembro de 2015. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação para venda programada, até o 29/06/2015, às 16h00min horas, no Setor de Licitação, situada à Rua: XV de Novembro, 282 – Bairro Centro - Orleans, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 17:30, ou pelo fone (048) 3886.0100.

Orleans, 12 de Junho de 2015.

ELIETE BIANCO ZANINI DAMAZIO

Secretária de Educação

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2637

DECRETO Nº. 2637/2015

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA PROGRAMAÇÃO ALUSIVA AO 23º ANIVERSÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE OURO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Central Organizadora, com os seguintes membros:

I - Pedro Luiz Rebeschini - Presidente

II - Almeri Lourdes Festa - Vice Presidente

III - Dirceu Vitor Fabris - Secretário Financeiro

IV - Cassiê Fontana Santos - Coordenadora de Organização e Limpeza

V - Marcio Magedans - Secretário de Divulgação

VI - Luiz Carlos Roza - Comissão Técnica

VII - Nilson Santin - Comissão Técnica

VIII - Juliane Goulart - Comissão Técnica

Art. 2º Os membros da Comissão disposta no Art. 1º do presente Decreto não serão remunerados, por tratar-se de relevante serviço público;

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Ouro Verde, 11 de junho de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2638

DECRETO Nº. 2638/2015

Convoca a X Conferência Municipal de Assistência Social, e dá outras providências

A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Rosane Minetto Selig, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 22 de Junho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026", que ocorrerá no dia 22 de Junho de 2015, na Sede dos Veteranos, às 13h e 30min, na cidade de Ouro Verde – SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde, 11 de junho de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº0088

PORTARIA N.º 088/2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal Sr. CLOVIS RODIGHIERI, por prazo indeterminado a partir de 11 de Maio de 2015, conforme atestado Médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de junho de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Paial

PREFEITURA

PP 020/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 028/2015

Objeto: contratação de serviços e fornecimento de peças para recuperação do trator de esteira D41A-6 do município de Paial conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo I deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 25/06/2015

Abertura: 25/06/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 12 de junho de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1886/2015.

PORTARIA Nº. 1886/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MIRIAM JOSIANE SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 800923-01, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 08/04/2015, de acordo com às folhas 23.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 377/2015.

ATO Nº. 377/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NAGIBE EDNALDO DE PIERI, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor de Cultura, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 407/2015.

ATO Nº. 407/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE INALDO ASSIS DE ARAUJO, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 16/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 410/2015.

ATO Nº. 410/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR TATIANE REGINA LOPES, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 23/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1521/2015.

PORTARIA Nº. 1521/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLOS ALBERTO DA SILVA, matrícula nº. 500408-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/08/2008 a 03/08/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/04/2015 à 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1888/2015.**

PORTARIA Nº. 1888/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
400040-1	Luciano Pereira	R\$ 700,00
800258-1	Claudmir Jose Saibert	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 340/2015.**

ATO Nº. 340/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDERSON GIOVANI DE PAULO MELO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI,

Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 371/2015.**

ATO Nº. 371/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FLAVIO SCHMIDT, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito MunicipalCRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços CompartilhadosMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 372/2015.**

ATO Nº. 372/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR PALMIRA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito MunicipalCRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços CompartilhadosMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 373/2015.

ATO Nº. 373/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANA PAULA DE FREITAS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 22/01/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 374/2015.

ATO Nº. 374/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR EDENILSON CARLOS MENDES, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 23/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 375/2015.

ATO Nº. 375/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NAGIBE EDNALDO DE PIERI, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 376/2015.

ATO Nº. 376/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, o Ato nº. 222 de 15 de janeiro de 2015, de IVO ANTONIO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta, sendo que o mesmo não entrou em efetivo exercício do cargo.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 378/2015.

ATO Nº. 378/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE AMARAL DOS ANJOS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 379/2015.

ATO Nº. 379/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NICOLLE DE SOUSA AWAD, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 11/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 380/2015.**

ATO Nº. 380/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDERSON ANDRE DE ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 381/2015.**

ATO Nº. 381/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANA ODETE CARNEIRO NOBRE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de

novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 382/2015.**

ATO Nº. 382/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANA LAURA SALIBA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 16/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**ATO Nº. 383/2015.**

ATO Nº. 383/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR QUINTINO PEDRO GONÇALVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 384/2015.

ATO Nº. 384/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR BRUNO HENRIQUE FRANCISCO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 385/2015.

ATO Nº. 385/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALECIO ROCHA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 18/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 386/2015.

ATO Nº. 386/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NANCY RAQUEL ONORA DE DE ACEVEDO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de

novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 10/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 387/2015.

ATO Nº. 387/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CARLA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 06/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 388/2015.

ATO Nº. 388/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EVADIO FRANCISCO BROERING, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 389/2015.

ATO Nº. 389/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA SALETE RACHADEL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 18/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 390/2015.

ATO Nº. 390/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR IORUCLEA DE MORAES GEREMIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 15/01/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 391/2015.

ATO Nº. 391/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR SERGIO LUIZ THOLL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750,

de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 392/2015.

ATO Nº. 392/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RAFAEL MANOEL VIEIRA ALVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 13/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 393/2015.

ATO Nº. 393/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JEYSON KNABBEN DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 394/2015.

ATO Nº. 394/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOÃO BATISTA DA SILVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 395/2015.

ATO Nº. 395/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CARLOS ANTONIO AMARAL, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 396/2015.

ATO Nº. 396/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR CHARLES LUIZ LAZARI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 18/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 396/2015.

ATO Nº. 396/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR CHARLES LUIZ LAZARI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 18/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 397/2015.

ATO Nº. 397/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR TUANY SILVA MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 19/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 398/2015.

ATO Nº. 398/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR MARCELO DUTRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10

de julho de 2014, a contar de 12/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 399/2015.

ATO Nº. 399/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MAURECI BARCELOS DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 400/2015.

ATO Nº. 400/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE JONILDO FLORIANO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 401/2015.

ATO Nº. 401/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR VOLNEI MANRICH, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 26/02/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 402/2015.

ATO Nº. 402/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR CLAUDIO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 26/02/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 403/2015.

ATO Nº. 403/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FLAVIO JOSE DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 404/2015.

ATO Nº. 404/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JESSICA DOS PASSOS DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 05 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 405/2015.

ATO Nº. 405/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ELIANA MARIA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 406/2015.

ATO Nº. 406/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JULIANA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 23/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 408/2015.

ATO Nº. 408/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANGELA MANOELA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 23/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 409/2015.

ATO Nº. 409/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANA MARIA HAWERROTH, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26

de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 31/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 411/2015.
ATO Nº. 411/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR ANAPAUULA VIDAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 30/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 412/2015.
ATO Nº. 412/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR ILIETE OLGA GONZAGA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 413/2015.
ATO Nº. 413/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR RICHARD WELLINSON BALDOINO GOTERRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Municipal da Juventude, DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 23/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 414/2015.
ATO Nº. 414/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO OGEL LUIZ DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 416/2015.
ATO Nº. 416/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO KATHIANY DE SOUZA GHIZONI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 417/2015.
ATO Nº. 417/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Vice-Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, Nível Vice-Pres, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 418/2015.
ATO Nº. 418/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR OGEL LUIZ DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 419/2015.
ATO Nº. 419/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RODINEI CARLOS KUSTER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 27/03/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 420/2015.
ATO Nº. 420/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALTAIR JOÃO DA ROSA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 421/2015.
ATO Nº. 421/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ARISTIDES DOS ANJOS, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 422/2015.

ATO Nº. 422/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ANULAR, o Ato nº. 321, de 06 de fevereiro de 2015, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 423/2015.

ATO Nº. 423/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR AUREA ORMINIA DOS SANTOS DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 424/2015.

ATO Nº. 424/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO WANDERSON RODRIGO DIAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 425/2015.

ATO Nº. 425/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, JAQUELINE ELSA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 426/2015.

ATO Nº. 426/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR WANDERSON RODRIGO DIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 427/2015.
ATO Nº. 427/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AUREA ORMINIA DOS SANTOS DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 428/2015.
ATO Nº. 428/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR DIEGO BERKENBROCK MARTINS SENES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 14/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 429/2015.
ATO Nº. 429/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ITAMAR DA SILVA FILHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 430/2015.
ATO Nº. 430/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FATIMA MARTA SALVADOR LOPES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 06/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 431/2015.
ATO Nº. 431/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDERSON IMPERADOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de

2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 13/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 432/2015.

ATO Nº. 432/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CASSIA REGINA CAMPOS FURLAN, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 14/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 433/2015.

ATO Nº. 433/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DIEGO COELHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 434/2015.

ATO Nº. 434/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JEFERSON ELIAS WELTER, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 435/2015.

ATO Nº. 435/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DIEGO COELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 436/2015.

ATO Nº. 436/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JEFERSON ELIAS WELTER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 437/2015.
ATO Nº. 437/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO THUANY MARIA DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 438/2015.
ATO Nº. 438/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR JEANE MATTOS TEIXEIRA COSTA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 14/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 439/2015.
ATO Nº. 439/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR PEDRO DONIZETE DA CRUZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 440/2015.
ATO Nº. 440/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR DANIEL MEURER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 441/2015.
ATO Nº. 441/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR THUANY MARIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a

Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 442/2015.
ATO Nº. 442/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR ANDRE DA CONCEIÇÃO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 20/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 443/2015.
ATO Nº. 443/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR MARCELA PEREIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 06/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 444/2015.
ATO Nº. 444/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
NOMEAR ARIEL AUGUSTO MARTINS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 17/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 445/2015.
ATO Nº. 445/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO PAULO CESAR DE OLIVEIRA, do cargo de Provisão em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 446/2015.
ATO Nº. 446/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR PAULO CESAR DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 447/2015.

ATO Nº. 447/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALEX SANDRO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 24/04/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 448/2015.

ATO Nº. 448/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUCIAMAR BITTENCOURT ESPIDOLA, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 449/2015.

TO Nº. 449/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO WAGNER PAES FIGUEIREDO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 450/2015.

ATO Nº. 450/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR LOURIVAL MACHADO DE AMORIM, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 451/2015.

ATO Nº. 451/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CLAUDIOMAR PAZIN, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 04/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 452/2015.

ATO Nº. 452/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ARLINDO FERNANDES MORAES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº 1.792, de 06 de março de 2015, a contar de 28/04/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 453/2015.

ATO Nº. 453/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUANY DE SÁ MELO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 454/2015.

ATO Nº. 454/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NANCY RAQUEL ORONA DE AZEVEDO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 455/2015.

ATO Nº. 455/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUIZ GUILHERME LOPES DA SILVA FRAGOSO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 456/2015.

ATO Nº. 456/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR VALDEMAR DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº 1.820, de 04 de maio de 2015, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 457/2015.

ATO Nº. 457/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUANA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V Quadro de Pessoal da

Secretaria de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº 1.820, de 04 de maio de 2015, com efeitos a contar de 04/04/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 458/2015.

ATO Nº. 458/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DARLAN ROBERTO MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.820, de 04 de maio de 2015, com efeitos a contar de 29/04/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 459/2015.

ATO Nº. 459/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GUSTAVO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.820, de 04 de maio de 2015, com efeitos a contar de 27/04/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 460/2015.

ATO Nº. 460/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR PAULO CESAR DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.820, de 04 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº87/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº87/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.87/2015, no dia 26 de Junho de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº87/2015 tem como objeto aquisição de materiais e equipamentos a serem utilizados em medições pelo setor de Engenharia, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 12 de Junho de 2015. Pregoeiro.

EDITAL DE DOAÇÃO Nº 001/2015.**EDITAL DE DOAÇÃO Nº 001/2015**

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP, por seu Secretário Municipal, Sr. Edson Ghizoni, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os interessados que virem a presente divulgação ou dela tomarem conhecimento, que o Município de Palhoça do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 17, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/1993, está selecionando órgãos e entidade(s) filantrópica(s) para ser(em) beneficiário(s) com a doação de material inservível existente na Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP de Palhoça, conforme relação dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
01	Base para relê fotoelétrico 220V-10ª, com suporte em aço DF	123	1.115,00	Inservível
02	Braço comum de IP-Aço GF-D25x1000mm – Celesc (PROJ~1000MM)	181	186,00	Inservível
03	Braço decorativo de coluna, balanço 1250mm, CFE ETME 1.2.1	196	9,00	Inservível
04	Braço especial de IP-Aço GF-D48x3000mm com sapata (PROJ~2500MM)	183	40,00	Inservível
05	Braço especial de IP-Aço GF-D49x3000mm – Celesc (PROJ~2050MM)	182	43,00	Inservível
06	Chave para comando de IP, NA, 160/240V, 1x50A	121	52,00	Inservível
07	Cinta circular para poste em aço GF dim. 150mm – padrão Celesc	3328	1,00	Inservível
08	Cinta circular para poste em aço GF dim. 160mm – padrão Celesc	3329	1,00	Inservível
09	Cinta circular para poste em aço GF dim. 170mm – padrão Celesc	3330	1,00	Inservível
10	Cinta circular para poste em aço GF dim. 180mm – padrão Celesc	3331	5,00	Inservível
11	Cinta circular para poste em aço GF dim. 190mm – padrão Celesc	3332	2,00	Inservível
12	Cinta circular para poste em aço GF dim. 200mm – padrão Celesc	3333	36,00	Inservível
13	Cinta circular para poste em aço GF dim. 210mm – padrão Celesc	3334	13,00	Inservível
14	Cinta circular para poste em aço GF dim. 220mm – padrão Celesc	3335	77,00	Inservível
15	Cinta circular para poste em aço GF dim. 230mm – padrão Celesc	3336	11,00	Inservível
16	Cinta circular para poste em aço GF dim. 240mm – padrão Celesc	3337	5,00	Inservível
17	Luminária aberta para IP, lâmpada VM 80W/VS 70W, ETME 16.1.5-padrão Celesc	110	491,00	Inservível
18	Luminária blindada tartaruga, tipo 5, ETME 16.2.5	25	1,00	Inservível
19	Luminária décor em alumínio para lâmpadas VS/MVM até 150W, tipo 1, ETME 16.2.1 – Clivia	21	9,00	Inservível
20	Luminária Fechada para IP, VM 250/400W e VS 250W, ETME 16.1.4 – padrão Celesc	19	202,00	Inservível
21	Mão francesa perfilada – padrão Celesc	3372	1,00	Inservível
22	Parafuso de cab. Abaulada 16x150mm – padrão Celesc	3376	6,00	Inservível
23	Parafuso de cab. Abaulada 16x45mm – padrão Celesc	3374	3,00	Inservível
24	Parafuso de cab. Abaulada 16x70mm – padrão Celesc	3375	22,00	Inservível
25	Parafuso de cab. Quadr. 16x150mm com porca – padrão Celesc	3379	9,00	Inservível
26	Parafuso de cab. Quadr. 16x200mm com porca – padrão Celesc	3380	19,00	Inservível
27	Parafuso de cab. Quadr. 16x250mm com porca – padrão Celesc	3381	60,00	Inservível
28	Parafuso de cab. Quadr. 16x300mm com porca – padrão Celesc	3382	23,00	Inservível
29	Parafuso de cab. Quadr. 16x400mm com porca – padrão Celesc	3383	1,00	Inservível
30	Porca quadrada, rosca M16, dim. 24x24x13mm – padrão Celesc	3391	25,00	Inservível
31	Projeto circular emut. Solo, alum. Injet, MVM 150W, Base G12 ou RX7S	811	2,00	Inservível
32	Projeto ret. assim/simet-MVM/VS até 400W-Alum. Injet – Aloj Aux	83	12,00	Inservível
33	Projeto ret., alu injet, MVM/VS até 1000W; Base E-40, aloj para aux	82	1,00	Inservível
34	Projeto ret-lâmp descarga até 400W; E-40 ou E-27; alu fundido	84	117,00	Inservível
35	Reator ext baixas perdas para MVM 1000W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	117	10,00	Inservível
36	Reator ext baixas perdas para MVM 400W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	116	3,00	Inservível
37	Reator ext baixas perdas para VS 150W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	113	515,00	Inservível
38	Reator ext baixas perdas para VS 250W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	114	662,00	Inservível
39	Reator ext baixas perdas para VS 400W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	115	190,00	Inservível
40	Reator ext baixas perdas para VS 70W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	111	624,00	Inservível
41	Reator int. baixas perdas para MVM 1000W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	1013	8,00	Inservível
42	Reator int. baixas perdas para MVM 400W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	1012	2,00	Inservível
43	Reator int. baixas perdas para VS 150W, com ignitor, ETME 20	103	63,00	Inservível
44	Reator int. baixas perdas para VS 250W, 220V-60HZ, com ignitor, ETME 20	104	166,00	Inservível
45	Reator int. baixas perdas para VS 400W, 220V-60HZ, com ignitor	105	44,00	Inservível
46	Reator int. baixas perdas para VS 70W- ignitor-máx. (MM)127x89x70	101	20,00	Inservível
47	Relê fotoeletrônico NF, prot UV, 1800VA, Lig 10-15LUX, Desl 25Lux	124	6.016,00	Inservível
48	Poste concreto DT 9x300 (quebrado)	-	5,00	Inservível
49	Poste metal cônico 10m (quebrado)	-	1,00	Inservível

Os órgãos e entidades interessados deverão encaminhar correspondência destinada à Secretaria Municipal de Governo de Palhoça, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da presente divulgação na sede do Município e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. As entidades interessadas deverão comprovar serem instituições filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública pelo Município de Palhoça e comprovar a habilitação jurídica, bem como a regularidade fiscal e trabalhista, previstas nos artigos 28 e 29 da Lei 8.666/93. Promova-se a divulgação.

Palhoça/SC, 10 de junho de 2015.

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos de Palhoça – SESP

PORTARIA Nº. 1522/2015.

PORTARIA Nº. 1522/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAURA CRISTINA ANTONIO PEDRO, matrícula nº. 801467-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 06/04/2015 à 06/07/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1523/2015.

PORTARIA Nº. 1523/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAN PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula nº. 800874-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 17/04/2015 à 17/07/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1884/2015.

PORTARIA Nº. 1884/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora NELSA HELENA MAYER, matrícula nº. 802110-01, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 10/04/2015, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1885/2015.

PORTARIA Nº. 1885/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SIRLENE SILVA DA ROCHA, matrícula nº. 800599-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 06/04/2015, de acordo com às folhas 12.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1887/2015.

PORTARIA Nº. 1887/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ALEXANDRA BIANCA DE SOUZA, matrícula nº. 800923-01, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 10/04/2015, de acordo com às folhas 07.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1889/2015.

PORTARIA Nº. 1889/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAIANY MARTINS, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015**EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL.

Tipo da Licitação: MENOR PREÇO GLOBAL.

Entrega: 15 dias, a partir da requisição expedida pelo setor competente.

Local de Realização do Pregão: Sede da Câmara Municipal de Palhoça – Setor de Compras e Licitação, sito à Rua Joci José Martins, nº 101 – Loteamento Pagani – Palhoça – SC – CEP 88.132-282.

Na data e hora supra será aberta a sessão referente à licitação em tela para recebimento dos envelopes A “Proposta”, B “Habilitação”, Credenciamento. Caso o referido certame não tenha seu término até o horário de funcionamento da Câmara Municipal (19h00min horas), a licitação será suspensa e prosseguirá no primeiro dia útil posterior à data de abertura, em horário a ser definido pela Pregoeira.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA PODERÁ EXIGIR AMOSTRAS DO VENCEDOR, BEM COMO EFETUAR VISITA IN LOCO PARA VERIFICAR A QUALIDADE E CONDIÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO, E TAMBÉM SE OS MESMOS SÃO FABRICADOS DE ACORDO COM AS NORMAS PERTINENTES.

O Critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA torna público que, na data, horário, e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com critério de julgamento de Menor Preço Global, em conformidade com as disposições deste edital e respectivamente seus anexos.

1. EMBASAMENTO LEGAL:

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições das Leis nºs 8.666/93, 8.883/94; 10.520/02 e ulteriores alterações, Lei Complementar n.º123/2006.

1.2. Fica designado como pregoeiro (a) no processo licitatório pela modalidade PREGÃO PRESENCIAL e equipe de apoio, conforme portaria que faz parte integrante do processo licitatório em questão.

2.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA para a Câmara Municipal de Palhoça, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes do edital e seus anexos.

2.2. A contratação desta licitação será de acordo com as especificações constantes neste Edital.

2.3. O objeto desta licitação far-se-á mediante contrato entre a Câmara Municipal de Palhoça e a empresa vencedora do certame.

3. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO LOCAL DE ENTREGA:

3.1. O objeto deverá ser entregue respeitando-se o prazo de 15 dias, após a solicitação do Setor competente, bem como estar de acordo com as especificações constantes do Anexo I do presente edital.

3.2. O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
- b) Definitivamente após a verificação de exame quantitativo e qualitativo.

3.3. O exame qualitativo ficará condicionado às especificações constantes no presente edital.

3.4. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se a Câmara Municipal de Palhoça – SC o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o mesmo em condições satisfatórias ou não atendam às especificações deste Edital.

3.5. A entrega do objeto desta licitação deverá ser realizada no Setor de Compras e Licitação da requisitante.

3.6. O produto fornecido será inspecionado e conferido e as irregularidades de qualquer natureza, detectadas após as aferições retro mencionadas, obrigam a futura Contratada à imediata correção, sendo que na impossibilidade, o produto não aprovado deverá ser substituído, correndo às expensas da contratada, eventuais despesas advindas da solicitada correção/troca do produto que deverá ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação feita pela área requisitante.

3.7. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

4.1. Não serão admitidas nesta licitação empresas que operem sob regime de consórcio.

4.2. Não será permitida a subcontratação dos objetos desta licitação, bem como, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, os objetos contratados a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de Palhoça.

4.3. As proponentes se farão representar nesta licitação, e para todos os demais atos desta licitação, por procurador (es) com poderes específicos ou por seu (s) representante (s) legal (is), conforme item 5 deste edital.

4.4. Não serão aceitas pelo Pregoeiro quaisquer substituições aos documentos exigidos sob o título de “protocolo”.

4.5. Os documentos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por funcionário apto para tanto, à vista do original, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, podendo ser apresentado cópia juntamente com o original para autenticação do Pregoeiro ou equipe de apoio em até 1 dia antes da data marcada para o certame.

4.6. Todos os documentos deverão vir em língua portuguesa. No caso de origem estrangeira deverá vir acompanhado de tradução juramentada.

4.7. Poderão participar da licitação as empresas interessadas, doravante designadas proponentes, que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, vedada à participação de empresas:

- a) Declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração;
- b) Sob processo de concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação.

4.7.1. A Câmara Municipal de Palhoça poderá utilizar-se de meios de tecnologia de informação junto a sites oficiais ou outros meios legais admitidos, para consultar previamente a situação de empresas, conforme o item 4.7 acima.

5. CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES:

5.a. No dia, hora e local estipulado no preâmbulo, as proponentes deverão estar representadas por agentes credenciados, COM PODERES ESPECÍFICOS para formular lances verbais, bem como para a prática de todos os atos inerentes ao certame, portando documento pessoal de identificação, bem como documentação comprobatória dos poderes do CREDENCIANTE, mediante a apresentação dos elementos a que se refere a letra “b” deste item, para credenciamento junto ao pregoeiro. (Observação: o credenciamento deverá ser apresentado separadamente dos envelopes de proposta “A” e documentação “B”).

5.a.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (opção de modelo no Anexo II do Edital);
- c) O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;

d) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada;

e) A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, será entendida como renúncia ao direito de interpor recurso, uma vez, que não estará presente para motivar o recurso;

f) Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a firma deverá apresentar, JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO, Certidão da Junta Comercial Estadual de que é ME ou EPP, ou declaração sob penas da lei, de que usufrui do benefício da "Lei Complementar n.º 123/2006" (Declaração de Enquadramento ou Prova de Inscrição no SIMPLES).

5.1. DO CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, DOS ENVELOPES "A" PROPOSTAS, "B" DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

5.1.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada nos termos deste edital e legislação vigente.

5.1.2. Fica determinado que, para participação na presente licitação, os licitantes deverão entregar Credenciamento, envelope "A" Proposta e envelope "B" Documentação, de acordo com as datas e horários informados no preâmbulo deste Edital.

5.1.3. Deverão entregar ainda Declaração de Ciência, sob as penas das leis, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação (modelo anexo III).

5.1.4. No ato de encerramento da sessão os representantes serão informados que os envelopes de habilitação, fechados e lacrados, dos licitantes participantes e não vencedores do certame, ficarão a disposição para retirada após a contratação, no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, pelo período de 30 (trinta) dias, ao final dos quais serão destruídos pela Administração.

5.1.5. A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA- SC não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido neste edital. Caso o licitante opte pelo envio da proposta via correio ou similar a referida proposta, será aberta conjuntamente com as demais, ficando impedido a sua participação na etapa de lances verbais e desde já o mesmo ficará impedido de interpor recurso devido a sua ausência na sessão.

5.2. ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.2.1. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação deverão ser separados, fechados e indevassáveis, e conter ainda os seguintes dizeres em sua face externa.

ENVELOPE A

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE, CNPJ

ENDEREÇO

5.2.2. A proposta de preço deverá:

a) Ser apresentada em 1 (uma) via, impressa em papel timbrado da proponente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal, e deverá conter os seguintes elementos:

1. Indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico – se houver – bem como o nome e cargo de seu representante legal;

2. Ter validade não inferior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;

3. Apresentar cotação unitária e total de cada item, tendo como modelo a descrição dos objetos, expressos em algarismos com duas casas decimais, em moeda corrente do país; declarar no corpo da proposta que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, seguros, BDI e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a consecução do objeto do presente certame.

b) Conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

5.2.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e de seus anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.2.4.1. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

5.2.5. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e consequente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do

fornecimento do objeto da presente licitação, podendo o Pregoeiro sanear a proposta forma da Lei e do Regulamento.

5.2.6. Caso o prazo de validade da proposta não esteja indicado expressamente no corpo da mesma, fica estabelecido que este prazo será o estipulado no edital, no item 5.2.2, alínea "a", tópico "2", no caso 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua apresentação, na forma do artigo 6º da Lei Federal 10.520/2002.

6.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

a) Forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

c) Apresentarem preço simbólico, irrisório ou de valor zero;

d) Apresentarem proposta alternativa.

6.2. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

6.3. No caso que o licitante for empresa de ME ou EPP, o mesmo não poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 para a primeira série de lances, sendo que a partir da segunda série de lances o benefício poderá ser utilizado normalmente.

6.4. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará no declínio do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.5. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço global e o valor estimado para a contratação.

6.6. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de menor preço global.

6.7. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.8. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias.

6.9. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos pelo critério de menor preço.

6.10. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital e seus anexos, de acordo com o subitem 6.7.

6.11. Nas situações previstas nos subitens 6.5, 6.7 e 6.10, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. Da sessão de pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e os proponentes presentes.

6.13. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

6.14. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

6.15. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

6.16. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, por sorteio ou por convenção entre as partes empatadas.

6.16.1. Só haverá empate no caso de propostas escritas.

6.17. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

6.18. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.19. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante,

observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 6.11 e 6.12.

6.20. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

6.21. Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste certame.

7. HABILITAÇÃO:

7.1. Após o encerramento da primeira fase de lances verbais, com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste edital, proceder-se-á à abertura do envelope B, para análise dos documentos de habilitação da proponente primeira classificada e assim sucessivamente, para o vencedor dos demais lances, verificando-se sua documentação, quando o mesmo vencer o seu primeiro item.

7.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens 7.2.1. a 7.2.5., desde que atendidos os requisitos especificados nas OBSERVAÇÕES de "a" a "k", deste item (habilitação).

7.2.1. Habilitação Jurídica:

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

7.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

7.2.1.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

7.2.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2. Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou por balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de três meses da data de apresentação da proposta, devidamente registrados na Junta Comercial, onde fique comprovado o patrimônio líquido da empresa. No caso de Empresas recém criadas, que ainda não concluíram o primeiro balanço, poderá ser apresentado o balanço parcial ou o balanço de abertura.

7.2.2.1.1. Quando se tratar de Sociedade Anônima, esta deverá apresentar comprovante de publicação da documentação referida no item acima, no órgão de imprensa oficial.

7.2.2.1.2. Quando se tratar de Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Comissão de Licitação se reservará o direito de exigir a apresentação do Livro Diário em que o Balanço foi transcrito, para o efeito de verificação dos valores apresentados.

7.2.2.1.3. As empresas enquadradas na Lei Federal nº 9.317, de 05/12/96, microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as que optarem pelo regime de "Lucro Presumido" deverão apresentar a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, referente ao último exercício social, com o respectivo recibo de entrega, e, também, uma declaração do contador da empresa, mencionando a lei que enquadra a empresa na situação acima citada e Certidão da Junta Comercial comprovando que é ME ou EPP, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.2.2. Certidão negativa de pedido de falência e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

7.2.2.2.1. No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

7.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.2.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

7.2.3.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

7.2.3.4. Certidão atualizada de regularidade para com o Instituto Nacional de Seguro Social – CND.

7.2.3.5. Certidões de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela Secretaria da Receita Federal).

7.2.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 642-A do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.3.7. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

7.2.3.8. Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

7.2.3.8.1. Nas hipóteses em que os Municípios emitam as certidões de cadastro mobiliário e imobiliário separadamente, a licitante deverá apresentar ambas as certidões para atendimento do item acima.

7.2.4. Declaração de inexistência de fato impeditivo.

7.2.4.1. As proponentes deverão exibir declaração em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação do nome, cargo e RG, atestando, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo à sua habilitação (anexo VI).

7.2.5. Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil.

7.2.5.1. Declarar, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (modelo anexo V).

7.2.6. Dados do Fornecedor

7.2.6.1. A licitante apresentar junto com o envelope de documentos "Dados do Fornecedor", nos moldes do anexo IV deste certame.

OBSERVAÇÕES:

a) O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado

b) Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação;

c) A documentação exigida nos subitens do item 07 deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no CGC/CNPJ, Insc. Estadual e Insc. Municipal);

d) A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade também por esse meio, pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Palhoça.

e) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 90 (noventa) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame;

f) Só serão aceitos certificados de registro cadastral cujo objeto seja compatível com o objeto licitado;

g) Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas, exceto a proposta, para a qual deve ser observado o disposto no subitem 5.2.1;

h) Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório;

i) Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecimento no item 7 deste edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame

8.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão.

8.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma da legislação vigente, devendo ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no Setor de Licitação.

8.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.3. Dos atos do Pregoeiro neste Processo Licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

8.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

8.7. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no Setor de Licitação, observado o disciplinamento do item 8.3;

8.8. Declarada a vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões e de igual prazo para as contrarrazões, com imediata intimação de todas as presentes e assegurada também imediata vista dos autos.

8.8.1. A petição de recurso poderá ser feita na própria sessão.

8.8.2. A falta de manifestação, nos termos do subitem 8.8. importará na decadência do direito de recurso.

8.9. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações desta Municipalidade.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

9.1. A homologação e Adjudicação, em favor da(s) licitante(s) declarada (s) Vencedora (s) nesta licitação, serão feitas pela autoridade competente, após recebimento do processo concluído pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

9.2. A homologação do resultado desta licitação não obriga a administração à aquisição do objeto licitado, o que somente far-se-á mediante necessidade.

10.1. A licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato, cuja minuta encontra-se no Anexo VIII, no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação e/ou contato telefônico, na forma do art. 64 da Lei nº 8.666/93.

10.2. Caso a notificação não seja atendida pela adjudicada, sem prejuízo de enquadrá-la nas penalidades legalmente estabelecidas, o Contratante poderá optar pela convocação das demais proponentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, caso entenda necessário.

11. RECEBIMENTO:

11.1. O objeto desta licitação será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

11.2. O objeto desta licitação deverá ser apresentado na unidade requisitante, acompanhado da fatura ou nota fiscal-fatura.

11.3. Se a qualidade do objeto apresentado não corresponder às especificações do edital, aquele será rejeitado, aplicando-se as penalidades cabíveis.

11.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade dos objetos com as especificações;

b) Definitivamente após a verificação de exame quantitativo e qualitativo.

11.5. O exame qualitativo ficará condicionado às especificações constantes no presente edital.

12.1. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado em 30 (trinta) dias, de acordo com a entrega efetuada, devendo a Contratada emitir as respectivas faturas que, devidamente comprovado e atestado pelo Órgão Gestor do objeto desta licitação.

12.1.2. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da adjudicatária, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

12.1.3. Nenhum pagamento isentará a LICITANTE das responsabilidades assumidas nesta licitação, quaisquer que sejam, nem implicará no recebimento definitivo.

12.1.4. Nas notas fiscais/faturas deverá constar o número do procedimento licitatório que originou a aquisição.

12.1.5. As Notas Fiscais que se apresentarem sem assinatura do funcionário competente do Órgão Gestor do objeto desta licitação, ou que estas estejam assinadas por pessoa não credenciada, não serão pagas pela Câmara Municipal de Palhoça.

12.2. REAJUSTE DE PREÇOS:

12.2.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

12.2.2. Hipóteses de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro somente serão analisadas em acordo com o disposto pela Lei Federal n.º 8.666/93, devendo o pedido do mesmo ser apresentado por escrito, juntamente com planilha estimada de custos e todos os documentos comprobatórios do reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro solicitado, sendo que o reajuste somente poderá ser requisitado após 12 (doze) meses da contratação e o reequilíbrio econômico-financeiro a qualquer tempo desde que devidamente comprovado por documentação competente.

13. PENALIDADES:

13.1. São aplicáveis às sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

13.2. Multa a ser estipulada pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente "receber a nota de empenho", dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Palhoça – SC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

13.3. Multa, por atraso: 1,0% (um por cento) por dia de atraso na entrega programada, não superior a 20% (vinte por cento), a qual incidirá sobre o valor da quantidade que deveria ser entregue.

13.4. Multa, por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

13.5. Multa, de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes dos ajustes, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual indicará sobre o valor do contrato.

13.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

13.7. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Câmara Municipal de Palhoça. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

13.8. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a ocorrência das hipóteses a seguir listadas acarretará a aplicação da penalidade especificada.

13.9. À proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, apresentar proposta superfaturada, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Palhoça – SC, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de aplicação das penalidades do artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002 cc. artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

14.1. A contratada, no decorrer da execução do contrato, obriga-se a:

14.1.1. Executar o objeto licitado e responsabilizar-se pela qualidade do mesmo.

14.1.2. Executar diretamente o objeto da contratação, conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

14.1.3. Responder pelos encargos tributários, previdenciários, trabalhistas, referentes ao serviço executados por seus empregados, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que o mesmo não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

14.1.4. Permitir ao CONTRATANTE, quando este entender indispensável, a fiscalização de documentação pertinente visando ao cumprimento do inciso anterior.

14.1.5. Comparecer, sempre que solicitada, à Sede do Contratante, em horário por esta estabelecida, a fim de receber e fornecer informações, instruções e acertar providências, incidindo a CONTRATADA, no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada neste contrato.

14.1.6. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar o CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato; bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento.

14.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.

14.1.8. Cumprir todas as especificações previstas no Edital do Presente Pregão Presencial, que deu origem ao presente instrumento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

15.1. O CONTRATANTE, durante a execução do contrato deverá:

15.1.1. Dar ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

15.1.2. Atestar a execução do objeto do contrato por meio da fiscalização do Contrato.

15.1.3. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

16.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2015, conforme abaixo discriminado:

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Eventuais impugnações ao edital e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas nos dias úteis, das 13h00min às 18h00min, no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, sito à Rua Joci José Martins, nº 101 – Bairro Passa Vinte – Loteamento Pagani – Palhoça - SC, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e seguintes.

17.1.1. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CGC ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).

17.2. Informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.

a) Questões Diversas poderão ser obtidas no Setor de Licitações, telefone nº (0**48) 32421501 – R. 1212 – Fax: (0**48) 32421501, no horário das 13h00min às 17h00min.

b) As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

17.3. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Palhoça – SC, observadas as disposições do § 6º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.4. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.5. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Palhoça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário;

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Palhoça - SC.

17.9. As empresas que retirarem o edital por meio eletrônico serão responsáveis pelo envio do aviso de recebimento ao Pregoeiro. Se não enviado este aviso, a empresa poderá não ser notificada sobre eventuais alterações do presente edital ou informações prestadas pela Pregoeira.

17.10. A Câmara Municipal de Palhoça poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, sem que assista à contratada o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, e outras normas aplicáveis ao presente certame.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

17.12. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente "receber a nota de empenho", dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. nº 81 desta Lei e cláusula nº 13 do edital.

17.13. A Câmara Municipal de Palhoça, reserva-se no direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

17.14. Quaisquer dúvidas quanto à redução entre os lances serão resolvidas pela pregoeira e sua equipe de apoio.

18.1. O caderno de licitação é composto de edital e seus anexos e é fornecido gratuitamente na Câmara Municipal de Palhoça, sito à Rua Joci José Martins, nº 101 – Bairro Passa Vinte – Loteamento Pagani – Palhoça - SC – Setor de Licitação, de 2ª a 6ª feiras, no horário das

13h00min às 18h00min e disponível integral e gratuitamente pela Internet, no seguinte site: www.cmp.sc.gov.br.

18.2. Integram o presente edital os seguintes anexos:

- I- Quantitativo e Especificações;
- II- Termo de Credenciamento;
- III- Declaração de Ciência;
- IV- Dados do Responsável para assinatura do Contrato;
- V- Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil;
- VI- Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- VII- Formulário Proposta; VIII- Minuta do Contrato.

18.3. Seguem abaixo os endereços dos Órgãos citados neste edital para informações e esclarecimentos, concernentes ao objeto desta licitação:

a) Para retirada do caderno de licitação:

Setor de Licitação

Rua Joci José Martins, 101 – Passa Vinte – Loteamento Pagani – Palhoça - SC

Horário de Funcionamento: das 13h00minh às 18h00m.

Tel.: (48) 3242-1501- Ramal 1212 - Fax: (48) 32421501

b) Para pedidos de esclarecimentos, protocolo de recursos de qualquer natureza e Sala da Sessão Pública:

Setor de Licitação

Rua Joci José Martins, 101 – Passa Vinte – Loteamento Pagani – Palhoça - SC

Horário de Funcionamento: das 13h00minh às 18h00m.

Tel.: (48) 3242-1501- Ramal 1212 - Fax: (48) 32421501

Correio eletrônico: licitação@cmp.sc.gov.br

c) Órgão Gestor

Câmara Municipal de Palhoça

Rua Joci José Martins, 101 – Passa Vinte – Loteamento Pagani – Palhoça - SC

Horário de Funcionamento: das 13h00minh às 18h00m.

Tel.: (48) 3242-1501- Ramal 1212 - Fax: (48) 32421501

Correio eletrônico: licitação@cmp.sc.gov.br

18.4. No ato do recebimento do “Caderno de Licitação”, deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

Palhoça/SC, 12 de Junho de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho

Presidente

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

PLANILHA DISCRIMINATIVA

1. FINALIDADE

1.1. A finalidade deste ANEXO é preconizar as condições, independentemente de outras exigências integrantes deste EDITAL, para ensejar a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para a Câmara Municipal de Palhoça, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes do edital e seus anexos.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Nº	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	02	un	<p>Notebook com as seguintes configurações:</p> <p>Processador com 2 núcleos, com cachê inteligente de 3 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 2.7 GHz, numero de theades: 4 , instruções 64 bit</p> <p>Tela 14" tipo LED com resolução de 1366X768</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbs</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>2 USB 3.0</p> <p>1 USB 2.0</p> <p>Adaptador Bluetooth integrado</p> <p>Placa de Video integrada</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 1TB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado padrão ABNT</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>
02	30	un	<p>Computador All in one com as seguintes características:</p> <p>Processador com 4 núcleos, com cachê inteligente de 6 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 3.5 GHz, numero de threads: 4 , instruções 64 bits</p> <p>Tela IPS Widescreen 23" Full HD com iluminação por Led e resolução de 1920X1080</p> <p>Placa mãe compatível com o processador.</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbs</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>4 USB 3.0</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 500GB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Placa de Video integrada com até 2gb de memoria gráfica dedicada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado sem fio multimídia ABNT2 com controle de volume</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Caixa de som acústica 250 PMPO</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>
03	10	un	<p>FONTE ATX</p> <p>Padrão: ATX 12V</p> <p>Tensão de Entrada: 115~230V Chaveado</p> <p>Potência Real: 250W</p> <p>Conector SATA: 2 Conectores</p>
04	03	un	<p>PLACA MAE</p> <p>Plataforma: Intel Socket LGA 1150 Contatos</p> <p>Memória: 2 x 1.5V DDR3 DIMM sockets supporting up to 16 GB of system memory ; Dual channel memory architecture; Support for DDR3 1333/1066/800 MHz memory modules</p> <p>Som: Integrado 5.1</p> <p>Vídeo: Integrado</p> <p>Rede: Integrado 10/100/1000 mbps</p> <p>Portas / Slots de Expansão: 1 x PCI Express x16 slot Gen2.0 slot; 2 x PCI Express x1 slots</p> <p>Formato / Medidas: Micro ATX Form Factor; 22.6cm x 17.4cm</p> <p>Armazenamento: 4 x SATA 3Gb/s conectores</p> <p>USB: Até 8 portas USB 2.0/1.1</p>

05	03	un	PROCESSADOR DE 4 NÚCLEOS Número de núcleos: 4 Nº de threads: 4 Velocidade do relógio: 3.4 GHz Frequência turbo max: 3.8 GHz DMI 5 GT/s Conjunto de instruções: 64-bit Litografia: 22 nm TDP máximo: 77 W
06	08	un	PENTE DE MEMORIA Tecnologia DDR3 240-pin Capacidade de 8GB Mecânica DIMM Font Side Bus 1600 mhz
07	08	un	DISCO DE ARMAZENAMENTO INTERNO Disco rígido interno com capacidade formatada de 1000 GB ou superior, velocidade de rotação de 7200 RPM, taxa de transferência de 300 MB/s, memória buffer de 16 MB e com interface SATA III com cabo de dados e de energia padrão SATA
08	05	un	ESTABILIZADOR DE TENSAO Tipo: Estabilizador Bivolt Cor: Preto Potência Nominal: 500VA Tensão de Entrada: 115 - 220V Tensão de Saída: 115V Número de Tomadas: 6 Leds Indicativos de Tensão: Sim Aplicações: computadores, impressora à jato de tinta, áudio e vídeo. Tomada: Novo padrão conforme norma brasileira NBR 14136:2002
09	15	un	TECLADO PARA COMPUTADOR Teclado multimídia com padrão abnt2 110 teclas de acesso rápido, Cabo de 1,30 metros e conexão USB
10	15	un	MOUSE PARA COMPUTADOR Mouse do tipo óptico, na cor preta resolução de no mínimo 400 dpi. O tipo de conexão deverá ser USB, extensão mínima o cabo 1,30m
11	01	un	ENCADERNADORA E COLOCADORA DE ESPIRAL CONJUGADA Perfuração Manual e colocação de espiral elétrica Extensão de perfuração: 360mm Comprimento: 358mm Largura: 397 Capacidade de perfuração: 20 fls Capacidade de colocação: até 20mm Voltagem: 220v

3. CRONOGRAMA DE ENTREGA:

ENTREGA: objeto deverá ser entregue em até 15 dias após a solicitação do Setor competente, bem como estar de acordo com as especificações constantes do Anexo I do presente edital.

4. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados à vista da nota fiscal eletrônica apresentada quando da entrega, por intermédio de crédito em conta corrente a ser informada pela licitante vencedora, em 30 (trinta) dias após a efetiva entrega, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo órgão licitante, atendendo as reclamações, durante todo o período de garantia.

Palhoça, 12 de Junho de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho
Presidente

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (Nome da Empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº, inscrição estadual nº e inscrição municipal sob o nº, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de,

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Endereço Eletrônico:									
Responsável pela Assinatura do Contrato (se sócio nos termos do contrato social) ou seu Representante Legal através de Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida:									
Nome:									
RG nº:		Órgão Expedidor:		CPF Nº					
Estado Civil:		Profissão							
End. Residencial Completo:									
Bairro:		Cidade		UF					
CEP									
Qualificação: () Sócio: cargo/função () () Representante Legal:									
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA (PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE)									
BANCO:									
AGÊNCIA:									
NUMERO DA CONTA:									

_____, ____ de Junho de 2015.

Assinatura do Representante Legal

(Observação: anexar no envelope "B" – habilitação)

(se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)

Razão Social:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Telefone: Fax:

CNPJ nº Inscrição Estadual:

E-mail:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL

A
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – SC.
RUA JOCI JOSÉ MARTINS, 101 – PASSA VINTE – PALHOÇA - SC
A/C – PREGOEIRO.
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2015.

A empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº, inscrição estadual nº, com sede (endereço completo), no Município de, representada pelo seu (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG. nº e do CPF. nº, residente e domiciliado na(endereço completo), na cidade de, atendendo as formalidades constantes do Edital Completo do Pregão Presencial nº 004/2015, da Câmara Municipal de Palhoça, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99).

Local e data da abertura

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

(Observação: anexar no envelope "B" – habilitação)

(se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)

Razão Social:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Telefone: Fax:

CNPJ nº Inscrição Estadual:

E-mail:

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – SC.
RUA JOCI JOSÉ MARTINS, 101 – PASSA VINTE – PALHOÇA - SC
A/C – PREGOEIRA.
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

A empresa , pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº , inscrição estadual nº , com sede (endereço completo), no Município de , representada pelo seu (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG. nº e do CPF. nº , residente e domiciliado na (endereço completo), na cidade de , atendendo as formalidades constantes do Edital Completo do Pregão Presencial nº ____/2015 da Câmara Municipal de Palhoça, DECLARA, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes impeditivos à participação na presente licitação.

Local e data da abertura

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

(Observação: anexar no envelope “B” – habilitação)

ANEXO VII

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE (se a empresa não possuir papel timbrado, descrever como abaixo)

Razão Social:

CNPJ nº: Insc. Estadual nº:

Telefone: Fax:

Endereço: Cidade:

PROPOSTA DE PREÇOS

A
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – SC.
RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101 – PASSA VINTE – PALHOÇA - SC.
A/C – PREGOEIRA.
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, para a Câmara Municipal de Palhoça, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes do edital e seus anexos.

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, o edital e seus anexos, e tomamos conhecimentos de suas condições e obrigações, apresentamos a seguinte proposta:

Nº	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	Marca	Valor Unitário	Valor total
01	02	un	<p>Notebook com as seguintes configurações:</p> <p>Processador com 2 núcleos, com cachê inteligente de 3 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 2.7 GHz, numero de theades: 4 , instruções 64 bit</p> <p>Tela 14" tipo LED com resolução de 1366X768</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbs</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>2 USB 3.0</p> <p>1 USB 2.0</p> <p>Adaptador Bluetooth integrado</p> <p>Placa de Video integrada</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 1TB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado padrão ABNT</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>			
02	30	un	<p>Computador All in one com as seguintes características:</p> <p>Processador com 4 núcleos, com cachê inteligente de 6 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 3.5 GHz, numero de threads: 4 , instruções 64 bits</p> <p>Tela IPS Widescreen 23" Full HD com iluminação por Led e resolução de 1920X1080</p> <p>Placa mãe compatível com o processador.</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbs</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>4 USB 3.0</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 500GB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Placa de Video integrada com até 2gb de memoria gráfica dedicada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado sem fio multimídia ABNT2 com controle de volume</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Caixa de som acústica 250 PMPO</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>			
03	10	un	<p>FONTE ATX</p> <p>Padrão: ATX 12V</p> <p>Tensão de Entrada: 115~230V Chaveado</p> <p>Potência Real: 250W</p> <p>Conector SATA: 2 Conectores</p>			
04	03	un	<p>PLACA MAE</p> <p>Plataforma: Intel Socket LGA 1150 Contatos</p> <p>Memória: 2 x 1.5V DDR3 DIMM sockets supporting up to 16 GB of system memory ; Dual channel memory architecture; Support for DDR3 1333/1066/800 MHz memory modules</p> <p>Som: Integrado 5.1</p> <p>Vídeo: Integrado</p> <p>Rede: Integrado 10/100/1000 mbps</p> <p>Portas / Slots de Expansão: 1 x PCI Express x16 slot Gen2.0 slot; 2 x PCI Express x1 slots</p> <p>Formato / Medidas: Micro ATX Form Factor; 22.6cm x 17.4cm</p> <p>Armazenamento: 4 x SATA 3Gb/s conectores</p> <p>USB: Até 8 portas USB 2.0/1.1</p>			

05	03	un	PROCESSADOR DE 4 NÚCLEOS Número de núcleos: 4 Nº de threads: 4 Velocidade do relógio: 3.4 GHz Frequência turbo max: 3.8 GHz DMI 5 GT/s Conjunto de instruções: 64-bit Litografia: 22 nm TDP máximo: 77 W			
06	08	un	PENTE DE MEMORIA Tecnologia DDR3 240-pin Capacidade de 8GB Mecânica DIMM Font Side Bus 1600 mhz			
07	08	un	DISCO DE ARMAZENAMENTO INTERNO Disco rígido interno com capacidade formatada de 1000 GB ou superior, velocidade de rotação de 7200 RPM, taxa de transferência de 300 MB/s, memória buffer de 16 MB e com interface SATA III com cabo de dados e de energia padrão SATA			
08	05	un	ESTABILIZADOR DE TENSAO Tipo: Estabilizador Bivolt Cor: Preto Potência Nominal: 500VA Tensão de Entrada: 115 - 220V Tensão de Saída: 115V Número de Tomadas: 6 Leds Indicativos de Tensão: Sim Aplicações: computadores, impressora à jato de tinta, áudio e vídeo. Tomada: Novo padrão conforme norma brasileira NBR 14136:2002			
09	15	un	TECLADO PARA COMPUTADOR Teclado multimídia com padrão abnt2 110 teclas de acesso rápido, Cabo de 1,30 metros e conexão USB			
10	15	un	MOUSE PARA COMPUTADOR Mouse do tipo óptico, na cor preta resolução de no mínimo 400 dpi. O tipo de conexão deverá ser USB, extensão mínima o cabo 1,30m			
11	01	un	ENCADERNADORA E COLOCADORA DE ESPIRAL CONJUGADA Perfuração Manual e colocação de espiral elétrica Extensão de perfuração: 360mm Comprimento: 358mm Largura: 397 Capacidade de perfuração: 20 fls Capacidade de colocação: até 20mm Voltagem: 220v			
VALOR TOTAL DOS ITENS 01 A 11 – VALOR GLOBAL						
R\$ _____,____(_____)						

Declaramos que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, seguros, BDI, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a consecução do objeto do presente certame.

A validade da proposta será de 30 (trinta) dias, contados a partir da abertura dos envelopes propostas.

_____, ____ de _____ de 2015.

Nome:

Cargo:

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO - CONTRATO Nº XX/2015

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2015.

DAS PARTES CONTRATANTES:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC.
ENDEREÇO: RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101 – PASSA VINTE.
CIDADE: PALHOÇA – SC
CEP: 88132-282
CNPJ: 75.813.675/0001-59.
INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA

FONE: (0XX48) 3242-1501 FAX: (0XX48) 3242-1492
 REPRESENTANTE LEGAL: OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO – PRESIDENTE

CONTRATADA:
 ENDEREÇO:
 CIDADE:
 CEP:
 CNPJ:
 INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 FONE/FAX:
 REPRESENTANTE LEGAL:
 R. G.:
 CPF/MF:
 E-MAIL:
 BANCO:
 CONTA CORRENTE:
 AGÊNCIA:

1. O Presente Contrato objetiva a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para a Câmara Municipal de Palhoça, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes do edital e seus anexos.

Nº	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	02	un	<p>Notebook com as seguintes configurações:</p> <p>Processador com 2 núcleos, com cachê inteligente de 3 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 2.7 GHz, numero de theades: 4 , instruções 64 bit</p> <p>Tela 14" tipo LED com resolução de 1366X768</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbps</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>2 USB 3.0</p> <p>1 USB 2.0</p> <p>Adaptador Bluetooth integrado</p> <p>Placa de Video integrada</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 1TB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado padrão ABNT</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>
02	30	un	<p>Computador All in one com as seguintes características:</p> <p>Processador com 4 núcleos, com cachê inteligente de 6 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 3.5 GHz, numero de threads: 4 , instruções 64 bits</p> <p>Tela IPS Widescreen 23" Full HD com iluminação por Led e resolução de 1920X1080</p> <p>Placa mãe compatível com o processador.</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbps</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>4 USB 3.0</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 500GB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Placa de Video integrada com até 2gb de memoria gráfica dedicada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado sem fio multimídia ABNT2 com controle de volume</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Caixa de som acústica 250 PMPO</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>
03	10	un	<p>FONTE ATX</p> <p>Padrão: ATX 12V</p> <p>Tensão de Entrada: 115~230V Chaveado</p> <p>Potência Real: 250W</p> <p>Conector SATA: 2 Conectores</p>

04	03	un	<p>PLACA MAE</p> <p>Plataforma: Intel Socket LGA 1150 Contatos</p> <p>Memória: 2 x 1.5V DDR3 DIMM sockets supporting up to 16 GB of system memory ; Dual channel memory architecture; Support for DDR3 1333/1066/800 MHz memory modules</p> <p>Som: Integrado 5.1</p> <p>Vídeo: Integrado</p> <p>Rede: Integrado 10/100/1000 mbps</p> <p>Portas / Slots de Expansão: 1 x PCI Express x16 slot Gen2.0 slot; 2 x PCI Express x1 slots</p> <p>Formato / Medidas: Micro ATX Form Factor; 22.6cm x 17.4cm</p> <p>Armazenamento: 4 x SATA 3Gb/s conectores</p> <p>USB: Até 8 portas USB 2.0/1.1</p>
05	03	un	<p>PROCESSADOR DE 4 NÚCLEOS</p> <p>Número de núcleos: 4</p> <p>Nº de threads: 4</p> <p>Velocidade do relógio: 3.4 GHz</p> <p>Frequência turbo max: 3.8 GHz</p> <p>DMI 5 GT/s</p> <p>Conjunto de instruções: 64-bit</p> <p>Litografia: 22 nm</p> <p>TDP máximo: 77 W</p>
06	08	un	<p>PENTE DE MEMORIA</p> <p>Tecnologia DDR3 240-pin</p> <p>Capacidade de 8GB</p> <p>Mecânica DIMM</p> <p>Font Side Bus 1600 mhz</p>
07	08	un	<p>DISCO DE ARMAZENAMENTO INTERNO</p> <p>Disco rígido interno com capacidade formatada de 1000 GB ou superior, velocidade de rotação de 7200 RPM, taxa de transferência de 300 MB/s, memória buffer de 16 MB e com interface SATA III com cabo de dados e de energia padrão SATA</p>
08	05	un	<p>ESTABILIZADOR DE TENSAO</p> <p>Tipo: Estabilizador Bivolt</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Potência Nominal: 500VA</p> <p>Tensão de Entrada: 115 - 220V</p> <p>Tensão de Saída: 115V</p> <p>Número de Tomadas: 6</p> <p>Leds Indicativos de Tensão: Sim</p> <p>Aplicações: computadores, impressora à jato de tinta, áudio e vídeo.</p> <p>Tomada: Novo padrão conforme norma brasileira NBR 14136:2002</p>
09	15	un	<p>TECLADO PARA COMPUTADOR</p> <p>Teclado multimídia com padrão abnt2 110 teclas de acesso rápido, Cabo de 1,30 metros e conexão USB</p>
10	15	un	<p>MOUSE PARA COMPUTADOR</p> <p>Mouse do tipo óptico, na cor preta resolução de no mínimo 400 dpi. O tipo de conexão deverá ser USB, extensão mínima o cabo 1,30m</p>
11	01	un	<p>ENCADERNADORA E COLOCADORA DE ESPIRAL CONJUGADA</p> <p>Perfuração Manual e colocação de espiral elétrica</p> <p>Extensão de perfuração: 360mm</p> <p>Comprimento: 358mm</p> <p>Largura: 397</p> <p>Capacidade de perfuração: 20 fls</p> <p>Capacidade de colocação: até 20mm</p> <p>Voltagem: 220v</p>

1.2. A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA reserva-se o direito de adquirir quantidades inferiores às licitadas, se as suas necessidades assim o exigirem.

1.3. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, caso em que será convocada para assinatura do aditivo contratual no prazo já estabelecido no edital, ficando submetida às penalidades do mesmo em caso de recusa ou atraso.

CLAUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O valor total para a consecução do objeto deste contrato é de R\$ _____ .

2.1.1. O valor especificado nesta cláusula corresponde ao preço total das despesas de consecução do objeto desta licitação e serão provenientes do orçamento geral da Câmara Municipal de Palhoça, que serão empenhadas no exercício de 2015 à conta do elemento:

44.90.52.35.00 – Equipamentos de Processamento de Dados.

2.1.2. O pagamento do preço pactuado será efetuado em 30 (trinta) dias, de acordo com a entrega efetuada, devendo a Contratada emitir as respectivas faturas que, devidamente comprovado e atestado pelo Órgão Gestor do objeto desta licitação, ficando responsável pela gestão do referido contrato o Setor de Compras e Licitação.

2.1.2.1. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da adjudicatária, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

2.1.3. Nenhum pagamento isentará a LICITANTE das responsabilidades assumidas nesta licitação, quaisquer que sejam, nem implicará no recebimento definitivo.

3.1. O produto/serviço deverá ser entregue imediatamente a contar da requisição pelo Setor Competente.

3.2. O objeto será recebido:

a) provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/serviço com a especificação;

b) definitivamente após a verificação de exame quantitativo e qualitativo.

3.3. O exame qualitativo ficará condicionado às especificações constantes no presente edital.

3.4. A entrega do objeto desta licitação deverá ser realizada na sede da requisitante.

3.5. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto/serviço no ato da entrega, reservando-se a Câmara Municipal de Palhoça/SC, o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o mesmo em condições satisfatórias ou não atendam às especificações deste Edital.

3.6. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

CLAUSULA QUARTA: DO PRAZO:

4.1. O prazo de vigência do presente contrato será a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2015.

5.1. O preço proposto será fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

5.2. Hipóteses de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro somente serão analisadas em acordo com o disposto pela Lei Federal n.º 8.666/93, devendo o pedido do mesmo ser apresentado por escrito, juntamente com planilha estimada de custos e todos os documentos comprobatórios do reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro solicitado, sendo que o reajuste somente poderá ser requisitado após 12 (doze) meses da contratação e o reequilíbrio econômico-financeiro a qualquer tempo desde que devidamente comprovado por documentação competente.

5.3. Fica certo e ajustado que todos os encargos relativos ao objeto deste contrato, quer fiscais, trabalhistas, previdenciários ou tributários, serão por conta única e exclusiva da CONTRATADA não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer pagamentos desses encargos.

CLAUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:

6.1. São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

6.2. Multa, por atraso: 1,0% (um por cento) por dia de atraso na execução do contrato, não superior a 20% (vinte por cento), a qual incidirá sobre o valor da quantidade que deveria ser executado;

6.3. Multa, por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

6.4. Multa, de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajustes, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual indicará sobre o valor do contrato.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

6.6. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a ocorrência das hipóteses a seguir listadas acarretará a aplicação da penalidade especificada.

6.7. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da Contratada ou, se for o caso, cobrança administrativa ou judicialmente.

6.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa Contratada da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar à Câmara Municipal de Palhoça.

6.9. Constatada a inveracidade de qualquer das informações fornecidas pela Contratada, esta poderá sofrer quaisquer das penalidades

adiante previstas:

6.9.1. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

6.9.2. Rescisão do contrato, nos termos da legislação vigente.

6.10. A Contratada não incorrerá nas penalidades/multas, quando o atraso no fornecimento, for motivado por Força Maior.

6.11. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a Contratada tenha a receber do Contratante. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.1. Entende-se por motivo de Força Maior: Greve, "lock-out" ou outras perturbações industriais, atos de inimigo público, guerras, bloqueios, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, terremotos, chuvas, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes dos acima relacionados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer parte interessada que, mesmo agindo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência e impossibilitem o fornecimento do objeto deste instrumento.

7.2. O termo "Força Maior" também deve incluir qualquer atraso causado por legislação ou regulamentação, que venha ocasionar atrasos à Contratada.

7.3. O termo "Força Maior" não inclui greves na própria firma CONTRATADA.

7.4. Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcial, por motivos de Força Maior, de cumprir os deveres e responsabilidades relativas ao seu trabalho, deverá comunicar imediatamente a existência desses motivos de Força Maior ao CONTRATANTE. Enquanto perdurarem os motivos de Força Maior, cessarão seus deveres e responsabilidades relativas à sua execução.

7.5. O tempo especificado para a execução do contrato deverá ser estendido por igual período que seja necessário para compensar o tempo de interrupção causado pelo motivo de Força Maior.

a) Qualquer dúvida com respeito a esta extensão de prazo será devidamente acertada por concordância mútua, entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes.

b) Se o impedimento causado por motivo de Força Maior estender-se por prazo superior a 01 (um) mês, impossibilitando o cumprimento do Contrato, o CONTRATANTE poderá rescindi-lo, no todo ou em parte, mediante notificação por escrito à CONTRATADA.

7.6. O comunicado sobre Força Maior será julgado ao recebimento deste referente à aceitação do fato como Força Maior ou não, mas o CONTRATANTE poderá contestar, em fase ulterior, a veracidade da ocorrência real.

CLAUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1. A rescisão do presente instrumento se operará independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da aplicação das sanções previstas no Edital e neste instrumento, desde que a CONTRATADA deixe de cumprir suas obrigações ora assumidas, e também nos seguintes casos:

8.1.a. A não execução da entrega do produto/serviço ora contratado, sem prejuízo da penalidade referida na cláusula SEXTA deste instrumento.

8.1.b. Fato superveniente que implique na manifestação, pelo poder público, de não atendimento de interesses públicos, em matéria de prioridade.

8.1.c. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

8.1.d. A dissolução da sociedade.

8.1.e. Outros motivos previstos nos artigos 78 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e Lei nº 10.520/02.

9.1. O objeto deste contrato licitatório será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

9.2. Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/serviço objeto desta licitação.

9.3. Definitivamente após a verificação de exame quantitativo e qualitativo.

9.4. O exame qualitativo ficará condicionado às Especificações constantes no presente edital.

9.5. O Contratado sujeitar-se-á à fiscalização durante a execução, reservando-se à Câmara Municipal de Palhoça o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias ou não atendam às especificações deste Edital.

9.6. Na hipótese da rejeição, do produto em desacordo com a solicitação, a Contratada deverá substituí-lo no prazo de 02 (dois) dias.

9.7. A substituição do produto não eximem a Contratada da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação, prevista neste certame e no instrumento contratual.

CLAUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. O CONTRATANTE, durante a execução do contrato deverá:

10.1.1. Dar ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na entrega do produto/serviço;

10.1.3. Atestar a execução do objeto do contrato por meio da fiscalização do Contrato.

10.1.5. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

11.1. A contratada, no decorrer da execução do contrato, obriga-se a:

11.1.1. Fornecer o produto/serviço licitado e responsabiliza-se pela qualidade do mesmo;

11.1.2. Executar diretamente o objeto da contratação, conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

11.1.3. Permitir ao CONTRATANTE, quando este entender indispensável, a fiscalização de documentação pertinente visando ao cumprimento do inciso anterior.

11.1.4. Comparecer, sempre que solicitada, à Sede do Contratante, em horário por esta estabelecida, a fim de receber e fornecer informações, instruções e acertar providências, incidindo a CONTRATADA, no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada neste contrato.

11.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar o CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato; bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

11.1.6. Cumprir todas as especificações previstas no Edital de Pregão Presencial nº 004/2015 que deu origem ao presente instrumento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

12.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir qualquer dúvida ou litígio, oriundo da execução deste instrumento, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.1. Aplica-se a este contrato as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e aos casos omissos, aplicam-se as disposições do Código Civil e do Direito Administrativo.

13.2. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

13.3. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste instrumento e da execução de seu objeto.

13.4. Fica fazendo parte integrante deste instrumento o Edital Completo do Pregão Presencial nº 004/2015.

E, por se acharem assim as partes contratantes, justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para todos os efeitos legais.

Palhoça, ____ de junho de 2015.

Câmara Municipal de Palhoça Empresa
Otávio Marcelino Martins Filho
Contratante

Contratada
Representante legal
C.P.F/MF n.º:
R.G n.º:

TESTEMUNHAS:

CPF/MF nº _____

CPF/MF nº _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº55/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº55/2015 – Pregão
 Presencial 15/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME OBJETO:
 Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura,
 ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede
 Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
 DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME					CNPJ: 08.676.816/0001-41
Lote 1: Materiais hidráulicos e outros					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abraçadeira tipo U 40mm, metal					
1	30,00	UN	MISTER	R\$0,4500	R\$13,5000
Especificação: Areia Média (metro)					
2	3,00	M3	Fiorezi	R\$74,5000	R\$223,5000
Especificação: Argamassa 20 kilos, para reboco.					
3	10,00	SACA	Fiorezi	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Assento plástico para vaso sanitário, com base e tampa de plástico soprado - utilizado para fixação na do vaso, parafusos e borboletas em material plástico, conforme NBR					
4	60,00	UN	ALUMASA	R\$12,4200	R\$745,2000
Especificação: Bóia para caixa d'água ½					
5	20,00	PÇ	ALUMASA	R\$4,0000	R\$80,0000
Especificação: Bóia para caixa d'água ¾					
6	20,00	PÇ	ALUMASA	R\$4,0000	R\$80,0000
Especificação: Brita nº 1					
7	4,00	M3	SUL CAT.	R\$79,4800	R\$317,9200
Especificação: Bucha 8, com parafuso, compatível, philips.					
8	100,00	PÇ	VONDER	R\$0,1300	R\$13,0000
Especificação: Bucha 10, com parafuso, compatível, philips.					
9	100,00	PÇ	VONDER	R\$0,2000	R\$20,0000
Especificação: Bucha 6, com parafuso, compatível, philips.					
10	200,00	PÇ	VONDER	R\$0,0900	R\$18,0000

Especificação: Bucha com parafuso sextavado 10mm, para lavatório

11	100,00	PÇ	MISTER	R\$2,1900	R\$219,0000
----	--------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Cadeado 30 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado.

12	15,00	PÇ	SOPRANO	R\$14,6200	R\$219,3000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Cadeados de 35 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado.

13	15,00	PÇ	SOPRANO	R\$17,3800	R\$260,7000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Cadeados de 40 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas Chaves em latão cromado

14	15,00	PÇ	SOPRANO	R\$21,1400	R\$317,1000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Caixa de descarga completa, plástico resistente

15	10,00	PÇ	ALUMASA	R\$24,7400	R\$247,4000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Cano de PVC para esgoto - 50mm, barra 6 metros

16	10,00	BR	PLASTUBOS	R\$26,5800	R\$265,8000
----	-------	----	-----------	------------	-------------

Especificação: Cilindro em inox, para linha 803 para fechaduras da marca stam, acompanhado com duas chaves iguais e o parafuso de fixação

17	20,00	UN	SOPRANO	R\$14,6200	R\$292,4000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Cimento saco com 50 kg

18	20,00	SACA	VOTORAM	R\$38,5400	R\$770,8000
----	-------	------	---------	------------	-------------

Especificação: Cola adesiva pvc para conexões hidráulicas, apresentação pote de 175g, tipo colagem rápida, com pincel aplicador

19	10,00	POTE	PLASTUBOS	R\$7,4900	R\$74,9000
----	-------	------	-----------	-----------	------------

Especificação: Corrente galvanizada, tamanho 6mm

20	30,00	M	MISTER	R\$15,5400	R\$466,2000
----	-------	---	--------	------------	-------------

Especificação: Desengripante lubrificante multiuso spray 300 ml

21	5,00	UN	ECCOFER	R\$6,9000	R\$34,5000
----	------	----	---------	-----------	------------

Especificação: Dobradiça 3 1/2" cartela com 3 unidades

22	30,00	PÇ	FERCA	R\$4,5000	R\$135,0000
----	-------	----	-------	-----------	-------------

Especificação: Dobradiça 3" cartela com 2 unidades.

23	30,00	PÇ	FERCA	R\$5,9800	R\$179,4000
----	-------	----	-------	-----------	-------------

Especificação: Engate (bico tipo pistola) para mangueira de jardim ½ , plástico resistente.

24	10,00	PÇ	MISTER	R\$3,3000	R\$33,0000
----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Fechadura com maçaneta para porta de alumínio e/ou ferro

25	10,00	UN	SOPRANO	R\$30,8000	R\$308,0000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Fechadura externa completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta metal, testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves

26	20,00	UN	SOPRANO	R\$28,6500	R\$573,0000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Fechadura interna completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta metal, testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves

27	40,00	UN	SOPRANO	R\$19,6800	R\$787,2000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Fechadura de gaveta 301, 22mm niquelada

28	40,00	UN	SOPRANO	R\$5,4100	R\$216,4000
----	-------	----	---------	-----------	-------------

Especificação: Fita veda rosca, 18mmX25m

29	20,00	RL	PLASTUBOS	R\$3,1100	R\$62,2000
----	-------	----	-----------	-----------	------------

Especificação: Joelho 25, soldável

30	50,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$0,2300	R\$11,5000
----	-------	----	-----------	-----------	------------

Especificação: Joelho 25, soldável 25 1/2 com rosca

31	40,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$1,0000	R\$40,0000
----	-------	----	-----------	-----------	------------

Especificação: Joelho de PVC de 40mm para esgoto

32	40,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$0,5000	R\$20,0000
----	-------	----	-----------	-----------	------------

Especificação: Joelho de PVC, 50mm para esgoto

33	20,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$1,0100	R\$20,2000
----	-------	----	-----------	-----------	------------

Especificação: Lavatório com coluna para banheiro em porcelana na cor branca.

34	8,00	CJ	ICASA	R\$94,7000	R\$757,6000
----	------	----	-------	------------	-------------

Especificação: Lixa de grão 80, alvenaria.

35	50,00	FL	Alcar	R\$0,3700	R\$18,5000
----	-------	----	-------	-----------	------------

Especificação: Lixa de grão 120, alvenaria

36	50,00	FL	Alcar	R\$0,3700	R\$18,5000
----	-------	----	-------	-----------	------------

Especificação: Luva de correr de 25mm soldável

37	20,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$3,5700	R\$71,4000
----	-------	----	-----------	-----------	------------

Especificação: Luva 25, roscável - 3/4

38	20,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$0,5400	R\$10,8000
Especificação: Luva de correr de 25mm					
39	15,00	PÇ	PLASTUBOS	R\$3,5700	R\$53,5500
Especificação: Nylon para roçadeira elétrica, rolo com aproximadamente 3 metros, bitola 1.8mm					
40	2,00	RL	VONDER	R\$16,5600	R\$33,1200
Especificação: Porta interna de madeira, medidas 0,80m x 2,10					

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº56/2015**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 1 / 7



Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº56/2015 – Pregão Presencial 15/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PEIXER – COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME				CNPJ: 07.436.274/0001-77	
Lote 2: Materiais elétricos					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Caixa de sobrepor branca 4X2.					
1	40,00	UN	TRAMONTINA	R\$0,9700	R\$38,8000
Especificação: Canaleta com 4 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros					
2	20,00	PÇ	DEXSON	R\$12,4500	R\$249,0000
Especificação: Canaleta com 2 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros					
3	100,00	PÇ	TRAMONTINA	R\$3,4200	R\$342,0000
Especificação: Capacitor de 30uf x 440 wats					
4	40,00	PÇ	MISTER	R\$7,6900	R\$307,6000
Especificação: Capacitor de 35 uf x 440 wats					
5	40,00	PÇ	MISTER	R\$7,6900	R\$307,6000
Especificação: Disjuntor de 25 amperes, monofásico					
6	10,00	PÇ	Steck	R\$6,8000	R\$68,0000
Especificação: Disjuntor de 30 amperes, monofásico					
7	10,00	UN	Steck	R\$6,8000	R\$68,0000
Especificação: Disjuntor de 40 amperes, monofásico					
8	10,00	UN	Steck	R\$8,4400	R\$84,4000
Especificação: Disjuntor trifasico 110 amperes					
9	5,00	UN	Steck	R\$311,4000	R\$1.557,0000
Especificação: Disjuntor trifasico 50 amperes					
10	10,00	UN	Steck	R\$36,5600	R\$365,6000

IPM - Informática Ltda

Identificador: WCO341207-1232-ZLCAH-171561709 - Emitido por: ROBERTA DE BRITO MEDEIROS

09/06/2015 15:01



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 2 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Especificação: Fio flexível 4,0mm, rolo com 100 mt, CERTIFICADO INMETRO.					
11	5,00	RL	PREMIUM	R\$131,0400	R\$655,2000
Especificação: Fio flexível 1,5mm, anti chama, rolo com 100 mt, CERTIFICADO INMETRO.					
12	5,00	RL	PREMIUM	R\$53,7600	R\$268,8000
Especificação: Fio flexível 2,5mm, anti chama, rolo com 100 mt, CERTIFICADO INMETRO.					
13	5,00	RL	PREMIUM	R\$78,9600	R\$394,8000
Especificação: Fio flexível 6,0mm, antichama, rolo com 100 metros, CERTIFICADO INMETRO.					
14	5,00	RL	PREMIUM	R\$215,0400	R\$1.075,2000
Especificação: Fita Isolante Anti Chama 20 m (1ª Linha)					
15	30,00	RL	TRAMONTINA	R\$3,2000	R\$96,0000
Especificação: Interruptor 1 sessão, simples, embutir, na cor branco					
16	30,00	PÇ	MAJE	R\$3,3600	R\$100,8000
Especificação: Interruptor 2 sessões, simples, embutir, na cor branco					
17	20,00	PÇ	MAJE	R\$7,9800	R\$159,6000
Especificação: Interruptor 3 sessões, simples, embutir, na cor branco					
18	20,00	PÇ	MAJE	R\$9,9600	R\$199,2000
Especificação: Lâmpada fluorescente econômica de 20 W, CERTIFICADO INMETRO					
19	150,00	UN	EMPALUX	R\$4,5400	R\$681,0000
Especificação: Lâmpada fluorescente econômica de 40 W, CERTIFICADO INMETRO					
20	250,00	UN	EMPALUX	R\$4,5400	R\$1.135,0000
Especificação: Lâmpada fluorescente compacta de 25 W, CERTIFICADO INMETRO					
21	200,00	UN	EMPALUX	R\$12,2600	R\$2.452,0000
Especificação: Lâmpada fluorescente compacta de 15 W, CERTIFICADO INMETRO					
22	100,00	UN	EMPALUX	R\$9,7400	R\$974,0000
Especificação: Plug macho 02 pinos, 10 a					
23	10,00	PÇ	TRAMONTINA	R\$1,6000	R\$16,0000
Especificação: Plug fêmea, 10 a					
24	10,00	PÇ	TRAMONTINA	R\$2,0400	R\$20,4000



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 3 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Especificação: Luminária de emergência 30 Leds, bivolt, aproximadamente com potência de 2,3 watts com dimensões aprox. 60 x 47,5 x 242 mm (L x A x C)

25	30,00	UN	SEGURIMAX	R\$29,4000	R\$882,0000
----	-------	----	-----------	------------	-------------

Especificação: Luminária fluorescente 2x20w (duas lâmpadas fluorescentes tubular de 20w), cor branca, completa.

26	15,00	UN	BRASILUX	R\$52,0000	R\$780,0000
----	-------	----	----------	------------	-------------

Especificação: Luminária fluorescente 2x40w (duas lâmpadas fluorescentes tubular de 40w), cor branca, completa.

27	20,00	UN	BRASILUX	R\$62,0000	R\$1.240,0000
----	-------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Quadro de distribuição de embutir, com com tampa, para 8 disjuntores, com barramento.

28	10,00	UN	OLIFE	R\$26,8900	R\$268,9000
----	-------	----	-------	------------	-------------

Especificação: Reator eletrônico 2x20 wats

29	50,00	PÇ	BRASILUX	R\$16,8000	R\$840,0000
----	-------	----	----------	------------	-------------

Especificação: Reator eletrônico 2X40 wats

30	100,00	PÇ	BRASILUX	R\$21,8400	R\$2.184,0000
----	--------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Relê fotocélula, elétrico, voltagem 220 ou bivolts, com base

31	15,00	UN	EXATRON	R\$25,0000	R\$375,0000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Soquete p/lâmpada fluoescente, partida rápida

32	10,00	PAR	LUMEPETRO	R\$1,1100	R\$11,1000
----	-------	-----	-----------	-----------	------------

Especificação: Tomada interna 2p+t, embutir

33	50,00	PÇ	ROMAZI	R\$4,0000	R\$200,0000
----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Tomada 2 polos + terra 10A/250V, conjunto, embutir

34	50,00	CJ	ROMAZI	R\$4,0000	R\$200,0000
----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Tomada 2 polos + terra 20A/250V, conjunto, embutir

35	20,00	CJ	MAJE	R\$5,6300	R\$112,6000
----	-------	----	------	-----------	-------------

Especificação: Tomada interna 2p+t, sobrepor

36	50,00	PÇ	ROMAZI	R\$5,0000	R\$250,0000
----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Tomada 2 polos + terra 10A/250V, conjunto, sobrepor

37	50,00	PÇ	ROMAZI	R\$5,0000	R\$250,0000
----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Tomada 2 polos + terra 20A/250V, conjunto, sobrepor

38	50,00	PÇ	MAJE	R\$7,0000	R\$350,0000
----	-------	----	------	-----------	-------------

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 4 / 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Especificação: Interruptor 1 sessão, simples, cor branco, embutir					
39	40,00	PÇ	MAJE	R\$4,8600	R\$194,4000
Especificação: Interruptor 2 sessões, simples, cor branco, embutir					
40	40,00	PÇ	MAJE	R\$7,4000	R\$296,0000
Especificação: Interruptor 3 sessões, simples, cor branco, embutir					

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 5

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Lote 2: Materiais elétricos					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Interruptor 3 sessões, simples, cor branco, embutir					
41	40,00	PÇ	MAJE	R\$8,7500	R\$350,0000
Lote 4: Material para pintura					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pincel 1 ½					
1	20,00	UN	MISTER	R\$2,7000	R\$54,0000
Especificação: Pincel 1/2					
2	20,00	UN	MISTER	R\$1,1000	R\$22,0000
Especificação: Pincel 1"					
3	20,00	UN	MISTER	R\$1,6000	R\$32,0000
Especificação: Pincel 2 ½"					
4	20,00	UN	MISTER	R\$4,1000	R\$82,0000
Especificação: Pincel 2"					
5	20,00	UN	MISTER	R\$3,5000	R\$70,0000
Especificação: Pincel 3/4					
6	20,00	UN	MISTER	R\$1,4000	R\$28,0000
Especificação: Rolo de espuma 9 cm, com cabo					
7	15,00	UN	ROMA	R\$3,1000	R\$46,5000
Especificação: Rolo de Lã 09 cm					
8	20,00	UN	ROMA	R\$4,7000	R\$94,0000
Especificação: Rolo de Lã de carneiro 23 cm, com garfo					
9	20,00	UN	ROMA	R\$7,4000	R\$148,0000
Especificação: Rolo de lã sintética, anti gotas, 23 cm					
10	5,00	UN	ROMA	R\$7,4000	R\$37,0000



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pág 6

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Especificação: Selador tinta predial, aspecto físico líquido, método aplicação rolo/pincel, aplicação superfícies porosas reboco/concreto/fibrocimento, tipo acrílico, 1ª linha, PREMIUM, lata com 18 litros

11	5,00	LATA	TINSUL	R\$84,0000	R\$420,0000
----	------	------	--------	------------	-------------

Especificação: Solvente lata 900 ml

12	5,00	LATA	TINSUL	R\$9,7000	R\$48,5000
----	------	------	--------	-----------	------------

Especificação: Thiner lata 900 ml

13	10,00	LATA	TINSUL	R\$11,8000	R\$118,0000
----	-------	------	--------	------------	-------------

Especificação: Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor azul campeão (ou tom de azul a ser escolhido), aplicação pintura predial, tipo acabamento semi-brilho, 1ª linha, PREMIUM, lata com 18 litros

14	15,00	LATA	TINSUL	R\$271,8000	R\$4.077,0000
----	-------	------	--------	-------------	---------------

Especificação: Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor branco neve, aplicação pintura predial, tipo acabamento semi-brilho, 1ª linha, PREMIUM, lata com 18 litros

15	20,00	LATA	TINSUL	R\$271,8000	R\$5.436,0000
----	-------	------	--------	-------------	---------------

Especificação: Tinta esmalte sintético secagem rápida na cor branco gelo galão 3,6

16	5,00	GL	TINSUL	R\$83,4000	R\$417,0000
----	------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Tinta epóxi à base d'água, resistente e durável, de secagem rápida, com acabamento brilhante, especialmente para aplicação em pisos, vidros, metais e azulejos em banheiros, cozinhas, lavanderias e outras, galão com 3,6 litros.

17	10,00	GL	CORAL	R\$177,0000	R\$1.770,0000
----	-------	----	-------	-------------	---------------

Lote 5: Equipamentos

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Escada de abrir em alumínio 7 degraus, com fita de segurança

1	10,00	UN	BOTAFOGO Cod.ESC0066	R\$170,0000	R\$1.700,0000
---	-------	----	----------------------	-------------	---------------

Especificação: Furadeira de Impacto, tipo reversível. Especificações mínimas: potência 700W, velocidade variável, capacidade de perfuração 19mm concreto, 13mm aço, 40mm madeira, com empunhadura ou apoio. Acompanhar maleta. Garantia de 01 ano.

2	1,00	UN	Tramontina Master 710W	R\$260,0000	R\$260,0000
---	------	----	------------------------	-------------	-------------

Especificação: Roçadeira lateral à gasolina, com as seguintes especificações e características mínimas: voltagem 220, cilindrada 43 cm³ cilindradas, comprimento total 1,85, lâmina 3 pontas, cabo para duas mãos, com sistema anti-vibratório, com ElastoStar (amortecedor) motor 2 tempos, ignição manual, tanque reforçado. Peso máximo 5.2 kg. Itens inclusos: 01 colete e alças para fixação, 01 jogo de chaves, 01 disco de 3 pontas 10" e 01 óculos de segurança. Garantia de 01 ano.

3	1,00	UN	Tramontina Mod.RC43B	R\$1.540,0000	R\$1.540,0000
---	------	----	----------------------	---------------	---------------

Valor Total (trinta e seis mil e oitocentos reais)

R\$36.800,00

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pág 7

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 94.894.169/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 1mg c/30cp					
3	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$4,8000	R\$144,0000
Especificação: Carbonato de cálcio 600mg + vitamina D 200UI					
23	200000,00	COMP	VITAMED	R\$0,0760	R\$15.200,0000
Especificação: Cloridrato de Dorzolamida, frasco com 5 ml.					
37	15,00	FRS	E.M.S	R\$29,0000	R\$435,0000
Especificação: Ceftriaxona dissódica 1g pó para solução injetável IV					
45	1500,00	AMP	AUROBINDO	R\$5,0400	R\$7.560,0000
Especificação: Diclofenaco dietilamônio gel, bisnaga com 60 gramas					
49	200,00	BN	BRAINFARMA	R\$2,8900	R\$578,0000
Especificação: Formoterol 12 mcg, cx. c/ 30 caps.					
69	35,00	CX	MANTECORP/HYPERMARCAS	R\$18,9900	R\$664,6500
Especificação: Glimepirida 2 mg, caixa com 30 comp.					
78	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$2,4500	R\$73,5000
Especificação: Óleo Mineral c/100mL					
103	40,00	FRS	NATULAB	R\$1,8000	R\$72,0000
Especificação: Protetor solar FPS 50, frasco com 120 ml.					
112	40,00	FRS	MOPH	R\$10,9000	R\$436,0000
Especificação: Torsilax caixa com 30cp					
135	25,00	CX	BRAINFARMA	R\$12,5000	R\$312,5000

Especificação: Clindamicina, cloridrato 300 mg

141	1000,00	COMP	TEUTO	R\$1,4500	R\$1.450,0000
Valor Total		(vinte e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos)			R\$26.925,65

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica 5ml, injetável					
20	15000,00	AMP	TEUTO	R\$1,3800	R\$20.700,0000
Valor Total		(vinte mil e setecentos reais)			R\$20.700,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
CRISTALIA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS FARMACEÚTICAS LTDA. CNPJ: 44.734.671/0001-51

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clorpromazina 25mg					
43	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1800	R\$36.000,0000
Especificação: Fibrase pomada 30 gr					
70	100,00	TB	CRISTÁLIA	R\$26,9600	R\$2.696,0000
Especificação: Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.					
80	10000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,5700	R\$35.700,0000
Especificação: Sulfato de Morfina 10mg					
128	1500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,8300	R\$2.745,0000
Valor Total		(setenta e sete mil e cento e quarenta e um reais)			R\$77.141,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 26.921.908/0002-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Arpadol 400mg, caixa com 30 comp.					
11	40,00	CX	ASPEN	R\$38,6600	R\$1.546,4000
Especificação: Atrovent N c/200doses					
15	24,00	FRS	BOEHRINGER	R\$12,1700	R\$292,0800
Especificação: Buspirona 5mg c/20cp					
21	50,00	CX	LIBBS	R\$12,9200	R\$646,0000
Especificação: Donaren 50 mg, caixa com 60 comp.					
51	20,00	CX	ASPEN	R\$41,4200	R\$828,4000
Especificação: Detrusitol LA 4mg, caixa com 30 comprimidos					
54	25,00	CX	PFIZER	R\$220,4800	R\$5.512,0000
Especificação: Diamicron MR 60mg c/30cp					
56	15,00	CX	SERVIER	R\$34,5200	R\$517,8000
Especificação: Donaren retard 150mg c/20cp.					
60	20,00	CX	ASPEN	R\$41,4200	R\$828,4000
Especificação: Labirin 16 mg, caixa com 30 comp.					
84	30,00	CX	ASPEN	R\$17,1400	R\$514,2000
Especificação: Minipress SR 4 mg, caixa com 15 comp.					
96	60,00	CX	PFIZER	R\$26,8800	R\$1.612,8000
Especificação: Pristiq 100mg, caixa com 14 comp.					
110	30,00	CX	WYETH	R\$47,8000	R\$1.434,0000

Especificação: Roflumilaste 500mg c/30cp

120	15,00	CX	NYCOMED	R\$117,2500	R\$1.758,7500
Valor Total		(quinze mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e três centavos)			R\$15.490,83

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA						CNPJ: 81.706.251/0001-98
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total	
Especificação: Aciclovir 200 mg						
5	12000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0990	R\$1.188,0000	
Especificação: Amoxicilina+Ac. Clavulamico 250+62,5mg/5ml susp. 75 ml						
13	6000,00	FRS	SANDOZ	R\$5,4900	R\$32.940,0000	
Especificação: Carbonato de Cálcio 500mg						
24	200000,00	COMP	VITAMED	R\$0,0480	R\$9.600,0000	
Especificação: Cloreto de potássio 19,1% 10 ml						
33	500,00	FRS	ISOFARMA	R\$0,2320	R\$116,0000	
Especificação: Fisiogel Ai loção 240ml						
73	15,00	FRS	Stiefel	R\$190,6800	R\$2.860,2000	
Especificação: Mesilato de doxazosina 4mg, caixa com 30 comp.						
94	50,00	CX	SANDOZ	R\$8,3000	R\$415,0000	
Especificação: Nitrendipino 20mg, caixa com 30 comp.						
101	30,00	CX	BIOSINTETICA	R\$30,0000	R\$900,0000	
Valor Total		(quarenta e oito mil, dezenove reais e vinte centavos)			R\$48.019,20	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA				CNPJ: 12.573.787/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dorflex, caixa 240 comp.					
62	12,00	CX	SANOFI	R\$63,4300	R\$761,1600
Especificação: Insulina Lantus 100UI/ml, frasco com 3ml					
82	750,00	FRS	SANOFI	R\$67,7600	R\$50.820,0000
Especificação: Naturetti, caixa com 16 caps					
99	70,00	CX	SANOFI AVENTIS	R\$20,9000	R\$1.463,0000
Especificação: Neuleptil 4pcc, sol. oral, frasco com 20 ml.					
100	150,00	FRS	SANOFI AVENTIS	R\$9,6900	R\$1.453,5000
Valor Total		(cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos)			R\$54.497,66

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
PROFARMA SPECIALTY S.A. OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de
Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PROFARMA SPECIALTY S.A.				CNPJ: 81.887.838/0006-55	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: PIRIMETAMINA 25 MG					
113	2500,00	COMP	FARMOQUIMICA	R\$0,0500	R\$125,0000
Especificação: Tylex 30mg c/24 cp					
132	40,00	CX	JANSSEN	R\$16,3200	R\$652,8000
Valor Total		(setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)			R\$777,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2015 – Pregão

Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:

VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações

Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas

Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos

atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 00.088.317/0001-21	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atacand Hct 16/12,5mg, caixa com 30 comp.					
10	12,00	CX	ASTRAZENICA	R\$68,4200	R\$821,0400
Especificação: Onglyza 5 mg com 28 cp					
106	15,00	CX	ASTRAZENICA	R\$60,3600	R\$905,4000
Especificação: Selozok 50 mg, caixa com 30 comp.					
122	100,00	CX	ASTRAZENICA	R\$27,0200	R\$2.702,0000
Especificação: Symbicort 6/200mcg, frasco com 60 doses					
125	20,00	FRS	ASTRAZENICA	R\$56,3400	R\$1.126,8000
Especificação: Symbicort 12/400mcg c/ 60doses					
126	20,00	CX	ASTRAZENICA	R\$62,6800	R\$1.253,6000
Valor Total		(seis mil, oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos)			R\$6.808,84

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA			CNPJ: 79.250.676/0001-93		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cosopt oftal, frasco 5 ml					
48	60,00	FRS	MERCK	R\$62,6600	R\$3.759,6000
Especificação: Óleo Dersani c/200mL					
102	40,00	FRS	DERSANI	R\$25,0000	R\$1.000,0000
Especificação: Vytorin 10/20 mg, caixa com 28 comp.					
139	70,00	CX	VYTORIN	R\$66,6400	R\$4.664,8000
Valor Total		(nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)			R\$9.424,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2015 – Pregão

Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO:

Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais

impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas

Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos

atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 2mg c/30cp					
4	40,00	CX	EMS	R\$5,4000	R\$216,0000
Especificação: Baclofeno 10mg c/20cp					
19	80,00	CX	TEUTO	R\$2,2000	R\$176,0000
Especificação: Bromazepan 6 mg, caixa com 30 comp.					
22	80,00	CX	TEUTO	R\$2,7000	R\$216,0000
Especificação: Carvedilol 25 mg, caixa com 30 comp.					
26	200,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$900,0000
Especificação: Carvedilol 3,125mg, caixa com 30 comp.					
27	100,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$450,0000
Especificação: Citalopram 20mg, caixa com 28 comp.					
34	100,00	CX	TORRENT	R\$4,2000	R\$420,0000
Especificação: Cloridrato de Amilorida + Hidroclorotiazida (5+50mg), caixa com 30 comp.					
38	20,00	CX	VITAPAN	R\$2,4000	R\$48,0000
Especificação: Cloridrato de Sertralina 50 mg, caixa com 30 comp.					
40	43,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$193,5000
Especificação: Cloridrato de ticlopidina 250 mg, caixa com 30 comp.					
41	70,00	CX	BALDACCI	R\$9,0000	R\$630,0000
Especificação: Cloridrato de Tramadol 50 mg, caixa c/ 10 comp.					
42	160,00	CX	HIPOLABOR	R\$3,1000	R\$496,0000

Especificação: Cloridrato de Venlafaxina 150mg, caixa c/ 30 comp.

44	50,00	CX	TORRENT	R\$33,0000	R\$1.650,0000
----	-------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Doxíciclina 100 mg

63	400,00	COMP	TEUTO	R\$0,1100	R\$44,0000
----	--------	------	-------	-----------	------------

Especificação: Gabapentina 300 mg, caixa com 30 comp.

77	100,00	CX	ARROW	R\$10,2000	R\$1.020,0000
----	--------	----	-------	------------	---------------

Especificação: Losartana 100mg, caixa com 30 comp.

89	60,00	CX	PRATI-DONADUZZI	R\$6,3000	R\$378,0000
----	-------	----	-----------------	-----------	-------------

Especificação: Losartana 25mg c/30cp.

90	40,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$180,0000
----	-------	----	---------	-----------	-------------

Especificação: Losartana potássica + hidroclorotiazida (100+25mg), caixa com 30 comp.

91	30,00	CX	EMS	R\$8,1000	R\$243,0000
----	-------	----	-----	-----------	-------------

Especificação: Oxcarbazepina 300mg, caixa com 30 comp.

107	50,00	CX	TORRENT	R\$11,2000	R\$560,0000
-----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Oxcarbazepina 600 mg, caixa com 30 comp.

108	120,00	CX	TORRENT	R\$22,1500	R\$2.658,0000
-----	--------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Solução de manitol 20%, frasco com 250 ml

127	300,00	FRS	BASA	R\$4,4900	R\$1.347,0000
-----	--------	-----	------	-----------	---------------

Especificação: Vitamina E 400UI, caixa com 30cp

137	15,00	CX	NATULAB	R\$7,2000	R\$108,0000
-----	-------	----	---------	-----------	-------------

Valor Total		(onze mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)			R\$11.933,50
--------------------	--	--	--	--	---------------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o
Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amiodarona 50 mg/3 ml, injetável					
12	1500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,6000	R\$2.400,0000
Especificação: Furosemida 10 mg/ml, amp. c/ 2ml, injetável					
74	6000,00	AMP	SANTISA	R\$0,5000	R\$3.000,0000
Especificação: Maleato de Enalapril 10mg					
92	1100000,00	COMP	SANVAL	R\$0,0350	R\$38.500,0000
Especificação: Omeprazol 40mg IV					
104	4000,00	AMP	BLAU	R\$4,5150	R\$18.060,0000
Especificação: Paracetamol 200mg/ml 15ml.					
109	30000,00	FRS	FARMACE	R\$0,4730	R\$14.190,0000
Valor Total		(setenta e seis mil e cento e cinquenta reais)			R\$76.150,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº69/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº69/2015 – Pregão
Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
AGLON COM. REPR. LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de
Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: AGLON COM. REPR. LTDA.				CNPJ: 65.817.900/0001-71	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Levodopa + Benzerazida 100 + 25mg, comprimido birranhurados					
85	250000,00	COMP	ROCHE	R\$0,8600	R\$215.000,0000
Valor Total		(duzentos e quinze mil reais)			R\$215.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº70/2015 – Pregão
 Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL
 OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
 Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
 Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
 atendimentos do CENTRI CEAP.
 DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91
FILIAL.

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólnico 150mg					
2	1600,00	COMP	HIPOLABOR	R\$1,0800	R\$1.728,0000
Especificação: ATENOLOL 50MG.					
14	1600000,00	COMP	VITAPAN	R\$0,0280	R\$44.800,0000
Especificação: Cetoprofeno 100mg/mL EV					
31	6000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$2,8400	R\$17.040,0000
Especificação: Cloridrato de bupropiona 150 mg, caixa com 60 comp.					
36	70,00	CX	EMS/GERM/SIGMA	R\$33,0000	R\$2.310,0000
Especificação: Fenitoina injetável 50 mg/ml, amp. c/ 5 ml					
71	800,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,2000	R\$960,0000
Valor Total		(sessenta e seis mil e oitocentos e trinta e oito reais)			R\$66.838,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº71/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.
DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA **CNPJ: 06.035.038/0001-86**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cloridrato de paroxetina 20 mg, caixa com 30 caps.					
39	42,00	CX	ZYDUS	R\$4,5700	R\$191,9400
Especificação: Decanoato de haloperidol 50mg/ml					
55	4000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$8,2400	R\$32.960,0000
Valor Total		(trinta e três mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos)			R\$33.151,94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2015 – Pregão
 Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO:
 Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
 impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
 Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos
 atendimentos do CENTRI CEAP.
 DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA				CNPJ: 13.485.130/0001-03	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa					
1	3,00	FRS	ACLASTA/NOVARTIS	R\$1.103,0500	R\$3.309,1500
Especificação: Condroflex 1500 + 1200mg, caixa com 30 sachês					
47	40,00	CX	ZODIAC	R\$119,1500	R\$4.766,0000
Especificação: Diovan 320 mg, caixa com 28 comp.					
57	40,00	CX	NOVARTIS	R\$66,5300	R\$2.661,2000
Especificação: Diovan HCT 160mg/12,5 mg, caixa com 28 comp.					
58	30,00	CX	NOVARTIS	R\$70,2000	R\$2.106,0000
Especificação: Exelon Patch 18mg/10cm2 c/ 30					
68	20,00	CX	NOVARTIS	R\$307,1000	R\$6.142,0000
Especificação: Galvus 50mg c/56 comp.					
75	15,00	CX	NOVARTIS	R\$117,1800	R\$1.757,7000
Especificação: Galvus met 50/850 mg, caixa com 56 comp.					
76	25,00	CX	NOVARTIS	R\$117,1800	R\$2.929,5000
Especificação: Hidralazina 25 mg					
81	200000,00	COMP	NOVARTIS	R\$0,2150	R\$43.000,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 125mcg, caixa com 30 comp.					
86	30,00	CX	MERCK	R\$5,3300	R\$159,9000
Especificação: Levotiroxina Sódica 75mcg, caixa com 30 comp.					
87	60,00	CX	MERCK	R\$3,8300	R\$229,8000

Especificação: Melleril 100 mg, caixa com 20 comp.

93	130,00	CX	VALEANT	R\$16,0600	R\$2.087,8000
----	--------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Onbrize 150mg c/ 30cp

105	25,00	CX	NOVARTIS	R\$68,3800	R\$1.709,5000
-----	-------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Propatilnitrato 10 mg

111	400000,00	COMP	FARMOQUIMICA	R\$0,3150	R\$126.000,0000
-----	-----------	------	--------------	-----------	-----------------

Especificação: Rasilez 300 mg, caixa com 28 comp.

114	100,00	CX	NOVARTIS	R\$70,8200	R\$7.082,0000
-----	--------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Ritalina LA 20mg c/ 30cp

115	30,00	CX	NOVARTIS	R\$133,8200	R\$4.014,6000
-----	-------	----	----------	-------------	---------------

Especificação: Ritalina LA 40mg c/30cp.

116	30,00	CX	NOVARTIS	R\$147,5200	R\$4.425,6000
-----	-------	----	----------	-------------	---------------

Especificação: Tegretol CR 400 mg, caixa com 60 comp.

129	30,00	CX	NOVARTIS	R\$72,7300	R\$2.181,9000
-----	-------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Trileptal 600mg, caixa com 60 comp

134	25,00	CX	NOVARTIS	R\$149,5000	R\$3.737,5000
-----	-------	----	----------	-------------	---------------

Valor Total		(duzentos e dezoito mil, trezentos reais e quinze centavos)			R\$218.300,15
--------------------	--	--	--	--	----------------------

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2015

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 035/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender a Casa, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 17.061,75 (dezesete mil, sessenta e um reais e setenta e cinco centavos), relativos aos itens 02, 05, 06, 15, 16, 19, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 38, 45, 48, 52, 53, 57, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 70, 75, 82, 86, 89, 93, 96, 103, 104, 105, 108, 109, 117, 118, 121, 125, 126 e 132, objeto do pregão presencial registro de preços 035/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Casa de Passagem, sito à Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, Papanduva/SC;
- 4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;
- 4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;
- 4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos;
- 5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
 - a) Houver desistência do fornecimento dos objetos após a adjudicação da licitação;
 - b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
 - c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de junho de 2015.

Equipe de Apoio

- Equipe de Apoio

Contratada

– Márcio Wisniewski - Pregoeiro
– Erli Edivina Wunsche Bacellar -
– Otávio Hunka - Equipe de Apoio
– Sônia Terezinha Mendes Novack
– Cleiton Alves Martins – Pela

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2015

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 037/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 41.574,57 (quarenta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), relativos aos itens 01, 02, 03, 04, 06, 08, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 128, 130 e 131, objeto do pregão presencial registro de preços 037/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 037/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sito a Rua Coronel Severo de Almeida, s/n, Bairro Industrial, Papanduva/SC.

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em

veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 037/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de junho de 2015.

– Márcio Wisniewski - Pregoeiro
– Erli Edvina Wunche Bacellar -

Equipe de Apoio

– Otávio Hunka - Equipe de Apoio
– Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

– Cleiton Alves Martins – Pela
Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 034/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 034/2015, referente a Tomada de Preços 029/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos permanentes – academias de ar livre. Contratada: ADEMIR ANTONIO STANICZUK - ME, totalizando o montante de R\$ 59.660,00 (cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta reais). Vigência: A vigência do presente contrato será a partir do dia 06 de junho de 2015 até 12 (doze) meses após a entrega dos equipamentos.

Papanduva, 06 de junho de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N º 001/2015/SDE

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N º 001/2015/SDE

NOTIFICANTE:

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski, 134, Centro, representada por seu Prefeito Municipal Senhor DARIO SCHICOVSKI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Papanduva, estado de Santa Catarina, podendo ser encontrado junto à sede administrativa do Município.

NOTIFICADA:

CHRISTIANO RICARDO DIAS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 13.916.314/0001-80, localizada na localidade de Aterrado Alto, s/n, interior de Monte Castelo, estado de Santa Catarina, representada pelo Sr. Christiano Ricardo Dias, com CPF n. 066.534.229-25.

ASSUNTO: Cumprimento do contrato n. 40, de 27 de abril de 2012, decorrente do processo licitatório n. 36/2012, cuja construção da edificação para abrigar a futura empresa se encontra paralisada; contudo, conforme consta no item 4.3 do Contrato, a paralisação das obras por seis meses enseja a reversão do imóvel, sem direito a indenização de quaisquer espécies. Assim sendo, considerando que já houve notificações por parte da administração municipal em 10/02/2014 e 05/09/2014, no endereço constante no contrato, para que a obra fosse concluída sob pena de reversão do bem; considerando que vossa senhoria manteve-se ciente diante da notificação transcorrendo prazo considerável desde então; serve a presente para NOTIFICÁ-LA, na forma do artigo 867 do Código de Processo Civil, combinado com as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n. 8666/93, e nos termos da cláusula quarta do contrato, de que o imóvel está sendo revertido nesta data ao patrimônio público municipal que retoma neste ato a posse do imóvel.

Portanto, fica o notificado ciente e citado do objeto da presente notificação para todos e quaisquer efeitos Jurídicos.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 12/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de filtros e lubrificantes, incluindo o serviço de troca, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 09h00min do dia 26/06/2015. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 26/06/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 15 de junho de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 12/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a aquisição de materiais gráficos para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 26/06/2015.

A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 26/06/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 15 de junho de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº. 11/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - Anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós pago e fornecimento de 30 (trinta) acessos moveis, com aparelhos em comodato para uso da Administração Municipal. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 07h55min do dia 26/06/2015.

A sessão se dará a partir das 08h00min do dia 26/06/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 15 de junho de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO Nº 20/2015-FMAS AO CONTRATO Nº 06/2013 FMAS

	MUNICÍPIO DE PENHA CNPJ/MF 83.102.327/0001-00	
	ESTADO DE SANTA CATARINA	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	

2º TERMO ADITIVO Nº 20/2015-FMAS
AO CONTRATO Nº 06/2013 FMAS

LICITAÇÃO: Processo Administrativo Nº 01/2013 – FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 01/2013 – FMAS.

Objeto: um imóvel localizado na Avenida Eugênio Krause, 140, Fundos, Centro, Penha/SC, para funcionamento da sede da assistência social.

Os signatários deste instrumento, de um lado, JOSÉ NELMO PINTO, portador do CPF nº 304.074.439/91, residente e domiciliado à Avenida Eugênio Krause, 140, Fundos, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 11.680.072/0001-43, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo 06/2013 FMAS, fica prorrogado do dia 12.06.2015 até 12.06.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na cláusula segunda do contrato fica reajustado conforme o índice IPCA(IBGE), perfazendo um valor mensal de R\$: 2.480,84 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos), totalizando o valor anual de R\$: 29.770,08 (vinte e nove mil, setecentos e setenta reais e oito centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 40.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0008 – Assistência Comunitária
Projeto/Atividade: 2068 – Funcionamento e Manutenção das ações do fundo Mun. De Assistência Social
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações diretas
Código Reduzido: 000001

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 12 de Junho de 2015.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO Nº 30/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor RALF BOSS, inscrito no CPF: 076.213.399-69. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA REALIZAR SERVIÇOS DE UMECTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA - LOCALIDADE DE BARRA NOVA, POR UM PERÍODO DE 08 MESES. Data: 10/06/2015. Valor: R\$ 30.400,00. Petrolândia, 15 de junho de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 4/2015 - FMA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a empresa NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 18.030.457/0001-04. Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN, NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHA PARA USO DO INSEMINADOR DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA DE PETROLÂNDIA. Data: 09/06/2015. Valor: R\$ 70.550,00. Petrolândia, 15 de junho de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2015

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA

EMPRESA CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

VALOR DO CONTRATO: Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará 8 parcelas mensais ao consórcio a importância de R\$ 525,00.

DATA DO CONTRATO: 11 de junho de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 182/2015

(Ementa)

CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 182/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2015

EMPRESA CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço (valor do prêmio e da franquia) de:

I - VEÍCULO VOLKSWAGEN, ÔNIBUS 15.190, EOD ESCOLAR, PACOTE CAMINHO DA ESCOLA, ANO/MODELO 2014, CHASSI Nº 9532E82W2ER430914, QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 43 – PLACA OKH 6864.

Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores:

I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:

a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais R\$ 100.000,00

b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais R\$ 100.000,00

c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais R\$ 100.000,00

d) APP morte por pessoa/passageiro R\$ 29.000,00

e) APP Invalidez por pessoa/passageiro R\$ 29.000,00

f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro R\$ 7.000,00

g) Assistência 24 horas ao veículos e passageiros – guincho 300Km, cobertura para vidros – (para-brisa, laterais e traseiro).

h) Franquia reduzida.

Valor Total: R\$ 3.621,43 (Três mil, seiscentos e vinte e um reais com quarenta e três centavos)

Valor da Franquia: R\$ 14.115,43 (quatorze mil, cento e quinze reais com quarenta e três centavos).

II - VEÍCULO VOLKSWAGEN, ÔNIBUS 15.190, EOD ESCOLAR, PACOTE CAMINHO DA ESCOLA, ANO/MODELO 2014, CHASSI Nº 9532E82WXER428795, QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 43 – PLACA OKF 4554.

Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores:

I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:

a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais R\$ 100.000,00

b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais R\$ 100.000,00

c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais R\$ 100.000,00

d) APP morte por pessoa/passageiro R\$ 29.000,00

e) APP Invalidez por pessoa/passageiro R\$ 29.000,00

f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro R\$ 7.000,00

g) Assistência 24 horas ao veículos e passageiros – guincho 300Km, cobertura para vidros – (para-brisa, laterais e traseiro).

h) Franquia reduzida

Valor Total: R\$ 3.621,43 (Três mil, seiscentos e vinte e um reais com quarenta e três centavos)

Valor da Franquia: R\$ 14.115,43 (quatorze mil, cento e quinze reais com quarenta e três centavos).

III - VEÍCULO CAMINHÃO VOLVO, MODELO VM 330, 6X4, CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL, 06 CILINDROS, POTÊNCIA 330 CV, CHASSI Nº 93KK0S1D7EE147385, ANO/MODELO 2014 – PLACA QHD 8705.

Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores:

I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa

a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais R\$ 150.000,00

b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais R\$ 150.000,00

c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais R\$ 50.000,00

d) APP morte por pessoa/passageiro R\$ 20.000,00

e) APP Invalidez por pessoa/passageiro R\$ 20.000,00

OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.

Valor Total: R\$ 628,57 (seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Valor da Franquia: sem franquia.

IV - VEÍCULO CAMINHÃO VOLVO, MODELO VM 330, 6X4, CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL, 06 CILINDROS, POTÊNCIA 330 CV, CHASSI 93KK0S1D4EE147384, ANO/MODELO 2014 – PLACA QHD 8715.

Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores:

I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa

a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais R\$ 150.000,00

b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais R\$ 150.000,00

c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais R\$ 50.000,00

d) APP morte por pessoa/passageiro R\$ 20.000,00

e) APP Invalidez por pessoa/passageiro R\$ 20.000,00

OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.

Valor Total: R\$ 628,57 (seiscientos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Valor da Franquia: sem franquia.

Valor Total do Seguro: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

DATA DO CONTRATO: 08 de junho de 2015

PREFEITO: Euzebio Viecei

LEI COMPLEMENTAR Nº 219, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 219, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º As atribuições do cargo de Médico Veterinário do quadro de pessoal dos Servidores Públicos Municipais de que trata a Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, passam ser as seguintes:

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

CARGA HORÁRIA: 40 HS SEMANAIS

JORNADA: 08 HORAS DIÁRIAS

ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA: NÍVEL SUPERIOR MEDICINA VETERINÁRIA, COM INSCRIÇÃO NO ÓRGÃO DE CLASSE.

1- Extensão Rural, desenvolvendo programas de educação e aperfeiçoamento do agricultor de forma continuada, promovendo processo de gestão e produção agropecuária;

2 - Assistência Técnica e Treinamentos de Agricultores;

3 - Clínica geral em pequenos e grandes animais (diagnóstico e tratamento);

4 - Inseminação artificial, castração, inspeção de produtos de origem animal;

5 - Desenvolvimento e execução de campanhas de vacinação de animais, especialmente febre aftosa e raiva canina;

6 - Coletas, em propriedades agrícolas, de material para exame laboratoriais de brucelose, tuberculose e AIE(anemia infecciosa equina);

7 - Desenvolvimento e execução de programas visando o desenvolvimento agropecuário dos agricultores do Município;

8 - Outras atividades correlatas.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de nova nomeação mediante concurso público.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 10 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208, DE 09 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 208, DE 09 DE JUNHO DE 2015

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico complementar para execução de obra de engenharia referente implementação de melhorias em escola, na forma dos seguintes anexos:

I– ANEXO: Projeto: Planta de Localização do Terreno Pavimentação Blocos - Prancha 01;

II - ANEXO: Projeto: Detalhamento Cercas Mourões Concreto/ Tela Galvanizada – Prancha 02;

III – ANEXO: Projeto: Projeto de Drenagem Pluvial– Prancha 03;

IV – ANEXO: Memorial Descritivo;

V – ANEXO: Orçamento;

VI- ANEXO: Cronograma Global;

VII – ANEXO: QCI – Quadro de Composição do Investimento;

VIII – ANEXO: ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 17 de abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Relação dos candidatos para eleição do conselho tutelar

1- Luciana Zanella

2- Elediane Fátima Gaio

3- Elisângela Rodrigues Ribeiro

4- Vera Lúcia Zago

5- Ana Paula Demori Carletto

6- Gladis Magali França

7- Ariana Fracazzo Ciarini

8- Hellen Cristina Manica

9- Marinês Olivo Bagio

10- Gian Carlos Delziovio

11- Ligiane Schlosser

Jurcelei Bertha

Presidente do CMDCA

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.941 DE 09 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.941 DE 09 DE JUNHO DE 2015

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.320, Art. 43, § 1º, inciso III, e conforme o inciso II do Art. 9º, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014, e o Art. 74, Inciso I da Lei Orgânica do Município, de 30 de Março de 1990.

D E C R E T A:

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária da importância de R\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais.) do orçamento em vigor, da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, por fonte de recurso, conforme prevê o Art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014 e o Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17/03/1964, nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057- Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 300.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2058 – Operação e Manutenção do Sistema de Água

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 600.000,00

Art. 2º - Os valores resultantes das transposições de que trata o Artigo 1º. deste decreto, serão destinados as dotações orçamentárias no orçamento da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, dentro dos mesmos projetos/atividades, abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057– Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 3190 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 300.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2058 – Operação e Manutenção do Sistema de Água

Modalidade de Aplicação: 3190 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 255.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2058 – Operação e Manutenção do Sistema de Água

Modalidade de Aplicação: 3191 – Aplicações Diretas Decorrente Entre Órgãos

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 45.000,00

TOTAL

..... R\$ 600.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 09 de Junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS

Pomerode 10 de junho de 2015.

A Comissão Especial Eleitoral divulga a relação dos candidatos que estão aptos para a candidatura.

Relação dos Candidatos

1. David Rogerio Miranda Mengatto
2. Izaura Aparecida da Silveira
3. Antonielle Henchel
4. Sabrina Ninow
5. Vagner Marin Teixeira
6. Crystian Beber Goede
7. Julio Guilherme Lessmann
8. Valdecir da Silva
9. Nayara Costa Brito
10. Regina Guenths Maske
11. Denise Dayana Schneider
12. Mara Rubia Jansen
13. Cintia Boni
14. Jobson Batista Santos
15. Camila Fernanda Bublitz
16. Gabriela Yoná Hoffmann
17. Jussara Cristina de Oliveira Porath
18. Alice Balk Melo
19. Irenilde dos Santos
20. Catia Breia Carneiro
21. Kassiane Patricia Raduenz
22. Helio Barbosa Fontes
23. Beatriz Fernanda da Paz
24. Ismael Raduenz
25. Cindimary dos Santos Lima
26. Cristiane de Lima Garcia
27. Soraia Weinfurter Utech
28. Zulenir Ramos
29. Eli de Mello
30. Marlene Ciliato
31. Faltou o comprovante de residência
32. Joel Hasckel Menegatti
33. Adriana da Silva Kurth
34. Simone Goebel Jeger
35. Kate Regina Bruch Raduenz
36. Rosenilda Gonçalves
37. Rubens Bachmann

RESOLUÇÃO Nº 004/2015/COMID
RESOLUÇÃO Nº 004/2015/COMID

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode e revoga as disposições contrárias.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 176, de 31 de Agosto de 2009, e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Idoso, realizada no dia 14 de Maio de 2015,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode – SC.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga o Regimento Interno aprovado através do Decreto nº 2.410/2009.

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE**CAPITULO I**
CATEGORIA E FINALIDADES

Art. 1º. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Pomerode, com sede e foro no município de Pomerode, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e fiscalizador das políticas públicas e ações voltadas para a pessoa idosa no âmbito do Município de Pomerode, integrante da estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, criado pela Lei Municipal nº 176, de 31 de Agosto de 2009, tem por finalidade, além de propor as diretrizes para a formulação das políticas do município:

- I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;
- II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal da Pessoa Idosa;
- III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas a pessoa idosa, zelando pela sua execução;
- IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;
- V. Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;
- VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e solicitar das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;
- VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;
- VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;
- IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;
- X. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;
- XI. Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XII. Convocar e promover as conferências de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIII. Observar preceitos éticos e morais, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, e resguardar o caráter confidencial das comunicações, preservando o sigilo das situações que o merecerem.

XIV. Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO**SEÇÃO I**
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Pomerode será composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, sendo 5 (cinco) representantes governamentais e 5 (cinco) representantes não governamentais, assim definido:

I – um representante de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora;
- d) Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
- e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

II – 5 (cinco) representantes de entidades não governamentais atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou de atendimento a pessoa idosa, eleitos em fórum específico para este fim, nas seguintes categorias:

- a) representante de Sindicato e/ou associação de aposentados;
- b) representante de Organização de grupo ou movimento da pessoa idosa, devidamente legalizada e em atividade;
- c) representantes de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso.
- d) representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas relativas à pessoa idosa.

§1º. Os representantes governamentais e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades administrativas, trinta dias antes do término dos mandatos.

§2º. Para fins de indicação para composição do Conselho, são consideradas entidades não-governamentais no município de Pomerode:

- I – órgãos de classe e sindicatos de profissionais com políticas e ações explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos da pessoa idosa;
- II – as Associações de aposentados;
- III – as organizações de grupo ou movimento de pessoas idosas, devidamente legalizado e em atividade a mais de 01 (um) ano;
- IV – entidades de credo religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos do idoso;
- V – Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) em funcionamento há mais de 01 (um) ano;
- VI - Instituições de Ensino Superior;
- VII – outras entidades legalmente constituídas, com funcionamento regular por tempo não inferior a 01 (um) anos, desde que atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas na Lei Complementar nº 176 de 31 de Agosto de 2009.

§ 1º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos,

podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§2º. Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

Art. 4º. Os titulares dos órgãos ou entidades governamentais indicarão seus representantes.

Art. 5º. Os representantes das organizações da sociedade civil serão escolhidos por meio de votação, em Fóruns Específicos.

§1º. A eleição para a escolha das entidades não governamentais será convocada pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa por meio de Edital, publicado no Diário Oficial do Município, onde houver, ou dada a publicação de costume, 60 (sessenta) dias antes do final do mandato.

§2º. As entidades não governamentais indicarão os membros titulares e suplentes para comporem o Conselho.

§3º. A eleição dos representantes da sociedade civil será realizada pelo menos 30 dias antes do final do mandato.

§4º. O processo eleitoral será acompanhado por um representante do Ministério Público indicado para esse fim.

Art. 6º. A função do membro do Conselho Municipal da Pessoa Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal da Pessoa Idosa perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia a plenária do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V – for condenado em sentença irreversível, por crime ou contravenção penal.

§1º. O Conselheiro será destituído pelo Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, após apreciação pela Plenária.

§2º. O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, o mesmo deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para nomeação pelo Prefeito Municipal.

§3º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros

do Conselho Municipal da Pessoa Idosa serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, os quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art. 10. Aos membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa cabe:

- I – Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;
- II - justificar por escrito ou via e-mail as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião;
- III - assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;
- IV - solicitar à Secretaria a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;
- V - debater e votar a matéria em discussão;
- VI - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;
- VII - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requerer adiamento da votação;
- VIII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;
- IX - proferir declarações de voto, quando o desejar;
- X - propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;
- XI - propor a Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;
- XII - apresentar questões de ordem na reunião;
- XIII - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;
- XIV - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;
- XV - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;
- XVI - votar e ser votado para cargos do Conselho;
- XVII - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;
- XVIII - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
- XIX - requerer votação de matéria em regime de urgência;
- XX - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados a pessoa idosa;
- XXI - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento;
- XXII - observar preceitos éticos e morais, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, e resguardar o caráter confidencial das comunicações, preservando o sigilo das situações que o merecerem.

Art. 11 A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

- I – em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;
- II – no caso de falta do conselho titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;
- III – quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 12 O Conselho Municipal da Pessoa Idosa estruturar-se-á em:

- I – Plenária
- II - Diretoria
- II – Secretaria
- III – Comissões permanentes.

Parágrafo único - A Plenária é composta pelos conselheiros e pela Diretoria, formada pelo Presidente e Vice-Presidente.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 13 O Conselho Municipal da Pessoa Idosa terá uma Diretoria, constituída por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário.

Art. 14 O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus pares, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a ambos, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

Art. 15 Compete ao Presidente:

- I – cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- II – representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;
- III – convocar e presidir as seções da Plenária;
- IV – submeter à pauta à aprovação da Plenária;
- V - submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
- VI – participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;
- VII – praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;
- VIII – assinar resoluções, portarias e correspondências do Conselho, aprovadas pela Assembleia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro Conselheiro;
- IX – delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- X – submeter à apreciação da Assembleia Geral a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;
- XI - submeter à plenária o relatório anual do Conselho;
- XII - dar publicidade às decisões do Conselho;
- XIII – consultar a assembleia geral quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao andamento dos trabalhos do Conselho;
- XIV – convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da plenária;
- XV – decidir sobre questões de ordem;
- XVI – desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;
- XVII – exercer o voto de desempate, sempre que houver necessidade;
- XVIII – solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho.

Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo Secretário.

Art. 16 São atribuições do Vice-Presidente:

- I – substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando o mandato neste último caso;
- II – auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III – exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

Art. 16 São atribuições do Secretário:

- I – redigir e ler a ata da reunião plenária;
- II – substituir o Presidente e o Vice-Presidente nas ausências e impedimentos destes;
- III – fazer o controle de frequência dos conselheiros, comunicando eventuais exclusões e substituições;
- IV – distribuir documentos aos conselheiros durante as sessões.

SEÇÃO III DA PLENÁRIA

Art. 17 Cabe a Plenária do Conselho Municipal da Pessoa Idosa:

- I – deliberar, por maioria absoluta:
 - a) nos casos de alteração do Regimento Interno;
 - b) na eleição direta do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário e do Vice-Secretário;
 - c) quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.
- II – deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados à sua apreciação.
- III – baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias à implantação da Política Municipal da Pessoa Idosa;
- IV – requisitar aos órgãos da administração pública municipal e às organizações não governamentais documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;
- V – propor a convocação da Conferência Municipal da Pessoa Idosa que se reunirá a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação do Conselho;
- VI – deliberar a destituição de Conselheiros;
- VII – convocar o fórum para eleição dos representantes das entidades não governamentais;
- VIII – elaborar e aprovar, em parceria com o órgão competente, o plano de ação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;
- IX - analisar e aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 18 Todas as sessões do Conselho serão publicadas, precedidas de ampla divulgação e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas à Secretaria Executiva para publicação na imprensa oficial, onde houver, ou para ser amplamente divulgada.

Art. 19 O Conselho reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, conforme calendário de reuniões anual aprovado pelo Conselho, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada por escrito via e-mail pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias.

§1º Na convocação deverá constar a ordem do dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 20 As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretário-Executivo, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

- I – abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II – avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;
- III – outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.

Parágrafo único – A ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 21 Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

- I – verificação do quorum necessário para a instalação dos trabalhos;
- II – apresentação das justificativas de ausências;

III – abertura da sessão pelo Presidente;
IV - leitura da ata anterior, pelo Secretário-Executivo, sua discussão, aprovação e assinatura pelos membros do Conselho;
V – Enviada a ata por meio eletrônico, fica dispensada sua leitura, sendo examinados apenas os destaques;
VI - comunicações do Presidente;
VII - comunicações dos demais membros do Conselho;
VIII - leitura do expediente;
IX - leitura da pauta do dia;
X - pedido de inclusão de matéria nova na “ordem do dia”;
XI - discussão e votação da “ordem do dia”;
XII – apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes;
XIII – deliberações e encaminhamentos;
XIV – encerramento da sessão.

§1º. Havendo número legal será iniciada a sessão.

§2º. Não havendo quorum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quorum, ficará adiada a sessão para o mês seguinte, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.

§3º. Ausente o Secretário-Executivo, o Presidente nomeará um Conselheiro pro ato.

§4º. Após proferir o seu voto, poderá o membro do Conselho, antes de proclamado o resultado, reconsiderá-lo.

Art. 22 As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário, onde constará a presença de cada membro do Conselho, as justificativas dos ausentes, se apresentadas.

§1º Os assuntos tratados serão registrados em ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

§2º Todos os incidentes relativos às eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da sessão, e nesta serão consignados em ata.

Art. 23 As sessões extraordinárias destinar-se-ão às mesmas competências previstas para as sessões ordinárias.

Parágrafo único – Aplicam-se às sessões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as sessões ordinárias.

SEÇÃO IV DAS COMISSÕES

Art. 24 As Comissões Permanentes de natureza técnica serão constituídas com caráter permanente, com tarefas e prazos determinados. Serão constituídas por representantes governamentais e não governamentais e compostas de, no mínimo, 03 (três) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão os seus coordenadores.

§ 1º - Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Comissão de Políticas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar todas as políticas direcionadas à população idosa a serem aprovadas pelo Conselho;
- b) Comissão de Normas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar normas para aprovação do Conselho, bem como acompanhar matérias de interesse da população idosa nas instâncias legislativas e judiciárias;
- c) Comissão de Orçamento e Finanças com a finalidade de sugerir e apreciar propostas orçamentárias pertinentes ao segmento da

pessoa idosa elaboradas pelos órgãos setoriais do Município, bem como acompanhar e avaliar sua execução financeira; elaborar plano de ação e aplicação do Fundo Municipal e ainda acompanhar toda a sua movimentação e avaliar resultados.

§ 2º - as Comissões Permanentes deverão apresentar à assembleia o relatório de suas atividades.

SEÇÃO V DA SECRETARIA

Art. 25 São atribuições do Secretário-Executivo:

- I – secretariar as reuniões do Conselho;
- II – tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;
- III – encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;
- IV – prestar, na Plenária, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;
- V – redigir as atas das sessões do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, quando necessário, bem como colher as assinaturas dos presentes;
- VI – controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.
- VII – proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho, quando necessário;
- VIII – providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;
- IX – receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente;
- X – informar aos Conselheiros o calendário das reuniões ordinárias;
- XI – receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;
- XII – proceder à leitura da pauta das sessões;
- XIII – desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 26 A Secretaria do Conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art. 28 O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros.

Art. 29 Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto nº 2410/2009 e Decreto nº 1.845/2002.

Pomerode, 14 de Maio de 2015.

Fabiana Fragoso

Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 009/2015/COMAS RESOLUÇÃO Nº 009/2015/COMAS

Nomeia Componentes para Mesa Coordenadora e Comissões do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode e Revoga a Resolução nº 007/2015/COMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho

Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 15 de Maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Coordenador Geral – Almir Biegging, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode - APAE

II - Vice Coordenadora – Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região.

III – Secretária – Loraine Aurélio, representante da Secretaria de Saúde.

IV – Vice-Secretária – Rejeane Cristina Rahn, representando o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS/SC.

Art. 2º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Financiamento de Assistência Social – CPFAS:

I - Loraine Aurélio, representante da Secretaria de Saúde.

II – Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região.

III – Elen Katia Weege Schlingmann, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES.

Art. 3º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS:

I - Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região.

III – Elen Katia Weege Schlingmann, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES.

III – Gisela Ewald, representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 4º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR:

I – Teodânia Hass Krahn, representante da Ordem de Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau.

II – Bernadete Lorenzi, representante da Secretaria de Administração e Fazenda.

III – Almir Biegging, representando da APAE de Pomerode.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 007/2015/COMAS.

Pomerode, 15 de Maio de 2015.

Almir Biegging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 010/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 010/2015/COMAS

Convoca a V Conferência Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 15 de Maio de 2015;

CONSIDERANDO:

· A necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

· A Resolução CNAS nº 3, de 20 de março de 2015 que define o período de realização das Conferências de Assistência Social de 2015;

· Portaria Conjunta CEAS/SST nº 01 de 14 de Abril de 2015 que dispõe sobre a convocação da Conferência Estadual de Assistência Social e dá outras providências;

· Portaria Conjunta nº 1 de 9 de Fevereiro de 2015 do Gabinete da Ministra que dispõe sobre a convocação extraordinária da X Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal de Assistência Social de Pomerode, a ser realizada no dia 09 de Julho de 2015, tendo como tema central: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Para a organização da V Conferência Municipal de Assistência Social de Pomerode será instituída uma Comissão Organizadora, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, sendo:

I - Almir Biegging, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode – APAE

II - Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região.

III – Loraine Aurélio, representante da Secretaria de Saúde.

IV – Elen Katia Weege Schlingmann, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 21 de Maio de 2015.

Almir Biegging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 011/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 011/2015/CMDCA

Nomeia Componentes para Mesa Coordenadora e Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode:

I – Coordenador Geral – Raphael Ricardo Hoffmann, representando

o Grupo Escoteiro Pomerano 90/SC.

II – Coordenador Adjunto – Célio Schlingmann, representando a Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer – FUNPEEL.

III – Secretária Geral – Carmen Regina Ramlow, representando a Secretaria de Saúde.

IV – Secretário Adjunto – Dênis Sell, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 2º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Política, Plano e Diagnóstico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Rudi Voigt, representando a Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João de Pomerode.

II - Anamaria Assis Scalco, representando o Centro de Assistência Madre Maria José.

III - Kézia Belchior de Lima, da Secretaria de Saúde – SESA.

IV – Odair Alves Rosa, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES.

Art. 3º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Finanças e Captação de Recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Silvio Bodenmuller, representando a APAE de Pomerode.

II – Raphael R. Hoffmann, do Grupo de Escoteiro Pomerano – 90/SC.

III – Marcos Küster, da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

IV – Dênis Sell, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 4º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Normas e Registros:

I – Célio Schligmann (titular), representando a Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer – FUNPEEL

II – Carmen Regina Ramlow (titular), representando a Secretaria de Saúde – SESA

III – Andréia de Pinho, representando o Centro de Assistência Social Madre Maria José CEAMA.

IV – Anamaria Assis Scalco, representando Centro de Assistência Social Madre Maria José CEAMA.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 018/2014/CMDCA; Resolução nº 019/2014/CMDCA; Resolução nº 005/2014/CMDCA e Resolução nº 006/2014/CMDCA.

Pomerode, 15 de Maio de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 011/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 011/2015/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, referente aos Serviços/Programas e do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode sobre o Demonstrativo em questão, ano 2014, do município de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, referente aos Serviços/Programas; Ano 2014 do Município de Pomerode, conforme anexo.

Art.2º - Aprovar o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode sobre o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS referente aos Serviços/Programas; Ano 2014 do Município de Pomerode, conforme anexo.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 15 de Maio de 2015.

Almir Bieging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 012/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 012/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Maio de 2015,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à mobilização por meio de uma peça teatral com os multiplicadores do município, no dia 25/05/2015, no período matutino, na MEUC, considerando o dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no valor de R\$ 1.870,00 (mil, oitocentos e setenta reais) com recursos do FIA de Pomerode.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 15 de Maio de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 012/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 012/2015/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, referente ao IGD PBF e IGDSUAS, e do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode sobre o Demonstrativo em questão, ano 2014, do município de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela

Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 10 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS referente ao IGD PBF e IGDSUAS, Ano 2014 do Município de Pomerode, conforme anexo.

Art.2º - Aprovar o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode sobre o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS referente ao IGD PBF e IGDSUAS, Ano 2014 do Município de Pomerode, conforme anexo.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 12 de Junho de 2015.

Maria Carolina Mestre Vilaça

Vice Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 014/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 014/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Edital nº 001/2015 do CMDCA de Pomerode e revoga a Resolução nº 005/2015/CMDCA e a Resolução nº 013/2015/CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº 1.962/07, aprova a presente Resolução, estabelecendo normas para a realização do processo de escolha mediante sufrágio universal e direto dos membros do Conselho Tutelar do Município:

CONSIDERANDO

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
- Lei nº 12.696, de 25 de Julho de 2012 que altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
- Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
- Lei Municipal nº 2.535, de 08 de Março de 2013 que altera a Lei Ordinária Municipal nº 1.962, de 09 de Março de 2007 e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Edital nº 001/2015/CMDCA que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Pomerode.

Art. 2º - Para a realização do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Pomerode, será nomeada e integrada Comissão Especial Eleitoral, que ficará composta pelos seguintes conselheiros:

- I – Paola Nishimura – representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES
- II – Carmen Ramlow – representante da Secretaria de Saúde
- III – Rudi Voigt – representante da Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João de Pomerode
- IV – Geazi de Oliveira Viégas – representante da Associação Pelo

Bem-Estar da Família – ABEFAM

Art. 3º - Caberá à Comissão Especial Eleitoral:

- I – Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;
- II – notificar os candidatos, concedendo-lhes o prazo para apresentação de defesa;
- III – realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo se necessário ouvir testemunhas eventualmente arroladas;
- IV – realizar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- V - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- VI - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- VII - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- VIII - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;
- IX- escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
- X - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- XI - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- XII- divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e
- XII - resolver os casos omissos.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 005/2015/CMDCA e a Resolução nº 013/2015/CMDCA.

Pomerode, 12 de Junho de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do CMDCA de Pomerode

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 101/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 101/2015 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Objeto: Aquisição de um caminhão Iveco Tector Attack 170E22, com baú plástico tipo paleteiro marca Facchini, com equipamento de refrigeração acoplado e elétrico.

Valor Total: R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 003/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Carboni Distribuidora de Veículos Ltda

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 102/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 102/2015 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Comercial Palmeiras Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de 1.300 (mil e trezentas) caixas plásticas para transporte de pacotes de leite da marca Mercoplaza.

Valor Total: R\$ 25.467,00 (vinte cinco mil quatrocentos e sessenta e sete reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 003/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Comercial Palmeiras Ltda – EPP

Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 043/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 075/2015 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 043/2015 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para Registro de Preços para aquisição de mangueiras hidráulicas e conexões hidráulicas automotivas. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 26 de junho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 044/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 076/2015 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 044/2015 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para Registro de Preços para contratação de empresa prestadora de serviço de solda, usinagem retífica, brunimento e troca de retentores para a recuperação, conserto, recondicionamento e reforma de cilindros hidráulicos e pneumáticos. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 29 de junho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIA Nº 029, de 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre o 13º Salário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Antecipar 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, no dia 10 de julho de 2015.

Parágrafo único. Para receber a primeira parcela do 13º Salário, o Servidor deverá, até o dia 03 de julho de 2015, solicitá-la por escrito à Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 057/2015 – PREFEITURA

Pregão Eletrônico 003/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Comercial Palmeiras Ltda – EPP e

Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Porto União SC, 03 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 29/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2015

O Município de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 25/06/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando o Registro de Preços para eventual prestação de serviços relacionados ao transporte de estudantes do município de presidente nereu em diversos itinerários no município quando em situação de socorro. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, o edital na íntegra no DOM (diário oficial dos municípios).

Presidente Nereu, 12 junho de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº29/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 129/2014 de 09/01/2014 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 29/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 25 de junho de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).

c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC

d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas

e) Abertura do processo: dia 25/06/2015 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC

ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 25 de junho de 2015 às

9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2014 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

- 6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;
- 6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.1.13 Certificado de Inspeção Veicular dos veículos a serem utilizados para prestação dos serviços.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:
 - 7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - 7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
 - 7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:
 - 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

- 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
- 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

- 8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
- 8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.
- 8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- 8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.
- 8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.
- 8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.
- 8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.
- 8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.
- 8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

- 9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

- 10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, na internet página do município link Diário Oficial (DOM Diário Oficial dos Municípios) e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO: XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos

e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01620200

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes á legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no

máximo 08 (oito) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o serviço, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissoes puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência; (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no jornal Diário Oficial do Estado, edital completo na internet página do município link Diário Oficial (DOM Diário Oficial dos Municípios) e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 10 de junho de 2015

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01620200

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 08 (oito) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 29/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,,

..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede

Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em

..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01620200

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 08 (oito) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 29/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER

Assessor Jurídico

OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	20.000,00	KM	TRANSPORTE ESCOLAR COM VAN DENTRO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU	44.000,0000		
2	10.000,00	KM	TRANSPORTE ESCOLAR COM MICRO ONIBUS DENTRO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU	26.000,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

EDITAL DE PREGÃO Nº 30/2015 AQUISIÇÃO DE PNEU E RECAPAGEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2015

O Município de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 26/06/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando o Registro de Preços para eventual Aquisição de Pneus novos e Serviços de Recauchutagem de Pneus para a Frota Municipal. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs

11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal. Edital na íntegra no DOM Diário Oficial dos Municípios.

Presidente Nereu, 26 de junho de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº30/2015 com Cotas de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 04/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 30/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISICAO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS A FROTA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE RECAPES DE PNEUS.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 26 de junho de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 26/06/2015 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 30/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 26 de junho de 2015 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte, não poderá participar de até 25% dos itens licitados conforme anexo III.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2015 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

5.1.6 Declaração da Empresa que os serviços de recauchutagem serão realizados exclusivamente com Borracha Classe A (Portaria nº 444 do INMETRO).

5.1.7 O valor referente aos eventuais consertos de pneus referente a recauchutagem não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do serviço e sendo, no máximo 02 (dois) consertos por pneu.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:**5. IX**

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**6. X**

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI**7. XI**

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente

homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, na internet página do município no link Diário Oficial disponibilizado na íntegra, ou ainda na Prefeitura Municipal.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

XIXIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente

na entrega do objeto lícitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto lícitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência; (Anexado no lado interno do envelope nº. 01 - PROPOSTA).

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 12 de junho de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos __ dias do mês de _____ do ano de 20__, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISICAO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS A FROTA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE RECAPES DE PNEUS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados conforme lei que autoriza.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 30/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal-----
PregoeiroAssinaturas fornecedores

-----**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISICAO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS A FROTA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE RECAPES DE PNEUS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo

24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 30/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISICAO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS A FROTA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE RECAPES DE PNEUS. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDADDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	8,00	UN	PNEU NOVO 175/70 R 13 RADIAL DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT E COM SELO DO INMETRO IMPRESSO.	1.640,00
OS ITENS 02, 03, 04 E 05 SÃO DE EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE CONF. LEI COMPLEMENTAR Nº147/2014				
2	16,00	UN	PNEU NOVO DE FABRIC NACIONAL 185 R, 14 COM 08 LONAS DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT E SELO DO INMETRO IMPRESSO.	5.760,00
3	4,00	UN	PNEU NOVO 205/70-R15 DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT E COM SELO DO INMETRO IMPRESSO.	2.138,00
4	8,00	UN	PNEU NOVO 205 X 75 R16, RADIAL DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU.	5.132,00
5	36,00	UN	PNEUS NOVOS 215 X 75 X 17,5, RADIAL, BORRACHUDO, DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU.	29.340,00
6	16,00	UN	PNEU 1000 20, NOVO, LISO, 16 LONAS, RADIAL, COMPLETO COM CAMARA E COLARINHO, DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU.	25.600,00
7	30,00	UN	PNEU NOVO RADIAL BORRACHUDO 1000 X 20, 16 LONAS COM CAMARA E PROTETOR, DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT COM SELO DO INMETRO IMPRESSO.	51.000,00
8	20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 185X14 BORRACHUDO.	3.000,00
9	20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 205 X 75 R16	5.400,00
10	10,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 205/70 R 15	2.700,00
11	40,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 215 R X 17,5 BORRACHUDO COM NO MINIMO 13 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	14.400,00
12	50,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 1000 X 20 RADIAL, FRIO, BORRACHUDO C/ NO MINIMO 23MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	26.750,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

Rio do Sul

PREFEITURA

ANGELA KUROSKI - 9º TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 543/2012, firmado em 11/04/2012, com término previsto para 23/12/2014. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA KUROSKI, portador(a) do CPF nº 037.377.199-18, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 543/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 543/2012, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 23/06/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/12/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANGELA KUROSKI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO Nº 4742, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4742, de 10 de junho de 2015.

"ALTERA TARIFA PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Termo de Prorrogação de Contrato de Concessão, de 08 de julho de 1999,

DECRETA:

Art. 1º – A Tarifa para o Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, fica fixado em R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos), no município de Rio do Sul, considerando a base de cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência do aumento de no óleo diesel e 8% do dissídio coletivo, em virtude deste fato a passagem urbana requer reajuste.

Art. 2º – O passe de estudante, instituído pela Lei Municipal n.º 2.830/93, será de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos), para os estudantes devidamente identificados.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor a partir da zero hora do dia 28 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Concurso Público objeto do Edital nº 01/2015, de 11 de maio de 2015 e retificação, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A Prova Escrita será realizada no dia 21/06/2015, das 9h às 12h, com duração mínima de 1 (uma) hora, na UNIDAVI, situada a Rua Dr. Guilherme Gemballa, 13, Jardim América - Rio do Sul – SC.

1.1. O candidato deverá comparecer no local e hora marcada com antecedência mínima de 30 minutos.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

1.3. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto e poderá ser exigido comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 12 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO ÚNICO

PEDAGOGO	21 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
943	ALBERTINA KUHLEKAMP ZEFERINO	1896586
1066	ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA	2479606
982	ANA PAULA PILZ DE SOUSA	3674486
341	ANDREIA FRANZEN	3741156
1145	ANGELITA KLETENBERG TUMMLER	4088957
774	BÁRBARA MARTINA SERPA	55453511
1114	CÁTIA STALOGH	3674554
594	ELISANA CAPISTRANO SERRÃO MENDES	3458945
927	EMÍLIA FRUTUOSO LANGE	2629192
1058	GRACIELA SILVA BARROS	338675887
1062	INES FORNARA DALL OGLIO	5473179
170	LAISE VERSINO	4691343
792	LENIR CÁSSIA KOERICH KLETENBERG	21/R-2.250.617
13	MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA	2915176
568	MARA VERGINIA LEDRA	1.030.107
593	MARCIA FERREIRA	4154945
1050	MARISTELA FIGUEIREDO BRANGER	3.162.457
339	NAIR CAMARGO GIEHL	1.655.268
1126	RITA RABELO DA SILVA	12801275
73	SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA	2.140.562
1075	ZULEIDE DEMETRIO MINATTI	2497884

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	66 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
1208	ALINE DA SILVA	4.793.627
179	ANA PAULA AUGUST DA SILVA	5888663
957	ANA PAULA PEREIRA HAASE	4.475.369
468	ANDIARA RODRIGUES MOREIRA	1578048
1086	ANGELA MARIA DERRO JUSTEN	1.891.777
944	ANGELITA DOERNER SENS	73792258
783	BERENICE CARDOSO ISAIAS	2915475
137	BRUNA LUANA KEMPNER	4740175
138	CARLA KORB	3279294

796	CAROLINE FRAINER	44851626
141	CLAUDIA MARIA DLAPIAZ CHIUDINI	3658097
302	CLEUSA SCHLICKMANN ORLANDI	32730756
1170	DENISE MARIA DO PRADO WILVERT	24087700
1169	ELISA MARIA DALPIAZ	3273991
401	ELIZIANI SCHAFFER CORADINI	3718824
1183	ELY DA LUZ	4519595
354	ÉMELLIN LUANA SORGATTO	4347871
1195	FABIANA GOULART DE SOUZA	5720785
52	GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO	70458896
894	JANAINA FEDER	5720548
1164	JANEISA BRUNA DA SILVA	4529037
1141	JANETE DE OLIVEIRA MEDEIRO	108293
1036	JARDEL BREHMER	5.720.930
777	JÉSSICA CATIANE FORSTER	6.172.890
868	JOELMA FELBER LEANDRO	2629197-5
1076	JULIANA PINTARELLI AVI	44605900
1	JÚNIOR KAHL	5.613.423
954	KAROLINE MAYARA DE OLIVEIRA PINTO	6676942
1149	LAIS DE SOUZA	4431935
1045	LEID DAIANA WAGENKNECHT CLAUDINO	4088225
531	LEONI SCHUSTER DE DEUS	5.797.081
533	LISANGELA CELI DE ANDRADE BONA	2623549
1044	MALIZE SCHREIBER	2625973
434	MARCIA APARECIDA RIZZO	73937973
759	MARCIO OSORIO DA LUZ CORRÊA	37509837
558	MARILSE RAMOS	4135579
599	MICHELE DEOLA	40248216
525	MILCE GOMES DE ALMEIDA MAÇANEIRO	1879749
640	NAKITA ANI GUCKERT MARQUEZ	4486475
956	NICELANI SERAFIM	4317571
670	PATRÍCIA DA LUZ DE SOUZA	4317878
464	PAULA FERNANDA SILVA TOMAZONI	2493096-2
79	RAQUEL MARIA MENEL	3718148
514	RAQUEL WIGGERS	43473873
676	REGIANE APARECIDA ESPINDOLA	2629430
64	RITA RASSWEILER	3605725
539	ROBERTA TEIXEIRA KARSTEN	4286970
962	ROSANGELA LUCIA DA SILVA KLAUMANN	5815076
1211	ROSELI PRIES DE MELO	7R529252
923	ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER	2.499.775-7
952	SANDRA MARIA SESTREN	2492798
1065	SAYONARA CHIQUETTI	1894728
153	SÉRGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA	625010
245	SILVIA OROSINA SILVEIRA	3502836
374	SILVIA ROBERTA ROSA LAURINDO	3993311
536	SONIA MARIA PEREIRA DE ASSUNÇÃO	1675148
283	SUZAMARA PINHO	4475827
81	TAINARA ESPINDOLA PIRES	50889947
633	THAIS MARISTELA PETERSEN	4171243
669	VANDERLEIA ATAIDE MAGNANI	43471749
745	VANESSA CRISTIANE DE OLIVEIRA	1/R-2.224.501
461	VANESSA MARCELLO	4011496

730	VERA LUCIA ALEXANDRE	2.184.725
898	VIVIANE BAGATTOLI	4691727
612	VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MDEIROS	4740391
662	VIVIANI GRUDTNER	44965885

PROFESSOR DE ARTES	20 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
620	ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI	5589474
922	ANA PAULA LEHMANN COTA	4311345
1128	ANA PAULA MEES OBERZINER	3693665
1011	CRISTINA NASCIMENTO CARDOSO	708420
678	FABRICIO LIMA GARCIA	4.158.096
679	FLÁVIA VILSIANA HENCKEMEIER POPENGA	3164548
935	FLAVIO JOSÉ PACHECO CORDEIRO	1.896.231
893	GISELE MARA POSSAMAI JASPER	32728816
1029	GRACIELA PEREIRA	50870491
755	GRETCHEN MERI BECKER	3607350
871	LUCIANE SCHMIDT	3833749
951	MARCELO CESAR DA CUNHA	4691761
1172	MARIA DERCY BATISTA RODRIGUES	21170976
654	MARLEIDE APARECIDA DE CAMPOS ROCHA	50116878
504	PRICILA DOERING	4404869
580	PRISCILA APARECIDA THEIS	4056116
369	RAQUEL PITZ	3792873
251	REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH	2258526
807	SABATA LARISSA BENNERT	3458641
641	TATIANE DA SILVA MÉDICES SCHUSSLER	52793761

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	27 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
274	ALINE MARTINS VARELA	2621929
808	ANDRESSA ANDRADE PINHO	4.338.278-9
372	BIANCA DA SILVA ORSO	53792424
148	CLEUSIMERI DE OLIVEIRA	3937241
839	CRISTINA MARIA DALMAS	78616555
1040	DEIZE FABIANE DE ESPINDOLA	4706079
785	EDYCLEYA SILVÉRIO	3211148
1038	ELAINE DOS SANTOS	54123410
699	ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI	3980080
936	ELIANE ANDRZEJEVSKI	3353937
405	ELIANE VIVAN DE LIMA	6033274
760	EUCARIS DE PIN	1891107
865	EUNICE LIPPEL	1030906
746	GENOVEVA DOS SANTOS SORA	2.496.133-7
846	HIGO INÁCIO	3458756
1198	JAQUELINE RABELO MAFFEI	2.180.528
686	JOANA IGNACIO	48333743
427	JOSIANE VANESA SATURNO	2493377
1035	KALÍCIA CAROLINE BAIRRO	53074491
547	LENIR PETRY DA SILVA	40970981
357	MONICA DENZER	2911045
565	RAFAELA KESTERING	39301745

934	ROSEMERI APERECIDA BURATO	2124220
947	RUTE APARECIDA CASAGRANDE VARGAS	2492217
794	SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI	37321056
847	SILVANA INÊS WEBER PITZ	2679798
307	VANESSA EMANUELA FRAGA FARIAS	4724063
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	79 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
263	ADENILSO ISAIAS CAMPESTRINI	4171936
12	ADRICIA NEUMANN	4185422
376	ALAN MARTTOS HELBOK	273137530
143	ALESSANDRA SOARES MACHADO	4475128
668	ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI	5087719
996	ALVANY GADOTTI MEDEIROS	1890620
854	ANA PAULA BATISTA	48337447
780	ANDRÉIA TERESINHA ADÃO	3718336
175	ANGÉLICA SCHMITT	5797765
788	ANTÔNIO PAULO FERREIRA	47240776
457	BRUNA JOCASTA DA SILVA	1085417895
932	CAMILA NIENKOTTER	4724601
463	CAROLINA MACHADO DE OLIVEIRA	4088150
523	CHARLES STUEPP	4201268
390	CRISLENE GELZLEICHTER WARMLING	46911618
348	CRISTIANI REGINA PETRIS	3693058
515	CRISTIANO STRINGARI	3718337
688	CYBELLE DOEDERLEIN SOARES SCHLEMPER	5261903-6
721	DAIANA FELIPPE	4740731
692	DAIANE CRISTINA DE AVILA	44758413
1144	DANIELLE MENDES LUCAS DE OLIVEIRA	2463156
365	DIOGO MARCOS DEITOS	5.232.820
772	DJENIFFER VIEIRA DA SILVA	4390925
915	DOUGLAS ANTONIO LIERMANN	5011874
1060	EDEURIO LOTERIO	4834243
241	EDILSON HENRIQUE KOTH	3993121
588	EDSON IVO CHRISTEN JUNIOR	4834310
717	EDUARDO JOSÉ BONETTI	4311212
281	ELINI LUCIA FINGER PATZLAFF	1877526
1056	ELIZEU CRISPIM DE MELLO	24047457
946	ELSON ALEX GRACIOLI	9061458081
383	FRANCIELE GRACIANE FRANÇA	4403761
706	GEVERSON DE SOUZA	4394134
931	GICINARA FABRIS	2339145
849	GILSON SCHROEDER KUHLMANN	4001941
41	GISELA LUCKMANN	4311124
50	GRACIANO BITTENCOURT LEDRA	3211123
1068	JEISON ROBERTO LONGO	3993266
984	JOHN DJEISON CORRÊA	3741103
919	JORGE BATISTA DA SILVA	720.066
516	JOSÉ LUIZ RONCHI DA ROSA	5.338.099
96	JULIANA JOMES	4234616
323	JULIANA SEBOLD	4011231
1098	KEITY CARLA BECKHAUSER	4056062

1099	KELI CRISTINA DREHER	7367815
851	LAÍSA LOCKS TAMBOSI	4280345
1210	LEANDRO LEDRA	44751710
592	LEONARDO GARCIA GRAHL	4236802
980	LOTHAR WEISE FILHO	7R1671990
43	LUCIANA LUIZA LUCINI	2915257
557	LUIZ EDUARDO VIEIRA CORRÊA DE OLIVEIRA	7.418.365
26	LUIZA ARIELA DE SOUZA	36934259
559	MAÍSA KARSTEN LINDNER	4475132
655	MARCOS ANDRÉ DA SILVA	2652924275
291	MARCOS SCHENKEL	39309894
1187	MARCOS VINICIUS BAUCHSPIESS DE ALMEIDA	6058625
637	MARIANE HELENA GUIMARÃES	49320629
1102	MARIANE MARTINS DE OLIVEIRA	6307425
959	MARISTELA DEMATTÉ	4.706.755-1
1205	MARLON TEFEN	4088652
974	NEIDI KASPARY	8058963102
661	NERI ALVES DOS SANTOS	3869226-0
1201	NIELSON ADEMIR FERREIRA	4869218
424	NILVO DA SILVA	2.495.421
682	PATRICIA LUIZA DE MORAES	3718123
578	PAULO ROBERTO SANTOS LOPES	4744538
1179	PEDRO EUGÊNIO WIPIEWSKI	5496947
1016	RAFAEL CAMPESTRINI	4.347.236
75	RAFAEL CARLOS PARMA	40885720
1089	RAFAEL DE ANDRADE	3394069
564	RIVA MAICON ROSEMANN	3980803
862	ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO FELIX	3761869
14	SIMONE HASCKEL CHIODINI	4154066
647	TAISE KAMER	4724729
775	TAMARA KARINA THEIS	4431179
939	TATIANA GUIMARÃES FRAGA ALMEIDA	15438598
212	THIAGO AIRTON PEREIRA	44755783
908	VANESSA CAMPREGHER	4.934.686-6
435	VIVIANE GUBERT MIRANDA	4970533

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	603 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
729	ADAIR KOERICH	2252773
1186	ADALUT MARIA LOTÉRIO	2256252
18	ADELAIDE VANDERLINDE DA SILVA	942144
120	ADELAINE SOARES DA ROSA	4475127
1033	ADELIA SELMA SPERBER DE OLIVEIRA	258482
321	ADELINE SCHAFFER NAU	4740298
1023	ADRIANA APARECIDA DE CAMARGO	427043645
882	ADRIANA CAMPESTRINI	4056961
197	ADRIANA DE FÁTIMA RIBEIRO	3732714
653	ADRIANA HARDT VIRTUOSO	4432103
1140	ADRIANA HOFFMANN BLASIUS	4085568
638	ADRIANA IGNACIO STORCKMANN	4118500
298	ADRIANA LEICHT PRUST	4085310
29	ADRIANA LIGIA DIAS TONON	3607638

789	ADRIANA MARTINS	3638157
1072	ADRIANA VIEIRA	2628993
988	ADRIANIA KRIEGER STREY	31635105
579	ALANA JASPER ZUNINO	4403659
691	ALEKSSANDRA SIMONE DALMARCO ZANDONAI	4744421
748	ALESSANDRA BLASIUS	54124689
1156	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS	4099915532
779	ALESSANDRA OSTERNA	3607655
596	ALEXANDRA MENDES	3.792.038
973	ALICE SENEM HILLESHEIM	5012804
1125	ALINE CRISTINA GONÇALVES	5.880.578
95	ALINE CRISTINA SCOZ	4834549
618	ALINE MARCHI	4431895
92	ALINE RAQUEL BUZZI	5797305
128	ALINE WEIERS	4234749
183	AMANDA MENDES PEREIRA	6072921
776	AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA	3.459.474-4
740	ANA CAROLINA BORGONHA	404376
402	ANA CAROLINA MEES	4118813
538	ANA CLÁUDIA MORAIS	445019190
132	ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS	1678253
439	ANA LUCIA DE MATOS	4158870
949	ANA LUCIA GARCIA GRAHL	1425888
615	ANA MARIA DE OLIVEIRA	1676090
103	ANA PAULA CARDOZO HOEPERS	3835441
436	ANA PAULA CIRILO	4171182
314	ANA PAULA DIECKMANN	4.024.660
1008	ANA PAULA FINARDI DE SOUZA	4118002
975	ANA PAULA MARTINS VARELA KUHL	32426291
1104	ANA PAULA PEREIRA	22594310
567	ANA PAULA PEYERLE	4403888
164	ANA PAULA ROSA COSTA	4085270
359	ANA PAULA SCOTINI	4457751
705	ANA PAULA SOBIERANSKI COELHO	4830036
758	ANDRÉA DAS GRAÇAS ALEXANDRE ALVES	2.707,033-6
522	ANDRÉIA DE OLIVEIRA WILLEMANN	3161656
62	ANDREIA MORAES COMPER	3766952
850	ANDRESSA ANDRE	5.379.286
520	ANDRESSA CATIUCIA CUNHA	4.475.207-5
809	ANDREZA APARECIDA DE OLIVEIRA	4596836
271	ANDREZA DE OLIVEIRA	35985046
1037	ANELITA KNAUL	1.896.437-0
360	ANELIZE MACHADO MONTIBELLER LOTERIO	5142910
966	ANGELA APARECIDA SILVA	4.311.329
802	ANGELA MARIA RECH	50711610
689	ANGELA PAULA DE MORAES	3896638
9	ANGELICA SIMONE SCOTINI	4706598
213	ANGENETE MARIAN	3638543
71	ANTONIA ARAUJO DE LIMA	6838437
1059	AUCELY MARIA OTTO RBERTI	16066189
636	AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN	2.594.926
17	BÁRBARA CRISTINE PONTICELLI	3314035
1132	BARBARA EVARISTO	5379317

781	BEATRIZ VANDRESEN	47192313
34	BERNADETE CIPRIANI NAZARI	722823-6
192	BERNADETE CANDIDO NUNES	7R/1.679.934
508	BERNADETE MARIA SIEVES TAVARES	625258
562	BIANCA JANINE SCOZ	3980757
349	BIANCA PIERINA SPERANDIO	50882317
537	BIANCA TONET	5923224
1116	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO	4745484
626	BRUNA EMANUELI SENS	4724840
805	BRUNA EMILY SCHVEITZER BACHLE	4342924
199	BRUNA LETICIA LAURINDO	6050835
677	BRUNA MULLER CAMARGO	4724668
635	CAMILA DOS SANTOS VARELA	53799585
107	CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS	43743650
716	CAMILA LORENZON DA COSTA	5261981
933	CAMILA SCHMOELLER	47246901
129	CAMILADOAMARAL	4.719.500
415	CARLA CLÉA DE SOUZA	3905782
253	CARLA CRISTIANE ALVES	43718191
265	CARLA FRANCYELE SOUZA	4300840
720	CARLA FUCK WOLLINGER	5142437
877	CARLA HOEPERS EZIDIO	3.833.704
169	CARLA NAUILA GOEDERT SCHIESTL	50092383
236	CARLA REGINA PEREIRA	3458602
385	CARLA RODE KIRCHNER	4097077
795	CARLOS ALEIXO GRABOWSKI	4744018
914	CAROLINE DIAS DO PRADO GRANEMANN GREIN	5738410
1039	CAROLINE FERNANDA BUTZKE DA SILVA	5274708
40	CAROLINE GONÇALVES BOGO	4237678
384	CÁSSIA NELI JUNGLOS	5232142
48	CATIA CAROLINE SCHLICHTING	6.230.628
821	CATIA KOHL HANG	34599363
400	CATIA REGINA SCHMIDT	3579228
1074	CATIANE APARECIDA ZAPPELINI	4011758
1007	CÉLIA FUZARIS DE OLIVEIRA	39415779-5
214	CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO	4085629
249	CHARLINE MELLO LEDRA	5232970
1117	CHEILA CRISTINE GRAMKOW	5232629
977	CHIRLES VERIDIANA RATH	4529893
646	CICERA SILVA DOS SANTOS	7.175.832
905	CINEIDE MARIA HUNTEMANN FERREIRA	21203598
370	CINEIDE MARILEIA MOSER	3980798
254	CINTIA INES POSTAI MARCHI	32424299
193	CINTIA LUSIA BATISTI	4233564
416	CINTIA SCHREIBER	4.262.422
875	CLARICE COELHO DOS SANTOS	3820531
499	CLARICE SCHMUELLER	4347596
853	CLARINDA FERREIRA MADEIRA	5040078081
275	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS	5888077
446	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS	2829948
985	CLAUDETE SBORZ LEHMANN	1679542
754	CLÁUDIA COSTA	52792862
494	CLAUDIA DENISE DOS SANTOS DE FREITAS	6478757

28	CLÁUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS	3C/2024054
581	CLAUDIA PRUST WESSNER	4528350
1055	CLAUDIANE GISELE FRONZA CRISTOFOLINI	4056346
364	CLAUDINÉIA TABARELLI	4529495
181	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	31604021
39	CLEIDE MALVA CEOLA	4001764
709	CLEIDE MARI MATOS	1054505
1046	CLEIDE MARIA BUSNARDO	1225 107
115	CLEIDIMARA LUIZ DELUCA	4056601
1012	CLEUSA MARIA MONDINI	4001628
750	CRISLAINE SCHADE	6224432
396	CRISTIANE GOMES SANTOS	6609516
296	CRISTIANE GORGES DE OLIVEIRA	2259607
828	CRISTIANE HECK STEINHEUSER CONACO	4.317.244
409	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA	5.087.724
506	CRISTIANE ODERDENG	4088209
57	CRISTIANI BECKER	45299919
224	CRISTIANI BLASIUS	5412519
70	DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA	4.403.690
284	DAIANA RAMOS DA SILVA	4085017
1160	DAIANE DA CUNHA MORAIS	3617950922
54	DAIANE DE SOUZA MACHADO	4203897
114	DAIANE GOEDERT DOS SANTOS	4431063
945	DAIANE MARIANO RODE	4725692
126	DANIEL JAHNZ MARQUES	4834143
897	DANIELA ARNDT	4390763
77	DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA	3210314
1101	DANIELA DAMORI BOEING	4374619
425	DANIELA DE PAULA MORAIS	5578118
397	DANIELA PAUL PARMA	5009051
278	DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO	4725889
117	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER	4056298
521	DANIELI WERNKE RODE	4932093
200	DANILA TAMBANI DE OLIVEIRA KISTE	5011689
297	DANISE GÓSS DE SOUZA LONGEN	3.646.776-6
68	DANÚBIA GONZAGA	3820054
471	DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA	4528999
310	DANUBIA SILVEIRA FLORIANI	4347432
59	DARIANE BECKER DA SILVA	44758758
430	DARLANA ULLER ROSA	5.465.417
223	DÉBORA COMIATTO	2.499.627
1174	DÉBORA ERTAL	5923894
799	DEISE ABREU	47249480
885	DEISE HELLMANN	5368248
469	DEISEANE DOS SANTOS	5670608
586	DEISI SCHRODER	3658002
159	DENISE DOS SANTOS	59102419
1026	DENISE NARDELLI	4935950
609	DEONILDE CLERIA PERRARO ALVES	2628833
532	DIANDRA REGINA KLETTENBERG	5009477-7
455	DIANDRA ROCHA ZUCATELLI	4431713
207	DILVA NAZARI FRANCO	8023034
843	DIRLEI DE FÁTIMA CORDEIRO	4.203.687

786	DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES	3479477
127	EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS	1427863-4
912	EDINARA JANIEMI HAHN	4404203
739	EDINEIA RENKEL	3792509
258	EDINÉIA ROHLING NEUMANN	4390009
832	EDITE BORGHEZAN ULLER	4485573
303	EDITE CARDOSO SAMULEWSKI	4403857
320	EDNA KOCH SCHOWAMBACH	2258982
23	EDNA SOARES GUTZ	36939072
168	EIMÊ DAS GRAÇAS OLIVEIRA	2254536
501	ELAINE CRISTINA ADAMI	3890384
1004	ELAINE CRISTINA DA ROCHA	4024497
1139	ELAINE CRISTINA NUNES	3600700
21	ELAINE HAVERROTH	3674202
1199	ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA	774167
1193	ELAYNI MARCHI	4931752
656	ELENICE DE JESUS	3930389
569	ELENICE MIRANDA	3833746
313	ELENICE PAULA SANTOLIN	1083329258
861	ELIANA GIOVANELLA MÁZERA	3353831
1024	ELIANA SILVA CAXIADO	854413
566	ELIANE APARECIDA SCHEIDT STEINBACH	3163423
892	ELIANE DOS SANTOS SOUZA	4984149
466	ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH	32432607
818	ELIANE MIRANDA WEISS KLAUMANN	4231802
417	ELIANE VINOTTI SCHMIDT	4234241
198	ELIETE LESSA	2.623441-30
642	ELISA LUCIO GRUBER	3352026
993	ELISABETE DE ALMEIDA DIAS	35477032
152	ELISABETE DE SOUZA MUNIZ	3833773
1027	ELISANDRA MANOZZO COSTA	2040075241
700	ELISANGELA DOS PASSOS	6094907
1088	ELISIANI ANDRADE	47249498
825	ELISVANE DE JESUS TOLENTINO STEFFEN	5872983
449	ELIZETE MARTENDAL DOLSAN	3395197
398	ELIZETE RODRIGUES	2043424
878	ELIZIANA ESTEVÃO ALVES	2259590
627	EMANUELLA MURIÉL CUNHA	4342595
602	ENELITA DA ROCHA LOTIN	1228472-6
855	ETIANE MAIARA DOMINGOS	135228621
151	EVANILDE DEMETRIO	3458873
1020	EZENILDA KRAMBECK	3.638.660
495	FABIANA GARCIA	42809045
981	FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO	3394994
264	FABIANA THOLL	4011909
824	FABIANA ZANCANARO	3.160.682
31	FABIANE ANDREA DA SILVA	3607321
387	FABRÍCIA APARECIDA HINCKEL	4233742
194	FERNANDA FERREIRA	54659051
1184	FERNANDA LEHMKUHL	4724688
644	FERNANDA ROHLING	4236422
279	FRANCIANE KNOPF	3486033
428	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	4280160

1052	FRANCIELE MICHELS	4394217
527	FRANCIELE PEREIRA SCHMOEGEL	4011419
102	FRANCIELI ROBERTA MOHR DA SILVA	3674339
45	FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA	47190574
630	FRANCISCA ERLETE MARTINS TOMAZ	2.495.696-1
734	GABRIELA DELA JUSTINA	6209582
112	GABRIELE TEIXEIRA	489116577
361	GEANE KUSTER PEREIRA	4374118
268	GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI	4297085
182	GEICIANI PRICILA WISNESKI	4342104
1030	GENECI MARIA ROMANINI MOTTA	7053695842
1118	GERLANA APARECIDA LAURENTINO	3394991
295	GÉSICA ELIANE MARTINS	52799824
228	GIANA TAMBOSI DE SOUZA	4088771
600	GISELE BUENO DE OLIVEIRA	4540412
917	GISELE DOERNER	4932054
696	GISELLE LANGE	3993627
1106	GISELLE MORAES RODRIGUES DE SOUZA	4387594
1163	GISHLAINE APOLINÁRIO	3658285
844	GISLAINE SCHWAMBACH NAVARRO LINS	4024734
388	GLAZIELI ARAUDI STUEPP	52327485
528	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER	4403997
121	GRAZIELE CRISTINA GORAL	3693989
419	GRAZIELE INARA CARDOSO	4.691.928
90	GREICIELE FABIANA PEREIRA JUSTE DE LARA	3718445
176	HELENA FERRARI DE OLIVEIRA	7C/ 1034193
319	IADINI SCHAFFER	4740297
732	IARA MARIA KAMMER	6190283
891	IARA MATILDE DA SILVA SANTOS	4097037
804	IARA ROSANE REHBEIN MARIAN	33742197
830	INACILA MARTINS	2.492.985
976	INARA CRISTINA DOS SANTOS	4740129
1019	INARA MARIA CUGNIER	4171256
866	IRENE MARIZE KAMMER	4935449
35	IRIA JANAISA MUTSCHLER	4118499
834	IRINÉIA EGER KNUPFER	4.528.455
184	ISABEL SCHRAMM BIRITO	1892777
378	IVANIR DA SILVA CASAGRANDE	14200970
552	IVETE PEREIRA	3395625
328	IVONE INÊS SAWICKI	6714443
246	IVONETE DO PRADO	6784981
290	IVONETE SCHLESSER	4573118
747	IZOLENE KOBIACK KLAUMANN	2251019
517	JAIANI CRISTINA RODERMEL	7R/2915473
327	JAMILE DE OLIVEIRA	43478379
857	JANA ISIS BUZZI ROSA	3508362
226	JANAINA APARECIDA DA SILVA	3459556
448	JANAINA APARECIDA MERINI	4.529.571-9
84	JANAINA SENS EICHHOLZ	4.317.943
472	JANAÍNA ZANIS	44758391
458	JANAÍNA ZIMMERMANN	4056245
443	JANARA DAIANE BRUSQUE	4342713
529	JANDIRA TERESINHA DE OLIVEIRA	1677869

72	JANE PEREIRA MAGNANI	2913338
810	JANETE ANA BUZZI POSSAMA	1891964
938	JANETE RODRIGUES CARDOSO CHIROLI	29115108
718	JANETE SCHUTZ WEISS	4374368
833	JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTÃO	2258246
345	JÂNIA CARLA DOS SANTOS	26276585
498	JANICE DOERNER BERNARDO	38336847
542	JANICE NUNES MARTINS SCHARF	5087019
358	JANINE CLARA MARHOLD FREIBERGER	4486269
441	JAQUELINE CRUZ	4719619
895	JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO	5309015108
118	JAQUELINE DALCASTAGUÉ	3273016
154	JAQUELINE DENZER DE LIZ E SOUZA	3993488
15	JAQUELINE HEINZ	4236699
325	JAQUELINE JANAINA VARGAS	48546771
173	JAQUELINE MARCHI	4403056
413	JAQUELINE SCHEIDT	52795101
288	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU	2.610.836
660	JEANE FERREIRA	3164427
335	JERUSA SCHIOCHET	3820698
714	JÉSSICA JEREMIAS	5456779
329	JÉSSICA MARTINS HOLDORF	5.261.007
1111	JÉSSICA WEISS	5.307.989
829	JOELMA GAZANIGA MAFEI	49343157
367	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA	3160141
597	JÓICE DA SILVA SCHVINDAN	3598933
432	JOICE MARA SCHMITZ	44754302
144	JOICE OSSEMER	4691094
1200	JOSE LUIZ ALBINO	14260417
913	JOSEANI DA SILVA CLAUDINO	2257778
486	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA	47407662
995	JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI	4457058
722	JOSIANE DE SOUZA SCHWARTZ	4362619
353	JOSIANE FRANCO	47196238
1207	JOSIANE MOTTIM	4486332
7	JOSIANE SCHRODER	4236712
477	JOSIANE VENANCIO	4432834
490	JOYCE HIRT RECALDE BARRETO	5606595
65	JUÇARA SORA VIEIRA	5368350
280	JUCELIA VIEIRA WARMLING	4.403.442-3
1142	JULIA GRACIELA NEUHAUS EMKE	4403636
683	JULIANA APARECIDA FARIAS	45297460
276	JULIANA APARECIDA HOMEM HEIDRICH	5087923
431	JULIANA BLUNING	44318685
603	JULIANA DA SILVA RODRIGUES	3502968
306	JULIANA FELICIANO	31.512.545
1073	JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ	5633397
343	JULIANA KURTZ	4573733
8	JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA	3533630
366	JULIANA MAZZINI	4431086
543	JULIANA MORETTI	3766481
548	JULIANA NASÁRIO SPINDOLA	3835924
631	JULIANA PAULO CUNHA	4403206

108	JULIANA PPPENGA	6072248
611	JULIARA DANIELI SCHIOCHETT	4.834.604-7
4	JULIETE APARECIDA HOMEM	5923722
928	JUSCELENE MARIA ROSSONI	2145175-3
286	JUSSARA DE FÁTIMA SCHEITZ	3693879-3
1078	JUSSARA MACHADO DE OLIVEIRA	3693948
55	JUSSIÁRA HOEGEN	3619036
422	KALLANI DIONA MULLER	4342730
1082	KAOANA CARDOSO	4475413
727	KARIN ROLHING CAETANO	3674610
106	KARINA DOS SANTOS VARELA BELLI	4118253
149	KARINE LIARA DA CUNHA	5412137
920	KÁTIA GREICE TAMBOSETTI MERIZ	35026707
49	KATIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK	543765556
883	KATIA SACANI	4606805
672	KATIANE SOARES LOURENCO	4171932
6	KATIUSCIA CUSTODIO DA CONCEIÇÃO	4233718
206	KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER	4056659
269	KELI CARLA RIBEIRO	4403932
133	KELLY DA SILVA GIRARDI	3607814
704	KELY APARECIDA BUZZI	3579350
334	KÉROLIN DUANE BILK	4024741
363	KETRIN BOSCO	4475395
526	LACI PEREIRA DA SILVA	2122165
204	LARISSA ALANE MEES	3.820.113-5
412	LAURA ENEDINA VENANCIO PRIM	23398795
816	LEILA KLAUMANN	4573556
541	LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO	3732980
322	LEONETE T S SEZERINO	2620809
377	LETÍCIA DE FARIAS	5009493
467	LETICIA LONGEN LOMBARDI	4097616
301	LETÍCIA MONIQUE DE OLIVEIRA	4719139
1182	LETICIA WOLF ALVES DA SILVA	5613222
601	LIANA DE SOUZA	4234550
242	LIDIA ANA KUCZKA	2476567
1161	LISIANE SALDANHA DE OLIVEIRA	1036908943
167	LOLINE PORTO LEITE	8064882544
1053	LORETE BARG MICHELS	2.914.778
773	LOUISE SEBOLD	4573540
782	LUANA CAROLINA ANDRADE SALVADOR	4394459
368	LUCI ELIAS	16748395
438	LUCIANA DE MATOS	4158871
482	LUCIANA FRANCISCO	32119062
407	LUCIANA HAVEROTH COSTA	2910795
485	LUCIANA MACHADO	4085637
577	LUCIANA MARA BARBOSA PASSING	40881369
803	LUCIANE DE FARIAS	3890372
444	LUCIARA JULIA AVI	4085872
318	LUCIENE BARTH ERRATH	16721829
1022	LUCILENE SCHLICKMANN PARMA	4317840
147	LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT	3980414
161	MADALENA KLAUMANN	2123263
139	MAGALI CRISTINA SCHON	44033265

674	MAIARA ARMANI	6033657
561	MAIARA CARLA MIRANDA	6072092
16	MAIARA CRISTINA WEISS	4719578
576	MAIARA GELDSLEICHTER	4486081
707	MAIARA TAMIRES TIEDEMANN FEIJÓ	4024388
480	MAIKELI TESSARO DRESCH	5408440
791	MAKELLY GARCIA	5071454
216	MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA	32187823
1015	MARAÍSA BÁRBARA FAGUNDES LEAL	4.290.208
762	MARCELA BARBOSA BECHTOLD	4088521
479	MARCELA DE LIMA	5888061
156	MARCIA HOLLER	2912217
1071	MARCIA MORASTONI BOMFANTI	1892539
621	MARCIA REGINA SANTOS BUENO	4113551
238	MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA	26257211
1105	MARCIANA DE ANDRADE HAUSMANN	5071640
673	MARCIANE KATIUSCI SCHMITT	3558435
201	MARCIANITA KRIECK	33.554.402-2
958	MARCIÉLI DEMATTÉ MANRICH	4.024.825.9
664	MARGARET APARECIDA CARVALHO	1894970
5	MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO	4118648
462	MARIA APARECIDA FELIPPE	23311223
695	MARIA CARME MERINI	2911187
831	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG	3579659
94	MARIA DE FATIMA RAMOS SANTANA	4463771
474	MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN	5.571.878-4
1131	MARIA DE LURDES MAYER	1037923
293	MARIA GORETTI WALTRICH	2251462
1108	MARIA ISABEL LUDVIG WILLEMANN	3161849
667	MARIA LUZIA DE ANDRADE BONACOLSI	1038339
617	MARIA MADALENA SOUZA MACARI	2255924
1061	MARIEL ELISA GEISER	4475718
575	MARIELE SOARES	4691867
32	MARILÉA LUMKE SCHROEDER	2911597
36	MARILÉIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS	3543250
1049	MARILEIDE BRANGER	5720731
963	MARILENE ZANLUCA	4.573.719
332	MARILISE SCHWARTZ	892377
82	MARILÚ HELENA BONETTI VARGAS	2.493.980-3
607	MARINA LENZI DUARTE BIEGING	4088044
270	MARINEUZA SCHMITT DALPONTE	4001736-2
1031	MARISA ALBERTON CAPISTRANO	35121831
535	MARISETE LOOZ GUTZ	3285784
203	MARISTELA COELHO KLAUMANN	2493493
909	MARISTELA VITORINO DE LIZ	4097165
1097	MARLENE DA SILVA	4001556
347	MARLENE FÁTIMA DE OLIVEIRA DA ROSA	6797966
162	MARLENE GERALDA KLEHM GASTÃO	1227553
85	MARLI DE ANDRADE	3243391
812	MARLI MAKOSKI	7285469
308	MARLI TATIANE KANTOVICK	4475574
350	MARLI TERESINHA FRONZA SOARES	2.624.701
1153	MARTINA STAROSKY HENN	3833798

423	MARY LEIDE KAMMER	4.233.448
715	MAYHURE ANDRESSA WITTE	4.935.334-9
484	MERI MADALENA SCHNEIDER PINHEIRO	3.197.184
355	MERI TEREZINHA MANTOANELLI	2331523
234	MICHELE CRISTINE FERRARI	5067498
550	MICHELE MARCELINO HARBS	3394554
848	MILEIDE DOS SANTOS SCHLINDWEIN	3985061
237	MIRIAN BRODWOLF PADILHA	2251984
948	MIRTES BECKER CAETANO	3674221
60	MÔNICA MACHADO	2339-593
244	MONIQUE CRISTINA FRANCENER HAMMES SCHUTZ	5071472
395	MONIQUE NOVAK	47404183
881	MORGANA MENDES	4403047
460	MORGANA REGINA ERCKMANN	3211869
66	MORGANA TENFEN	5279003
289	MYRIAN HOLLER KNAESEL	26288559
658	NACA CLAUDINO DOS SANTOS	4347668
58	NAIARA DE SOUZA	4097007
1087	NARA HELENA SILVA DE SOUZA	3092040
666	NAYARA CRISTINA CAETANO SACT	4365553
652	NÉDIA MIRIAN HEINZ KRAUSE	2.254.658
78	NEIMARA BURG	5880070
157	NEIVA WEISS	2492845-3
326	NICOLI PEREIRA	50886258
261	NOELI STEINHEUSER	3905760
819	NORMA KRUGER	2120448
411	ODETE APARECIDA PEREIRA	6033573
801	ODETE APARECIDA VEIGA	2492333
3	ORIVANA NARDELLI MORETTI	44033893
800	PABLINE RAQUEL NASATO	4744391
1006	PAMELA SUELLEN CASTELLAIN DA SILVA	3638172
987	PATRICIA APARECIDA HINCKEL	4233743
509	PATRICIA APARECIDA PEIXE	3533844
876	PATRICIA DE DEUS	4725632
316	PATRICIA KOHLS VON PARASKI	29181399
476	PATRICIA MELLO SORDI	4980617
83	PATRICIA PEREIRA	50096710
273	PATRICIA PERINI	50870483
38	PATRICIA REGINA CARDOSO SONNTAG	3658061
53	PATRÍCIA ROSA TRAPLE	1897433
230	PATRICIA SOARES	4203669
625	PATRÍCIA SOFIA SCHVEITZER LAGUNA	40561330
300	PATRICIA STUPP	4280278
93	PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA	4180872
763	POLYANA RENATA WEBER	3741719
836	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA	40881522
835	PRISCILA ROBERTA DA SILVA	3.646.829
421	PRISCILA SCHLESSER DUMES	4431875
598	PRISCILLA NUNES	4232095
420	REGINA COSTA SPINDOLA	3718210
171	REGINA DUMKE VERLICK	26271214
737	RITA DE CASSIA COSTA	1420466
1067	RITA REGINA KREUSCH	3164190

42	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4236432
918	ROBERTA BITENCOURT ROPELATO SACANI	4.024.649
697	ROBERTA DELA JUSTINA	4280653
519	ROSANA MARIA KORB	46917896
1113	ROSANA MURARA	5088275
1151	ROSANGELA MACIEL DOS SANTOS	44561938
992	ROSELÉIA DE OLIVEIRA DA SILVA	3977571
459	ROSELETE AURORA MARHOLD	1424666
616	ROSELI CALBUCH	3162294
820	ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI	2338877
272	ROSELITA MARIA SEBOLD	21/R2254745
61	ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES	4460508
205	ROSEMERY LEHMKUHL	2122132
160	ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA	3458674
33	ROSETE CRISTINA MOSER EGER	2337359
113	ROSILENE DUMKE PETRI	4118275-8
51	ROSIMERI BATISTA DOS SANTOS	4289762
440	ROSINHA SOARES	4390209
247	RUBIANA MUTSCHLER	4403935
209	SABRINA FRANCO	4431122
756	SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	4935064
475	SABRINA KNOPF	50873660
454	SALETI ALVES	4203900
98	SAMUEL ARBEGAUS JÚNIOR	3.321.169-8
158	SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA	452157766
723	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA	456460457
555	SANDRA MAY VIEIRA	32108770
505	SANDRA MINELLI MAY	3.547.108-5
632	SANDRA REGINA DOS SANTOS	2911575
190	SANTILIA DOS ANJOS	2259846
69	SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER	24929999
262	SCHEILA DE ANDRADE	3980135
1212	SCHEILA LONGEN	3890832
860	SCHEILA SCHMIDT	50110489
823	SÉLIS REGINA TESTONI VICENTIN	2122109
155	SHEENA CARLA PARMA	4724847
267	SIDIANE LAURETE	2919981
371	SILENE FELIZARI	1.898.015
901	SILVANA APARECIDA UESSLER	4280331
97	SILVANA DA SILVA	4486646
924	SILVANA DA SILVA WESSEL	26271680
765	SILVIA SEBOLD BACH	3833881
196	SIMONE ANDERSEN	47245883
916	SIMONE APARECIDA DA SILVA	3486119
232	SIMONE APARECIDA MENDES	54124743
767	SIMONE DUMES VANDRESEN	4374971
648	SIMONE JUNGLOS	5307305
210	SIMONE MAFAZZOLLI CORREA	4056297
243	SIMONE SCHUSSLER	4280261
315	SIMONI SOARES	4234407
512	SINTIA LUCIANO RUCKERT	4725731
309	SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO	3766962
403	SOLANGE APARECIDA LAGUNA DA SILVA	2.122.825

344	SONIA BUCHLING BLEICHVEL	3.869.304
445	SONIA PEREIRA SCHIMITT	22592768
585	SÔNIA REGINA POLI	1895275
260	SORAIA FERRARI	3.352.652
712	SORAYA MARIA CHIQUETTI	3160847
497	STEPHANIE KLEHM KRIEGER	5088850
437	SUELEM FERNANDA CCONZATTI	4457662
563	SUELEN TÁSSIA ULHMANN	54128609
769	SULAMITA BATISTA CORREA	5456498
742	SUSAN CATARINE STAHNKE RODRIGUES	4311381
134	SUSANA MARIA FERREIRA	4154064
1155	SUSIMAR APARECIDA DA SILVA	5142923
856	SYMONI DAS GRACAS MARIAN FAGUNDES	3.196.414
105	TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER	4475316
191	TAÍSE BUSARELLO	4118649
235	TALITA APARECIDA MAZZINI CONZATTI	5815314
145	TALITA HARBS	4118836
450	TANIA MARCIA BURATO	2124257
187	TANIA REGINA FERREIRA	3395288
410	TASIANI ARNOLD	2259617
222	TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA	3.718.507
960	TATIANE KUHL	47627310
530	TATIANE MACIEL DOS SANTOS	46915885
1165	TEREZA DAS GRAÇAS SILVA SANTOS	69575986
473	TEREZINHA MARGARETE ROOS	7084160766
131	THAINÁ LUANA DA ROSA	4649117
1154	THAISE IVANIA POFFO	4001354
408	THIARA WOLF	4691471
186	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA	5654445
330	VALDETE MARIA AVI PONTICELLI	2120665
174	VALQUIRIA CLASEN MOHR	4097611
595	VANDERLEIA DE LOURDES TAVARES	2914384
744	VANDERLEIA LUZIA PINCEGER BATISTA	5548931
433	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK	4234335
340	VANESSA DA ROCHA	40885151
404	VANESSA GUILZ MARCONSINI	5379552
470	VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ	3732473
994	VANESSA MARTINS	50765949
610	VÂNIA ANSINI	4.056.642
257	VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA	2257152
177	VANIELA KREUSCH	5279699
299	VANIELE DE ABREU	4011554
838	VERA MARCIA HELLMANN NIEHUES	29160375
63	VERA REHBEIN SCHOENINGER	4744080
1054	VERONILDE DELUCA	3993123
336	VILMA RENGEL	4.011.614-0
22	VIVIANE EGER BITTENCOURT	35474165
442	VIVIANE HAVEROTH	3732199
554	VIVIANE PRIM	4236130
208	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI	32438770
324	VIVIANI DE CAMPOS	41716060
1091	WANDERLEYA REGINA MEES	22520163
811	WIVIANE RAMOS WOJCIK	25971719

1005	YARA MAFALDA DO NASCIMENTO	4001725
426	ZENILDE FRAINER MACHADO	7217773
352	ZENIR GELSLEICHTER	3544770
524	ZILMA KLOPPPEL	1420154
815	ZILMA SILVEIRA RAMOS	7/R-1220536
135	ZONEIDE DE SOUZA	2.334.580

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	05 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
1122	ADILSON FORTUNATO	5112371082
845	ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA	34862455
991	DJANNA ZITA FONTANIVE	3.210.431
1188	RICARDO SALAMON	1860361
1121	RODRIGO REIS SILVEIRA	4486020

PROFESSOR DE GEOGRAFIA	19 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
1180	ALICE NATARAJA GARCIA SANTOS	201362886
971	AMAURI DE BARROS JUNIOR	4249214
1110	CLAUDIA FINCK	47258411
1057	DIEGO JOSE CAETANO	48342041
613	ELAINE TEIXEIRA DANTAS	3147377
790	FABIO MACEDO DE CASTRO FARIA	33530068
645	GRAZIELI SOUZA	4203416
287	IVANIO CARLOS DE MEDEIROS	3479685-1
256	JULIANNE TEREZINHA MARANGONI	51810107
884	LEONICE DA SILVA CAMARGO	3896574
1100	LUANA PEREIRA DA SILVA SCHOT	6230025
713	LUÍS CARLOS KLAUMANN	4011368
255	MAURICIO MUTSCHLER	3607338
180	PATRÍCIA ZUNINO	5354895
1173	RAFAEL BRASIL	4475170
389	ROI HENTONI KLEIN	4529271
1085	SIDE JOSE PEREIRA	2983602
1176	SONIA COMPER BRANDALIZE	3579059
886	TIAGO CORADINI	4056602

PROFESSOR DE HISTÓRIA	19 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
373	ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN	4475351
841	CARINA LICHTENFELS	5.155.684
998	CLEITON PERINI	3394712
80	CLEUCIO BRUENNING	37323393
639	DIOMIR ODILON GARBIN	1034018
1148	GIOVANA ANITA BUTZKE	1890631-1
1152	JAQUELINE MAIER DA ROSA SCHULZE	4596768
701	JEAN CARLOS CERUTTI	4431478
921	JONAS FABICIAKI	3993432
124	JOSE ANTONIO TEOFILO CAIRUS	394819172
1002	MARCIO ROBERTO DA SILVA	7R/2129285
406	MARISTELA REGINALDA MARCELINO PASSOLD	2628101
989	MAYCC CAMILO	3693808

451	PAULA CRISTINA FERREIRA	55295185
30	RAFAEL RODRIGO DE FRAGAS	4724036
650	REGINA DA SILVA	2627193
968	RODRIGO RINGENBERG	6132101
381	SAMARA NASATO	5.993.233-0
813	TATIANE SANCHES	4.118.176-0

PROFESSOR DE INFORMÁTICA	33 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
1146	ALANTÉO MARIO SCHLINDWEIN	3458704
393	ANA CLAUDIA ANDRÉ	5354449
19	ANE CAROLINE SINHUK	52793958
119	CASSIANO KUMMER	4041451
122	DALILA STANGE	54123186
116	DIEGO JACOMINI	4403123
608	EDSON LUIZ MONTAGNA	7R/2.120.419
961	FABIO LEDRA	2626232
91	FLÁVIA SEBOLD	50090470
1168	FRANCO FOSCARINI	4268330
899	GILBERTO VENDRAMIN JUNIOR	4171847
418	GIOVANI COELHO	4186494
681	GUILHERME HUGO PAYERL	4529251
86	ISABEL SCHLATTER	4068611
997	JANDERSON MACHADO	5471963
1095	JHONATA ALVES DA SILVA	3658352
587	JOANES MONTIBELLER	4.317.649
970	JOELSON REGENAD FREIESLEBEN	4011021
20	LEANDRO VENDRAMI	5.529.208-9
798	LUIS FERNANDO RAMOS	4932116
1136	LUIS RICARDO DE LIMA	4191177
1107	MARCELO BENNERT	3674458
663	MARCIO KLITZKE	47448571
1130	MARIO JOSÉ PIRATH JUNIOR	3404432
285	NUMAN HEBER MAURENTE FERRO JUNIOR	3394863-1
768	OSNI VALENCIO DA SILVA	4.311.909
1063	PATRICIA AVANCINI	2126928
1010	PAULA LAÍS PADILHA DE SOUZA	5748984
46	RODRIGO SALVALAGIO	4342301
1134	RODRIGO SCHLICKMANN	5071796-0
827	RÔMULO POHLENZ	5023588
1159	SANDRO DORLEI BOEING	3732170
333	SILVANA DA SILVA DOS SANTOS	5009720

PROFESSOR DE INGLÊS	14 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
967	ADRIANA CRISTINA JENNRICH	6453129
965	ANA PAULA BERRI	4176051
979	ANILORE ROIWAS	3.732.169
1003	CRISTIANE APARECIDA SCHMIDT	4706168
507	DÉBORA BENDER SESTREM	6856405
481	HUGO DOS SANTOS KONKEL	3718950
787	LILIAN GREICE KLUG	3930105
983	NATACHA FELIPPE	5720192

1150	PABLO MARANGON DOURADO	1032970483
1069	RAQUEL PAVESI LOTÉRIO	3164902
986	RICARDO DE MORAES	5670647
698	SABRINA HILLESHEIM	4088073
858	SANDRO BATISTA DA SILVA	4431797
553	VALMIRA ROHLING LEDRA	1679101

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	30 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
955	ANA PAULA DA COSTA SILVA	4983034
511	ARLEIDE REGINA CAPISTRANO MORENO BONILHA	3.164.416
172	CLEONICE AVI	3930330
990	CLOBER SCHNEIDER	26226340
1034	CRISTIANI SCHMITZ	3273388
240	DIRCE BERTOLDI HEINZ	943349
1083	EDUARDO SEIZ MELO	26250896
736	ELISABETE GARAY GOULART CALEGARO	8024404066
140	ELIZANGELA APARECIDA MATTES DA SILVA	3273141
1032	FABIANE RAQUEL MAY	4390996
880	FERNANDA DE ANDRADE	4485251
392	GABRIELA CARLA DALPIAZ	4234936
1103	IARA LETÍCIA MEES	4390638
1158	JULIANA DIAS DOS SANTOS	7081585312
250	KASSIELLE KLITZKE	7.745.165
487	KATIANA BOEIRA DE ANDRADE	5011134
503	LARISSA CAMARGO ALMEIDA	4231861
1041	LIRANE RODRIGUES	1100280781
496	MARCIA PERFOLL	2492695
399	MARIA YARA ELIAS PORATH	7358826
867	MARLIZA PERON	4171269
178	NATANE GUIMARÃES DA SILVA	4805964
1115	ODIRLEI MORAES	3395931-5
1185	PATRÍCIA REGINA PAWLAK	4118837
1079	RICARDO VOLTOLINI	2911337
1192	SCHEILA MARIANE MARTINOWICZ	2912482
351	SUELY CRISTINA FIGUEIREDO	6132157
1162	THAIS DE SOUZA SCHLICHTING	4934153
784	VENILDE TOMÁZ DE OLIVEIRA	1.220.112
11	VIRLENE ISIDÓRO VELHO	3579775-4

PROFESSOR DE MATEMÁTICA	33 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
711	ALEXANDRE SCHOT	7241608
1197	ALINE FINARDI	5368782
266	ALINE GRASIELLE GRUCHOWSKI	4074516
215	ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL	2495029
864	BÁRBARA MARIA FELLER	6338453
478	CAROLINE FRIEDEL	43474349
74	CRISTIANO DUARTE	4431070
930	CRISTINA VIANA JOCHEM	5142774
1157	DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE	42339421
217	DENISE TRUCH	5987964

452	ELIZABET CRISTINA WEBER SCHLICHTING	4932741
582	ERVIN SPERANDIO	1892788
546	FÁBIO ROGÉRIO BECHTOLD	5307568
766	FRANCIELLA ARAGÃO	3.905.448
728	FRANCINE MENEGHELLI	4390711
1214	GLEICO ROBERTO ALVES	47246707
465	IRACI SYMCZACKA	6766751
1013	JANETE ALVES	3486375
414	JANILA GARCIA MORETTI	3766452
906	JULIANA ZANARDI	5077471158
560	LUCIANE MARIA RAMOS	8463380-1
130	LUZIA PADILHA	3833747
693	MÁRIO JOSÉ PIRATH	570685
903	MAURÍCIO MARCHI	4475891
619	MONICA ZILS	4745449
702	NATÃ PEREIRA GERMANO	5472435
545	NATANAEL COSTA SPINDOLA	3458836
1051	PATRÍCIA DE SOUZA FIAMONCINI	4311438
724	REGIANE DA SILVA	4691133
719	SÍLVIO BEZERRA DA SILVA	297121340
1042	SIMONE CATAFESTA	44041519
142	TAISE KOCK	5.088.358
123	VANDERLEIA BALDO	5088544

PROFESSOR DE FILOSOFIA	04 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
937	CLEITON DA SILVA	4056486
826	FLAVIO LIMA DE OLIVEIRA HONORATO	7467528
1181	FRANCISCO DANIEL DOS SANTOS	305869450
1001	JEAN RAFAEL GIESE	4428746

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS - PNE - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos Portadores de Necessidades Especiais no Concurso Público objeto do Edital nº 01/2015, de 11 de maio de 2015 e retificação, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A Prova Escrita será realizada no dia 21/06/2015, das 9h às 12h, com duração mínima de 1 (uma) hora, na UNIDAVI, situada a Rua Dr. Guilherme Gemballa, 13, Jardim América - Rio do Sul - SC.

1.1. O candidato deverá comparecer no local e hora marcada com antecedência mínima de 30 minutos.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

1.3. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto e poderá ser exigido comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 12 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
17	BÁRBARA CRISTINE PONTICELLI	3314035
15	JAQUELINE HEINZ	4236699
782	LUANA CAROLINA ANDRADE SALVADOR	4394459
78	NEIMARA BURG	5880070

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**JULGAMENTO DOS RECURSOS
CONTRA INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES**

Código do Recurso: 202

Número de Inscrição: 163

Cargo: Professor de Educação Infantil

Julgamento: INDEFERIDO. O parecer foi enviado ao e-mail cadastrado na ficha de inscrição pela candidata.

Rio do Sul, 11 de junho de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL 066/2015PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015

OBJETO: Contratação de serviços de roçadas e jardinagem em diversas ruas, praças, parques e canteiros do município. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 25/06/2015, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 25/06/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI

Secretário de Obras

PREGÃO PRESENCIAL 069/2015PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2015

OBJETO: Contratação de frete de material britado com retirada em diversos locais e entrega no pátio da Secretaria de Obras de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 25/06/2015, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 25/06/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI

Secretário de Obras

PRISCILA NICOLLADELLI - 15º TERMO ADITIVO

15º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 585/2009, firmado em 22/06/2009, com término previsto para 23/12/2014. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA NICOLLADELLI, portador(a) do CPF nº 032.688.639-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 15º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 585/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 585/2009, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 23/06/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/12/2014. GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração PRISCILA NICOLLADELLI
Contratado(a) Testemunhas:

Nome:
CPF: Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 042/2015

3º TERMO ADITIVO Nº 042/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 165/2014, REFERENTE A ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS RELATIVO A CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A PDCA ENGENHARIA DE SEGURANÇA LTDA.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa PDCA Engenharia de Segurança Ltda., estabelecida na Rua Washington Luiz, 307, sala 03, Bairro Santana, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-250 inscrita no CNPJ sob o nº 09.157.263/0001-83, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador, Sr. Renato Amilton Kuhl, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Pregão Presencial nº 112/2014 o Contrato original de Prestação de Serviços nº 165, datado de 28 de agosto de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 20 (vinte) dias, com o seu término em 20 de junho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

PDCA ENGENHARIA DE SEGURANÇA LTDA
Sr. Renato Amilton Kuhl
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - WALQUIRIA KARSTEN
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) WALQUIRIA KARSTEN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT ENFERMEIRO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 12 de junho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

VALDONEI FAUSTINO - 10º TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, firmado em 17/05/2011, com término previsto para 23/12/2014. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDONI FAUSTINO, portador(a) do CPF nº 379.454.759-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2011, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 23/06/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo

Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/12/2014. GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração VALDONI FAUSTINO
Contratado(a) Testemunhas:

Nome:

CPF: Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 842/2015

PORTARIA No 842, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes a Servidora Juliana Eleutério Carvalho

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 29 de junho a 08 de julho de 2015, a servidora Juliana Eleutério Carvalho, Técnica Legislativa – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2013 – 2014, de acordo com a Portaria nº 772, de 09 de junho de 2014.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 843/2015

PORTARIA No 843, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Heliana Duarte Prim

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 13 a 27 de julho de 2015, à servidora Heliana Duarte Prim, Agente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2014 – 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento da servidora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 844/2015

PORTARIA No 844, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Concede auxílio escolar ao Servidor Leonardo Simon Rutzen

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica assegurado ao Servidor LEONARDO SIMON RUTZEN, ocupante do cargo de Técnico Legislativo – Área Legislativa, matrícula nº 8460-1, o benefício do auxílio escolar, equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula, a partir do mês de junho de 2015, nos termos da art. 74 da Lei Complementar nº 207, de 24 de setembro de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de junho de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 845/2015

PORTARIA No 845, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a promoção do servidor Fernando Guedes.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovido o servidor efetivo Fernando Guedes, da classe "B" para a classe "C", da Categoria Funcional de Analista Legislativo Contábil do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pela Resolução nº 647, de 03 de abril de 2012, tendo em vista o que consta no ofício nº 04, de 11 de junho de 2015, relativo à avaliação de desempenho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de junho de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 26 de Junho de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para futura e eventual contratação de empresa especializada em diagnostico por imagem para atender as necessidades dos pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 12 de junho de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 106/2015 NOMEAÇÃO ISOLETE L. DOS SANTOS

PORTARIA Nº 105/2015

CONTRATA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica contratada a Senhora SELMIRA PEDROSO AIRES ,CPF nº 059.619.6490-06 RG nº 4589.029-3, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de INSTRUTOR SOCIAL, carga horária de 20 horas semanais , código 1009 , do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de SOCIAL (PETI).

Art. 2º. Retifica portaria 092/2015 alterando carga horária de 40 para 20 horas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 13/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	13/2015
Contratante	Fundo Municipal de saúde de Santiago do Sul
Contratada	LABORATÓRIO DE PROTESE DENTARIA ANDERSON RODRIGUES LTDA
Objeto	Aquisição de prótese dentária para distribuição gratuita aos munícipes de Santiago do Sul, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.593/2011 de 24 de novembro de 2015.
Valor	R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
Vigência	15 de junho de 2015 à 31 de dezembro de 2015.
Processo Nº.	11/2015
Pregão Presencial	09/2015
Santiago do Sul-SC, 11 de junho de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

CONTRATO 67/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	67/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios.
Valor	RS 2.500,43 (dois mil e quinhentos reais e quarenta e três centavos).
Vigência	15 de junho à 31 de agosto de 2015.
Processo Nº. 60/2015.	
Pregão Nº. 50/2015.	
Santiago do Sul, 11 de junho de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 68/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	68/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	SCS COMÉRCIO LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios.
Valor	RS 447,53 (quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos).
Vigência	15 de junho à 31 de agosto de 2015.
Processo Nº. 60/2015.	
Pregão Nº. 50/2015.	
Santiago do Sul, 11 de junho de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 69/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	69/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	MERCADO SANTIAGO LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios.
Valor	RS 7.868,88 (sete mil oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos).
Vigência	15 de junho à 31 de agosto de 2015.
Processo Nº. 60/2015.	
Pregão Nº. 50/2015.	
Santiago do Sul, 11 de junho de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

RESOLUÇÃO Nº 004/ 2015 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SANTIAGO DO SUL-SC.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC

RESOLUÇÃO nº 004/ 2015

Dispõe sobre a Homologação dos Candidatos para a Eleição do Conselho Tutelar de Santiago do Sul-SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente(CMDCA), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 725/2014 de 02 de junho de 2014, que institui a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a inscrição das seguintes Candidatas para eleição do Conselho Tutelar:

Inscrição	Candidato
01	Daiane Guedes
03	Genir Guerra Cardoso
04	Marilene ValcarenghiToazza
05	Elenilce da Rosa Comin
06	Sidiane Casagrande Veronêse
07	Ana Claudia Sagas Picoli
08	Ana Paula Zat
09	Edinéia Keli Gomes Bordignon
10	Viviane Lourdes Gluzszak dos Santos
11	Daiane Geremia Somavilla
12	Edicleri Vanzin Pelinson

Art. 2º - Não Homologar a inscrição da seguinte candidata:

Inscrição	Candidato
02	Elizandra Brizola dos Santos

Obs: Não Preenche os requisitos do item 3.1.2 "V" do edital.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santiago do Sul – SC, 11 de junho de 2015.

Gabriel Kichel
Presidente CMDCA

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2015 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015

A Empresa Municipal de Habitação – EMHAB, do Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através de seu diretor presidente, torna público, para quem interessar possa, que receberá até às 08:30hs do dia 14 de julho de 2015, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Do objeto: Seleção de empresas do ramo da construção civil para produção de unidades habitacionais no imóvel de matrícula imobiliária nº 42.196, localizado na Estrada Alberto Torres, Bairro Centenário, município de São Bento do Sul/SC, com área total de 94.844,98 m², (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro metros e noventa e oito décimos quadrados), que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR – conforme lei municipal número 3.452/2014, no âmbito do programa minha casa, minha vida – PMCMV, faixa 1, que terá como gestores a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil S/A, nos termos das especificações e anexos que integram este edital. Os interessados poderão obter maiores informações no departamento técnico da EMHAB, na rua Benjamin Constant, 118, sala 02, no horário das 07:30 às 12:00 e das 13:30hs às 17:00hs e retirar o edital completo no portal www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do sul, 12 de junho de 2015.

Luiz Carlos Pedrozo

Diretor Presidente da EMHAB

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 156/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2015
O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 29 de junho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 158/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2015
O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 26 de junho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RM - 1C PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157/2015

OBJETO: Aluguel social para o Sr. José Juarez de Carvalho, em virtude da vulnerabilidade conforme parecer social, pelo período de 06 (seis) meses.

CONTRATADO: Ana Suffez

Valor: R\$ 3.300,00

São Bento do Sul, 08 de junho de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Rita Maria Dums – Secretaria de Assistência Social

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o INSTITUTO O BARRIGA VERDE.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de Concurso Público nº 003/2015, para cargos de médico e auxiliar de serviços, conforme anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 121/2015.

DO VALOR: R\$ 10.850,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses e 24 (vinte e quatro) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2015.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

INSTITUTO O BARRIGA VERDE, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações para execução de pavimentação asfáltica da Rua Cedro, localizada no bairro 25 de julho conforme memorial descritivo, projeto e convênio nº 8091272014 Caixa Econômica Federal, conforme Concorrência Pública nº 35/2015.

DO VALOR: R\$ 239.803,37 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME.

DO OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a Dispensa Emergencial para permissionária de Serviço Público Municipal Funerário. Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda - CNPJ 82.931.767/0001-07 (Lei 817/2003) a contar de 25 de maio de 2015 a 21 de novembro de 2015.

DO VALOR: A PERMISSIONÁRIA será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta dias), a contar de 25/05/2015. São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, como Permissionária.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Pavimentação Asfáltica que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Wenceslau Hubl, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803355/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.496-46/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 59/2015.

DO VALOR: R\$ 474.707,10 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será conforme Contrato de Repasse nº 803355/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA até 01/04/2016, porém a conclusão da obra deve ser realizada no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Pavimentação Asfáltica que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das Ruas Jorge Weiss e Severino Eichendorf, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803543/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.603-34/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 60/2015.

DO VALOR: R\$ 391.101,03 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será conforme Contrato de Repasse nº 803543/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA até 01/04/2016, porém a conclusão da obra deve ser realizada no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 104/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 104/2015

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 – Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental – FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste responsável, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 04 de abril de 2015 e com término em 02 de julho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de março de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 139/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 139/2015**

DA ESPÉCIE: Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 094/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 07 de MARÇO de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 37/2012. Considerando o objeto do Contrato de nº 094/2012, que consiste na construção da Praça do PEC – Praça do Esporte e da Cultura Modelo 3000 m2 – Programa: Praças do PAC, com fornecimento de material de construção, mão de obra e demais equipamentos e obrigações necessárias, bem como responsabilidade técnica pela execução, conforme Termo de Compromisso nº 0363.525-07/2011 Ministério da Cultura/Caixa, memorial descritivo e projetos;

Considerando que após a última vistoria do órgão financiador CEF (Caixa Econômica Federal) realizada no dia 17 de abril de 2015, foi constatado que ainda existem pendências para serem resolvidas pela empresa executora da obra e que a partir desta verificação a CEF pediu para aguardar até a emissão de um parecer de procedimentos a serem realizados pelo Município e agendar nova reunião; Diante do exposto faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 12 de maio de 2015 e com término em 11 de agosto de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 07 de agosto de 2015 e com término em 06 de outubro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 144/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 144/2015**

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios na Área de Direito Tributário nº 134/2010, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. LUCIANO MAIA BASTOS, em 13 de MAIO de 2010, conforme Convite nº 120/2010.

Considerando o objeto do Contrato nº 134/2010, que tem como objeto a prestação de serviços advocatícios na área do direito tributário com o objetivo específico de ingressar e acompanhar o trâmite de ação judicial contra a Receita Federal, pela aplicação de multa pelo não recolhimento de PIS/PASEP no período compreendido entre julho de 2004 a março de 2005 em valor aproximado de R\$ 540.000,00 mais correções, por parte do Município de São Bento do Sul até última instância, se necessário. Apresentar todos os recursos necessários – Agravos de Instrumento e regimental, Embargos de Declaração, apelações, contrarrazão de apelação, recurso especial, recurso extraordinário e demais – até decisão final em última instância;

Considerando que no decorrer da execução do Contrato nº 134/2010, o Contratado ajuizou a Ação Ordinária n. 5000478-11.2010.404.7214 (Processo Eletrônico – E-Proc V2 – SC), em face da União – Fazenda Nacional e que a ação foi julgada improcedente em 1º grau de jurisdição, os autos ascenderam à 2ª Instância (TRF 4ª Região) na forma da Apelação Cível n. 5000478-11.2010.404.7214 (Processo Eletrônico – E-Proc V2 – TRF), e ainda está em tramitação aguardando proposta de honorários periciais a ser ofertada pelo Perito Judicial;

Considerando que a vigência do referido instrumento expira em 12 de maio de 2015, completando ao todo sessenta meses de contratação, com amparo no inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93, porém o objeto contratado ainda está em andamento e já foi realizado o pagamento integral do valor contratado;

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2015 e com término em 12 de maio de 2016. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 12 de maio de 2015.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito.

LUCIANO MAIA BASTOS, como Contratado.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 159/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 159/2015**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 023/2015, firmado entre a Sra. ROSANGELA EISELT KONOPKA e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e tendo como Beneficiária a Sra. LOURDES DE GÓES, em 22 de JANEIRO de 2015, conforme Dispensa de Licitação nº 3/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 023/2015, que consiste na Locação do imóvel situado em Serra Alta, bairro desta cidade, com área total de 787,50 m2, edificado com um apartamento em alvenaria, tipo kitinete, situado na Zona Residencial 3 (ZR-3), em bom estado de conservação, com área aproximada de 32,00 m2, composto de sala, dormitório, cozinha, BWC, para pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Lourdes de Góes, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme Parecer Social nº 94/2014/SBE e de acordo com a Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Considerando que devido à vulnerabilidade social, a família da Sra. Lourdes de Góes é beneficiada com o “Aluguel Social”, devido a sua situação sócio-econômica, conforme Parecer Social 21/2015 e relatório emitido pela equipe do CREAS, anexos a este Termo Aditivo; Considerando que tal benefício é garantido pela Lei nº 8.742/93 para as famílias que se enquadrem nos critérios e estejam submetidas às condições das quais necessitem e estejam impossibilitados de arcar com tal custos, faz-se necessário à prorrogação do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de junho de 2015 e com término em 31 de outubro de 2015.

Permanece o valor mensal de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), totalizando o Termo Aditivo em R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) referente aos seis meses de prorrogação.

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ROSANGELA EISELT KONOPKA, como Locadora.

LOURDES DE GÓES, como Beneficiária.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Dispensa para aluguel social de um imóvel localizado na Rua Bárbara Bachel Nº 135, Bairro Cruzeiro, neste município, para abrigar a família do Sr. José Juarez de Carvalho.

II – Contratado: ANA SUFFEZ.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares onde a família da Sr. José Juarez de Carvalho, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social, através de sua equipe, tendo julgado situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 06 (seis) meses. Conforme relato no Parecer Social e com intuito de garantir a integridade familiar, é que a Secretaria Municipal de Assistência Social assumirá a responsabilidade em volta do referido Aluguel Social e garantir os direitos reservados ao núcleo familiar acima citado.

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Ana Suffez foi quem ofereceu o imóvel que melhor se adequou às necessidades da família.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 3.300,00 para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel. Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 118 DE 11 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 118 de 11 de maio de 2015.

“ CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor ADIR ROGOZINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

EDITAL CMDCA N° 003 -INSCRIÇÕES PRÉ DEFERIDAS

EDITAL N.º 003/2015

Dispõe sobre a relação de candidatos com inscrições pré-deferidas a membro do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Domingos através de sua presidente, torna público o pré-deferimento das inscrições a membro do Conselho Tutelar, processo de escolha 2015.

Art. 1º. Foram pré-deferidas as inscrições abaixo:

- 1 – Neivete Peruzzo Joaquim
- 2 – Romilda Fátima Almeida da Silva Adami
- 3 – Adriana Aparecida Scheffer Gonçalves
- 4 – Daniela Valentini de Souza
- 5 – Ivonir Debortoli de Lima
- 6 – Mariangela de Souza Gomes
- 7 – Giovana Maria Picoli Cenedesi
- 8 – Éveli Martins Ribeiro
- 9 – Margarete Cristina Eckert
- 10 – Érica Fernanda de Freitas Migliavaca
- 11 – Adriana Burin
- 12 – Cassiane Lurdes Kuskoski

Art. 2º - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 15 a 19/06/2015, obtendo formulário próprio na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 12 de junho de 2015

Rosi Marmentini Scheffer

Presidente CMDCA

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 4605/2015

DECRETO Nº 4605/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o equívoco na descrição do cargo no decreto N.º 4393 de 29 de abril de 2015 que nomeou o servidor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SANDRO HENRIQUE GARCES VIEIRA para o cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro - CCM 7, com lotação na Fundação Educacional Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 4610/2015

DECRETO Nº 4610/2015

TORNA SEM EFEITO DECRETO Nº 4232/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse da candidata Ariadne Machado Raschcowetzki aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 4232/2015 de 26 de março de 2015, que nomeou a Sra. ARIADNE MACHADO RASCHCOWETZKI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 019/2013-03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 019/2013-03 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 12/06/2015, ONDE SE LÊ: "CC 019/2013 – Processo 214/2013" LEIA-SE: "CC 007/2012 – Processo 214/2012". Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

PREGÃO PRESENCIAL 087/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 087/2015 – Processo nº 247/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGIA, E DEMAIS DEPENDÊNCIAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 25/06/2015 às 13h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/06/2015 às 13h10min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2015, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2015, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.112, de 10 de junho de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Maria Perego de Almeida Simonetti ME, CNPJ sob o nº 15.581.836/0001-02.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC.

Valor: Isento, conforme caput do art. 13, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.112, de 10 de junho de 2015.

Data de Assinatura: 11/06/2015.

Vigência: de 11/06/2015 a 12/06/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Maria Pérego de Almeida Simonetti - pela Permissionária.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RELAÇÃO DE CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RELAÇÃO DE CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/01, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, e alterações da Lei n.6.678/2012;
Considerando as deliberações da ata da reunião da Comissão Eleitoral, do dia 10/06/2015, de folhas nº 95 e 96, livro nº 3;
Considerando o disposto no item 3.2.1 do Edital CMDCA nº 01/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publica a relação de candidatos inscritos ao cargo de Conselheiro Tutelar para eleição unificada 2015, para ciência pública.

- 01 – Geni de Oliveira;
- 02 – Carolini Dal Bosco Gonçalves (Pendente comprovação Item 3.1.2; III – Edital 01/2015);
- 03 – Anne Karelyne Teixeira de Moura;
- 04 – Lucinda Flores Klagenberg; (Pendente comprovação Item 3.1.2; III – Edital 01/2015);
- 05 – Lucivane Ferreira Amaro;
- 06 – Marcos Ribeiro (Pendente comprovação Item 3.1.2; III – Edital 01/2015);
- 07 – Viviane Marisa Dalmagro (Pendente comprovação Item 3.1.2; IV e VI – Edital 01/2015);
- 08 – Lucia Büttner Palú;
- 09 – Marilete Dias do Nascimento Arend; (Pendente comprovação Item 3.1.2; III – Edital 01/2015);
- 10 – Marli Marchi;
- 11 – Dione Bernardete Piquetti;
- 12 – Janete de Lurdes Zanatta Buffolo (Pendente comprovação Item 3.1.2; III – Edital 01/2015);
- 13 – Cirlene Mathiello;
- 14 – Venilda Giese (Pendente comprovação Item 3.1.2; III – Edital 01/2015);

Abre-se prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de impugnações com fulcro no item 3.2.2.1 do edital 01/2015.

São Miguel do Oeste – SC, 12 de junho de 2015.

Daiana Carla Perotto
Presidente CMDCA
Presidente Comissão Eleitoral

DECRETO Nº 8.354/2015 - FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO, DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 06, COM ÁREA DE 500,00M2, MATRÍCULA Nº 33.665 E DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 06, COM ÁREA DE 500,00M2, MATRÍCULA Nº 33.784, SITUADOS NA RUA ITABERABA, CENTRO, PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, FORMANDO UM ÚNICO

DECRETO Nº 8.354/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, de parte do lote urbano nº 06, com área de 500,00m2, matrícula nº 33.665 e de parte do lote urbano nº 06, com área de 500,00m2, matrícula nº 33.784, situados na Rua Itaberaba, centro, perímetro urbano de São Miguel do Oeste, SC, formando um único imóvel, perfazendo um total de 1.000,00, de propriedade de CLAUDIOMIRO BOFF, passam a ter as seguintes confrontações:

REMEMBRAMENTO

Partes do lote urbano nº 06, com área de 500,00m2, cada, perfazendo um total de 1.000,00m2, confrontando em conjunto: ao norte, com parte do lote urbano nº 02, por linha seca medindo 20,00metros; ao leste, com o lote urbano nº 07, por linha seca medindo 50,00metros; ao sul, com a Rua Itaberaba, medindo 20,00metros; ao oeste, com o lote urbano nº 05, por linha seca medindo 50,00metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 11 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015-PMS

PROCESSO Nº. 108/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: fornecimento de equipamento de Wireless Outdoor para interligação da Prefeitura com 04 unidades externas com distância de até 500 metros para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão Finanças e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de junho de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 25 de junho de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 15 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2015-FMS

PROCESSO Nº. 47/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de junho de 2015 às 09h45min.

Abertura das Propostas: 26 de junho de 2015 às 10h.

Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária

de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 6.083 /2015, de 08 de junho de 2015.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 15 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IRENI GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 913.526.819-00, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 23 de junho de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 11 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.344/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº. 3.344/2015, de 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome Nível Anterior Nível Atual
Clair Maria Vargas 08 09
Cleunice Aparecida Pavoski Rocha 09 10

Edson Dubiela 34 35
Flavio Pegoraro 26 27
Luis Fernando Dellagiustina 121 122
Rubian Behling 50 51
Sergio Luis Sgnaulin 16 17
Silvania Ferreira 63 64
Solange Silvério dos Santos 09 10

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome Nível Anterior Nível Atual
Alvinice Hadlich Fritzen C-1-I C-2-I
Andrea Cristina da Silva B-1-I B-2-I
Andreia Richter Wermeier A-1-I A-2-I
Eliane Ines Gesser C-3-II C-4-II
Mirian Kreutzfeldt Vogel C-17-III C-18-III

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.345/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº3.345/2015, de 12 de junho de 2015
CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, em conjunto com ERCÍLIO SILVIO RAMOS, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 15 de julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 25 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ERCÍLIO SILVIO RAMOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.348/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 3.348/2015, de 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 13664/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Larissa Grossl Martins;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual
Larissa Grossl Martins Professora B Professora C B-inicial C-inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.349/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 3.349/2015, de 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 13411/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Claudiane de Oliveira Ramos;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual

Claudiane de Oliveira Ramos Professora B Professora C B-2-I C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.350/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 3.350/2015, de 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 13386/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhor Dionata dos Santos Ramos;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
------	----------------	-------------	----------------	-------------

Dionata dos Santos Ramos	Professor B	Professor C	B-1-I	C-1-I
--------------------------	-------------	-------------	-------	-------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº 24/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 62/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 48/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 24/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: Consiste na aquisição de medicamento fornecido pela Secretaria de Saúde através de Ação Civil Pública nº 0900062-69.2015.8.24.0026 do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO Nº 5003226-94.2011.404.7209/SC - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL.DA 2ª VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	100	Comprimido	0,63	63,00
02	NEBLOCK® 5MG (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 30 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	90	Comprimido	1,225	110,25
03	ETNA® (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 60 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	200	Comprimido	1,38	276,00
VALOR R\$ TOTAL	449,25				

Valor do contrato: R\$ 449,25 (quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Data da Assinatura: 11/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 143/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 143/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 49/2015-PMS

Processo nº. 110/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de trava se segurança para notebook para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Trava de segurança para notebook, em aço, com 1,8m, revestido com PVC, com 02 (duas) chaves de segurança.	15	Unid.	18,50	277,50
TOTAL R\$	277,50				

Valor do contrato: R\$ 277,50 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 12/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 24/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2015 - DL**Processo Nr.: 48/2015
Data: 12/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GENESIO A MENDES & CIA LTDA

Código: 6426

Endereço: R SAO LUIZ, 127, GALPAO K

Cidade: Tubarão - SC

CNPJ: 82.873.068/0001-40

Inscrição Estadual: 250.064.111

Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido para paciente através da Ação Civil Pública de nº 5003226-94.2011.404.7209/SC e Ação Civil Pública de nº 0900062-69.2015.8.24.0026, ambas da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	100,00	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR COMP OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO Nº 5003226-94.2011.404.7209/SC - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL.DA 2ª VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	COMP	0,63	63,00
2	90,00	NEBLOCK® 5MG (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 30 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	COMP	1,225	110,25
3	200,00	ETNA® (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 60 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	COMP	1,38	276,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Paciente portador de Esclerose Multipla e o outro paciente portadora de Arritmia (CID I48), Aterosclerose (CID I70) e Lombalgia (CID M 54-4), ambos necessitando dos aludidos medicamentos para tratamento das suas enfermidades.

Schroeder, 12 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 24/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 48/2015 Data: 12/06/2015	
		Folha: 2/2

11/6/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Junho de 2015

Valor da Despesa:

449,25 (quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 49/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 110/2015
Data: 12/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA
Endereço: RUA WALLY EMILIA MOHR, Nº 60, SALA 02
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 18.138.763/0001-69**Código:** 12658**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de trava se segurança para notebook para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	Trava de segurança para notebook, em aço, com 1,8m, revestido com PVC, com 02 (duas) chaves de segurança.	UN	18,50	277,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Em função do registro de furto de dois notebooks, pertencente ao Município, lotados na Secretaria de Saúde, boletim de ocorrência 00425-2014, data de 11/12/2014 e 00425-2015 data 28/04/2015, registrado na Delegacia de Policia de Schroeder, por medida de segurança e evitar furtos futuros, adotaremos esta para todos os setores.

Schroeder, 12 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2015 - DL****Processo Nr.: 110/2015
Data: 12/06/2015**

Folha: 2/2

9/6/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Junho de 2015

Valor da Despesa:

277,50 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 039/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 024/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	039/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto	<p>L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME.</p> <p>O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para a Execução da Obra de Implantação de uma Rede de Distribuição de Energia Elétrica, de modo a possibilitar a eletrificação de oito quadras com um total de 145 lotes do loteamento denominado Vinhedos, de propriedade do Município de Serra Alta/SC, localizado na Rua José Cerizolli.</p> <p>A OBRA DEVERÁ SER EXECUTADA EM CONFORMIDADE COM OS DADOS QUE CONSTAM DETALHADAMENTE NA PLANILHA DE ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO ELÉTRICO, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO TP 024/2015, INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS nº 024/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.</p>
Valor	<p>O valor total global preposto para a execução da referida Obra é de R\$ 370.603,37 (Trezentos e setenta mil, seiscentos e três reais e trinta e sete centavos) sendo que desse valor R\$ 258.603,37 (Duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e três reais e trinta e sete centavos) referem-se aos materiais e R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais), correspondem à mão de obra empregados na execução da obra.</p>
Vigência.... Dotação	<p>15/06/2015 á 31/12/2015.</p> <p>As despesas decorrentes da execução desta obra, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões):</p> <p>08.00- SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB.</p> <p>08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</p> <p>1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovia – 44.90.00 DR 0001.</p> <p>2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos – 44.90.00 DR 0001.</p>
SERRA ALTA, 15 de Junho de 2015.	

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.032/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.032, DE 12 DE JUNHO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas

realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º - Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º - Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XVIII do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao

alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de Maio de 2013.

Art. 13 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 12 de junho de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrada e Publicada em data supra.

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário Municipal de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.109/2015

DECRETO Nº 109, DE 22 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OLIDEN LUIS VANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Pública Municipal OLIDEN LUIS VANI, ocupante do cargo de ASSESSOR DE TRANSPORTES do com lotação Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes por período de 30 (trinta) dias a contar do dia 20.05.2015 a 19.06.2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 22 de maio de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO Nº.123/2015

DECRETO Nº 0123/2015 DE 12/06/2015

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

: DE:

04.03.0013.0392.007.2.020- Atividades Culturais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (88)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 8.000,00

PARA:

04.03.0013.0392.007.2.020- Atividades Culturais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (89)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 4.000,00
4.4.90.00. (90)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 4.000,00

DE:

03.01.0004.0122.0003.2.005-Gerenciamento Geral do Município

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (15)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 10.000,00

PARA:

03.01.0004.0122.0003.2.005-Gerenciamento Geral do Município

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (16)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 10.000,00

Artigo 2o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 12 de junho de 2015
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO Nº.124/2015

DECRETO Nº 0124/2015 DE 12/06/2015

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

: DE:

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00. (21)	0.1.00.001064	Investimentos- Aplicações Diretas (1064)	R\$ 15.000,00

PARA:

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (14)	0.1.00.001064	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1064)	R\$ 15.000,00

Artigo 2o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 12 de junho de 2015
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO Nº.125/2015

DECRETO Nº 125/2015 DE 12/06/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o – Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 5.423,53 (Cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE vigente.

05.01.0010.0301.0008.2.021-Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(63)	0.1.00.003764	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3764)	R\$ 5.423,53

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ R\$ 5.423,53 (Cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2014.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 12 de junho de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

LEI 1039/2015

Lei Municipal Nº 1039 de 12 de junho de 2015.

“Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, ÉDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1o Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3o As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4o As metas previstas no Anexo I desta Lei tem como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1o Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 02 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta XVI do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm"](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm)Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em

Em 12 de junho de 2015.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicada e registrada na data supra.

MARISA REGINA WEBER CAPRINI

Diretora de Educação

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA 8/2015

PORTARIA SAMAE N. 08/2015 13 de Maio de 2015.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Subir o nível salarial, do servidor Amarildo Scursel Alexandre: NIVEL 207 A4 PARA 207 – B4, relativo ao período aquisitivo de 01.01.2013 a 31.12.2014. Conforme determina o plano de cargos,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro de 2015.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 13 de maio de 2015.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

PORTARIA 9/2015

PORTARIA SAMAE N. 9/2015 01 de Junho de 2015.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, à servidor RODRIGO DOS SANTOS, relativo ao período aquisitivo 01.06.2014 a 30.05.2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 01.06 a 20.06.2015.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de Junho de 2015.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.23-03 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/23-03

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Tordo Engenharia Civil e Ambiental Eireli Epp.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução de serviços de pavimentação das vias públicas do município de Timbó/SC, por sistema de mutirão, de acordo com a lei municipal n.º 1.940/97 e alterações, sem critérios de exclusividade, compreendendo todas as atividades, quais sejam: serviços, obras (pavimentação asfáltica e lajota) ao longo do período do credenciamento para os seguintes tipos de pavimentação: lajota (tipo tijolão).

Valor: R\$ 64,75 (sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) por m².

Prazo: 01/06/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 01/06/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2014 SAMAE - EMBALAGENS DE POLIETILENO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preços, visando a aquisição de embalagens de polietileno reciclado destinadas a coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2015.

EMPRESA FORNECEDORA: Bela Vista Papelaria e Distribuidora Eireli - ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 186.917,50 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/12/2015

Timbó, 15/12/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 26 2014 FMS - AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS VOIP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de créditos telefônicos (voip) destinados às unidades de saúde.

EMPRESA FORNECEDORA: TPA Telecomunicações Ltda - EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.200 (dezenove mil e duzentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/09/2015

Timbó, 15/09/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 90 2014 PMT- SERVIÇOS DE GUINCHO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munck, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender às necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Renato Schumann EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 321.900,00 (trezentos e vinte e um mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/09/2015

Timbó, 15/09/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 044/15

DECRETO 044/15 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.12 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.12.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.12 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.12.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Junho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 045/15

DECRETO 045/15 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano, sito a Rua Nereu Ramos, Rodovia SC-112, Bairro Satão, neste Município e Comarca, de propriedade de CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS e MOACIR MARCOS GEREMIAS, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central, uma sob matrícula nº 8.066 com ÁREA TOTAL de 40.000,00 m² (quarenta mil metros quadrados), com ÁREAS A DESMEMBRAR em 26 (vinte e seis) Lotes urbanos, sendo: Lote 01 com 605,94 m² (seiscentos e cinco metros e noventa e quatro decímetros quadrados), Lote 02 com 618,68 m² (seiscentos e dezoito metros e sessenta e oito decímetros quadrados), Lote 03 com

418,90 m² (quatrocentos e dezoito metros e noventa decímetros quadrados), Lote 04 com 430,72 m² (quatrocentos e trinta metros e setenta e dois decímetros quadrados), Lote 05 com 427,09 m² (quatrocentos e vinte e sete metros e nove decímetros quadrados), Lote 06 com 423,83 m² (quatrocentos e vinte e três metros e oitenta e três decímetros quadrados), Lote 07 com 572,42 m² (quinhentos e setenta e dois metros e quarenta e dois decímetros quadrados), Lote 08 com 677,00 m² (seiscentos e setenta e sete metros quadrados), Lote 09 com 455,03 m² (quatrocentos e cinquenta e cinco metros e três decímetros quadrados), Lote 10 com 392,35 m² (trezentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), Lote 11 com 368,25 m² (trezentos e sessenta e oito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), Lote 12 com 363,18 m² (trezentos e sessenta e três metros e dezoito decímetros quadrados), Lote 13 com 363,44 m² (trezentos e sessenta e três metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), Lote 14 com 363,34 m² (trezentos e sessenta e três metros e trinta e quatro decímetros quadrados), Lote 15 com 363,00 m² (trezentos e sessenta e três metros quadrados), Lote 16 com 362,41 m² (trezentos e sessenta e dois metros e quarenta e um decímetros quadrados), Lote 17 com 429,17 m² (quatrocentos e vinte e nove metros e dezessete decímetros quadrados), Lote 18 com 361,79 m² (trezentos e sessenta e um metros e setenta e nove decímetros quadrados), Lote 19 com 360,34 m² (trezentos e sessenta metros e trinta e quatro decímetros quadrados), Lote 20 com 1.197,35 m² (um mil, cento e noventa e sete metros e trinta e cinco decímetros quadrados), Lote 21 com 556,24 m² (quinhentos e cinquenta e seis metros e vinte e quatro decímetros quadrados), Lote 22 com 528,59 m² (quinhentos e vinte e oito metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), Lote 23 com 385,17 m² (trezentos e oitenta e cinco metros e dezessete decímetros quadrados), Lote 24 com 442,39 m² (quatrocentos e quarenta e dois metros e trinta e nove decímetros quadrados), Lote 25 com 555,10 m² (quinhentos e cinquenta e cinco metros e dez decímetros quadrados) e permanecendo a ÁREA REMANESCENTE como Lote 26 com 27.978,28 m² (vinte e sete mil, novecentos e setenta e oito metros e vinte e oito decímetros quadrados).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Junho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 046/15

DECRETO 046/15 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

RETIFICA O DECRETO 017/15 DE 05 DE MARÇO DE 2015, QUE PRORROGA EXPEDIENTE DE TRABALHO REDUZIDO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os preceitos legais impostos pela Lei Complementar Federal Nº 101/2000 de 04/05/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

CONSIDERANDO a instabilidade financeira e consequente necessidade na contenção dos gastos públicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído jornada de trabalho reduzida a todos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal do Planejamento Urbano e a Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo, que passarão a atender das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação e a Secretaria Municipal da Saúde, cumprirão expediente de trabalho em horário normal.

Art. 3º - Havendo necessidade, poderão ser convocados os servidores para a execução de suas tarefas, não havendo para tanto qualquer pagamento de adicionais de qualquer título.

Art. 4º - O presente Decreto terá sua vigência a partir de 01 de Abril de 2015 por prazo indeterminado.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Junho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

EXTRATO CONTRATUAL 31-B/2015

--

Contrato Nº.: 031-B/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: L.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 08/07/2015

Licitação : TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 4/2014

Objeto : 3º TERMO ADITIVO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE, PADRÃO FNDE, COM ÁREA TOTAL DE 627M² DE COBERTURA. Trombudo Central, 12 de junho de 2015

RESCISÃO CONTRATUAL 22/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL PMTC Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO RECISÃO

A Prefeitura Municipal de Trombudo Central, através de sua autoridade competente entende por RESCINDIR o Contrato nº 022/2015, Convite p/ compras e serviços nº 2/2015, que tem como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA TRIBUTARIA DO MUNICIPIO, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DESCRITAS NO EDITAL, tendo em vista a solicitação do Prefeito Municipal, fica rescindido o contrato conforme cláusula nona, parágrafo terceiro do contrato.

Trombudo Central, 12 de junho de 2015

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Proposta: 80.991.094/0001-13004

Objeto: Incentivo para Construção de Polos de Academia da Saúde-Básica (PI)

Origem dos Recursos: Ministério da Saúde/Fundo Nacional da Saúde

Valor 2ª Parcela: R\$ 48.000,00

Data do repasse: 09/06/2015

Turvo/SC, 12 de junho de 2015.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N. 38/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 38/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 38/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE HIGIENE/LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA MANTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes : 14:00 horas do dia 25 de Junho de 2015.
Abertura dos Envelopes : 14:15 horas do dia 25 de Junho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br .
União do Oeste - SC, 12 de junho de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 37/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 37/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 37/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DIVERSOS PARA CONFECÇÃO DE ARTESANATO NAS OFICINAS/CURSOS REALIZADAS PELO CRAS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 25 de Junho de 2015.
Abertura dos Envelopes : 09:15 horas do dia 25 de Junho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br .
União do Oeste - SC, 12 de junho de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 2896/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.896, de 01 de junho de 2015.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 019, de 02 de junho de 2000,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CLEONICE AMERICO RIBEIRO COLPANI, ocupante do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem gozadas no período de 01/06/2015 à 30/06/2015, relativas ao período aquisitivo de 18/03/2014 à 17/03/2015.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2897/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.897, De 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre exoneração de Servidor(a) ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Setor e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 34. Inciso II da Lei Complementar N.º 019/2000 de 02 de junho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado(a) a pedido, JANAINA LUZZI, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, nomeado através do Decreto Municipal N.º 2.202 de 08 de abril de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto N.º 2.202/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2898/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.898, De 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre readaptação de atividades temporária de servidora pública municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal e Art. 22 da Lei Complementar N.º 019/2000 de 02 de junho de 2000 e,

Considerando o atestado médico expedido por especialista médico Dr. Marco André M. Alécio, em anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica a servidora pública municipal ISANETE BRESOLIN, ocupante do cargo de Professora de Artes, 30 horas semanais, readaptada para exercer funções administrativas junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 01 (um) ano a contar da data do presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2899/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.899, de 09 De Junho de 2015.

Concede Adicional Titulação para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 061 de 23 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação para a Servidora MARLENE NEIVA POGPRZELSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente apresentação do Certificado de Conclusão de Pós Graduação, correspondente ao valor de 10% sob a denominação de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, calculado sobre o vencimento base da servidora.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 09 de Junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2900/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.900, De 09 de Junho de 2015.

Dispõe sobre Remoção de Servidora Municipal por Interesse Público.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal e o Artigo 35., Parágrafo único, Inciso I do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público, a Servidora GISELE MOZER, ocupante do cargo de Psicóloga, 20 horas semanais, nível de vencimento 51, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 09 junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2901/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2901, DE 09 DE JUNHO DE 2015.		
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
		O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1016/2014;
DECRETA:		
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 48.186,00 (quarenta e oito mil, cento e oitenta e seis reais, oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:		
ADICIONAR DOTAÇÕES		
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes e Obras		
FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário		
Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do Departamento de Transportes e Obras		
152 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.01.164	48.186,00	
Saldo Total a Suplementar	48.186,00
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:		
ORIGEM DOS RECURSOS		
Fonte Recurso: 00.01.0164 - Transferências de Convênios - Outros		
Origem: Transferências do Governo Estadual - Convênio TR 1934/2014.		
Destinação do Objeto: Recuperação de Ponte Sobre o Rio Santo Antônio.		
Total de Recursos Suplementados	48.186,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.		
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.		
EVERALDO LUIS CASONATTO		
Prefeito Municipal		

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2902/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.902, de 10 De Junho de 2015.

Concede Adicional Titulação para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 061 de 23 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação para a Servidora MARILIA MIORELLI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente apresentação do Certificado de Conclusão de Graduação, correspondente ao valor de 10% sob a denominação de ADICIONAL DE GRADUAÇÃO, calculado sobre o vencimento base da servidora.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 10 de Junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de Junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO ATA RP 21/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PROCESSO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Ao primeiro dia do mês de junho de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 34/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa CARLOS JANUARIO RAMOS, inscrita no CNPJ n 15.349.037/0001-05, estabelecida sito a Rua Pedro Alvares Cabral, 271, União do Oeste – SC. DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

DECRETO N. 2903/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.903, De 11 de Junho de 2015.

Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de Chefe de Setor e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 019, de 02 de junho de 2000 e Lei Complementar N.º 61, de 23 de dezembro de 2010 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, VANESSA MATTIAS, portadora do CPF n.º 090.106.649-45 e do RG n.º 5.407.170-4, para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-1.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Item	Descrição	Qt.	Un	Marca	Preço Unit.	Preço Total
01	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT, QUENTE/FRIO, 9.000 BTUs, COM CONTROLE REMOTO, 220 VOLTS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE "A", KIT DE INSTALAÇÃO, INSTALADO NO EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, SEM CUSTAS ADICIONAIS.	07	UN	CONSUL	1.229,00	8.603,00
02	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT, QUENTE/FRIO, 12.000 BTUs, COM CONTROLE REMOTO, 220 VOLTS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE "A", KIT DE INSTALAÇÃO, INSTALADO NO EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, SEM CUSTAS ADICIONAIS.	01	UN	CONSUL	1.300,00	1.300,00
03	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT, QUENTE/FRIO, 18.000 BTUs, COM CONTROLE REMOTO, 220 VOLTS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE "A", KIT DE INSTALAÇÃO, INSTALADO NO EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, SEM CUSTAS ADICIONAIS.	01	UN	CONSUL	1.670,00	1.670,00

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO ATA RP N. 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

PROCESSO Nº 35/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos nove dias do mês de junho de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 35/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ZILIO SANTO BEZ - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 10.603.099/0001-70.

DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO, PARA ACABAMENTO DOS PASSEIOS PÚBLICOS E DELIMITAÇÃO DA PISTA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 890, DE 18 DE ABRIL DE 2011, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qt.	Un	Marca	Preço Unit.	Preço Total
01	CIMENTO, SACAS DE 50 KG	200	SC	SUPREMA	32,00	6.400,00
02	PEDRISCO	50	M3		96,50	4.825,00
03	AREIA MÉDIA	50	M3		130,00	6.500,00

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO 31/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°:	31/2015
Contratante:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada:	GENTE SEGURADORA S.A
Objeto	CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS.
Valor :	R\$ 9.480,00 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais).
Vigência :	Início: 09/06/2015 Término: 09/06/2016
Licitação :	Pregão Presencial N.º 33/2015.
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
EVERALDO LUIS CASO-NATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO 32/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°:	32/2015
Contratante:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada:	ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A
Objeto	CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS.
Valor :	R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).
Vigência :	Início: 09/06/2015 Término: 09/06/2016
Licitação :	Pregão Presencial N.º 33/2015.
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
EVERALDO LUIS CASO-NATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 06/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°:	06/2015
Contratante:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada:	BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
Objeto	CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS.
Valor :	R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais).
Vigência :	Início: 09/06/2015 Término: 09/06/2016
Licitação :	Pregão Presencial N.º 06/2015.
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 07/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°:	07/2015
Contratante:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada:	ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A
Objeto	CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS.
Valor :	R\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Vigência :	Início: 09/06/2015 Término: 09/06/2016
Licitação :	Pregão Presencial N.º 06/2015.
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 08/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.: 08/2015	
Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Contratada...: ESTOLAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME.	
Objeto AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.	
Valor : R\$ 120,00 (Cento e vinte reais).	
Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação : Pregão Presencial N.º 07/2015.	
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 10/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.: 10/2015	
Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Contratada...: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	
Objeto AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.	
Valor : R\$ 8.155,00 (Oito mil, cento e cinquenta e cinco reais).	
Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação : Pregão Presencial N.º 07/2015.	
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 09/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.: 09/2015	
Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Contratada...: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI – ME.	
Objeto AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.	
Valor : R\$ 700,00 (Setecentos reais).	
Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação : Pregão Presencial N.º 07/2015.	
UNIÃO DO OESTE, 09 de junho de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 88/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 88, de 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N. 66/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de UNIÃO DO OESTE, propôs, votou e APROVOU e o Prefeito Municipal de União do Oeste PROMULGA a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. A Lei Complementar n. 66/2011, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º. Os cargos de provimento efetivo são os constantes no Anexo I desta Lei e os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, são os constantes do Anexo II.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Ficam criados por esta Lei os cargos de provimento efetivo de Controlador Interno e de Tesoureiro.

§ 4

º Ao servidor efetivo que venha a desempenhar função e/ou atividade estranha àquela de sua competência originária e desde que seja de relevante interesse da Administração Pública, é devido gratificação pelo exercício da função, correspondente em 45% até 100% (cem por cento) do valor do vencimento básico do Município.

§ 5º Fica alterada temporariamente, por um prazo de 5 (cinco) anos, de 20 horas para 30 horas semanais a carga horária do Cargo de Contador e consequentemente os Anexos I e III, devendo seu vencimento também ser alterado no valor correspondente ao acréscimo de horas.

“Art. 8º O servidor ocupante de cargo efetivo e que apresentar título superior àquele

exigido para o cargo, para o qual foi concursado, terá direito adicional correspondente a 10% do seu rendimento base descrito no anexo III.”

Art. 2º. Ficam alterados os Anexos I, II, III e V da Lei Complementar n. 66/2011, passando a ter a redação conforme segue.

Art. 3º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Ficam inalterados e em vigor os dispositivos da Lei Complementar nº. 033/2005 que não colidam com o disposto nesta Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina,
em 12 de junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicação em data supra, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

MARILIA MIORELLI
Servidora Designada

**“ANEXO I”
QUADRO DE CARGOS EFETIVOS**

Diretor da Câmara	40/horas semanais	1
Contador	30/horas Semanal	1
Auxiliar de serviços gerais	40/horas Semanais	1
Controlador Interno	20/horas semanais	1
Tesoureiro	20/horas semanais	1

**ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO**

CARGO	Carga horária	N.º DE CARGOS
Assessor de Imprensa	20/horas mensais	1
Assessor parlamentar	20/horas semanais	1
Assistente Legislativo*	Extinto pela LC 66/2011	

**ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E ESCOLARIDADE.
DOS CARGOS PERMANENTES/ COMISSÃO**

Denominação	Escolaridade	Vagas	Carga horária	Remuneração
Diretor da Câmara	Ensino Médio	01	40/horas semanais	2.497,22
Assessor Jurídico	Ensino Superior	01	32 h/mês	3.819,10
Assistente Legislativo*	Extinto pela LC 66/2011			
Contador	Ensino Superior	01	30 h/semanais	3.745,89
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	01	40/horas Semanais	936,67
Controlador Interno	Ensino Médio	01	20/horas semanais	1.229,32
Tesoureiro	Ensino Médio	01	20/horas semanais	1.500,40
Assessor Parlamentar	Ensino Médio	01	20/horas semanais	1.386,72
Assessor de Imprensa	Ensino Médio	01	20/horas mensais	1.000,00

ANEXO V

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS

ASSESSOR JURÍDICO

A Assessoria Jurídica compete assistir a Câmara Municipal em assuntos jurídicos no âmbito da Legislação Federal, Estadual e Municipal, tendo como principais atribuições:

- I – representar e assistir a Câmara em Juízo;
 - II – Prestar serviços de consultoria jurídica à Presidência, à Mesa Diretora e ao Plenário e Comissões, sobre matéria legislativa em tramitação;
 - III – assistir todos os órgãos da Câmara orientando sobre a forma mais regular e legal de prática de atos e procedimentos jurídico-administrativos;
 - IV – manter o Presidente e a Mesa Diretora informados com detalhes do andamento dos trabalhos de Assessoria Jurídica;
 - V – emitir pareceres técnicos e jurídicos;
 - VI – elaborar, com redação apropriada, minutas de atos oficiais, inclusive pronunciamentos, projetos, decretos, resoluções, portarias, ajustes, convênios e contrato que for parte a Câmara Municipal de Vereadores;
 - VII – emitir parecer sobre todos os processos submetidos a sua análise;
 - VIII – promover a uniformização dos critérios técnicos e formais aplicáveis à elaboração de atos oficiais, pareceres e outros instrumentos jurídicos;
 - IX – acompanhar as publicações de natureza jurídica e manter atualizado o repertório jurídico;
 - X – atender consulta dos edis sobre matéria jurídica;
 - XI – elaborar e orientar todos os atos de movimentação de pessoal;
 - XII – analisar todos os documentos e instrumentos elaborados na Câmara de Vereadores que tenham implicância jurídica;
 - XIII – praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da Assessoria Jurídica.
- REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: estatutário/ 32 horas mensais
- CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.
- HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Diploma em Direito e possuir Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

DIRETOR DA CÂMARA

- I - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
- II - Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
- III- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
- IV - Controlar e arquivar publicações oficiais;
- V - Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
- VI - Proceder controle de provimento e vacância de cargos;
- VII - Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- VIII - Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.
- IX - Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas.
- X - Executar outras tarefas correlatas às descrições acima.
- XI - Executar serviços de datilografia em geral.
- XII - Transcrever atos oficiais.
- XIII - Preencher formulários, fichas, cartões e outros.
- XIV- Codificar dados e documentos.
- XV- Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados.
- XVI - Providenciar material de expediente.
- XVII - Confeccionar relatório de serviços diversos.
- XVIII - Selecionar e arquivar documentos.
- XIX - Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- XX - Gravar as sessões legislativas

XXI - Atender os vereadores
XXII - Atender e transferir ligações telefônicas.
XXIII - Executar outras tarefas correlatas.
XXIV - Organização do plenário para as sessões
XXV- Distribuir as correspondências aos vereadores
XXVI - Encaminhar correspondências endereçadas por vereadores
XXVII - Tirar cópia de projetos
XXVIII - Hastear as bandeiras
XXIX - Efetuar pesquisas quando requisitado pelos vereadores
XXX - Serviços de correio
XXXI - Arquivamento das correspondências lidas em sessão
XXXII - Receber e efetuar ligações para o presidente
XXXIII - Anotar recados e efetuar agendamentos
XXXIV - Preparar a pauta para as sessões
ASSESSOR LEGISLATVO – extinto pela Lei Complementas n. 66/2011

CONTADOR

I - Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa.
II - Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
III - Participar na elaboração de propostas orçamentárias.
IV - Classificar a receita.
V - Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias e cheques.
VI - Relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária.
VII - Efetuar balanço e balancete.
VIII - Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo.
IX - Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos.
X- Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária.
XI- Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes.
XII - Elaborar registros contábeis da execução orçamentária.
XIII -Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão.
XIV - Manter atualizadas as fichas de despesa e arquivo de registro contábeis.
XV - Conferir boletins de caixa.
XVI - Elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho.
XVII - Controlar a execução orçamentária.
XVIII - Relacionar restos a pagar
XIX - Reparar recursos financeiros.
XX - Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários.
XXI – Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título.
XXII - Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação.
XXIII - Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro
XXIV- Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência.
XXV - Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão.
XXVI - Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente.
XXVII - Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão.
XXVIII - Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis.
XXIX - Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal.
XXX - Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios.
XXXI - Desempenhar outras tarefas semelhantes.
XXXII - Assinar balanços e balancetes, na ausência do contador.
REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: Estatutário/ 30 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Certificado de Técnico em Contabilidade à nível de 2º grau e/ou portador de diploma de ensino superior em contabilidade e possuir Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

I - Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
II - Executar trabalhos braçais;
III - Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
IV - Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
V - Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
VI - Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores, edis e visitantes.
VII - Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
VIII - Requisitar material necessário aos serviços.
IX -Processar cópia de documentos.

X - Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre a localização de pessoas ou dependências do órgão.

XI - Receber e transmitir mensagens.

XII - Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.

XIII - Encarregar-se da limpeza e polimento do veículo.

XIV - Relatar as anormalidades verificadas.

XV - Atender telefone e transmitir ligações.

Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão

REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: estatutário/ 40 horas semanais

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo.

ASSESSOR PARLAMENTAR

I - Selecionar, organizar e manter atualizados, os contatos, arquivos, cadastros e fichas direcionados ao presidente.

II - Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral do presidente;

III - Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos de responsabilidade do presidente;

IV - Receber e transmitir ao presidente mensagens recebidas.

V - Atender e transferir ligações telefônicas.

VI - Executar outras tarefas correlatas.

VII - Encaminhar correspondências endereçadas do presidente para outros órgãos políticos

VIII - Efetuar pesquisas quando requisitado pelo presidente

IX - Serviços de correio

X - Receber e efetuar ligações para o presidente

XI - Anotar recados e efetuar agendamentos

XII - Manter o presidente informado da entrada de novos projetos

XIII - Ser o facilitador entre as bancadas

XIV - Buscar entendimento com o executivo.

XV - Acompanhar o presidente em reuniões e viagens

XVI - A mando do presidente se deslocar até outras cidades com o carro da câmara para buscar/levar documentos e ou materiais para a câmara.

XVII - Cuidar da agenda política do presidente

XVIII - Assessorar o presidente nas sessões

REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: Estatutário/ 20/horas semanais

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: É de livre nomeação e exoneração, ficando a indicação do respectivo titular sob a responsabilidade da Presidência da Câmara Municipal.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Certificado de nível médio

CONTROLADOR INTERNO

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Executar com autonomia as funções de controle interno, nos termos da legislação municipal, estadual e federal aplicável; elaborar e manter manuais de procedimentos, bem como elaborar programa permanente de auditoria e correição interna.

ATRIBUIÇÕES:

I - Fazer com que se efetive o controle interno das atividades da Câmara Municipal, cumprindo e fazendo cumprir a respectiva legislação municipal, estadual e federal aplicável, para o que receberá a cooperação e a colaboração devida de todas as divisões funcionais, seus titulares e servidores, tendo atendidas suas solicitações e determinação em caráter de precedência sobre as demais.

II - Assinar, juntamente com o Presidente da Mesa Diretora, o relatório das contas do Poder Legislativo Municipal a ser enviado ao Tribunal de Contas, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal.

III - De conformidade com o disposto na Lei Orgânica e no Regimento Interno, promover a integração dos serviços de controle interno do Poder Legislativo com os serviços de controle interno do Poder Executivo Municipal.

IV - Desenvolver as funções de controle interno na integralidade dos atos da Câmara

Municipal seja de responsabilidade da Presidência, de todas as divisões funcionais, sejam de responsabilidade dos integrantes e de seu funcionalismo, efetivos ou comissionados, na forma da lei.

V - Firmar documentos precedentemente ao Presidente, quando for o caso.

VI - Fixar a programação permanente de auditoria e correição interna.

VII - Pronunciar-se sobre os relatórios das atividades de controle interno.

VIII - Prestar informações do desenvolvimento dos trabalhos do controle interno ao Presidente, à Mesa Diretora e aos Vereadores, quando solicitado.

IX - Desempenhar outras funções correlatas previstas em regulamento.

REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: Estatutário/ 20 horas semanais.

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Certificado de nível médio

TESOUREIRO

DESCRIÇÃO SINTÉTICA

Assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente.

ATRIBUIÇÕES

- I - Participar em reuniões periódicas de coordenação da Área de Administração Geral e Finanças;
 - II - Elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da Tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
 - III - Efetuar os recebimentos e dar deles o respectivo documento de quitação;
 - IV - Exigir a Certidões Negativas de Débitos, em especial, as previdenciárias, antes de realizar qualquer pagamento para empresas contratadas;
 - V - Efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
 - VI - Elaborar Folha de Caixa;
 - VII - Elaborar o Resumo de Tesouraria;
 - VIII - Proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores de Caixa e Bancos;
 - IX - Controlar o movimento das contas bancárias, com o objetivo de poder elaborar o Resumo e Diário de Caixa;
 - X - Assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;
 - XI - Efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
 - XII - Assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registo no Diário de Caixa e no Resumo de Tesouraria;
 - XIII - Enviar, para a Contabilidade os originais e duplicados da Folha de Caixa (Diário de Tesouraria) e do Resumo Diário de Tesouraria, acompanhados dos duplicados das Guias de Recebimento (Guias de Receita) e de todos os restantes documentos;
 - XIV - Recepcionar os duplicados dos Diários de Caixa e dos Resumos de Tesouraria e arquivá-los;
 - XV - Requisitar da Prefeitura, por intermédio do Presidente da Câmara, o valor necessário para as despesas do Poder Legislativo;
 - XVI - Efetuar o pagamento da folha bem como o recolhimento dos encargos sociais e judiciais;
 - XVII - Organizar e realizar o trabalho de tesouraria, bem como a conciliação bancária;
 - XVIII - Manter em dia o documentário sob sua responsabilidade;
 - XIX - Atestar a identidade entre a fatura e a nota fiscal de fornecedores, referentes a aquisições feitas pela Câmara Municipal.
 - XX - Efetuar conta corrente atualizada dos devedores temporários da Câmara Municipal, por adiantamentos concedidos para pequenas despesas, de modo a assegurar com exatidão os adiantamentos de cada servidor ou Vereador, acompanhando a correspondente prestação de contas, efetuando entrega, mediante recibo, de numerário, quando devidamente autorizado.
 - XXI - Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.
- REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: Estatutário/ 20 horas semanais.
- CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.
- HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Certificado de nível médio

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2015 - CAÇAMBA PARA COLETA DE LIXO

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Contratação de empresa para fabricar carroceria de madeira para adaptar em caminhão para coleta de lixo, com graneleiro, suporte traseiro, todo o material necessário para confecção da mesma, para choque traseiro, fornecimento da documentação e liberação documento para vistoria junto a Inspevale. Alongamento chassi e Refazer parte elétrica.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 26/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 24 de junho de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 08:30 hrs do dia 24 de junho de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 12 de junho de 2015

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ANULAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015-PMV
ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER REFORMA DO TERRAÇO DO OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO COM SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE NOVA CÚPULA DE OBSERVAÇÃO E PINTURA EXTERNA. ÁREA TOTAL DE 152,78 M² DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS, foi anulado. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 12 de Junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINIS- TRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ALEXANDRE CESAR MERLE	868.404.369-34	11953/2014	11/06/2015
AMORETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S	07.000.301/0001-64	512/2015	11/06/2015
ANA JULIA REFEIÇÕES LTDA - ME	13.225.914/0001-00	382/2015	11/06/2015
ANTONINHO DE JESUS	745.326.859-15	1347/2011	11/06/2015
ANTONINHO RODRIGUES PIMENTAL	489.421.469-53	20435/2014	11/06/2015
ANTONIO CORDEIRO DOS SANTOS - ME	08.957.844/0001-37	19171/2014	11/06/2015
CASANOVA REAL ESTATE CONSTUTORA E INCORPORADORA LTDA	06.087.218/0001-01	15311/2012	11/06/2015
CASANOVA REAL ESTATE CONSTUTORA E INCORPORADORA LTDA	06.087.218/0001-01	5906/2011	11/06/2015
DAIANA DOS SANTOS RODRIGUES - ME	15.034.149/0001-69	1361/2015	11/06/2015
DAIANA DOS SANTOS RODRIGUES - ME	15.034.149/0001-69	1358/2015	11/06/2015
FAST WAY LANGUAGE SCHOOL ESCOLA DE IDIOMAS LTDA - ME	09.360.112/0001-28	17604/2014	11/06/2015
IP RESTAURANTE E EVENTOS LTDA - ME	04.565.914/0001-50	1417/2015	11/06/2015
IRACEMA TELES DE OLIVEIRA	516.333.969-91	13791/2014	11/06/2015
JOSÉ OSNI ALMEIDA DE SOUZA	219.761.399-53	4159/2014	11/06/2015
MARIA APARECIDA MOREIRA	088.313.159-51	234/2015	11/06/2015
PETERSON BOMBAS INJETORAS LTDA - ME	10.277.056/0001-41	278/2015	11/06/2015
PRESTADORA DE SERVIÇOS AMIGA LTDA	08.051.481/0001-76	18354/2014	11/06/2015
PRESTADORA DE SERVIÇOS AMIGA LTDA	08.051.481/0001-76	18356/2014	11/06/2015
SOLUÇÃO SEGURA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME	08.966.966/0001-90	3507/2014	11/06/2015
VALMIR ZONTA	614.110.009-00	18053/2014	11/06/2015
VIP S AUTOMÓVEIS LTDA - ME	08.203.904/0001-26	1425/2015	11/06/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 11 de junho de 2015.
ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento - REFIS 2013 NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS – REFIS 2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ADELIRO LUIZ POLLI	400.672.039-49	18573/2013	11/06/2015
CASA DE EVENTOS E RESTAURANTE CASTELO LTDA	11.170.584/0001-60	17355/2013	11/06/2015
LASA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	75.549.436/0001-33	16669/2013	11/06/2015
SERGIO ANTONIO HERDINA	148.090.529-15	16028/2013	11/06/2015
VERA LUCIA HERDINA	020.064.799-70	15189/2013	11/06/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 11 de junho de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 84/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÕES E CONserto DA PARTE ELÉTRICA DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 29/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 12 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N.º 52/2015

Termo aditivo n.º 52/2015

Aditivo nº: 52/2015.

Contrato de Prestação de Serviços nº: 86/2015-PMV.

Licitação: TP 08/2015- PMV.

Contratada: LEGALLE Concursos e Soluções Integradas Ltda. - EPP.

Objeto: Incluir no Termo de Referência (anexo 2) e na especificação do objeto cadastro de reserva (CR) para o cargo de agente comunitário de saúde nos Bairros Floresta, Panazzolo, Cibrazém e Sesi.

Data: 11/06/2015.

INPREVID**DISPENSA 002/2015**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

DISPENSA Nº 02/2015

CONTRATO INPREVID Nº 002/2015

Contratante: INPREVID

Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE

Objeto: Assessoramento técnico que objetiva o processo de realização de concurso público para preenchimento do cargo de ANALISTA PREVIDENCIÁRIO, existentes no Plano de Cargos e Salários do INPREVID.

Valor: R\$ 6.580,00 (Seis mil e quinhentos e oitenta reais)

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta dias)

Videira/SC, 10 de Junho de 2015.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 022/2015

Processo de Licitação 022/2015

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER, conforme CONTRATO: 809125/2014/MCIDADES/CAIXA, PROCESSO: 1016535-94/2014 ENTRE O GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 30 de Junho de 2015 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 15 de Junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 022/2015

DECRETO N.º 022/2015.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pelo § 7º, do Artigo 15, da Lei Complementar 049, de 23 de dezembro de 2009 e, § 2º, do Artigo 37, da Lei Complementar 050, de 23 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO, as indicações dos membros para representar as respectivas secretarias junto à Comissão de Avaliação de Desempenho e de Avaliação do Estágio Probatório dos servidores públicos municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconduzidos e nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório dos servidores públicos municipais:

JAIR WIPPEL

- Representante da Secretaria de Administração e Finanças.

ODIRLEI JEREMIAS

- Representante da Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente.

EDGAR BORGES VIEIRA

- Representante da Secretaria de Saúde.

EDENIR BRANGER FRANÇA

- Representante da Secretaria de Educação.

LINDOLF LUTKE

- Representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - As servidoras MARIA DE LURDES LANZMASTER e ILIANI FERREIRA DE SOUZA, eleitas pelos professores efetivos, também compõem a presente Comissão, representando a Secretaria de Educação, quando da Avaliação dos servidores do quadro do Magistério Público Municipal.

Art. 3º - A Comissão ora constituída tomará as providências necessárias a fiel execução e julgamento da Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório dos servidores públicos Municipais de Vitor Meireles, pelo período de um ano, a contar da publicação deste Decreto, podendo a comissão ou alguns de seus membros serem reconduzidos ao cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de Junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 024/2015

DECRETO Nº 024/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias pelo Superávit do Exercício Anterior:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 – Manutenção da Administração e Finanças

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.3.8900 – Alienação Bens Dest. Outros Programas

..... R\$ 7.728,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de Junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

LEI COMPLEMENTAR Nº 086

LEI COMPLEMENTAR Nº. 086, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CRIA CARGO EFETIVO E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 049, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - Fica criado, na Estrutura Administrativa do Município, Lei Complementar nº 049, de 23 de dezembro de 2009, o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, no Grupo I – Atividades de Nível Superior, com número de vagas, habilitação necessária para a posse, carga horária semanal, vencimento inicial e atribuições do cargo, conforme especificações constantes dos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º - O Anexo III e IV da Lei Complementar nº 049 de 23 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a inclusão do cargo de Fiscal de Obras e Posturas e com a habilitação disposta na presente Lei Complementar.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Vitor Meireles, 12 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO III, ARTIGO 26, INCISO III, LC 049/2009

QUADRO GERAL DOS CARGOS EFETIVOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS FUNCIONAIS, COM A DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - ANS

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
.... Fiscal de Obras e Posturas	VIII	01	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

ANEXO II

ANEXO IV, ARTIGO 26, INCISO IV, LC 049/2009

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES INERENTES AO CARGO

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - ANS

Fiscal de Obras e Posturas	Ensino superior com diploma na área de Ciências Contábeis ou Econômicas, Recursos Humanos, Engenharia, Administração ou Direito, Sistema de Informação ou Processos Gerenciais e portador da CNH para veículos leves.	Atividade referente à fiscalização de obras e serviços; Lavar autos de infração, intimações e praticar todos os atos administrativos e legais disponíveis, visando ao correto cumprimento da legislação relativa ao Plano Diretor, Código de Posturas e Código de Obras; Atuar em equipe multiprofissional e, orientar e supervisionar estagiários e outros profissionais na execução de seus serviços; Zelar pela limpeza e conservação de materiais, equipamentos e do local de trabalho; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional. Fiscalizar a higiene das vias e logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças, monumentos históricos e fontes, além de coibir qualquer tipo de obstrução ao livre escoamento das águas pluviais e ainda, a instalação ou funcionamento de qualquer atividade comercial, que resulte em prejuízo de seus habitantes; fiscalizar o trânsito do público em geral, tanto de veículos, como de pedestres, com relação à ordem, segurança e o bem estar da população, como o depósito de materiais, a condução de animais, estacionamento, e tráfego de volumes de grande porte, construção e conservação de muros e calçadas e ainda, a instalação e funcionamento das bancas de jornal e revistas, uso da calçada para colocação de mesas e cadeiras, por parte de bares e restaurantes e a proibição de seu uso para exposição de mercadorias; fiscalizar o licenciamento de qualquer atividade comercial ou industrial, seja ela, eventual ou não, incluindo o licenciamento do seu horário de funcionamento; fiscalizar o licenciamento e a fiscalização de vendedores ambulantes, garantindo ao cidadão seu direito de livre circulação nos espaços públicos; dirigir veículo oficial para fins de fiscalização; outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata, emitir laudos e pareceres técnicos para subsidiar a concessão de licenças, autorizações, aprovações, outorgas e demais atos previstos na legislação pertinente, respondendo pelas informações e conclusões apresentadas; exercer outras atividades auxiliares, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos, contábeis, de secretaria, de rotina e outras atividades correlatas.
----------------------------	---	--

LEI Nº 0920

LEI Nº 0920, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES A FIRMAR CONVÊNIO E/OU TERMO DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIE.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar convênio e/ou termo de cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIE, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Sub-Componente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 12 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2015

PORTARIANº 101/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARIA DE FÁTIMA MAÇANEIRO SCHNEIDER

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 053/2015, de 12 de março de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 08 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 102/2015

PORTARIANº 102/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GREGORI MATHIAS SOARES

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratado pela Portaria nº 084/2015, de 08 de maio de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerado a partir de 08 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos

a partir de 08 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 103/2015

PORTARIANº 103/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FLAVIA MAGALI MACCARINI
Cargo: PROFESSOR NÍVEL II ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 097/2015, de 29 de maio de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 12 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 104/2015

PORTARIANº 104/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARINA DE OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 023/2015, de 04 de fevereiro de 2015, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 15 de junho de 2015. A diminuição de 20 (vinte) horas

da carga horária se dá pelo término do contrato de substituição à servidora ANALU MOSER.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 105/2015

PORTARIANº 105/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANAINA PRISCILA DAROLT FRANCISCO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 054/2015, de 12 de março de 2015, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 08 de junho de 2015. A diminuição de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pelo término do contrato de substituição à servidora MARILEUSA SCHMITT.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

RESOLUÇÃO Nº 010 E 011 DO CMDCA

RESOLUÇÃO N. 010/2015, de 10/06/2015 DO CMDCA DE VITOR MEIRELES/SC.

DISPÕE SOBRE O EDITAL 005/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015 PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Vitor Meireles, Juarez Lima Varela, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 0880/2014, e a deliberação da plenária da Assembleia de número vinte e três de 10/06/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolve:

Art.1º. Envia projeto de lei através de seu procurador Marcio Pavanello em regime de urgência, alterando o parágrafo §1º do artigo 37 da Lei 0880/2015 que passa ter a seguinte redação: [fica estipulado que pelo exercício da função de conselheiro tutelar eleito, com jornada máxima de 20 (vinte) horas semanais].

Art.2º. Reduz a jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares estipulada no edital 005/2015 para (20) vinte horas semanais e permanecer à disposição do Conselho em tempo integral, seja em regime de plantão ou de sobre aviso, garantindo-se as reuniões do colegiado em horário ordinário ou extraordinário, conforme necessidade do município, relativamente às suas demandas e peculiaridades;

Art.3º. Prorroga o prazo das inscrições para conselheiro tutelar municipal dos direitos da criança e do adolescente de Vitor Meireles para as eleições unificadas até a data de 30 de junho de 2015 e readéqua os demais prazos do edital 005/2015;

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Lima Varela
Presidente do CMDCA
Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 10 de junho de 2015.

RESOLUÇÃO N. 011/2015, de 10/06/2015 DO CMDCA DE VITOR MEIRELES/SC.

DISPÕE SOBRE O EDITAL 005/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015 PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Vitor Meireles, Juarez Lima Varela, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 0880/2014, e a deliberação da plenária da Assembleia de número vinte e três de 10/06/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolve:

Art.1º. Nomeia a Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitor Meireles: Presidente da Comissão Especial o Sr. Juarez Lima Varela, Presidente do CMDCA de Vitor Meireles, o Senhor Marcio Pavanello Jurídico Municipal, Senhor Ademar Fusinato responsável pela junta eleitoral no Município, Senhora Jeovana Winter representante da Prefeitura Municipal, Senhora Rosane Vieira Representante da Diretoria da Mulher e do Conselho Municipal dos Idosos

Art.2º. Nomeia mesários para atuar nas instâncias já estabelecidas pelo TRE na data de 04 de outubro de 2015, a saber:

Para a Escola de Educação Básica Victor Meireles localizada no centro de Vitor Meireles, os membros do CMDCA deliberaram e votaram que haverá a disposição duas (02) mesas de votação e a comissão especial nomeia:

MESA 01 – Presidente de mesa, Edenir Branger França, mesários, Roberta Schmitt, Elvira Kammer e Janete Schmitt Mafra.

MESA 02 – Presidente de mesa, Dário Montagna, mesários, Salésio Boing, Sandro Lunelli, Cleiton Junior Machado, Luiz Carlos Backes.

Para a Escola Municipal Salto Dollmann, nomeia:

MESA 01 – Presidente de mesa Leonice Morgenroth, mesários, Isolina Petersem, Vera Lucia Lutke e Denílson Meneghelli.

Para a Escola de Educação Básica Barra da Prata, localizada na comunidade Barra da Prata, nomeia:

MESA 01 – Presidente de mesa, Roseli Rangel Salvador, mesários João Vendrami, Marcia Schiram Nardo, Marli Montibeller, Onadir Nardi.

Para a Escola Municipal Serra da Abelha I, nomeia:

MESA 01 – Presidente de mesa Maria Boing, mesários, Iara Aparecida Leite Dauer, Zenita Ignaczuk, Juliete Machado Jeremias, Décio Martarello.

Para o Poso avançado de Saúde localizado na comunidade do faxinal, nomeia: MESA 01 – Presidente de mesa, Jéssica Spliter, mesários, Terezinha Cescom, Tainara Ruchinski, estevão Ruchinski.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 10 de junho de 2015.

Juarez Lima Varela

Presidente do CMDCA

Vitor Meireles/SC.

Xanxerê

PREFEITURA

1 ADITIVO CONTRATO Nº 0113/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0113/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Setep Construções S.A.

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra da Estrada Municipal XRE 705, Linha São Sebastião, com extensão de 400 m.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 3 meses, contados a partir de 27 de abril de 2015 vigorando até 26 de julho de 2015, conforme ofício anexo ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 26 de abril de 2015. Ademir J Gasparini - Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 11 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 119/2015

DECRETO Nº AJG 119/2015

ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de recompor a representatividade da Comissão de Avaliação de estágio probatório da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição dos membros da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo Decreto nº AJG 238/2013, que será composta pelos seguintes membros:

I - ÉLIA GASPARETTO TRÊS;

II - MELÂNIA ZULIAN FIORENTIN;

III - DIONISIO KOHL;

IV - VERA LUCIA CORREA;

V - um professor efetivo de cada EMEB ou CEMEI;

VI - o Diretor de cada EMEB ou CEMEI.

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº AJG 238/2013, de 05 de julho de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 0003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO:

O Município de Xanxerê-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência Pública nº 0003/2015, tipo menor preço global, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada de engenharia, para Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas. O recebimento das propostas será até às 13:45 horas do dia 16/07/2015, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos nº 455. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br e anexos na Prefeitura mediante pagamento da taxa. Xanxerê-SC, 19 de maio de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 118/2015

DECRETO Nº AJG 118/2015

DESIGNA O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO RESPONSÁVEL PELO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos III e VIII, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município:

Considerando que o Senhor Vilmar Zarembski, nomeado como Diretor de Habitação e Assuntos Comunitários pelo decreto n. AJG 017/2013, de 08 de janeiro de 2013, encontra-se em auxílio doença desde o dia 22 de maio de 2015;

DECRETA

Art. 1º - Fica designado o Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Amélio Francisco Radaelli, CPF nº 250.902.759-04, como responsável pelo Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º - Para o exercício das funções, o Secretário designado poderá praticar todos os atos necessários como: elaborar e assinar documentos contábeis, relatórios, cheques e outros atos necessários ao bom e fiel desempenho das atividades inerentes ao Fundo especificado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2015**AVISO DE LICITAÇÃO:**

O Município de Xanxerê-SC, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0048/2015, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para Ampliação e Upgrade de uma Central Telefônica do Centro Administrativo Municipal; Aquisições de Aparelhos Telefônicos IP e Switch e Locação de Centrais Telefônicas para a Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento das propostas será até às 13:45 horas do dia 25/06/2015, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 14:00 horas do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 11 de Junho de 2015.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal.

REPASSES RECEBIDOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

O Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.452/97, art. 2º, torna público aos Partidos Políticos, aos Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede no Município, o recebimento dos recursos, conforme relação abaixo:

Ref.	Valor	Programa	Concedente	Data
Repasse	20.000,00	NASF	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	65.910,00	Saúde da Família	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	54.756,00	ACS	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	4.460,00	Saúde Bucal	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	48.200,00	PMAQ	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	37.509,64	Inc. Sist. Penitenc.	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	24.125,00	SAMU	Min. da Saúde	02/06/15
Repasse	1.820,99	PFVS – FNS	Min. da Saúde	05/06/15
Repasse	562,96	PFVS – Anvisa	Min. da Saúde	05/06/15
Repasse	18.973,28	Farmácia Básica	Min. da Saúde	08/06/15

Xanxerê-SC, 12/06/2015.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 058/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Contrato nº: 059/2015 PMXV.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO AO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA.

Data da Assinatura: 27/05/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 7.020,00 (Sete mil e vinte reais).

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 059/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 059/2015 – REGISTRO DE PREÇO
LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE
MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, visando o registro de preço para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para uso dos servidores municipais. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 25 de junho de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 12 de junho de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 206

DECRETO Nº. 206/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal VANUZA ISOTTON, no cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 5879, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 11 de junho de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 207

DECRETO Nº. 207/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal CLAUDETE MARIA MARTINS DA SILVA DE OLIVEIRA, no cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5881, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 13 de junho de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Associações

AMOSC

EDITAL N° 03/2015

EDITAL N° 03/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 11 e art. 26, inciso XI do Estatuto Social,

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados para a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC a realizar-se:

Data: 26 de junho de 2015 – sexta-feira

Local: Auditório da AMOSC, Chapecó, SC

Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

I. Ações prioritárias da AMOSC para 2015;

II. Espaço fala Prefeitos;

III. Moção do Colegiado de Saúde sobre serviços do Hospital Regional do Oeste;

IV. Informes do Colegiado de Cultura sobre estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura;

V. Serviços dos Correios a disposição dos Municípios;

VI. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 12 de junho de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da AMOSC

Consórcios

ARIS

ACORDÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 007/2015 - PALMEIRA

Processo Administrativo Punitivo nº 007/2015

Auto de Infração nº 007/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Palmeira - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA PARCIALMENTE. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APU-RADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI, XII E 12, XIV, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido parcialmente o Auto de Infração nº 007/2015. Recurso conhecido e provido parcialmente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, dar provimento parcial ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência, quanto aos itens 02, 03, 05, 06, 07 e 12.

Participaram do julgamento, realizado no dia 28 de maio de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correa de Melo, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 10 de junho de 2015

Afonso Veiga Filho

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Em 10/04/12 é instaurado o Procedimento Administrativo nº 025 referente à Fiscalização do SAA de Palmeira, prevista para 08/05/12, sendo cientificados o Sr. Prefeito Municipal e a Operadora /CASAN do sistema.

Em 11/05/12 a Operadora responde apresentando uma série de informações sobre o SAA de Palmeira, as quais haviam sido solicitadas pela ARIS.

Em 23/06/12, após feita a Fiscalização, são encaminhados o respectivo Relatório e o Cronograma de Adequação ao Sr. Prefeito e à Operadora. Anexo, também, o Termo de Notificação nº 012/12 e a relação das não conformidades, em número de 17 (dezessete).

Em 24/07/12 a Operadora envia à ARIS o Relatório da Superintendência Regional Sul, o qual se manifesta sobre a Fiscalização realizada anteriormente.

Em 10/01/14 (18 meses depois), Parecer Técnico da ARIS identifica que a CASAN não evidenciou o atendimento de nenhuma das não conformidades levantadas pelo Relatório de Fiscalização, sendo dados mais 15(quinze) dias para providenciá-los.

Em 26/3/14 a Operadora apresenta manifestação da Superintendência Regional Sul relatando as providências adotadas para a correção das não conformidades (17).

Em 21/01/14 Parecer Técnico da ARIS constatou que as não conformidades 01, 08, 10, 11, 13, 15, 16 e 17 foram atendidas; as de números 02, 03, 04, 07 e 09 foram atendidas parcialmente e seus prazos expiraram; e não há evidências de atendimento para as de números 05, 06, 12 e 14, cujos prazos também expiraram. É dado conhecimento à Operadora sobre o Relatório.

Em 01/07/14 nova manifestação da SR Sul é encaminhada pela Operadora e em 08/09/14 é marcada nova Fiscalização para o dia 22/09/14, sendo comunicados o Sr. Prefeito e a Operadora. Neste

momento foram atendidas 10(dez) não conformidades das 17 levantadas.

A Direção Geral da ARIS, após análise de todos elementos dos autos, definiu-se pela instauração de Processo Administrativo Punitivo com a aplicação da penalidade de Advertência em decisão de 30/01/15, sendo a Operadora comunicada pelo Auto de Infração nº007/15.

Em 18/02/15 a Operadora envia mais uma manifestação da SR Sul relatando novas providências tomadas.

Em 17/03/15 o Parecer Técnico nº 034/15 reafirma posição da fiscalização da ARIS e recomenda a manutenção da penalidade, considerando que não foram atendidas nem evidenciada a intenção de atender as não conformidades 02, 03, 05, 06, 07 e 12. Operadora entra com Recurso e a Direção Geral encaminha-o ao Conselho de Regulação da ARIS, conforme art. 13 da Resolução Normativa nº 02/11.

DO VOTO

A leitura atenta e cuidadosa dos fatos resumidos no Relatório, e considerando que as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a busca de adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades constatadas nos prazos estabelecidos;

Considerando que os Relatórios das Fiscalizações efetuadas foram dados ao conhecimento da Prestadora de SAA do Município de Palmeira, a Companhia Catarinense de águas e Saneamento – CASAN, com indicação de prazos para o cumprimento/solução das não conformidades constatadas;

Considerando que os prazos concedidos à Prestadora foram vencidos sem que as não conformidades tenham sido integralmente sanadas (exceção da não conformidade nº 04, restando pendentes as não conformidades nºs 02, 03, 05, 06, 07 e 12, conforme apontadas pela Coordenação de Fiscalização da ARIS;

Tendo em vista, as implicações negativas para a qualidade dos serviços prestados;

Ademais, considerando que o Auto de Infração expedido pelo Diretor Geral da ARIS está de acordo com o devido processo previsto no Protocolo de Intenções que deu origem à Agência;

Considerando que foi assegurado à RECORRENTE o contraditório e o direito à ampla defesa;

CONHEÇO das alegações de defesa apresentadas pela RECORRENTE e, no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, concluindo, pelos fatos examinados, que a RECORRENTE solucionou as não conformidades nºs 04 fazendo jus à anulação da penalidade específica. Porém, ao mesmo tempo concluo que a RECORRENTE não cumpriu com suas obrigações contratuais, relativamente às não conformidades nºs 02, 03, 05, 06, 07 e 12, mantendo-se parcialmente o do Auto de Infração nº 007/2015, e da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, relativamente às não conformidades nºs 02, 03, 05, 06, 07 e 12.

É o voto.

CIGA**EXTRATO CONTRATO - 358 - PGT - WITMARSUM**

Extrato de Contrato nº 358/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Witmarsum

CONTRATANTE: Município de Witmarsum

CNPJ: 83.102.442/0001-76

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 016/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 8 parcelas mensais de R\$ 352,50 (Trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 357 - DOM - XAXIM

Extrato de Contrato nº 357/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Xaxim

CONTRATANTE: Município de Xaxim

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 048/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Xaxim no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 580,00 (Quinhentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0007/2015 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS EDITAL Nº 0007/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0068/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Leites e Suplementos Alimentares, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 26/06/2015 e serão recebidas até 31/12/2015 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de junho de 2015

Elói Rönna

Diretor Executivo

RESOLUÇÃO Nº 0018_2015

Resolução nº 0018/2015

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0068/2015, Edital nº 0007/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0068/2015, Edital nº 0007/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

- I – Camila Strapazon – Município Videira - Presidente;
- II – Luiza Sabina Gazzi – Município de Videira – Membro;
- III – Leonice Frarão – Município de Fraiburgo – Membro;
- IV - Nádia De Lorenzi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO 23 2015**

Resolução nº 23/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

Procedimento	CODIGO SUS	CIS
Ecodoppler Carótidas e Artérias Vertebrais	*9016481	153,65

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 05 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMUREL**ATA AGO 30/04/2015**

30.04.2015 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL – CISAMUREL

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 09h30min, em segunda e única chamada, reuniram-se na sala dos Prefeitos, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Sr. Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Clésio Bardini De Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; Sr. Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Álvaro José Medeiros Junior, Vice-Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito Municipal de Jaguaruna; Sr. Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; Sr. José Schotten, Prefeito Municipal de São Martinho; Sr. Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruá; Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba e o Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero. Participaram ainda, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, e o Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes. A assembleia foi dirigida pelo 1º Vice-Presidente, Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão, tendo em vista a ausência do Presidente do CIS. Após saudar os presentes, o 1º Vice-Presidente do CISAMUREL, solicitou a este coordenador administrativo do CIS que fizesse a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do CISAMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de abril de 2015, às 09h15min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h30min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue); II – Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 1º bimestre do ano de 2015; III - Assuntos Diversos. Tubarão (SC), 13 de abril de 2015. Jorge Leonardo Nesi, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 25.02.2015, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 1º bimestre do ano de 2015. O Presidente solicitou ao contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse uso da palavra acerca dos registros contábeis e o mesmo informou que a análise da prestação de contas ficou prejudicada, tendo em vista que com as mudanças em andamento na contabilidade dos Consórcios e inconsistências na implantação via sistema Betha, a mesma será colocada em pauta junto com a do 2º bimestre na próxima assembleia, o que ficou aprovado por todos. Passou-se ao item III da pauta, Assuntos Diversos, e o Coordenador Administrativo, Sr. Edson Nunes, a pedido do 1º Vice-Presidente, informou que foi recebido um ofício da Clínica Cineangio – Centro de Cardiologia Invasiva Ltda., que foi lido na sequência, onde este credenciado solicitava alteração no preço do cateterismo cardíaco, de R\$ 614,72 para R\$ 1.200,00, tendo em vista aumento dos custos. Continuando, disse aos presentes que, já tinha efetuado algumas consultas a outros prestadores, solicitando orçamento para possível futuro credenciamento e que dos que tinham mandado resposta, os valores se situavam em torno de R\$ 1.200,00, mas que para particulares seria R\$ 3.500,00. Ainda estávamos aguardando manifestação de mais 02 (dois) prestadores e que o CISAMREC, de Criciúma, já pagava R\$ 1.800,00 ao Hospital São João Batista, daquela cidade. Após alguns comentários, ideias e questionamentos, decidiu-se que esperaríamos os dois prestadores se manifestarem e de posse dos orçamentos recebidos seria definido um novo valor para novo Edital específico para o cateterismo cardíaco, sem necessidade de espera para a próxima assembleia, delegando-se ao Presidente a definição do valor, e que isto será submetido à apreciação para convalidação/ratificação, na próxima Assembleia Geral Ordinária, já que era de suma importância termos este procedimento oferecido por algum credenciado, para disponibilizar aos pacientes carentes dos municípios consorciados. Por fim a palavra foi deixada livre, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador administrativo para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO - 24/06/2015**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 24 de junho de 2015, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)

II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 1º e 2º bimestres do ano de 2015;

III. Assuntos Diversos.

Tubarão, 08 de junho de 2015.

JORGE LEONARDO NESI
Presidente do CISAMUREL

CIRSURES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2015**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL
CIRSURES**

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA MENOR PREÇO GLOBAL

Nº 001/2015 - CIRSURES

Objeto: Implantação de sistema de resíduos sólidos, com a construção de aterro sanitário.

Recebimento dos envelopes: até às 14:30 horas do dia 23 de julho de 2015, na Sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11, Centro, Urussanga - SC.

Abertura dos envelopes: às 14:30 horas do dia 23 de julho de 2015. Edital: O edital estará à disposição dos interessados das 08 hs às 12 hs e das 13 hs às 17 hs, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC. Maiores informações pelo telefone (0**48) 3465-0306 ou pelo e-mail: cirsures@yahoo.com.br

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PRESIDENTE do CIRSURES